# UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA DOUTORADO EM HISTÓRIA

## Alberto Pasqualini:

Trajetória Política e Pensamento Trabalhista

ROBERTO BITENCOURT DA SILVA

# **Universidade Federal Fluminense**

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói

#### ALBERTO PASQUALINI: TRAJETÓRIA POLÍTICA E PENSAMENTO TRABALHISTA

Roberto Bitencourt da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pósgraduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História política.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói

2012

# Folha de Aprovação

### ALBERTO PASQUALINI: TRAJETÓRIA POLÍTICA E PENSAMENTO TRABALHISTA

#### Roberto Bitencourt da Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Banca examinadora:	
Prof. Dr. Jorge Ferreira – UFF (Orientador)	
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Lucia Maria Lippi de Oliveira – FGV (membro)	
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Giselle Martins Venâncio – UFF (membro)	
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Lucília de Almeida Neves Delgado – UnB (membro)	
Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras – UFF (membro)	
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Andrea Casa Nova Maia – UFRJ (suplente)	
Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Karla Guilherme Carloni – UFF (suplente)	

Niterói

2012

#### Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Roberto Bitencourt da.

Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista / Roberto Bitencourt da Silva. – 2012.

290 f.; il.

Orientador: Jorge Luiz Ferreira.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. Bibliografia: f. 277-290.

1. Política brasileira. 2. Política social. 3. Partido político. 4. Trabalhismo - Brasil. 5. Democracia. I. Ferreira, Jorge Luiz. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 301.2420981

#### **AGRADECIMENTOS**

No curso dos estudos desenvolvidos desde a elaboração do projeto de pesquisa, que resultou nesta tese de doutorado, pude contar com a colaboração e o apoio de não poucas pessoas.

Agradeço ao professor Jorge Ferreira, por sua atenção, sua presteza e seu interesse dedicado à orientação desta tese. As suas sugestões e os seus comentários foram extremamente valiosos para a realização do trabalho. Fico honrado, com a maior franqueza, muito gratificado mesmo pela orientação oferecida pelo professor Jorge, cujas pesquisas e escritos acompanho com vivo interesse há anos.

Agradeço à professora Gisele Martins Venâncio pelos importantes e generosos comentários oferecidos em minha qualificação de doutorado, assim como na conclusão do trabalho. Registro também a satisfação em ter feito disciplina ministrada pela professora no curso de doutorado, em virtude dos expressivos estímulos intelectuais proporcionados.

Agradeço à professora Lucia Maria Lippi de Oliveira por suas relevantes sugestões e por suas atenciosas e generosas palavras de apoio apresentadas na qualificação de doutorado e na conclusão do trabalho.

Quero registrar os meus sinceros agradecimentos à atenciosa leitura feita, bem como aos enriquecedores comentários e às preciosas sugestões oferecidas pela professora Lucília de Almeida Neves Delgado e pelo professor Norberto Osvaldo Ferreras.

Quero agradecer à equipe de trabalho do setor de Arquivo do Senado Federal que, gentil e atenciosamente, contribuiu para o meu acesso a fontes primárias muito importantes para a pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Joel e Iara, assim como à minha irmã, Joelma, o grande incentivo. Porto seguro familiar e aconchegante que sempre me tem oferecido o devido apoio e carinho.

Agradeço aos amigos Marcio Magalhães, Luis Mauro, Mariana e Marcos que, ainda na fase incipiente de estudo e de seleção de fontes, compartilharam ideias sobre a viabilidade e a eventual relevância da pesquisa.

Agradeço aos colegas de curso na UFF, sobretudo ao Renato Coutinho, que no período dos compromissos com as disciplinas contribuíram para tornar menos árida e solitária a tarefa de levar em frente múltiplas exigências dos estudos.

Quero agradecer à compreensão e ao incentivo dos amigos do futebol – particularmente ao Alexandre, ao Felipe, ao Pedro, ao Gustavo, ao Neto, ao Luis André e ao Luiz Carlos – que, não apenas pela troca de opiniões sobre o estudo, mas principalmente pelo humor e a convivência, permitiram que boa parte do tempo em que estive envolvido com a pesquisa se tornasse menos monótona. As mesmas ponderações de agradecimento são dirigidas aos companheiros de trabalho, em particular ao Wagner Alexandre e ao meu compadre Calábio Arcanjo, com os quais tive a feliz possibilidade de debater construtivas questões teóricas e políticas que enredaram o estudo.

Por fim, dedico um agradecimento todo especial à Denise Felipe, luz e amor da minha vida. Suas palavras carinhosas, seu rico e peculiar humor, sua atenção e compreensão, em muito me ajudaram a seguir em frente. Compartilhando bons e maus momentos, assim como músicas de bom e duvidoso gosto, seu incentivo, sua dedicação e suas sugestões, contribuíram sobremodo para a realização da pesquisa. Tornaram o processo da pesquisa e da redação do trabalho seguramente mais aconchegante e inspirador. À minha amada Denise e à nova e especial luz em minha vida, Larinha, dedico este trabalho.

VII

**RESUMO** 

Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista

Roberto Bitencourt da Silva

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Resumo da tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História da

Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de

Doutor em História.

O trabalho tem em vista realizar um estudo da trajetória e das ideias políticas de Alberto

Pasqualini, ex-senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1951-1955). O marco temporal

privilegiado, mas não exclusivo, corresponde aos anos de 1946 a 1955, período em que o

personagem manteve as suas atividades no PTB. O estudo procura pôr em evidência a

relevância política e teórica de Pasqualini para o trabalhismo e o PTB, assim como visa a

explorar, com a experiência pasqualinista, determinadas nuanças da antiga organização

petebista, notadamente no que diz respeito ao exercício da sua dimensão educativa em face do

eleitorado. Para isso, foi analisada a recepção das ideias e das propostas de Pasqualini nos

círculos jornalísticos e políticos - tanto pelos trabalhistas e seus aderentes, quanto pelos

opositores. Procurei também demonstrar a correlação de forças políticas na temporalidade, por

meio das controvérsias e dos posicionamentos divergentes de Pasqualini frente aos adversários,

notadamente os do campo liberal-conservador, de sorte a situar o pensamento político do

personagem, assim como o seu partido, na seara esquerdista da política brasileira de meados das

décadas de 1940 e de 1950.

Palavras-chave: Alberto Pasqualini; trabalhismo; PTB; democracia; reformas sociais.

Niterói

2012

RESUMÉ

Alberto Pasqualini: Trajectoire Politique et la Pensée Travailliste

Roberto Bitencourt da Silva

Directeur de thèse: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Résumé de la thèse de doctorat présentée au Programme d'études supérieures en histoire à

l'Universidade Federal Fluminense, dans le cadre des exigences pour l'obtention du doctorat en

histoire.

Le travail vise à réaliser étude de la trajectoire une

et les idées politiques de Alberto Pasqualini, ex-sénateur du Parti travailliste (1951-1955). La

période historique privilégié mais non exclusive, correspond aux années 1946 à 1955, au cours

de laquelle le personnage a maintenu ses activités au PTB. L'étude vise à mettre en

évidence l'importance politique et théorique de Pasqualini sur le travaillisme et le PTB, et vise

à explorer l'expérience pasqualinista, certaines nuances de l'ancienne organisation PTB, en

particulier en ce qui concerne l'exercice de sa dimension éducative dans la face de les électeurs.

Pour cela, nous avons analysé la réception des idées et des propositions de Pasqualini sur les

cercles journalistiques et politiques – à la fois par les travaillistes et ses adhérents, et par les

opposants. J'ai essayé aussi de montrer la corrélation des forces politiques dans la temporalité, à

travers les controverses et les positions divergentes avant Pasqualini des opposants, notamment

dans le domaine libéral-conservateur, de façon à situer la pensée politique du personnage, et

son parti, en la politique de gauche brésilienne dans milieu des années 1940 et 1950.

Mots-clés: Alberto Pasqualini; travaillisme; le PTB; la démocratie; la réforme sociale.

Niterói

2012

#### LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

**BNDE** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CDPEN - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

**DA** – Departamento Administrativo

**DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público

FUG – Frente Única Gaúcha

IAPC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDC - Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

**PETROBRAS** – Petróleo Brasileiro S/A

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POT – Partido Orientador Trabalhista

**PRP** – Partido de Representação Popular

**PR** – Partido Republicano

PRL – Partido Republicano Liberal

**PRR** – Partido Republicano Rio-Grandense

**PRT** – Partido Republicano Trabalhista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD - Partido Social Democrático

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PSP** – Partido Social Progressista

PST – Partido Social Trabalhista

PUC – Pontifícia Universidade Católica

**PT** – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

**SEAFRO** – Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras

SIJ – Secretaria do Interior e Justiça

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

USB - União Social Brasileira

**USP** – Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: Alberto Pasqualini – introdução biográfica de uma referência para o trabalhismo brasileiro	11
Capítulo 2: O Estado Novo, a USB e algumas notas sobre o PTB	60
Capítulo 3: Pasqualini e suas ideias	112
Caderno de imagens	167
Capítulo 4: O pasqualinismo, as tensões internas no partido e a projeção nacional	175
Capítulo 5: Atividades eleitorais e parlamentares	216
Considerações finais	271
Fontes e bibliografia	277

#### Introdução

Verão carioca, calor tórrido, janeiro de 2009. Semanas antes havia tomado conhecimento da minha aprovação na seleção do curso de doutorado em História. O projeto então apresentado à banca avaliadora tem neste trabalho o seu resultado: a biografia política do Senador gaúcho Alberto Pasqualini (1901-1960), eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Ele foi saudado por seus contemporâneos como o ideólogo maior do trabalhismo brasileiro. Munido de informação obtida casualmente em pesquisa feita na *Internet*, ainda em meados do ano de 2008, sabia que os restos mortais de Alberto Pasqualini, o futuro biografado, encontravam-se no Rio de Janeiro, no cemitério São João Batista, bairro de Botafogo. A informação constava em um jornal do deputado estadual do Rio Grande do Sul, Giovani Cherini, filiado ao Partido Democrático Trabalhista. A descrição feita pelo deputado, que tinha visitado a sepultura do ícone trabalhista, era desoladora: estado de abandono e inexistência mesmo de uma lápide. Mas, o deputado parece ter dado mais sorte do que eu.

Visando prestar uma pequena homenagem ao ator político com o qual eu já travava contatos por meio das leituras de muitos textos e documentos e, principalmente, ator político a quem iria dedicar alguns anos de estudo e pesquisa, no verão de 2009 dirigi-me ao cemitério para depositar flores em seu túmulo. Pareceu-me necessário este sinal de respeito e consideração, já que tomaria a liberdade de ficar vasculhando e analisando passagens da sua vida. Antes de ser um "objeto de pesquisa", era (e é) relevante considerar que Pasqualini foi um sujeito de "carne e osso" que, obviamente, viveu, amou, sofreu, trabalhou. Ao fim e ao cabo, é claro, me dedicaria ao estudo do pensamento e da trajetória política de um sujeito humano, não de uma "coisa". Pensei: "Deixe um pouco de lado a frieza da objetividade".

Pois, então, munido que estava da informação do local dos restos mortais de Pasqualini, sem ter encontrado informação que diferisse da apresentada pelo jornal do deputado gaúcho, fui a Botafogo. Tendo em mãos o registro da localização precisa do túmulo, pedi aos funcionários do São João Batista que me ajudassem a encontrá-lo. Com boa vontade, procuraram me auxiliar.

1

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> CHERINI, Giovani. *Alberto Pasqualini*. Porto Alegre, 2006, p.2. Disponível em: http://www.giovanicherini.com/jornaldocherini/2006-1/jornal2006-1.pdf . Acesso em 20/05/2008.

Vez e outra eram também oferecidos préstimos para a manutenção do túmulo: "Ô meu patrão, ô meu jovem, se quiser a gente faz a manutenção, a gente pode deixar sempre ajeitado, bem bonito". Pensaram que eu era parente. Como explicar que não era, numa ocasião desse tipo? "Que situação", falei com os meus botões.

Meia hora, cinquenta minutos de andanças sob um calor escaldante, típico do verão carioca. E nada. Nenhum registro, absolutamente nada encontrado, em meio a tantos corredores e quadras. Fui aconselhado, então, a me deslocar até a administração para ver o que acontecia. A ideia era ótima, entre outros, por que no cemitério encontram-se sepultados inúmeros personagens célebres, que tiveram destacadas atividades nos círculos culturais e políticos do país. O administrador deu ênfase a isso e afirmou: "Não tem problema, vamos achá-lo, temos aqui um caderno de registros das celebridades, das pessoas importantes". Empolgado, fui acompanhando a leitura do tal caderno, organizado em ordem alfabética. Francamente, vi uma série de nomes de personalidades que nunca tinha ouvido falar, políticos e militares, em especial. Mas, bom, "se tem gente que nem tão célebre é assim, então a gente acha o Alberto Pasqualini aí, um ex-senador, coisa e tal, sem problema", pensei em voz alta. O administrador assentiu: "Um senador, ah, é claro, vamos achar!". Páginas e mais páginas do caderno, lidas e relidas, e não encontramos o nome de Pasqualini. Não havia qualquer registro. Saí de lá desolado e com uma ideia fixa: "O *hômi tá* esquecido mesmo!".

Seguramente, um esquecimento que não condiz, no mesmo espaço fúnebre e cercado de dor, com o velório a que teve direito o personagem, ocorrido em 4 de junho de 1960. Não são poucas as matérias jornalísticas da época que registraram a consternação e a concorrida presença de inúmeros políticos, familiares, amigos e admiradores de Pasqualini.<sup>2</sup> Em nossos dias, em ambientes evidentemente menos cerimoniosos e sombrios, observam-se menções muito esporádicas ao nome de Alberto Pasqualini. Nos círculos intelectuais e acadêmicos, podem ser encontradas escassas referências em alguns estudos que, em geral, abordam a história do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1966). Nos meios políticos e jornalísticos, consiste o seu nome em uma figura realmente esquecida em nossos tempos. Somente na terra de nascimento do personagem, no Rio Grande do Sul, o seu nome não caiu em absoluta obscuridade.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> À guisa de ilustração, consultar *Folha de S.Paulo*. "Sepultado Pasqualini". São Paulo, 05/06/1960, p. 3.

No entanto, Alberto Pasqualini exerceu importantes atividades políticas no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O personagem possui uma importância política e intelectual que contrasta visivelmente com o esquecimento prevalecente. Considerado por seus contemporâneos o "teórico do trabalhismo", suas iniciativas políticas desenrolaram-se, em boa medida, no diretório estadual sul-rio-grandense do PTB. Isto é, na seção partidária da unidade da federação em que nasceu e projetou-se politicamente. Precisamente o estado onde o PTB alcançou maior força eleitoral e coesão doutrinária.<sup>3</sup> Foi a partir da seção partidária do Rio Grande do Sul que foram alçados grandes expoentes do PTB à cena política nacional no regime democrático de 1946. Além, evidentemente, de Getúlio Vargas, de lá saíram João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari. Por extensão, Pasqualini atuou, e com destaque, no diretório regional que obteve hegemonia na direção nacional do partido, entre os anos de 1945 a 1964.<sup>4</sup>

Seus textos, discursos, ideias e iniciativas políticas guardaram importante incidência na política nacional. A atuação como Senador da República (1951-1955) foi bastante prestigiada e enaltecida pelos correligionários, pelos opositores e pela imprensa brasileira da época. Com efeito, suas ações e propostas políticas não se restringiram ao cenário gaúcho. Pelo contrário, a erudição e o perfil intelectualizado permitiram a Pasqualini ser alçado ao lado de Getúlio Vargas, simplesmente, à condição de um dos principais líderes petebistas, entre os anos de 1946 e 1955.

Professor, jornalista, advogado e economista, Pasqualini foi um político reconhecido também por seus apelos e por sua dedicação no sentido de dar consistência doutrinária e visibilidade pública às diretrizes programáticas do PTB. Desde o início da sua militância petebista, em 1946, ardorosamente demandou rígida coerência entre as ações das lideranças e dos representantes petebistas em face das ideias e do programa do partido. Para isso, concedeu muitas entrevistas à imprensa e escreveu inúmeros textos, em grande parte, publicados pelos jornais e em alguns livros seus lançados entre os anos de 1940 e de 1950. <sup>5</sup> No Senado,

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. TRINDADE, Hélgio. "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950/1974)". In: CARDOSO, Fernando H. & LAMOUNIER, Bolívar (orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 153-204.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Sobre a prevalência gaúcha no PTB, consultar D`ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. SOARES, Gláucio A.D. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Os livros são os que se seguem: PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. A primeira edição foi publicada em 1948. PASQUALINI, Alberto. *Trabalhismo e* 

desempenhou um ativo e decisivo papel na criação da *Petrobras*. Já no início das suas atividades parlamentares no Palácio Monroe (então sede do Senado, no Rio de Janeiro), reverberou um conjunto de diagnósticos dos problemas nacionais. Para a solução de não poucos problemas políticos, econômicos e sociais que afligiam a sociedade brasileira, sobretudo às classes populares, Pasqualini delineou o projeto das "reformas de base". Isto é, um programa social e economicamente reformista que veio a ganhar repercussão pública nos primeiros anos da década de 1960, particularmente no governo do presidente, e correligionário, João Goulart (1961-1964). As "reformas de base", refinadas e desenvolvidas no curso do tempo por diferentes quadros do PTB, contaram com defensores e críticos veementes e estiveram na raiz da deposição do presidente Jango e da instauração do regime civil-militar de 1964. Logo, a trajetória e o pensamento político de Pasqualini representam também um ângulo favorável à compreensão das ideias e dos projetos esposados pelo trabalhismo brasileiro e pelo antigo PTB.

O esquecimento de Alberto Pasqualini tem relação direta com a experiência política e cultural que se desenrolou no Brasil, a partir da deposição do presidente João Goulart, em 1964. *Grosso modo*, após a instauração da ditadura civil-militar em 1964, emergiu e ganhou *status* de verdade inquestionável uma interpretação histórica bastante negativa sobre a experiência trabalhista e o sistema partidário de 1945 a 1964. Uma interpretação produzida e disseminada por atores políticos radicalmente diferentes, mas que guarda(va)m uma convergência avaliativa desqualificadora. Atores golpistas associados ao regime civil-militar, até hoje buscam retirar a legitimidade de algumas práticas, ideias e agentes políticos em exercício na democracia suprimida. Uma forma, é claro, de respaldar as suas participações no golpe. Por outro lado, com intenções distintas, intelectuais que se opuseram ao golpe, e para explicá-lo, formularam algumas interpretações em que a categoria "populismo" era apresentada como um dos fatores que estavam na base da ruptura institucional ocorrida. No campo acadêmico brasileiro, notadamente em virtude da projeção alcançada pelo paradigma interpretativo de Francisco Weffort e de Octavio Ianni, o conceito de populismo se constituiu em uma poderosa chave

desenvolvimento econômico. Porto Alegre: PTB/RS: Imprensa Oficial de Porto Alegre, 1952. PASQUALINI, Alberto. As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: PTB/RS: Imprensa Oficial, 1954.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A respeito, consultar FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

explicativa do processo histórico dos anos de 1945 a 1964 na sociedade brasileira. <sup>7</sup> Chave poderosa, mas, como qualquer produção teórica historicamente construída, detentora de limites e de lacunas. Sem receio de incorrer em erro, o seu principal problema foi a diluição das especificidades dos atores políticos – individuais e coletivos – que atuaram no referido período. Uma anulação das diferenças entre os projetos políticos então em disputa pelo poder. Nesta versão do passado republicano, todos convergiriam para as mesmas práticas nocivas ao interesse público, mormente aos anseios das classes trabalhadoras. Ideias e aspirações de ordenamento da vida política, social e econômica do país, diferentes e antagônicos, tenderam a serem postos de lado na memória que se foi consolidando acerca do recente passado político brasileiro, sob o signo do "populismo". A generalização e a homogeneidade absorveram as singularidades, contribuindo para a gestação de incompreensões e de preconceitos. Obscureceram as ações de indivíduos, de grupos sociais e de organismos coletivos, dedicados ao encaminhamento de reformas democráticas em um tecido social caracterizado por um conservantismo secular.

O trabalhismo – suas ideias e projetos, seus militantes e aderentes, e seu principal partido, o Partido Trabalhista Brasileiro –, uma corrente política de relevo dedicada às reformas democráticas, foi uma das maiores vítimas desse processo de "enquadramento da memória", para usar uma expressão empregada por Michael Pollak.<sup>8</sup> O trabalhismo e o PTB tiveram as suas potencialidades progressistas desconsideradas nas interpretações convencionais e recorrentes sobre o regime democrático de 1946. Todavia, um fecundo esforço de revisão historiográfica tem se desenvolvido há mais de duas décadas, com o intuito de problematizar certos cânones que tipificam a versão hegemônica do período. Por outro lado, para o que importa em especial, acompanhando a esta revisão historiográfica, tem se em vista aqui pôr em destaque a particularidade do trabalhismo, enquanto tradição e projeto gestado pela esquerda brasileira. O presente trabalho, portanto, ao focalizar um agente político singular do trabalhismo, Alberto Pasqualini, não deixa de seguir a esteira dos estudos abertos e já consagrados sobre a

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> SILVA, Roberto Bitencourt da. *O populismo como arcaísmo e estatismo, na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1989. IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1991. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.

antiga corrente política, desenvolvidos, entre outros, por Ângela de Castro Gomes, Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira, Lucília de Almeida Neves Delgado, Maria Celina D´Araújo e Miguel Bodea.<sup>9</sup>

Cumpre ainda observar que Alberto Pasqualini consiste em expressão de um típico caso da relação estabelecida entre os intelectuais e a política, potencialmente capaz de suscitar uma reflexão pertinente às eventuais influências do pensamento na vida política cotidiana. Assim, a linha temática em que se insere o trabalho, de maneira geral, corresponde ao domínio da história das ideias. Em conformidade com as abordagens contemporâneas, busca-se acentuar o contexto histórico-social em que se gestaram e se viabilizaram as possibilidades de elaboração e de propagação de um pensamento trabalhista pelo personagem. Isso quer dizer que não constitui o sujeito individual uma entidade autônoma, que "flutua" sobre o tempo e o lugar. Por extensão, esta biografia busca compreender e salientar a relevância política e intelectual de Pasqualini por meio de um acento dado às suas múltiplas relações institucionais e de sociabilidade, considerando a sua época e a sua superfície social.

Adicionalmente, acompanhando a perspectiva de Sabina Loriga, <sup>12</sup> entendo que o recurso à escrita biográfica permite identificar, para além dos padrões sociais, as possibilidades abertas pelas ações humanas, divergentes face às regras e perdidas no passado. Nesse sentido, a trajetória, as ideias e as iniciativas de Pasqualini contribuem para a compreensão e talvez para o desnudamento de certas práticas e orientações políticas do antigo PTB, ainda pouco exploradas pelos trabalhos que se dedicaram a pesquisar o trabalhismo. Fundamentalmente, refiro-me ao

<sup>9</sup> As obras dos aludidos pesquisadores encontram-se relacionadas na bibliografia e são frequentemente mobilizadas no curso do trabalho.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sobre o tema da inserção do intelectual na seara política, entre outras obras de igual relevância, consultar: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997. REIS, Daniel Aarão. "À procura de modernidades alternativas – a aventura política dos intelectocratas russos em meados do século XIX". In: RIDENTI, Marcelo, BASTOS, Elide R., e ROLLAND, Denis (orgs.), *Intelectuais e estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 13-29. WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 16ª ed., 2006. WOLFF, Francis. "Dilemas dos intelectuais". In: NOVAES, Adauto (org.), *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45-68.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> A respeito da linha de estudos da historia das ideias e das suas especificidades atinentes à abordagem do objeto, apóio-me, em particular, na literatura que se segue: BARROS, José D`Assunção. "História das idéias – em torno de um domínio historiográfico". In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n.1, 2007, p. 199-209. POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Unesp, 1999.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> LORIGA, Sabina. "A biografia como problema". In: REVEL, Jacques (org.), *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 226.

trabalhismo concebido também como uma elaboração teórica e doutrinária. Refiro-me ao PTB como um partido político que, para além das disputas pelo poder e focado na representação dos anseios das classes populares, também procurou empreender atividade pedagógica junto aos trabalhadores e aos segmentos médios da sociedade. Isso, entre outros, por meio da publicação de textos e de periódicos voltados àqueles segmentos do público. Uma função educativa, pois também exerceu o partido de Pasqualini. E foi o próprio personagem uma das figuras mais salientes no empreendimento desta função no seio do PTB. Um fenômeno que denota atividade partidária em caráter complementar à convencional e árida dimensão da disputa eleitoral pelo poder – dimensão esta que notoriamente peculiariza e é identificada nos partidos políticos. Dessa maneira, talvez seja válido adotar para este trabalho as ponderações feitas por Benito Bisso Schmidt e por Jorge Ferreira, em seus respectivos estudos biográficos, que entendem que uma pesquisa dedicada a um sujeito individual pode permitir compreender questões mais gerais, pertinentes a um grupo social ou a uma coletividade mais abrangente. <sup>13</sup> Com efeito, mesmo que, de certo, não integralmente, é bastante plausível que a trajetória e o pensamento político de Alberto Pasqualini possibilitem assinalar determinadas características do funcionamento e das propostas do antigo Partido Trabalhista Brasileiro.

Quanto à estrutura e ao ordenamento do trabalho, cumpre registrar, de antemão, que adotei as novas regras ortográficas para a reprodução de passagens de textos e discursos, sem o comprometimento do sentido das respectivas ideias dos autores. Por outro lado, a tese está dividida em cinco capítulos, que se propõem a descrever e a analisar as experiências e as ideias políticas de Alberto Pasqualini. Cada capítulo visa a ressaltar diferentes nuanças e questões decorrentes do percurso político trilhado pelo personagem.

O primeiro capítulo tem em vista, inicialmente, oferecer uma narrativa e um conjunto de ponderações gerais de caráter biográfico. Considerando que a tese dá prioridade às experiências e às ideias políticas de Pasqualini no PTB, ou seja, privilegia o recorte temporal de 1946 a 1955, o primeiro item deste capítulo tece considerações que visam, sobremodo, destacar aspectos da vida privada e política do personagem até a década de 1930. São feitas algumas considerações biográficas relativas a um tempo posterior, mas esquemáticas, em caráter estritamente

<sup>13</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2011, p. 15. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004, p. 21.

panorâmico e informativo. Na segunda parte, a proposta é fazer uma análise atinente ao processo de recepção da mensagem pasqualinista, em diferentes círculos políticos, buscando pôr em evidência o relevante papel desempenhado por Pasqualini no Partido Trabalhista Brasileiro. Os objetivos centrais do capítulo são apresentar o "esquecido" personagem e a sua relevância destacada principalmente pelos contemporâneos.

No segundo capítulo são apresentadas algumas experiências e características da atuação política de Alberto Pasqualini, no intervalo dos anos de 1939 a 1945 – antes do seu ingresso no PTB. Como recurso teórico de análise, me aproprio de certas abordagens pertinentes à relação entre a política e os intelectuais. O faço por entender que, em elevado grau, foi uma identidade de intelectual que tipificou a atuação política do personagem, bem como nela residiram não poucas tensões em suas experiências administrativas e políticas. Ademais, dá-se ênfase a alguns fatores que viabilizaram aproximações com o partido liderado por Getúlio Vargas. Também são postas em destaque variáveis que suscitaram dilemas para o seu ingresso no PTB. Inicio dedicando uma atenção particular às suas experiências administrativas e políticas no Estado Novo, entre os anos de 1939 e 1944. Na sequência, ressalto o envolvimento do personagem no processo de formação de uma corrente política e intelectual de opinião chamada União Social Brasileira – USB, criada em Porto Alegre/RS, em 1945. Consistiu a USB em ponte para a migração ao PTB. Por fim, são tecidas algumas considerações relativas ao trabalhismo, ao processo de formação do PTB e à sua correspondente estrutura organizativa. O intuito deste último item do capítulo é situar o personagem no enredo político-partidário petebista.

O terceiro capítulo aborda as diferentes filiações políticas e filosóficas do pensamento de Alberto Pasqualini. Parte-se da premissa de que as diferentes filiações doutrinárias apareceram nos textos e nos discursos do personagem de maneira gradativa, no curso das décadas de 1930 a 1950, em conformidade com o processo de seleção do instrumental teórico disponível em sua época e de atenção concedida a uma e outra questão pública colocada em seu tempo. Com efeito, pretende-se salientar um pensamento político em construção e refinamento. Alguns escassos, embora relevantes, trabalhos têm abordado as ideias pasqualinistas, mas tendem a enquadrá-lo demasiadamente em uma ou outra filiação teórica, sobretudo o positivismo e o catolicismo. O capítulo procura via alternativa, identificando o engenho criativo do personagem em adaptar valores e ideias derivadas de paradigmas teóricos distintos, além de não circunscrever a análise

ao período de militância no PTB, como usualmente se tem feito. Quanto à segunda parte do capítulo, são colocados em relevo alguns temas que considero centrais para a compreensão das ideias e das propostas políticas pasqualinistas, a saber: o trabalho, os trabalhadores e a propriedade. Em linhas gerais, neste capítulo são descritas e analisadas de maneira pormenorizada as ideias advogadas pelo personagem. Por conseguinte, é menos o político que o pensador que aqui fala mais alto.

No quarto capítulo é dada ênfase às atividades políticas de Pasqualini dentro do PTB. O propósito é apresentar tanto o processo de mitificação petebista da persona de Alberto Pasqualini, quanto assinalar as controvérsias estabelecidas entre o grupo ligado a Pasqualini e os setores internos ao partido diretamente sintonizados com as orientações de Getúlio Vargas. As tensões entre o "purismo ideológico", esposado pela ala pasqualinista, e o "pragmatismo" dos grupos mais próximos a Vargas são assinaladas no capítulo. De modo geral, o capítulo visa, por um lado, a identificar um pouco da dinâmica interna de funcionamento do PTB e, de outro, pôr em relevo o prestígio e a força da ala pasqualinista no interior do PTB. Em síntese, os aderentes e os aliados petebistas de Pasqualini é que possuem a principal voz no capítulo, de modo a evidenciar a importância e o significado da atuação do personagem para o PTB. Isso por intermédio da caracterização do acolhimento e da circulação petebista da sua mensagem.

Por fim, *o quinto capítulo* prioriza as atividades de Pasqualini na cena pública, sem deixar totalmente de lado as questões internas do PTB. Assim, é dada uma prioridade às competições eleitorais em que ele participou e à sua atuação parlamentar no Senado Federal. A primeira parte destaca as campanhas eleitorais de Pasqualini, como candidato ao governo estadual do Rio Grande do Sul, em 1947 e em 1954, e ao Senado Federal, em 1950. Pretendo, com isso, ressaltar a correlação de forças políticas na temporalidade em questão, assinalando os posicionamentos divergentes do personagem em face dos opositores, notadamente os do campo liberal-conservador. A segunda parte privilegia a atuação no Senado Federal, entre 1951 e 1955, diga-se, a derradeira experiência política de Pasqualini. Mesmo que de modo fragmentário e parcial, pretende-se aqui também sublinhar as disputas partidárias e doutrinárias que marcaram os debates políticos de meados dos anos de 1950, em torno das funções e dos encargos do Estado brasileiro. Em linhas gerais, o capítulo norteia-se pela apresentação de algumas polêmicas travadas por Pasqualini com os agentes políticos opositores, de sorte a também

ressaltar a correlação de forças da temporalidade, assim como a identidade esquerdista e o significado das propostas esposadas pelo "teórico do trabalhismo".

Vejamos, então, os primeiros passos dados por Alberto Pasqualini na arena política e a importância do aclamado "teórico e doutrinador trabalhista", designação folgadamente utilizada pelos contemporâneos para se referirem ao ex-senador petebista.

# Capítulo 1 – Alberto Pasqualini: introdução biográfica de uma referência para o trabalhismo brasileiro

O capítulo inicialmente desenvolve uma narrativa e um conjunto de ponderações gerais de caráter biográfico. Importa salientar que a tese orienta-se pelo enfoque prioritário dado à atuação de Alberto Pasqualini no PTB, ou seja, optei no curso do trabalho por dar relevo às suas experiências e às suas ideias políticas desenvolvidas entre os anos de 1945 e de 1955. Contudo, algumas considerações a respeito de diferentes aspectos relativos ao curso da vida do personagem – formação, experiências e iniciativas outras anteriores ao PTB –, são também e especialmente destacadas neste capítulo. Logo, nas notas biográficas que se seguem, o recorte temporal privilegiado é a atuação política na década de 1930, dando maior acento e atenção às atividades e à experiência de Pasqualini nos anos de 1940 e de 1950 nos demais capítulos. A descrição e as considerações feitas no item em sequência, então, prestam-se, sobretudo, a sublinhar os primeiros passos do personagem na arena política e a uma apresentação panorâmica da sua vida e das suas experiências políticas.

Na sequência, procuro empreender uma análise relativa ao processo de circulação e de recepção da mensagem pasqualinista, buscando pôr em evidência o relevante papel desempenhado por Pasqualini no PTB. O propósito guarda, por ora, interesse maior do que a dimensão das características propriamente filosóficas e políticas da perspectiva trabalhista delineada pelo personagem. Em outro capítulo abordo estas características e demais aspectos pertinentes ao seu pensamento. Com efeito, este item é norteado por três eixos de argumentação. O primeiro visa destacar a projeção interna e externa ao PTB alcançada pela perspectiva política pasqualinista, apoiando-se no pressuposto de uma referencialidade retórica e teórica alcançada pelo personagem em relação ao trabalhismo. O segundo corresponde a uma identificação parcial do compartilhamento das ideias do personagem em face de uma fração significativa do partido. Por fim, mobilizo um determinado leque heterogêneo de fontes que visam contemplar diferentes formas de apropriação e de uso das variadas nuanças do pensamento do personagem, tendo em vista evidenciar a diversidade de modos de recepção da sua mensagem política. Nesse sentido, como veremos, é possível observar que, em virtude das ideias, dos interesses e dos lugares de

enunciação dos distintos agentes sociais e políticos, sobressaiu um certo mosaico de maneiras de interpretar o pensamento e a práxis política de Pasqualini, para fins também diferentes.

Mais relevante, é digno de nota observar a elevada importância que Alberto Pasqualini possuía para o PTB e o trabalhismo, sendo considerado, especialmente por seus contemporâneos – sejam aderentes ao seu ideário, sejam adversários –, uma referência no que dizia respeito aos projetos e às ideias trabalhistas. Em síntese, o capítulo visa, de maneira introdutória, a apresentar Alberto Pasqualini e a sua relevância política para o antigo PTB.

#### Quem foi Alberto Pasqualini?

Denotando um viés relativamente convencional de abordagem, este item está organizado forçosamente de maneira cronológica e se inspira, em boa medida, nas biografias elaboradas por Eliane Cruxên Maciel, por Pedro Simon e por Renato Lemos, em função do ordenamento sistematizado das informações apresentadas por seus textos. No que coube e foi considerado oportuno, foram também mobilizados alguns dados adicionais presentes em escassos, mas importantes, textos que se dedicaram ao exercício de uma reflexão acerca da trajetória e do pensamento político de Alberto Pasqualini. Em que pesem as limitações de espaço, e o recorte temporal escolhido, também explorei, em particular, fontes primárias que permitissem dar voz ao próprio personagem e aos seus contemporâneos, de sorte a adensar um pouco esta construção biográfica. Importa ainda salientar que as experiências políticas do personagem nos anos de 1930 aqui receberam destaque especial, haja vista o acento dado às experiências temporais posteriores, sobretudo no PTB, nos capítulos que dão sequência ao trabalho. Posto isto, vejamos um pouco do nada monótono, menos ainda linear, curso de vida política seguido pelo "teórico do trabalhismo".

Nascido em 23 de setembro de 1901, em Ivorá, então Núcleo Norte da Colônia de Silveira Martins, à época um distrito do município de Júlio de Castilhos/RS, Alberto Pasqualini

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. "Nota biográfica". In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 43-65. SIMON, Pedro. "O exemplo do mestre". In: \_\_\_\_ (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 11-42. LEMOS, Renato. "Pasqualini, Alberto". In: ABREU, Alzira A., et. al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, vol. IV. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4437-4438.

foi filho de Alexandre Pasqualini e de Paula Bortoluzzi Pasqualini – ambos descendentes de imigrantes italianos. Seu pai foi escrivão de cartório e se deslocou a trabalho, junto com a família, pelos municípios gaúchos de Restinga Seca, de Jaguari, de Cachoeira do Sul e de Porto Alegre, cidade em que veio a falecer.<sup>2</sup> Alberto Pasqualini, não tendo acompanhado a sua família por todas estas cidades, em função dos compromissos com os estudos, nada obstante viveu boa parte da sua infância e juventude no horizonte da colônia de pequenos proprietários, nesta constituindo uma parte ponderável da sua formação.

Estudou em escola católica, administrada pelos jesuítas, o Seminário Nossa Senhora da Conceição, localizado em São Leopoldo/RS. Entrou nesta instituição educacional em 1915, tendo sido colega de Vicente Scherer, posteriormente cardeal-arcebispo de Porto Alegre, e de Jaime de Barros Câmara, que veio a ser cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.³ De acordo com Raphael Veríssimo Azambuja, autor da Introdução da reedição do livro *Bases e Sugestões para uma Política Social* (1958), publicado originalmente por Pasqualini no ano de 1948, o avô materno parece ter exercido influência de relevo para a entrada do personagem no seminário. As palavras de Azambuja revelam uma saliente religiosidade do parente materno de Alberto Pasqualini:

"Seu avô materno aliava ao amor das cousas sutis do sentimento e da religião a capacidade de realizador tenaz. Foi ele que, modesto e obscuro, naqueles tempos difíceis do início da colonização italiana no sul do país, porfiou em trazer nada menos do que uma ordem religiosa, a dos Palotinos, que acabou vindo estabelecer-se e ramificar no Brasil".

2

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> DUTRA, Milton. "Dados biográficos". In: \_\_\_ (org.), *O trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Intermédio, 1986, p. 9.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Jaime de Barros Câmara e Vicente Scherer vieram a integrar a ala conservadora da Igreja Católica, obtendo no curso do tempo papéis destacados na hierarquia eclesiástica. No início dos anos de 1960, contestaram o envolvimento das organizações estudantis – tais como a Juventude Estudantil Católica (JUC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) – com setores políticos e ideologizados de esquerda, pregando "a consciência dos militantes no ensino autêntico da Igreja e de sua doutrina social". KORNIS, Mônica. "Ação Católica Brasileira (ACB)". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, vol. I, ABREU, Alzira A., et. al. (coords.). Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 23-24. Ademais, Vicente Scherer chegou a ser nomeado cardeal pelo papa Paulo VI, junto com Eugênio Sales, em 1969. *Diário de Natal*. "DN na história – Há 43 anos". Natal, 29/03/2012. Disponível em: <a href="http://www.diariodenatal.com.br/2012/03/29/historia.php">http://www.diariodenatal.com.br/2012/03/29/historia.php</a> . Acesso realizado em: 10/05/2012.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> AZAMBUJA, Raphael Veríssimo. "Introdução – Alberto Pasqualini e o trabalhismo brasileiro". In: PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, 1958 [1948], p. XII.

Ainda de acordo com Azambuja, Pasqualini foi um aluno dedicado, interessado, em particular, por Latim e Matemática,<sup>5</sup> e afastou-se do seminário em 1919, na 5ª série ginasial. A razão, segundo Maciel, foi "por julgar que o sacerdócio não era sua vocação". Ainda em conformidade com a autora:

"Após sair do seminário, teve de repetir os estudos básicos, pois o curso que havia feito não era reconhecido oficialmente. Começou a cursar magistério no Colégio Anchieta e depois transferiu-se para o Ginásio Júlio de Castilhos".

Mesmo não consistindo em filho de uma família de posses, estudou em escolas, neste período, consideradas de elite. No entanto, em Porto Alegre, o personagem compatibilizou os estudos com o trabalho, lecionando especialmente Matemática para os colegas de escola. A mesma atividade conciliadora manteve no ensino superior. Demonstrava interesse pela área de Medicina, tendo cursado por um ano esta cadeira universitária. Entretanto, em função da exigência dos estudos em horário integral, abandonou o curso e optou pelo Direito, de sorte a dar continuidade à oferta das suas aulas particulares. Ainda como aluno do curso de Direito, da Faculdade de Direito de Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), trabalhou na Viação Ferroviária. Assim como ocorrido com o conterrâneo e futuro correligionário trabalhista Leonel de Moura Brizola, a vida de Pasqualini na juventude também foi marcada por parcos recursos, muito trabalho e estudo. Porém, de acordo com Maciel, dificuldades que não impediram a Pasqualini alcançar êxito no banco escolar da faculdade. Concluindo a graduação em 1928, Pasqualini conseguiu ser

"o aluno laureado de sua turma de Direito, da qual foi também orador (...). Seu prestígio entre professores e colegas fez com que a data da colação de grau, prevista para dezembro de 1928, fosse transferida para abril de 1929, para aguardar que Pasqualini convalescesse de uma crise renal". 10

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Idem, p. XII-XIII.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 43-44.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Cf. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. "Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini". In: *Em Tempos de Histórias*, Brasília: PPG-HIS/UnB, n. 14, jan./jun. 2009, p. 57.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Cf. MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 44. SIMON, Pedro. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Sobre o ex-governador dos estados do Rio Grande do Sul (1959-1962) e do Rio de Janeiro (1983-1986 e 1991-1994), Leonel Brizola, consultar RUAS, Tabajara, e GONZALEZ, Sérgio. *Um brasileiro chamado Brizola – tempos de luta*. Porto Alegre: Eletrobrás: CEEE: Alers: Fundação Mário Soares, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 44. Cumpre ressaltar que a láurea obtida por Pasqualini, correspondeu à sétima alcançada por um aluno da faculdade, em um universo de mais de 300 estudantes formados desde a sua fundação, em 1900. Cf. GRIJÓ, Luiz Alberto. "Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo". In: FERREIRA,

De acordo com o relato feito por um ex-colega e ex-calouro de faculdade, que conheceu Pasqualini nos idos de 1925, a láurea oferecida ao personagem, em boa medida, deveu-se a demonstrações *inter pares* de grande erudição. Suas provas e exames "eram verdadeiros tratados, verdadeiros livros". Pasqualini ocupou ainda o cargo de presidente do centro acadêmico da faculdade. Os seus colegas de turma pertenciam aos estratos das elites do estado, graçando, *a posteriori*, com notável sucesso nas carreiras profissionais e nos círculos de poder das sociedades local e brasileira. Ruy Cirne Lima, Mem de Sá, Carlos Thompson Flores e Eloy José da Rocha, foram alguns deles. A faculdade representou uma importante rede de sociabilidade na vida do personagem, abrindo expressivas e distintas alternativas de inserção social, pois, segundo Luiz Alberto Grijó, a então Faculdade de Direito de Porto Alegre foi "desde a sua fundação, uma importante rota de passagem para a formação escolar superior de muitos dos militantes político-partidários mais significativos do Rio Grande do Sul". 13

No que diz respeito a aspectos propriamente íntimos deste período juvenil de Pasqualini, um texto publicado em sua homenagem guarda ricas informações, ao mesmo tempo em que bastante fragmentárias. Produzido pelo advogado Percy de Abreu e Lima, que se apresentava como amigo, e parece ter sido colega dos tempos do curso de Direito, o texto detém um caráter autobiográfico e é redigido de maneira metafórica e relativamente novelesca. Em suas páginas iniciais é feita uma curiosa referência à esposa de Pasqualini – a sra. Susana Thompson Flores,

Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 88.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> SOARES, Flores. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 05/06/1964, p. 43-44. Flores Soares, à época do relato feito em discurso na Câmara dos Deputados, era deputado federal pela União Democrática Nacional (RS).

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Ruy Cirne Lima foi professor e diretor da Faculdade de Direito da UFRGS e secretário de Fazenda do governo estadual gaúcho, entre 1964 e 1965, na gestão de Ildo Meneghetti (Partido Social Democrático - PSD), cf. SANSEVERINO, José Sperb. Apresentação. In: LIMA, Ruy Cirne, "Rebelião das cousas", Porto Alegre: Justiça & História, vol. 3, n. 5, 2009. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/01-Rui\_Cirne\_Lima.pdf . Consulta realizada em 11/03/2011. Quanto a Mem de Sá, ele foi deputado estadual no Rio Grande do Sul, pelo Partido Libertador – PL (de 1947 a 1954), senador pelo mesmo estado, pelo PL e pela Aliança Renovadora Nacional - Arena (1956 a 1971) e ministro da Justiça no governo Castelo Branco (em 1966). Consultar ABREU, Alzira A., et. al. (coords.). "Sá, Mem de". In: Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, vol. V. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 5161-5163. No tocante a Carlos Thompson Flores, este desempenhou, entre outros, as funções de presidente da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (1955-1956) e de ministro do Supremo Tribunal Federal (1968-1972). A respeito, ver página institucional do STF, disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=3. Consulta realizada em 11/03/2011. Por fim, Eloy José da Rocha foi professor do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica - PUC/RS e da UFRGS e ministro do Supremo Tribunal Federal (1966-1977). Sobre Eloy Rocha, consultar também página institucional do STF, disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=180. Consulta realizada em 11/03/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Op. cit.*, p. 86-87.

com quem se casou em 1950 –, afirmando que provavelmente ela não entenderia o texto. <sup>14</sup> Talvez a circunstancial e alegada incompreensão, para o que interessa a estas notas biográficas, dever-se-ia ao fato de que Lima ventilava longinquamente a possibilidade de que Pasqualini, quando jovem, tenha tido filhos não registrados. O autor fez ainda menção a uma dolorosa perda sofrida por Pasqualini por estes tempos; uma moça a quem amava foi levada pela morte. <sup>15</sup>

Feito este comentário sobre a esfera privada da vida do personagem, como salientado, ele foi orador da turma no evento da formatura do curso de Direito. Pasqualini aí reverberou para o público de familiares e de acadêmicos, tendo sua oração publicada pelo jornal *Correio do Povo* – o que bem demonstra o significado cultural e simbólico, à época, da obtenção de um título de curso da educação superior, em função da escassa oferta de vagas para este nível do ensino. Entre outros, destaquem-se as intenções declaradas para o futuro exercício profissional, apoiadas em uma peculiar concepção do Direito:

"O Direito não deve ser a lei e sim esta o Direito, porque é a sua manifestação material e temporária. A lei serve de princípio ordenador, de paradigma às ações (...). Mas, a finalidade que as cria pode evoluir e evolui perpetuamente; como disse Justiniano, porque nada há nela de estável, gerando a natureza, continuamente, formas novas (...). As leis devem ser revistas, aferidas e afinadas com a consciência jurídica social (...). Devemos defender a lei quando é sábia e justa; condená-la quando é obra espúria que a coletividade repudia". 16

Um ponto de vista bastante matizado para um jovem que acabara de concluir os seus estudos superiores no Direito. A postura demonstrada por Pasqualini em relação ao universo jurídico nos remete a uma dimensão particular de controvérsia travada por Gramsci com um estudioso italiano da política, chamado M. Azzalini, nos idos do início da década de 1930. <sup>17</sup> Para os nossos fins, importa uma questão específica abordada por Azzalini, qual seja: o acento dado às singularidades dos ângulos de análise que tipificam as disciplinas do Direito Público e da Ciência Política. Em sua perspectiva, a ordem jurídica "observa o organismo público de um ponto de vista estático, como o produto natural de uma determinada evolução histórica",

<sup>17</sup> Consultar GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 219.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> LIMA, Percy de Abreu e. *Diário de um solteirão*. Caxias do Sul/RS: Academia Caxiense de Letras, 1980, p. 12. Ao que tudo indica, o texto foi publicado em um jornal da cidade de Caxias do Sul/RS logo após o falecimento de Pasqualini, em 1960, sendo editado como opúsculo anos mais tarde.
<sup>15</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de formatura". Porto Alegre: Correio do Povo, 21/04/1929, p. 9, 11. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 106.

enquanto a reflexão política "observa o mesmo organismo de um ponto de vista dinâmico, como um produto (...) que deve ser modificado de acordo com as novas exigências e os subsequentes desenvolvimentos". 18 Por extensão, poderíamos afirmar que a perspectiva do Direito esposada por Pasqualini em muito se articulava com um enfoque político de entendimento da vida social. Talvez um incômodo com a realidade social vigente – e que já se manifestava no curso dos anos de 1920 nas praias brasileiras, em diferentes movimentos culturais e políticos – subsidiasse esta visão politizada das coisas pertinentes ao universo jurídico.

Ademais, as suas palavras pronunciadas na cerimônia de formatura revelavam também alguns sopros da renovação política que estava a se espraiar em diferentes círculos políticos e sociais, no Brasil e alhures, sublinhando questões políticas e econômicas candentes na época. Na flor da juventude, a disposição crítica de Pasqualini transparecia com fulgor, manifestando-se em ácidos questionamentos à ordem econômica liberal então reinante e, é claro, aos seus defensores e beneficiários:

"A consciência coletiva já começa a perceber que a organização política e econômica da sociedade atual não corresponde às suas necessidades materiais e aos seus postulados morais. Nenhum homem, sincero e probo, poderá assegurar que a constituição política da sociedade moderna e o seu regime econômico estejam calcados sobre a ideia de utilidade geral, de bem coletivo, que constituem o ideal de justiça (...). Só os espíritos levianos e superficiais, ou caráteres torpemente egoístas, poderão considerar justa a situação de milhões de desafortunados a quem uma organização social deficiente e aberrante da equidade dá, em troca de trabalho e de sofrimento, a incerteza do pão de cada dia". 19

Com tamanha desigualdade social imperante, o Direito e a Política deveriam acompanhar as necessidades e os anseios de mudanças demandadas pelos novos tempos – de maneira gradual e progressiva, sob a ótica do orador:

"É necessário que a organização econômica, o regime da produção, o sistema político e jurídico evoluam incessantemente com a própria sociedade. Mas, o processo deve ser lento e progressivo. Não é de crer-se, por isso, que esse objetivo possa ser alcançado com programas trágicos e com revoluções apocalípticas (...). Mas, é preciso entender bem. É preciso não confundir programas revolucionários com fenômenos revolucionários que, geralmente, são consequências fatais de um estado social que se mantém artificialmente

<sup>18</sup> AZZALINI, M. apud GRAMSCI, Antonio, Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de formatura". Porto Alegre: Correio do Povo, 21/04/1929, p. 9, 11. In: Op. cit., p. 104.

e não organicamente (...). A revolução social, como princípio, é condenável; como resultado, pode se explicar". <sup>20</sup>

Em que pese a sua concepção gradualista das mudanças sociais,<sup>21</sup> avesso, pois, às iniciativas políticas abruptas e assentadas nas armas, Pasqualini não deixava de abrir uma espécie de nota justificadora, e antecipada, em seu discurso, para a sua participação em dois movimentos políticos que se utilizaram do recurso da força, a saber: o movimento que culminou na Revolução de 1930 e o apoio oferecido, no Rio Grande do Sul, à causa da Revolução Constitucionalista de 1932. Seu envolvimento no primeiro, e importante, evento histórico da República assinalado, é assim descrito por Maciel:

"Participou ativamente daquele movimento (...), incorporando-se a ele como soldado raso, posto em que permaneceu por pouco tempo, pois logo sua corajosa atuação lhe valeu uma promoção, por merecimento, a major fiscal de infantaria. Durante as lutas entre legalistas e rebeldes, auxiliou esses últimos na tomada do cais de Porto Alegre, tendo organizado, com Mário Prata, um batalhão de infantaria e um pelotão de metralhadoras".<sup>22</sup>

No curso da década de 1930, Alberto Pasqualini combinou os compromissos advocatícios com os de natureza política, tendo ainda desempenhado funções no magistério superior. Foi professor de Introdução à Ciência do Direito e Direito Civil, na instituição em que estudou, ou seja, a Faculdade de Direito de Porto Alegre (hoje, UFRGS). Na seara política, a despeito da sua participação no movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas à Presidência da República, foi membro dos quadros do Partido Libertador – PL. Uma legenda partidária inicialmente aderente, depois opositora ao governo do interventor estadual, e posterior governador indiretamente eleito até 1937, José Antônio Flores da Cunha, nomeado interventor por Vargas.

Ainda consistindo em um dos pilares políticos de apoio ao governo revolucionário, em 1931 o PL já oferecia publicamente as suas críticas e sugestões norteadas pelo propósito de reingresso do país ao marco constitucional. Em Congresso partidário, ocorrido em Porto Alegre, em 17 de abril de 1931, os membros do PL, inclusive Alberto Pasqualini, formularam e aprovaram uma moção de apelo à supressão do estado de exceção. O jornal paulista *Folha da* 

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Idem, p. 104-105.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Diga-se, concepção que marcava e era abertamente advogada por seu pensamento político. No entanto, é lógico, tal concepção foi refinada teórica, sociológica e filosoficamente, ao longo do tempo.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 45. A respeito, consultar também, LEMOS, Renato. *Op. cit.*, p. 4437.

*Manhã* noticiou o evento e reproduziu a moção, que assim se referia ao sentido da revolução de 1930 e aos seus potenciais "desvios":

"A volta do país ao regime constitucional, no mais breve espaço de tempo possível, (...) é, antes, um imperativo da própria revolução. Não foi para propiciar um ambiente de ditadura, mas para destruir, que os soldados de 3 de outubro verteram, generosamente, o seu sangue nos campos de batalha. (...) A revolução foi um protesto contra a ilegalidade e o abuso do poder (...). A revolução brasileira (...) não se fez para fortalecer o poder decadente, mas para cercear e coibir os abusos do poder hipertrofiado". 23

No PL, que compunha a Frente Única Gaúcha – FUG,<sup>24</sup> Pasqualini envolveu-se paulatinamente com as lides políticas ao longo do decênio, tendo participado do movimento rebelde, estalado no Rio Grande do Sul, em apoio aos princípios liberalizantes capitaneados por forças políticas de São Paulo, em 1932. A insurreição armada contestava a demora na manutenção do estado de exceção em que o país se encontrava – como visto, já criticada no ano anterior por Pasqualini e por seus correligionários libertadores. Em solo gaúcho, a FUG – e, com efeito, o PL – rompia com o interventor estadual Flores da Cunha, por este ter se recusado a apoiar a iniciativa da Frente em auxílio aos constitucionalistas paulistas. De acordo com Vilma Keller:

"A FUG (...) publicou um manifesto, no dia 10 de agosto [de 1932], no qual rompia com Flores (...). Ao mesmo tempo, para criar um foco revolucionário interno com o objetivo de desviar a grande pressão que as tropas gaúchas [enviadas pelo governo do mesmo estado] exerciam sobre São Paulo, organizou uma insurreição no Rio Grande do Sul". 25

Ainda consoante aos dados utilizados pela autora, pode-se afirmar que Pasqualini teve um envolvimento direto e importante na organização da empreitada revoltosa:

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Folha da Manhã. "Na reunião de ontem do Partido Libertador, foi apresentada u´a moção em que se pede a volta do paiz ao seu regime constitucional". São Paulo, 18/04/1931, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Frente político-partidária gaúcha formada em 1928, durante o governo estadual de Getúlio Vargas, que aliou o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR ao Partido Libertador – PL. Ambas as siglas possuíam forte tradição e enraizamento na política estadual desde os primórdios da República, remontando às intermitentes lutas e guerras entre os grupos positivistas e autoritários liderados, remotamente, por Júlio de Castilhos e depois por Borges de Medeiros, e os liberais, conduzidos, também remotamente, por Gaspar Silveira Martins e *a posteriori* por Assis Brasil. A união de forças entre os dois grupos, no final da década de 1920, viabilizou, em parte, ao fortalecimento e à ascensão de Vargas ao poder nacional em 1930, cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 9ª ed., 2002, p. 89. A respeito da FUG, consultar também: WASSERMAN, Claudia. "O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco de poder". In: GRIJÓ, Luiz Alberto, et al. (orgs.), *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 273-289.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> KELLER, Vilma. "Cunha, Flores da". In: ABREU, Alzira A., et. al. (coords.), Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, vol. II. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 1742.

"A conspiração foi tramada na região serrana por Marcial Terra, Lindolfo Collor e outros, e, em Santa Maria, por Alberto Pasqualini e elementos da Brigada Militar e do Exército. O início do movimento se daria com a paralisação dos trens em Santa Maria, entroncamento ferroviário do estado". <sup>26</sup>

O movimento saiu-se derrotado, tendo alguns dos seus líderes presos, como Borges de Medeiros, e outros, como Batista Luzardo, exilados. Segundo Keller, <sup>27</sup> todos os líderes atuantes na cidade de Santa Maria foram presos, o que, por implicação natural, mesmo sem a sua referência expressa, e na falta de fontes a respeito, nos permite pensar que Pasqualini talvez também tenha sido encarcerado. Porém, provavelmente, acompanhando esta hipótese, por pouco tempo, em virtude do armistício selado, que trazia uma posição favorável à anistia dos rebelados, apresentada pelo próprio interventor Flores da Cunha.

Cumpre registrar que nos textos e nos pronunciamentos de correligionários, admiradores e analistas – políticos e acadêmicos – que aborda(ra)m a trajetória de Pasqualini, não é comum fazer menção ao envolvimento do personagem nas atividades rebeldes de 1932. A única fonte, no caso secundária, em que encontrei uma referência a tal participação foi o referido texto de Vilma Keller. Note-se que em um estudo e em uma reflexão atinente a um outro personagem político, o interventor e governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha (1930-1937). É provável que a dificuldade no acesso à fonte e à informação constitua uma explicação plausível. No entanto, também é possível afirmar em parte que, talvez, a conveniência da formulação e da preservação da imagem de um trabalhista de proa, como o foi Alberto Pasqualini, associada a Vargas e ao getulismo, represente uma variável explicativa. No caso, se poderia facilmente falar em uma estratégia de construção da memória, do personagem e do trabalhismo, sem abalos ou tensões mais significativas face ao líder histórico maior do trabalhismo brasileiro, Getúlio Vargas. Contudo, se assim o for, estaríamos diante de uma limitação, assinalada por Pierre Bourdieu, relativa à abordagem biográfica. Segundo o autor, os escritos biográficos generalizadamente tendem a revelar a controversa ideia de uma "intenção subjetiva e objetiva", uma espécie de projeto, racional e deliberadamente fixado pelo sujeito no

<sup>26</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Idem.

percurso da sua vida.<sup>28</sup> Por conseguinte, no que concerne ao ativismo de Pasqualini em ações políticas armadas, sublinhar a sua participação apenas na Revolução de 1930 tende, eventualmente, à construção da ideia de laços perenes e remotos de ligação política e ideológica do personagem com o getulismo. Mas, aproximações, convergências, tensões, distanciamentos e mesmo rupturas – como se vê e teremos a oportunidade de aprofundar no curso do trabalho – ocorreram entre o ainda futuro "teórico do trabalhismo" e o líder maior desta corrente política. Nesse sentido, baseio-me, na esteira das ponderações de Giovanni Levi,<sup>29</sup> na premissa de que o sujeito é atravessado por ambiguidades e incertezas, por disposições múltiplas que se vão definindo processualmente face às alternativas de escolhas oferecidas pelo meio social. Opções várias, dúvidas diversas e caminhos sinuosos seguidos, não lineares, nem necessariamente coerentes com o cume ou o capítulo final de uma vida: todos fenômenos que peculiarizam a vida de qualquer sujeito. Estes fenômenos dificultam a redação de uma biografia, talvez criem embaraços para a construção de uma memória que se pretenda laudatória e coerente, mas humanizam e permitem melhor compreender uma determinada trajetória de vida, inclusive de personagens políticos seguramente especiais como Alberto Pasqualini.

Posto isso, após a participação na revolta constitucionalista de 1932, ocupemo-nos de uma nova empreitada política levada a cabo pelo personagem: sua candidatura, pelo Partido Libertador, no interior da Frente Única Gaúcha – FUG, a uma cadeira na Câmara dos Deputados, em 1934.<sup>30</sup> Uma eleição pautada por muita controvérsia no estado, pois não foram raras as denúncias de arbítrio e de fraude perpetradas pelo interventor Flores da Cunha para favorecer a sua recém criada agremiação partidária – o Partido Republicano Liberal (PRL) – no processo eleitoral. Flores, como resposta à ruptura ocorrida com a FUG, em 1932 – em decorrência da insurgência política e militar desta última –, liderou a organização de um novo partido, contando com dissidentes da frente partidária. A FUG, desde então, fez severa oposição

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 183-191.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 167-182.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Esta eleição se deu para constituir o Congresso Nacional, em legislatura ordinária, em substituição à Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1933 e dissolvida após a posse dos novos parlamentares, eleitos em outubro de 1934.

ao governo de Flores.<sup>31</sup> O PRL e, portanto, o interventor – e governador eleito indiretamente em 1935 – Flores da Cunha, sagraram-se vitoriosos no pleito, conquistando a maioria das cadeiras tanto para o Legislativo estadual quanto para o nacional.<sup>32</sup>

Alberto Pasqualini, que não conseguiu eleger-se, revelava, em seus discursos pronunciados em campanha, grande insatisfação com o quadro político brasileiro e, em particular, com o governo de Getúlio Vargas. A veia pasqualinista de crítica ao autoritarismo encontrava-se bastante saliente. Senão vejamos.

"No dicionário da República Nova muitas palavras inverteram a sua significação. Não podendo ocultar as próprias misérias a ditadura tentou disfarçá-las, trocando as palavras que as descrevem. Haverá hoje ainda alguém que duvide das realidades que correspondem às expressões (...) 'espírito revolucionário', (...) 'bem público', 'desprendimento' e 'desapego às posições' e muitos outros sarcasmos que o poder atira à face do povo? (...) Enganam-se, entretanto, os lexicólogos da tirania. Não se mudam os fatos e nem se ilude o povo, com inversões vocabulares e com escamoteações verbais". 33

Reverberando ainda as frustrações da naufragada iniciativa rebelde, o personagem adicionalmente tecia considerações acerca do cenário político e eleitoral do seu estado, afirmando que:

"Pode a oposição não vencer o Governo. Ele será, porém, derrotado pelos seus próprios erros, pelas suas próprias culpas, pela miséria e pelo desespero daqueles que lhes sofrem as consequências. É fácil enfrentar a força de um exército, não é difícil sufocar uma revolução. Impossível, porém, é dominar a angústia e o desespero de um povo (...). Se os governos, em vez de esmagarem, com pulso de ferro, as conspirações que se tramam na sua própria imaginação, aplicassem toda essa energia em resolver as questões vitais da economia e da administração, em realizar a justiça social, assegurar a liberdade política e tranquilizar a coletividade, maiores títulos de benemerência conquistariam para o seu nome".<sup>34</sup>

Um pouco dos hábitos e dos costumes políticos sul-rio-grandenses, à época, foram postos em destaque pelo candidato, dando-nos alguma ideia pertinente sobre o então estado de coisas prevalentes na vida política local, e (por que não?) também nacional. Particularmente, a adoção

<sup>33</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso durante a campanha eleitoral da Frente Única para a Câmara Federal", Correio do Povo, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 8, 12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 109.

<sup>34</sup> Idem, p. 114.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> KELLER, Vilma. *Op. cit.*, p. 1742-1744.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Idem, p. 1744.

do recurso ao uso da violência como meio de resolução dos conflitos e das diferenças – uma singularidade da história social e política regional<sup>35</sup> – é colocada em questão pelo personagem, no seguintes termos: "Já tivemos a lembrança de rio-grandensizar o Brasil, mas nunca tivemos a ideia de civilizar o Rio Grande. Porque há, desgraçadamente, dois Rio Grande: há o Rio Grande evoluído, entregue ao trabalho e absorto nos mistérios fecundos da civilização". Esta primeira versão da vida estadual seria, assim, caracterizada pela dedicação ao trabalho e ao estudo. A outra versão se caracterizaria do seguinte modo: "Há um outro Rio Grande, que não evolui, que não tem profissão (...). É o Rio Grande bárbaro". Para Pasqualini, esta "barbárie" sul-riograndense poderia ser definida por meio de uma antiga avaliação feita por Charles Darwin: "'Ao gaúcho dos pampas falta por completo o sentimento da humanidade". Ainda de acordo com Pasqualini, este "primitivismo" societário guardaria expressivas incidências na esfera política. Em sua interpretação:

"As investidas do caudilhismo, como expressão de delinquência, são contra a vida, contra a liberdade, contra o exercício dos direitos políticos e sociais. É ele o maior e mais feroz inimigo da democracia e para combatê-la, congrega e mobiliza todas as forças da criminalidade nativa (...). Meus senhores, como poderá haver tranquilidade no Rio Grande enquanto não desaparecerem esses aspectos degradantes, essa brigandagem torpe, inimiga da civilização?".<sup>37</sup>

As observações de Pasqualini até aqui exploradas denotam, entre outros, um olhar político sobremodo atento em conjugar direitos sociais às liberdades políticas e individuais. Nesse sentido, do ponto de vista da escolha feita em ingressar no Partido Libertador, algumas ponderações, mesmo que esquemáticas, demandam serem delineadas. Isto porque a legenda partidária – e o seu grupo interno no poder – a qual o personagem militou durante os anos de 1930, do ângulo da representação política das frações da estrutura social gaúcha, correspondia principalmente aos segmentos vinculados ao setor pecuarista, ao menos desde a década anterior. Com efeito, segmentos que se sentiam prejudicados com algumas medidas políticas levadas a cabo pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) durante a Primeira República, em sua

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> A respeito, consultar NEUMANN, Eduardo Santos, & GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso durante a campanha eleitoral da Frente Única para a Câmara Federal", Correio do Povo, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 8, 12. In: SIMON, Pedro (org.), *op. cit.*, p. 110-111.

<sup>37</sup> PASQUALINI, Alberto. Idem.

longa hegemonia estadual; PRR que formava agora uma frente política comum com os libertadores. Desse modo, levando em conta os interesses materiais e econômicos, tradicionalmente o grupo político pertencente ao PL requeria uma política governamental que priorizasse incentivos à pecuária, se expressando uma visão ricardiana da economia, no sentido em que considerava a atividade pecuarista portadora de vantagens comparativas sobre os demais setores econômicos. Um esteio, pois, de eventual desenvolvimento a ser irradiado para toda a economia. Quanto aos republicanos positivistas do PRR (aliado, após tantas e longas refregas, dos libertadores), tradicionalmente estiveram associados a uma visão política que encetou ações governamentais abertas ao atendimento dos interesses de diferentes estratos sociais: burguesia comercial e industrial, classes médias urbanas, pequenos proprietários do colonato e, até mesmo, manifestou algumas aproximações com os assalariados urbanos. Neste estrito sentido, o PRR constituiu-se em uma legenda mais avançada politicamente. Em tese, mais congruente a uma escolha – não feita – por Pasqualini.

Acompanhando reflexão desenvolvida por Miguel Bodea, parece-me, todavia, que a dimensão propriamente política se faz necessária ser evidenciada, no tocante aos dois partidos políticos em tela. Nas palavras do autor:

"Talvez ocorra até um certo paradoxo ao nível do enfrentamento doutrinário-filosófico: o positivismo castilhista (...) continha elementos de autoritarismo (...) bem maiores do que o ideário libertador, cuja versão mais aprimorada se dispunha a lutar inclusive pelo regime parlamentarista".<sup>41</sup>

Dessa maneira, a escolha de Pasqualini pelo Partido Libertador parece ter girado em torno de algumas bandeiras liberalizantes e democráticas, dentre elas as de respeito à minoria e ao exercício das liberdades políticas e individuais. Enquanto isso, o PRR, com seu positivismo republicano, segundo Ricardo Vélez Rodríguez, preconizava uma tutela estatal sobre a sociedade e desprezava a instituição parlamentar-representativa. 42 Do ponto de vista de um

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Cf. WASSERMAN, Claudia. Op. cit., p. 280.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> RICARDO, David. "Princípios de economia política e tributação". In: *Os pensadores: Adam Smith – Ricardo*. São Paulo: Abril Cultural, 3ª ed., 1984, p. 251-348.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Sobre o assunto, consultar: WASSERMAN, Claudia. *Op. cit.* PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. cit.* SCHMIDT, Benito Bisso. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> BODEA, Miguel. A greve geral de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, s/d, p. 71.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 115-139.

intelectual, como o foi Pasqualini, não resta muita dúvida que uma ambiência social e política favorável, no mínimo, ao gozo dos direitos individuais de expressão e de opinião, é bastante cara ao seu modo de existência. É provável que aí se encontre uma razão plausível pela opção partidária realizada por Pasqualini. A avaliação de Simon talvez corrobore a hipótese sublinhada. No caso, uma provável memória de tenra idade. Nas palavras de Simon: "O voto, para ele, era sagrado (...). Em criança, Pasqualini vira um homem ser espancado porque votara contra o Governo e, talvez por isso, ingressou no Partido Libertador". <sup>43</sup>

Derrotado nas eleições parlamentares de 1934, um ano depois o personagem dava sequência às suas já intensas atividades políticas, candidatando-se entre os libertadores, por meio da Frente Única Gaúcha, a um mandato na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O pleito foi realizado em 17 de novembro de 1935. Sagrou-se eleito, obtendo a segunda maior votação. 44 Conciliou as atribuições da vereança com o labor advocatício, tendo em vista o fato de que os vereadores não recebiam salário pelo exercício das suas funções políticas representativas. Por extensão, a vereança implicava, notadamente, em uma posição de *status* social, detentora de um viés elitista, em sua composição e atuação. Dentre as atribuições da Câmara, constavam "examinar as contas do Prefeito, votar as leis do orçamento e dedicar-se aos assuntos relativos aos impostos municipais". 45 Um papel político limitado, o que bem denota a significativa superioridade do poder de iniciativa do Executivo na produção e no encaminhamento das propostas de ações e de leis.

No entanto, com Pasqualini, o *status* e a aludida representação política municipal não se restringiram a propostas de sabor tradicional. Pelo contrário, como teremos a oportunidade de observar, a defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes populares aparece folgadamente em seus pronunciamentos e em sua atuação parlamentar.

Imerso na resolução de problemas de ordem pessoal, o personagem esteve afastado da cidade por algum tempo, não sendo empossado junto com os demais vereadores. Em sessão extraordinária instalada especialmente para a recepção e a posse de Alberto Pasqualini em seu

\_

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> SIMON, Pedro. *Atualidade de Alberto Pasqualini*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 81-82. O PL foi uma agremiação que veio a reunir, nos anos de 1920, a oposição atuante na infância de Pasqualini.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> SIMON, Pedro (org.). "Cronologia". In: *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 67. MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Sobre a organização da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, à época, consultar página eletrônica institucional, disponível em: http://www.camarapoa.rs.gov.br/default.htm. Consulta realizada em 12/03/2011.

mandato, o presidente da Câmara de Vereadores, Jayme da Costa Pereira (do PRL, isto é, membro do partido que formava a maioria governamental), pronunciou elogiosas e acolhedoras palavras. Estas revelavam, sobremaneira, o prestígio político que o personagem começava a angariar, mesmo integrando a oposição ao governo estadual e, por conseguinte, também municipal.<sup>46</sup> De acordo com a liderança municipal do PRL:

"Espírito culto, cheio de dedicação e civismo, o Sr. Alberto Pasqualini, com suas luzes, teria sido, em nosso meio, elemento magnífico no trabalho que dispendemos na elaboração da Lei Orgânica de nosso município. Folgamos em vê-lo, entretanto, ainda nas últimas sessões desta legislatura, porque temos a certeza que, no decorrer da mesma, poderemos contar com a sua dedicação e o patriotismo, sobretudo com a inteligência lúcida e brilhante do ilustre patrício a serviço da nossa Comuna e aos interesses da metrópole".<sup>47</sup>

Na Câmara porto-alegrense, Pasqualini envolveu-se em importantes, e acalorados, debates parlamentares que revelam alguns preceitos políticos e filosóficos marcantes em seu pensamento e em sua atuação política desenrolada anos mais tarde, no PTB. Duas temáticas, digamos abordadas ainda em estado germinal pelo seu pensamento, são aqui postas em relevo: o clientelismo e a causa operária. Veja-se o posicionamento pasqualinista a respeito, e alguns princípios mobilizados, que foram, evidente e processualmente, refinados pelo personagem no curso da construção da sua trajetória e das suas ideias políticas.

Em relação à temática do clientelismo, Pasqualini consistia em um ferino crítico desta modalidade de exercício da política. No decênio de 1930, para ele o clientelismo representava uma prática nociva à administração pública. Tema que o pensador e agente político veio a desenvolver de maneira abrangente e densa a partir dos anos de 1940, aqui no desempenho das funções de vereador, Pasqualini tratava o assunto de uma forma que enfatizava a necessidade de introdução de uma lógica racional na administração. Um ângulo que advogava, com efeito, o primado da modernização da burocracia do Estado, em um sentido relativamente convergente com a perspectiva weberiana sobre a dominação racional-legal. <sup>48</sup> Nas palavras do então

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> O cargo de prefeito do município de Porto Alegre não era ocupado por meio do procedimento eleitoral, mas sim por intermédio de nomeação feita pelo governador do estado.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> PEREIRA, Jayme da Costa. "Discurso de posse". Porto Alegre: Correio do Povo, 05/03/1936, p. 10. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 119-120.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Acerca da perspectiva weberiana, consultar: WEBER, Max. *Economia e sociedade*, vol. 1. Brasília: UnB, 3<sup>a</sup> ed., 1994, p. 139-198.

vereador do PL: "Infelizmente, o número e a seleção dos funcionários não obedecem ainda às necessidades e aos interesses da administração, mas a conveniências e a injunções políticas". <sup>49</sup> Ou, por outra, no mesmo compasso em que questionava a submissão da Prefeitura aos interesses circunstanciais do governo estadual, referia-se a gastos orçamentários suplementares requeridos pelo prefeito Alberto Bins, para cobrir despesas com o funcionalismo da Limpeza Pública:

"Qual a razão desse excesso? Ele se originou quase exclusivamente dos encargos do erário municipal na manutenção dos famosos 'deputados' e 'senadores' da Prefeitura (...). Não há quem ignore: a Limpeza Pública é um original 'congresso' constituído de dezenas de 'deputados' e 'senadores', assim denominados e consagrados pela malícia popular os que recebem, religiosamente, no fim da quinzena, o estipêndio municipal, sem prestarem nenhum serviço à Prefeitura. Percebem *honoris causa* e não *pro labor*, pois, quanto ao trabalho, gozam de 'imunidades'. (...) O Estado nada dá ao Município. Ao contrário, suga-o quanto pode, invade-lhe a esfera das suas funções, apropria-se indebitamente de serviços que lhe pertencem (...). Manda e desmanda no funcionalismo municipal, utilizando-se dele a seu talante". 50

No tocante à defesa da causa operária, podem ser destacados, de início, fragmentos de um candente debate pertinente a uma proposta parlamentar de cancelamento de dívida predial; proposta encaminhada a pedido de um cidadão — proprietário de diversos chalés em que residiam operários. Tendo parecer favorável emitido pelo vereador Pereira Filho, a iniciativa de suspensão da dívida baseava-se na alegação de que as casas eram destinadas à aquisição por moradores pobres e operários. Pasqualini manifestava-se contrário à aprovação do parecer, argumentando pela necessidade de anexação de novos documentos comprobatórios do requerente. Argumentos que sensibilizaram aos seus pares e teve por desfecho o pedido de revisão do parecer inicial. Delineado o contexto dos debates, vejamos algumas ideias esposadas por Pasqualini a respeito, então, dos problemas que enredavam a moradia popular e a exploração dos trabalhadores. O seu discurso, que não deixava de revelar um certo viés paternalista, possibilita, ademais, termos uma ideia sobre as relações sociais altamente assimétricas e espoliativas do período.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de encerramento dos trabalhos anuais da Câmara Municipal", Câmara Municipal, 33ª sessão da 2ª reunião ordinária da 1ª legislatura, Porto Alegre: Globo, 18/11/1936, p. 1171-1178. In:

\_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005 p. 32

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso sobre as contas do prefeito". Porto Alegre: Globo, 11/06/1937, p. 268-281. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 160-161.

"Ninguém, mais do que eu, é partidário da causa dos operários, a quem nós, oportunamente, devemos consagrar, carinhosamente, boa parte dos nossos trabalhos, dos nossos cuidados e das nossas atividades. O que, porém, agora se discute (...) é um caso concreto que nos cumpre investigar. O cidadão (...), dizendo-se proprietário de vários chalés, alega que tem compromisso de vendê-los a operários e que de acordo com as cláusulas contratuais, esses operários são obrigados a satisfazer os impostos prediais que recaem sobre os referidos chalés (...). A Comissão (...) examinou esses contratos? Analisou as suas cláusulas? Verificou quais as obrigações assumidas pelos operários? (...) Deve-se proteger o capital que se destina a beneficiar o operário e não o capital empregado na exploração do operário (...) [não há prova de que os operários] não estejam sendo explorados. Sabemos perfeitamente como se fazem contratos dessa natureza: os operários são obrigados com uma prestação inicial e a outras prestações mensais. Na falta de pagamento de uma delas, o operário perde a casa e tudo o que pagou. (...) A Câmara, não tendo presente os contratos, não sabe se isso se verificou no caso presente. (...) Aliás, o fato dos operários serem obrigados ao pagamento de impostos e outras exigências contratuais é uma exploração".<sup>51</sup>

Vale observar que o tema da habitação popular foi bastante caro ao horizonte de preocupações políticas do personagem, particularmente no seio do PTB, originando relevantes propostas em campanhas eleitorais e no Senado, na temporalidade entre os anos de 1940 e de 1950 – uma questão a ser explorada no curso do trabalho. De resto, desnecessário estender, por ora, a ponderação de que tais propostas foram submetidas a um rigoroso adensamento técnico e doutrinário por Pasqualini. Ainda sobre a causa operária, vale reproduzir passagens de uma entrevista concedida a um jornal. Trata-se de projeto do prefeito Alberto Bins, encaminhado à Câmara, demandando aprovação de recursos para a construção de um cassino, sob a alegação de estimular o entretenimento e o turismo na cidade (diga-se, um perfil de projeto, e de argumentação decorrente, que não é estranha às populações dos grandes centros urbanos brasileiros, ainda hoje...). Pasqualini manifestou-se contrário à requisição da Prefeitura, assinalando prioridades sociais. Por outro lado, evocou uma premissa que lhe seria bastante singular, posteriormente, assim como ao trabalhismo: a crítica ao ócio, acompanhada de uma exaltação subliminar do trabalho como princípio ético central para o ordenamento da vida coletiva. Em suas palavras:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discussão de parecer sobre pedido de dispensa de pagamento de dívida junto à prefeitura de Porto Alegre". Porto Alegre: Globo, 29/05/1936, p. 394-399. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 127-129.

"Considero a ideia do Prefeito um verdadeiro desacato ao proletariado, aos flagelados, à população pobre, e, enfim, a todos os que carecem de assistência social (...). Se o Executivo Municipal pedisse à Câmara autorização para contrair empréstimos com o fim de inverter o seu produto na construção de hospitais, creches, maternidades, asilos, escolas ou em outros serviços de higiene, saúde e educação, mereceria ser atendido e não sofreria oposição de ninguém, ainda que isso custasse os maiores sacrifícios para os contribuintes (...). Empregar (...) os dinheiros públicos na instalação de centros de diversões, quando necessidades prementes da população deixam de ser atendidas por falta de recursos orçamentários, é um contra-senso (...). Quer-se (...) que os forasteiros vejam as nossas escolas de vício e os focos da corrupção social. Será essa a melhor forma de fazer propaganda de nossa cidade?".<sup>52</sup>

Prioridade concedida a investimentos públicos dirigidos a atacar as mazelas sociais, por meio da concepção de um papel socialmente ativo do Estado, e crítica moral às atividades improdutivas: estamos lidando com poderosos valores éticos comungados, historicamente, pelo campo político da esquerda.<sup>53</sup> Ainda que preconizados pelo personagem de maneira relativamente tímida, em face da elaboração e da consistência teórica por ele apresentadas no curso do tempo, estamos já diante de um pensamento e de uma atuação política que, em seus primeiros passos, guardavam expressivas sementes da sua posterior doutrinação trabalhista.

Na condição de vereador, Pasqualini começou a alçar vôos importantes na arena política, obtendo prestígio e visibilidade. Em 4 de março de 1936, foi eleito secretário-geral do Partido Libertador, acompanhado de Raul Pilla – um notório defensor do sistema parlamentarista de governo –, na presidência, e de Batista Luzardo, como 1º vice-presidente. Participou de negociações relativas às aproximações do seu partido, e da FUG, junto ao governo Vargas. Diga-se, aproximações que tinham por eixo, essencialmente, tratar de interesses e de preocupações de natureza política regional, como indica passagem de carta enviada por Pasqualini a Miguel Tostes (homem da confiança de Getúlio), em abril de 1937: "o caso da

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> *Globo*. "Entrevista sobre a construção de um cassino no parque Farroupilha". Porto Alegre, 07/11/1936, p. 16. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 144-145.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> O termo esquerda é aqui utilizado no sentido atribuído por Bobbio, ou seja, para classificar aqueles sujeitos políticos, individuais e coletivos, que perseguem a materialização contínua do princípio da igualdade, nos terrenos político, econômico, social e cultural. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*. São Paulo: Unesp, 2ª ed., 2001.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Cf. WEDY, Gabriel. "Alberto Pasqualini: o homem, o pensamento e o trabalhismo". In: *Revista da Ajufergs*, Porto Alegre, n. 6, mai. 2009, p. 138.

sucessão [presidencial], para nós, está em função da política estadual".<sup>55</sup> Estas relações com o governo federal, cada vez mais, vieram a deixar o governador Flores da Cunha em uma posição política isolada.<sup>56</sup> Ademais, em relação ao aumento da influência e do prestígio pasqualinista, podemos observá-lo nas próprias palavras do personagem acerca da orientação do seu partido em face do governo Vargas: "Com relação à política nacional, a tendência do P.L. de cooperar com o governo federal está se tornando cada vez mais acentuada (...). Estou satisfeito por verificar que minha gente evoluiu no sentido dos meus pontos de vista".<sup>57</sup> Matéria do jornal *Correio do Povo* guarda também um significativo indício:

"Regressou sábado a esta capital (...) depois de rápida permanência no Rio de Janeiro, o Dr. Alberto Pasqualini, prestigioso prócer oposicionista (...). S.Sª teve concorrida recepção no aeroporto, onde o aguardavam inúmeros amigos e correligionários, avistando-se, momentos após, com os elementos mais representativos da agremiação a que pertence, transmitindo-lhes suas impressões sobre o atual momento político do País". 58

Adicionalmente, matéria publicada pelo jornal *O Globo*, e reproduzida pelo *Correio do Povo*, demonstra nitidamente a decisiva participação de Pasqualini nas aproximações do seu partido e da FUG com o presidente Vargas. Tinha-se em vista, particularmente, o afastamento de Flores da Cunha do governo gaúcho – um "caudilho, subproduto da espécie humana", segundo Pasqualini <sup>59</sup> – por alegadas manobras militares e conspiradoras. Mas, questão relativa ao plano político nacional também possuía espaço no raio de atenções do personagem e do seu partido. A respeito, assim registrava o *Correio do Povo*, em janeiro de 1937:

"Pertencendo ao Partido Libertador, [Pasqualini] teve atuação destacada no último congresso realizado por aquela agremiação partidária (...). Ainda que o tenha negado, sabemos de fonte segura que S.Sª trouxe incumbências da Frente Única junto ao Presidente da República (...). Voltamos a insistir sobre a missão que trouxera S.Sª junto

GVC1937.04.21/2, p. 3-4.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> CPDOC/FGV, carta de Alberto Pasqualini para Miguel Tostes, 21/04/1937, arquivo Getúlio Vargas, GVC1937.04.21/2, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> O governador também encetou aproximações com a oposição regional, desempenhada pela FUG, tendo em vista obter maior autonomia e conquistar maior poder pessoal em relação ao governo central. Não se saiu bem-sucedido, chegando a ter minoria na Assembleia Legislativa, pouco antes da instauração do Estado Novo. KELLER, Vilma. *Op. cit.*, p. 1745-1746.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> CPDOC/FGV, carta de Alberto Pasqualini para Miguel Tostes, 21/04/1937, arquivo Getúlio Vargas, GVC1937.04.21/2, p. 2.

 <sup>&</sup>lt;sup>58</sup> Correio do Povo. "Entrevista sobre o problema da sucessão presidencial". Porto Alegre, 25/08/1936, p. 11. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 138.
 <sup>59</sup> CPDOC/FGV, carta de Alberto Pasqualini para Miguel Tostes, 21/04/1937, arquivo Getúlio Vargas,

ao Sr. Getúlio Vargas, e se ela não estará ligada ao problema da sucessão presidencial. Falara-se, mesmo, que a Frente Única já tinha candidato.

- 'A Frente Única', responde o prócer gaúcho - 'assumiu com o Presidente (...) um compromisso no sentido de ser resolvida, de forma pacífica e harmônica, a questão da sua substituição. O compromisso existe, portanto com relação ao *modus* da escolha e não quanto à candidatura. (...) Creio que a Frente Única tem motivos para confiar na ação serena e equilibrada, na ponderação e no patriotismo do Sr. Getúlio Vargas'". 60

Ao longo do ano de 1937, nem as eleições presidenciais nem a substituição de Vargas no poder ocorreram. Em 10 de novembro de 1937, foi instaurado o regime discricionário do Estado Novo, com a correspondente suspensão da Carta Constitucional de 1934 e a dissolução das casas parlamentares. Logo, Pasqualini teve o seu mandato cassado e voltou a se dedicar exclusivamente à sua banca de advogado. Todavia, não por muito tempo. Como visto, convergências políticas foram estabelecidas entre o seu partido e Vargas, por razões que competiam, em grande parte, à lógica política estadual, meses antes da instalação da ditadura. Estas convergências permitiram a Pasqualini ocupar importantes cargos na administração pública local sob o regime estado-novista. Em que pesem tais convergências, é digno de nota sublinhar que um crítico voraz do autoritarismo e um defensor das liberdades democráticas, como Pasqualini até então o fora, participar e colaborar com um regime ditatorial, a princípio, poderia evidenciar uma alta contradição política. Entretanto, feito o registro, no capítulo seguinte abordo de maneira mais pormenorizada o assunto.

Segundo a cronologia elaborada por livro organizado pelo senador Pedro Simon, em 8 de julho de 1939, "Alberto Pasqualini é convidado pelo Cel. Cordeiro de Farias [interventor estadual], em nome do Presidente da República, para integrar o Departamento Administrativo, constituído de 8 membros, nomeados pelo Presidente da República". 61

Desempenhou as suas funções no Departamento Administrativo estadual até 1943,62 ano em que assumiu a Secretaria do Interior e Justiça, também do estado do Rio Grande do Sul, a

-

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> Correio do Povo. "Declarações sobre o General Flores da Cunha". Porto Alegre, 13/01/1937, p. 1. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 153-155.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> SIMON, Pedro. (org.). "Cronologia". In: *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 68.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> Órgão estatal criado em 1939, com o fito de substituir os trabalhos desenvolvidos pelo Poder Legislativo estadual e de subsidiar o governo estadual com informações e pareceres sobre legislação e orçamento. Na prática, consistiu em símbolo da hipertrofia do Poder Executivo, nos moldes do Departamento Administrativo do Serviço Público –

convite do novo interventor, o tenente-coronel Ernesto Dornelles. <sup>63</sup> Concomitantemente ao exercício destas funções governamentais, com certa frequência publicou artigos na imprensa local, veiculando com alguma sistematicidade as suas ideias ao público. Desgastado com determinadas medidas políticas que lhe trouxeram divergências em face dos governos estadual e federal, afastou-se da Secretaria em 23 de julho de 1944. Dias depois, em 2 de agosto, "recebeu o título de sócio-honorário da Associação Rio-Grandense de Imprensa, durante homenagem a que respondeu com discurso". <sup>64</sup>

Fora do poder, encontrando-se na oposição, produziu e publicou artigos na imprensa, com assídua intensidade, sobretudo no jornal *Correio do Povo*. A respeito, vale observar que Pasqualini manteve uma estreita relação com este jornal. Nesse sentido, apóio-me em observações tecidas por Laura Vasconcellos. De acordo com a autora:

"Pasqualini (...) manteve uma relação muito especial com o periódico. Seu irmão, Arlindo Pasqualini, foi importante repórter do jornal e chegou a ser secretário de redação. Foi parceiro de confiança de Breno Caldas, (...) com quem fundou a Rádio Guaíba e da qual foi diretor até o ano de 1964, ano em que faleceu (...). Além de amigo de Arlindo Pasqualini, Breno Caldas, diretor do *Correio do Povo*, também foi um admirador de Vargas". 65

Nesse contexto, mais uma vez no desempenho de um papel oposicionista, o personagem publicou artigos que mobilizavam ponderações críticas ao regime do Estado Novo, defendendo a instituição das liberdades democráticas. O mesmo tom foi reverberado em suas entrevistas à imprensa. No ano de 1945, nos últimos suspiros do Estado Novo, ademais, seu nome passou a ser aventado como potencial candidato ao governo estadual, culminando na organização de um agrupamento político chamado União Social Brasileira – USB, que congregou setores populares e intelectuais da sociedade porto-alegrense. Dias antes da fundação da USB, em São Paulo veiculava-se notícia sobre a criação de um partido político liderado por Pasqualini. 66

Dasp, em âmbito federal. ABREU, Luciano Aronne de. "Estado Novo, realismo e autoritarismo político". In: *Política & Sociedade*, UFSC: Florianópolis, n.12, abr. 2008, p. 62-63.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> SIMON, Pedro. (org.). "Cronologia". In: op. cit., p. 68.

<sup>64</sup> WEDY, Gabriel. Op. cit., p. 140.

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Uerj, 2009, capítulo 1, seção 1.1.

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> Folha da Manhã. "Um partido político em organização pelo sr. Alberto Pasqualini". São Paulo, 07/09/1945.

Já possuindo destacado apelo popular, em 21 de setembro do mesmo ano, Pasqualini participou, na condição de principal liderança, da fundação da USB. A badalação em torno do seu nome fica patente na matéria jornalística que segue, publicada ainda no início do ano, no *Correio do Povo*.

"Não é fácil, presentemente, obter minutos do Sr. Alberto Pasqualini (...). Esses nunca foram tão poucos para tantas solicitações. O elevador da Casa Rural nunca funcionou com tanta frequência do térreo ao segundo andar, onde o Primeiro Secretário do Interior do Governo Ernesto Dornelles recebe, nas últimas semanas, elementos e delegados de entidades de classe, todos em busca de informações, de troca de ideias ou de entendimentos sobre a atualidade política do Estado e do País. Esse afluir constante de homens e ideias colocou, como era natural, o Sr. Pasqualini entre as figuras políticas riograndenses mais visadas pelo noticiário do que vai acontecendo no cenário da vida pública nacional. Tem sido divulgado que se corporifica, no momento, um intenso movimento de opinião em torno do Sr. Alberto Pasqualini. Daí o interesse popular, que se excita dia a dia".67

Resultando de um movimento de simpatizantes das ideias pasqualinistas, a USB configurou uma entidade coletiva que consistia, *grosso modo*, mais em um círculo político e cultural do que propriamente em um partido político, já que, de acordo com Bodea, não manifestava interesse imediato nas eleições para a Presidência e o Congresso Nacional. Logo, talvez não seja demasiado classificar esta agremiação como uma espécie de "sociedade de pensamento", nos termos discutidos por Maurice Duverger, <sup>69</sup> isto é, um organismo político integrado por intelectuais que visam indiretamente influir, via proselitismo, nos negócios públicos.

A entidade revelava realçada tonalidade esquerdista, em que a preocupação com o restabelecimento das garantias formais da democracia representativa se associava a amplas propostas de reformas sociais e econômicas. Contudo, meses antes da sua fundação, em junho, talvez denotando um esforço de aproximação dos grupos políticos locais ligados a Vargas, Pasqualini foi convidado para ocupar o assento de ministro do Supremo Tribunal Federal. Recusou a oferta. Suas divergências com Getúlio Vargas e o seu governo, então, sobressaíram durante este período. Porém, como em oportunidades anteriores, aquelas não impossibilitavam

-

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> *Correio do Povo*. "Entrevista sobre possível formação de um novo partido político". Porto Alegre, 18/03/1945, p. 24. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 352.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.*, p. 27.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 26-28.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> SIMON, Pedro. (org.). "Cronologia". In: op. cit., p. 70.

uma eventual congruência em virtude do contexto político e da defesa de alguns preceitos políticos advogados. Resumidamente, pode-se argumentar que, neste período, suas críticas dirigiam-se sobremodo aos aspectos ditatoriais do regime político liderado por Vargas. Todavia, a legislação social e a adoção de mecanismos de intervenção estatal na economia, implementados pelo governo federal, representavam forte campo de interseção. Abaixo, vejamos considerações suas sobre as diretrizes jurídicas do Estado Novo.

"A Carta [constitucional] de 10 de novembro de 1937 é, sem dúvida, na sua essência, democrática. Do ponto de vista dos direitos e garantias individuais, é menos liberal que a de 1891 e a de 1934. (...) O mundo está em ebulição, estão se desmoronando os regimes autoritários, novas ideias políticas e sociais brotaram na consciência dos povos, cada vez mais senhores dos seus destinos (...). A Constituição de 1937 realizou a sua função histórica". 71

Ou, por outra, colocando em relevo, ao mesmo tempo, as positividades do governo Vargas e os seus questionamentos ao legado autoritário, bem como a eventuais aspirações do presidente em manter-se no poder, Pasqualini afirmava o seguinte:

"A candidatura Eduardo Gomes foi apresentada na presunção de que o Sr. Vargas pretenderia eleger-se e continuar. (...) A sua candidatura seria o maior erro que ele poderia cometer contra si. Para um homem que dirigiu o País discricionariamente, que tinha nas mãos todos os poderes (...), que (...) administrou de acordo com os seus pontos de vista, sem ter que dar satisfação a quem quer que fosse (...). Acredito, embora possa estar errado, que ele jamais se colocaria entre os termos de uma contradição que poderia comprometer o saldo favorável de sua obra e cujo julgamento não compete aos amigos ou inimigos, mas à História". 72

Em meio ao processo de transição democrática, Pasqualini manifestou-se favorável a uma candidatura que viesse a expressar um programa político e econômico que unisse as forças da produção nacional, aliando o empresariado aos trabalhadores. Nesse sentido, elogiava o posicionamento favorável de Luiz Carlos Prestes ao apelo, relativamente generalizado, de

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> PASQUALINI, Alberto. "Plebiscito ou Constituinte". Porto Alegre: Correio do Povo, 28/01/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 339-342

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> PASQUALINI, Alberto. "Candidaturas e programas". Porto Alegre: Correio do Povo, 01/04/1945, p. 4. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005, p. 84.

"união nacional". Ta Pregando a realização de eleições para a instalação de uma Assembleia Constituinte (de sorte a revisar a Constituição de 1937) previamente à escolha democrática do novo presidente, Pasqualini estava antenado às movimentações políticas conservadoras que visavam controlar e pôr de lado as aspirações populares. Logo, acompanhou também as ações do amplo movimento popular "queremista", que demandava uma Constituinte com a presença de Getúlio no poder, em virtude do receio de "perder a cidadania social conquistada na década anterior". Assim, mesmo que denotando uma oposição ao nome de Vargas, aos poucos foi se posicionando de maneira transigente em relação a uma eventual candidatura do mesmo à Presidência da República, no bojo da instalação de uma Assembleia Constituinte. Vejamos fragmentos de entrevista concedida a um jornal, em que revelava também o seu apreço aos preceitos e procedimentos do regime democrático:

"- E se a Constituinte viesse a eleger o Sr. Getúlio Vargas...? - sugere o repórter. O Sr. Pasqualini recebe a observação com interesse, e responde:

- 'Sem dúvida, é uma hipótese, materialmente possível, mas a meu ver, não provável em face (...) das reiteradas afirmações do Sr. Getúlio Vargas, que pretende abandonar o governo (...). Se, não obstante tudo isso, o Sr. Getúlio Vargas fosse eleito, nada mais restaria aos seus adversários do que conformar-se com a vontade da maioria. Temos o direito de exigir eleições decentes e livres e as necessárias garantias de que tenham esse caráter, temos igualmente o direito de combater qualquer candidatura. Não o temos, porém, de impedir que o povo escolha, ainda que erradamente, o nome de sua preferência. Afinal, isso é a democracia e, se quisermos realmente observar-lhe e respeitar-lhe os princípios, devemos ser coerentes ainda quando as soluções não favorecem os nossos pontos de vista'".75

O jornal *Folha da Manhã*, em 29 de setembro de 1945, veiculava informações sobre a adesão do grupo político pasqualinista ao movimento queremista, nos seguintes termos:

"Os comunistas e 'queremistas', já agora apoiados pelos partidos que obedecem a orientação do sr. Marrey Júnior, em São Paulo e Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, continuam firmes no propósito de conseguir a convocação da Assembleia Constituinte". <sup>76</sup>

-

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> PASQUALINI, Alberto. "O problema da sucessão". Porto Alegre: Correio do Povo, 17/06/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 390.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 86.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> Correio do Povo. "Entrevista sobre o processo de redemocratização do país". Porto Alegre, 02/09/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 393-394.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> Folha da Manhã. "O ambiente político nacional". São Paulo, 29/09/1945, p. 5.

Portanto, apresentando uma posição ao mesmo tempo divergente e flexível em relação ao legado do governo de Vargas, assim como à sua liderança política, os passos dados por nosso personagem, no processo de transição democrática, nos idos de 1945, favoreceram as aproximações entre a sua União Social Brasileira e o PTB. Entre outras razões, os métodos políticos de formação incipiente do quadro político-partidário que se estava erguendo, neste período transitório, não satisfaziam a Pasqualini. Em sua perspectiva:

"A notícia de que haverá de fato eleições e de que está para ser promulgada a lei eleitoral provocou alvoroço em todo o país, havendo auspiciosamente começado a efervescência política. Os próceres iniciaram confabulações, os políticos já se estão movimentando e articulando segundo as recíprocas afinidades (...). O povo acompanha curioso o desenrolar dos ensaios (...) como a platéia antes do espetáculo (...). Agarrar-se ao poder com unhas e dentes não pode constituir um programa, como também não pode ser um programa lutar simplesmente para arredar e enxotar os que se acham na posse do poder (...). É preciso, pois, distinguir entre agrupamentos que se formam em torno de interesses, e partidos que se constituem para a realização de objetivos éticos e sociais". 77

Especialmente em relação à União Democrática Nacional e ao Partido Social Democrático (dois primeiros partidos a se formarem e a lançarem candidaturas à Presidência), <sup>78</sup> o personagem foi bastante crítico, ao denunciar o que considerava o vazio programático de ambas as legendas.

"Depois de escolhidos os candidatos à Presidência, estão as duas correntes tratando de elaborar os respectivos programas. Nada se conhece ainda do seu conteúdo e das suas tendências, a não ser, segundo consta, que os dois candidatos estão de acordo precisamente no ponto em que deveria constituir o motivo da divergência. Assim, o objetivo primário e fundamental da candidatura oposicionista é reformar a Carta de 1937 e os respectivos suplementos; o candidato governamental, segundo se informa, também julga necessária essa reforma, admitindo, para esse fim, que se devem atribuir ao futuro Parlamento funções de poder constituinte. Restaria saber, pois, no que irão diferir os dois programas. Talvez em muito pouco, talvez em nada. Excluída a questão programática, ficará o campo da divergência restrito às incompatibilidades ou simpatias pessoais". 79

Em um contexto político marcado pelo fechamento das janelas para as agremiações do PSD e da UDN, e por ligeiras aproximações estabelecidas com Vargas e seu legado social, Pasqualini

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> PASQUALINI, Alberto. "Governo e partidos". Porto Alegre: Correio do Povo, 11/02/1945, p. 4. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005, p. 79-80.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> O brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, e o general Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> PASQUALINI, Alberto. "Candidaturas e programas". Porto Alegre: Correio do Povo, 01/04/1945, p. 4. In: *op. cit.*, p. 83.

presidiu a fundação da União Social Brasileira – USB, tendo em vista divulgar um programa social e econômico de corte reformista e apoiado na democracia parlamentar e representativa. Após a destituição de Vargas do poder, entendimentos foram estabelecidos entre o PTB e a USB, por iniciativa petebista, resultando na fusão de ambos os agrupamentos em 1946 e no lançamento da candidatura de Pasqualini, pelo PTB, às eleições para o governo do estado do Rio Grande do Sul, marcadas para o ano seguinte.<sup>80</sup>

No tocante a esta candidatura, Pasqualini teve como principal concorrente o postulante Walter Jobim (PSD), saindo-se derrotado, por este, por uma pequena margem de votos: de um total de 617.512 votos, Pasqualini obteve 209.164, ou 37,64%, contra 229.129 votos dados a Jobim (41,23%).<sup>81</sup> Sobressaíram em sua campanha propostas que pretendiam encaminhar ações para a realização da justiça social. Isto por meio da dotação de recursos orçamentários que privilegiassem obras e serviços de assistência e de interesse dos trabalhadores urbanos e rurais, assim como por intermédio do estímulo ao cooperativismo e à reforma agrária, entre outros, baseado na criação, pelo banco estadual, do que o líder trabalhista em foco chamava de "crédito social". Este instituto financeiro consistiria em empréstimos sem juros financiados por recursos do Estado. Estas ideias e propostas desfraldadas no pleito eleitoral foram, pela oposição liderada pelo PSD, frequentemente acusadas de representar intentos comunistas e ateístas - por serem consideradas ofensivas à liberdade individual e ao direito da propriedade privada. 82 Logo, importa considerar que a oposição, no Rio Grande do Sul, às duas candidaturas de Pasqualini ao governo estadual (em 1947 e em 1954) - assim como as críticas liberal-conservadoras às correspondentes propostas trabalhistas -, não raro estiveram apoiadas em uma retórica que habitualmente mobilizava símbolos desqualificatórios à participação dos trabalhadores na arena política e à representação partidária de alguns dos seus anseios. É o que se pode observar, a

0

<sup>80</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. "Nota biográfica". In: op. cit., p. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> Cf. NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio (coords.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: UFRGS, 1995, p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>82</sup> De resto, acusações recorrentes feitas pelas oposições liberais e conservadoras ao PTB, nas cenas estadual e nacional, ao longo do regime democrático de 1946. A respeito, consultar, entre outras obras de igual relevância: MIRANDA, Samir Perrone de. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1962)*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2006. GOLLO, Luís Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Plenarium (CD), 2006. ROCHA, José Sérgio. *Roberto Silveira – a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003. SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. NETO, João Pinheiro. *Jango – um depoimento pessoal*. Rio de Janeiro: Record, 3ª ed., 1993. RUAS, Miriam Diehl. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

título de ilustração, no editorial do jornal *Diário de Notícias*, de propriedade do então senador pessedista Assis Chateaubriand: "Está havendo, no Rio Grande do Sul, desinteresse pelo alistamento eleitoral (...). Claro é que o descaso, basicamente, só pode ser imputado à massa popular. Ela não mostra propensão para o exercício do sagrado direito e dever do voto".<sup>83</sup>

Derrotado, sem mandato, Pasqualini dedicou-se a desenvolver sistemática atividade divulgadora das diretrizes doutrinárias do trabalhismo, por intermédio da imprensa. No partido, habitualmente assinalava a importância da realização de estudos e de uma definição consistente das linhas programáticas do PTB. Iniciativas que caracterizaram, em boa parte, a sua atuação na legenda partidária, mas que lhe trouxeram, também, não poucas dores de cabeça em face das disputas e das divergências com lideranças e grupos políticos internos ao PTB.

Morando nos fundos do próprio escritório de advocacia que mantinha com outros causídicos, na segunda metade dos anos de 1940, em Porto Alegre, Pasqualini sofria com alguns problemas de saúde. O fígado e os rins o atormentavam. Para espairecer e deixar um pouco de lado os incômodos derivados da saúde frágil e da lida política, o personagem, segundo relato do seu então jovem correligionário petebista, Sereno Chaise, usufruía com gosto dos seus fins de semana no turfe. No ano de 1948, a principal obra publicada pelo personagem foi lançada: Bases e sugestões para uma política social, livro que contou com excelente repercussão nos meios políticos e jornalísticos. Em 1950, aos 49 anos de idade, casou-se com a sra. Susana Thompson Flores. Segundo Laura Vasconcellos, a revista Manchete registrou a união em uma notícia "repleta de romantismo". 85

Também em 1950, o PTB fez a escolha, em 13 de junho, de Pasqualini como candidato ao Senado Federal – no contexto das eleições gerais para o Governo do Estado e para a Presidência da República. Getúlio foi eleito e reassumiu o posto de presidente. O candidato petebista ao governo sul-rio-grandense, Ernesto Dornelles, também se sagrou bem-sucedido nesta eleição. Alberto Pasqualini foi eleito com votação expressiva para o Senado: alcançou 385 mil votos, com mais de 100 mil votos de diferença sobre o segundo colocado, o candidato da

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> Diário de Notícias. "Descenso de politização?". Porto Alegre, Editorial, 10/07/1954, p. 4.

<sup>84</sup> KLÖCKNER, Luciano (org.). O diário político de Sereno Chaise. Porto Alegre: AGE, 2007, p. 21.

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup> Ainda de acordo com a autora, em 1979, Susana Thompson Flores foi uma "das signatárias da Carta de Lisboa (...), que traçava as diretrizes para o trabalhismo depois de anos de ditadura civil e militar", carta que se constituiu em um dos principais documentos de fundação do Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola. VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.*, capítulo 1.

coligação entre PSD e PRP (Partido de Representação Popular), o ex-líder integralista Plínio Salgado. Reference estas retumbantes vitórias eleitorais, o PTB alcançava uma posição hegemônica no estado. Em sua atuação como senador, destacaram-se, sobremodo, a defesa do monopólio estatal do petróleo – tendo exercido a função de relator do projeto de criação da *Petrobras* na Comissão de Finanças do Senado –, e a autoria de projeto que propôs a criação do sistema federal de bancos estatais, em 1954.

Em relação ao monopólio estatal do petróleo, pode-se assinalar, por ora, na leitura e na posição política de Pasqualini, a defesa da taxação compulsória dos veículos de passeio, dentre outras fontes financeiras para subsidiar a fundação e a manutenção da *Petrobras*. Para o "teórico do trabalhismo", não caberia a contribuição voluntária, com múltiplas participações acionárias minúsculas na empresa, ou baseadas em reembolsos governamentais *a posteriori*. Isto a fim de evitar o que Pasqualini interpretava como um provável, e negativo, hibridismo entre o interesse coletivo, pela manutenção do sistema de exploração e de produção de combustíveis, e os interesses privados, guiados por anseios lucrativos.<sup>87</sup> Um sinal da recepção em determinados segmentos da sociedade, especificamente do princípio jurídico e político advogado pelo personagem e a que faço alusão, pode ser identificado na ação impetrada, por algumas agências de automóveis do Rio de Janeiro, no Supremo Tribunal Federal contra o Congresso Nacional e a Presidência da República, alegando inconstitucionalidade da "taxa da Petrobras", por atentar contra o direito de propriedade.<sup>88</sup>

Concernente ao projeto de criação do sistema federal de bancos estatais, chama a atenção a preocupação pasqualinista em criar um sistema nacional de crédito destinado ao financiamento de ações e de medidas que classificava como "não capitalistas". Recursos para viabilizar a oferta da casa própria aos trabalhadores, em condições razoáveis de pagamento, e de terra e de insumos modernos para os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários. Estes foram alguns dos objetivos referidos pelo projeto. Crédito sem juros, por consistir no atendimento a

86 SIMON, Pedro (org.). "Cronologia". In: op. cit., p. 71.

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> PASQUALINI, Alberto. "Parecer no. 269/53, da Comissão de Finanças do Senado, sobre o projeto de lei da Câmara no. 265, de 1952, que dispõe sobre a política nacional de petróleo e institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 03/04/1953. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 321-331.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> *Tribuna da Imprensa*. "Para se livrar da Petrobrás – mandados de segurança requeridos". Rio de Janeiro, 6-7/03/1954, p. 2.

necessidades públicas e não lucrativas, de acordo com Pasqualini. Uma forma, na linha de entendimento trabalhista do senador, de promover o desenvolvimento urbano e industrial acompanhado da redução dos preços dos gêneros alimentícios e dos gastos com a habitação – possibilitando um aumento, no orçamento familiar dos trabalhadores, do consumo de artigos manufaturados; ampliando, com efeito, a demanda e a produção industrial.

Como assinalado, Alberto Pasqualini ainda veio a se candidatar novamente ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1954, não conseguindo sagrar-se eleito. Atingiu 42,51% dos votos, contra 46,17% do candidato vitorioso, Ildo Meneghetti (PSD); uma diferença de apenas 30 mil votos. Pasqualini apresentou projetos de corte socialmente reformista, afinados com os já apresentados na campanha anterior ao mesmo cargo, entre os anos de 1946/1947. Adoentado, encontrou-se bastante debilitado na disputa eleitoral.

Em maio de 1955, chegou a ser convidado por Juscelino Kubitschek para compor a chapa em sua campanha presidencial, no posto de vice-presidente. Pasqualini recusou a oferta por considerar JK um Ademar de Barros "de colarinho e punhos engomados". 90 Nos primeiros dias de janeiro de 1956, ainda ocupando a função de senador, foi acometido por um derrame cerebral, afastando-o definitivamente das lides políticas. Por anos ficou preso a uma cama, praticamente imóvel. 91 Faleceu em 3 de junho de 1960, deixando viúva a sua esposa Susana Thompson Flores, com quem não teve filhos. Deixou múltiplos textos, discursos e entrevistas publicadas na imprensa, assim como diversos pronunciamentos, avaliações e propostas políticas nos registros do *Diário do Congresso Nacional*. Teve alguns livros – em geral organizados por correligionários e admiradores – também publicados, permitindo a preservação e a divulgação do seu pensamento político.

## Alberto Pasqualini: múltiplas interpretações e uma referência para o trabalhismo

Para o desenvolvimento de um estudo cujas lentes privilegiam o universo político, recorri também a pressupostos do que se convencionou chamar de história cultural. Nesse

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> Em um total de 837.755 votos, o candidato vitorioso alcançou 386.821 e Pasqualini obteve 356.183 votos. Cf. NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio. *Op. cit.*, p. 70.

<sup>90</sup> SIMON, Pedro. (org.). "Cronologia". In: op. cit., p. 72. WEDY, Gabriel. Op. cit., p. 143.

<sup>91</sup> LEMOS, Renato. Op. cit., p. 4438. SIMON, Pedro. (org.). "Cronologia". In: op. cit., p. 72.

sentido, tomei como referencial pertinente de análise alguns postulados teóricos formulados, entre outros, por Michel de Certeau e Roger Chartier. 92

Em rápida apreciação, é legítimo considerar que esta matriz de abordagem ocupa-se da reflexão acerca do processo de circulação e de recepção dos produtos culturais, de sorte a assinalar a liberdade criativa existente no processo de recepção das mensagens elaboradas e veiculadas pelos produtores de bens simbólicos. Ressalta-se, pois, a natureza ativa da relação entre produtores e consumidores, não consistindo em uma via de mão única e rigidamente verticalizada, da produção ao consumo. Logo, as eventuais intenções do produtor de bens e componentes simbólicos (ideias, valores, imagens etc.), não raro, podem deixar de atingir o êxito ou o sentido esperado, na exata medida em que os sujeitos da recepção "assimilam" os referidos bens de acordo com as suas experiências peculiares de vida, processando-os com variável grau de inventividade. 93 Para os efeitos deste item do capítulo, consumidores são aqui designados os agentes sociais direta ou indiretamente interessados no conteúdo dos discursos e das proposições políticas: dirigentes e militantes políticos – do PTB e de demais siglas partidárias -, imprensa, integrantes da Igreja Católica, entre outros. Estes representavam significativos setores das sociedades sul-rio-grandense e brasileira que apresentaram manifestações públicas em torno das ideias divulgadas e propugnadas por Alberto Pasqualini, como teremos a oportunidade de observar.

Uma nuança relevante a evidenciar é a posição de centralidade intelectual ocupada pelo personagem no processo da elaboração e da difusão de uma doutrina trabalhista, particularmente nos primeiros anos do percurso do Partido Trabalhista Brasileiro. No tocante a esta atividade política, é comum a literatura sobre o PTB e o trabalhismo destacar outros personagens que ganharam projeção partidária principalmente a partir de meados da década de 1950, como o deputado federal San Tiago Dantas. <sup>94</sup> Entretanto, é bastante plausível afirmar que Pasqualini

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 16ª ed., 2009. CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". In: Estudos Avançados, 11(5), 1991, p. 173-191. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988, p. 13-27.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. *Op. cit.*, p. 237. Consultar também POCOCK, John G.A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. Importa ponderar que o acento em tal capacidade inventiva não desconsidera as assimétricas relações de poder que envolvem o fenômeno da recepção dos bens simbólicos.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> A respeito, consultar, entre outras obras de igual relevância, GOMES, Ângela de Castro. "Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas". In: \_\_\_\_ (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 133-160. ONOFRE, Gabriel da Fonseca. "San Tiago Dantas: o ideólogo do trabalhismo democrático". In:

ocupou uma posição central no desempenho das funções doutrinárias do partido, ao menos no primeiro decênio do itinerário da sigla trabalhista, isto é, no importante momento de sua formação e de sua estruturação organizativa.

Em múltiplas fontes analisadas, referentes à temporalidade das décadas de 1940 a 1960, vê-se que a doutrina trabalhista era recorrentemente associada à *persona* de Pasqualini, pelos mais diferentes atores sociais e políticos. Com base na interpretação de Certeau, parece-nos lícito inferir que o papel desempenhado por Pasqualini pode ser considerado "estratégico", no sentido em que "sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio". Um lugar de enunciação e de referencialidade retórica sobre o trabalhismo e os seus projetos políticos, sociais e econômicos. Nesse estrito sentido, em interpretação consoante, é forçoso identificar Pasqualini como um sujeito que, por meio das suas iniciativas políticas, da sua retórica e dos seus textos, veio a exercer uma "posição transdiscursiva", na acepção dada por Michel Foucault. Nas palavras do autor: "É fácil ver que na ordem do discurso se pode ser autor de mais do que um livro – de uma teoria, de uma tradição, de uma disciplina, no interior das quais outros livros e outros autores vão poder, por sua vez, tomar lugar". 97

Todavia, vale ponderar que o personagem não foi um "grande autor", na acepção empregada por Foucault: não se dedicava exclusivamente a uma produção literária ou científica sistemática que viesse a influir nestes círculos intelectuais. Mas, pode ser interpretado como sujeito de uma "posição transdiscursiva" quando observado sob o ângulo da referencialidade obtida por seu discurso e sua produção textual no campo político, entre os decênios de 1940 a 1960. Se pouco conhecido nos dias de hoje, o papel de autoridade teórica sobre o trabalhismo lhe foi imputado por seus contemporâneos. A respeito, John Pocock faz considerações que iluminam sobremodo a questão:

"Temos tendência a selecionar indivíduos ilustres e atribuir-lhes papeis principais ou importantes que nem sempre eles ocuparam. Mas se tais papeis lhes tiverem sido atribuídos, não por historiadores, mas por aqueles que os historiadores estudam, a situação muda de figura". 98

*Mosaico*: Cpdoc/FGV: Rio de Janeiro, ano III, n.5, set. 2011. Disponível em: <a href="http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/san-tiago-dantas-o-ide%C3%B3logo-do-trabalhismo-democr%C3%A1tico">http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/san-tiago-dantas-o-ide%C3%B3logo-do-trabalhismo-democr%C3%A1tico</a>.

<sup>95</sup> CERTEAU, Michel de. Op. cit., p. 94.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 4ª ed., s/d, p. 56-63.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> Idem, p. 56.

<sup>98</sup> POCOCK, John G.A. *Op. cit.*, p. 77.

Sem lugar à dúvida, o personagem não promoveu uma "invenção" individual e singularizada da corrente política trabalhista. Ao contrário, o trabalhismo foi composto por aspirações, valores e princípios difusos que circulavam no imaginário social dos estratos populares, antes mesmo da criação do PTB. 99 Por um lado, o trabalhismo revelava traços remotos de continuidade com a experiência do movimento sindical e dos ativistas que se orientaram por um ideário socialista, na Primeira República. 100 Por outro, a propaganda e as iniciativas políticas e jurídicas das sucessivas gestões de Vargas no governo federal, antecedendo mesmo à criação do PTB, também contribuíram sobremaneira para a gestação e a substância de uma tradição política trabalhista, segundo os consagrados estudos de Ângela de Castro Gomes e de Jorge Ferreira. 101

Qual o papel desempenhado, então, por Pasqualini? Nos parece que o "doutrinador trabalhista" organizou, promoveu e articulou um conjunto de ideias e de valores que, assentados numa dada superfície social, podem refletir um matiz do que Lucien Goldmann classifica como "sujeito transindividual": uma intervenção cultural criadora individual que expressa e fornece coerência à visão de mundo de um agrupamento social. 102 Além disso, em consonância com as perspectivas já assinaladas de Certeau e de Foucault, o personagem conseguiu reservar para si um espaço de legitimidade e um *status* que o colocou em alta evidência política e intelectual na corrente e no imaginário trabalhista. A sua legitimidade foi também identificada e reforçada por atores que integravam outras correntes políticas e de pensamento, inclusive adversárias. É o que se pode perceber abaixo em uma matéria do *Diário de Notícias*, jornal que pertencia ao conglomerado midiático de Assis Chateaubriand, um opositor dos petebistas.

"Há tempos declarou o sr. Getúlio Vargas que um dos objetivos do PTB seria a socialização das fontes naturais de riquezas (...). Afirmou o chefe trabalhista que o PTB é um partido socializante (...). Essas declarações do sr. Getúlio Vargas têm tido diferentes

<sup>102</sup> GOLDMANN, Lucien. A criação cultural na sociedade moderna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> Por imaginário social entende-se "uma das forças reguladoras da vida colectiva (...) [que] *informa* acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à acção, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação (...), o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores". Cf. BACKZO, Bronislaw. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-311.

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> Cf. BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, s/d. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2ª ed., 1994. SCHMIDT, Benito Bisso. *Op.cit*.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário..., op. cit.*. FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção..., op. cit.* 

interpretações. Eis por que solicitamos do sr. Alberto Pasqualini que nos indicasse qual a interpretação exata e qual a posição do PTB em face do capitalismo e do socialismo". 103

Recorrer a Pasqualini para esclarecimentos sobre a posição do partido em relação a diversos temas era bastante comum; no caso em tela vemos inclusive um pedido de explicação, mais precisa, acerca do pronunciamento do então chefe inconteste do PTB. Do lado petebista, é claro, o seu prestígio não poderia ser inferior. É o que duas matérias da *Revista Trabalhista* – uma publicação ligada ao PTB – nos sugerem com fotos envolvendo o personagem e outras lideranças partidárias. Suas legendas são reveladoras. A primeira afirmava: "O senador Alberto Pasqualini orienta parlamentares trabalhistas sobre questões do momento". <sup>104</sup> A outra assinalava o seguinte: "Como sempre, Pasqualini e Jango são ouvidos com acatamento e simpatia". <sup>105</sup> Ademais, segundo o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), em momento de consternação com o falecimento do personagem, no ano de 1960, "sem Pasqualini o PTB não teria existido". <sup>106</sup>

Feitas estas ponderações ficam as perguntas: como Pasqualini conseguiu alcançar este *status* político? Quais recursos ou caminhos possibilitaram alcançar essa projeção no PTB? Esquematicamente, cumpre sublinhar que o personagem não integrava o grupo de primeira hora e de confiança irrestrita de Vargas, o que consistiria em uma variável facilitadora, dada a centralidade de Getúlio no partido. 107 Exerceu importantes funções político-administrativas no Estado Novo, mas indispôs-se e foi para a oposição, frequentemente publicando artigos na imprensa, cujos teores eram de ácidas críticas ao regime estado-novista. Somente filiou-se ao PTB após a destituição de Vargas da Presidência da República, nos estertores de 1945.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> *Diário de Notícias*. "Fala o sr. Alberto Pasqualini: o trabalhismo em face do capitalismo e do socialismo", Porto Alegre, 10/12/1949, p. 7, 14. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 201-207.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, set. 1952, p. 53-54.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> Correio da Manhã. "Ao contrário dos que queriam explorar, Pasqualini desejava estruturar o PTB". Porto Alegre, 05/06/1960. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 89.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> No tocante à estrutura interna de organização e de poder do PTB, consultar: D`ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos..., op. cit.* NEVES, Lucília de Almeida. *PTB – do getulismo ao reformismo.* São Paulo: Marco Zero, 1989.

Ao nosso ver, tal condição de autoridade, com base na perspectiva de Durval Albuquerque Jr., <sup>108</sup> pode ser compreendida por meio da operação de análises externas e internas aos textos, aos discursos e aos pronunciamentos políticos de Pasqualini.

No que concerne a uma análise externa pode-se destacar, em primeiro lugar, uma certa valorização simbólica e retórica concedida, de acordo com Ricardo Vélez Rodríguez, pela cultura política sul-rio-grandense ao "desprendimento pessoal" no trato da coisa pública. <sup>109</sup> Na Primeira República, politicamente sob o monopólio do Partido Republicano Rio-Grandense, inspirado pelo positivismo, algumas ideias de corte positivista circularam no Rio Grande do Sul, deitando raízes culturais. Uma delas, que nos interessa em particular, tipificou o horizonte político estadual, em conformidade com a interpretação dada por Rodríguez: a política concebida como uma atividade social e eticamente elevada – devendo ser guiada pelo princípio republicano da virtude, entendida como a submissão do interesse particular às necessidades públicas –, e norteada pela "pureza de intenções" do agente público. <sup>110</sup> Uma nuança que pode ser identificada por meio das diferentes enunciações e categorias mobilizadas pelo discurso político local. Por conseguinte, vejamos a reverberação de um deputado estadual, em 1947:

"O anteprojeto foi amplamente estudado e debatido, artigo por artigo (...). Companheiros de bancadas diversas divergiam, e deveriam divergir, entre si. Está aí o principal mérito do trabalho. Não eram políticos a se debater; eram rio-grandenses eleitos pelo valoroso povo do Estado, que só visavam a felicidade do Rio Grande do Sul". 111

Por outro lado, no ano de 1936, do ângulo em que enxergava os trabalhos desenvolvidos por seus pares na Câmara Municipal de Porto Alegre, um vereador entendia que:

"O ponto de vista em que cada um de nós se coloca, quando examina aos interesses da população, não é sentimento partidário que se apresenta perante a Câmara (...), e sim, o sentido do bem público, respeitados, no entanto, os ideais de nossas correntes partidárias". 112

<sup>111</sup> MICHAELSEN, Egydio. "Michaelsen conclui seu discurso do dia 22", Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 24/04/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista. Porto Alegre: Alergs, 2003, p. 165-169.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. "A dimensão retórica da historiografia". In: PINSKY, Carla B., e LUCA, Tania Regina de. (orgs.), *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.

<sup>109</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Brasília: Senado Federal, 2000.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> Idem, p. 105-129.

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> BOEHL, Ludolfo. Annaes da Câmara de Porto Alegre, 30<sup>a</sup> sessão da 2<sup>a</sup> reunião ordinária da 1<sup>a</sup> legislatura. In: Globo, Porto Alegre, 14/11/1936, p.1131-1135, *apud* SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p.146.

Por seu turno, o "teórico do trabalhismo" revelava em seus textos e em sua retórica nítida congruência com este aspecto da cultura política regional. Mais: considero essa postura e essa imagem "desinteressada", transcendendo eventuais motivações pessoais e circunstanciais, um poderoso recurso de construção da sua imagem política. Do mesmo modo, uma saliente variável que incidiu na obtenção do *status* de autoridade teórica e política do trabalhismo. Veja-se o aludido matiz cultural na retórica do próprio personagem, ainda como vereador da Câmara de Porto Alegre, na década de 1930:

"Há sempre nos pontos de vista e nas atitudes dos homens retos, sejam quais forem as suas origens ou filiações partidárias, um denominador comum, que é o bem geral da coletividade. Só os homens limpos e bem-intencionados podem encontrar esse ponto de intersecção de todas as vontades verdadeiramente orientadas para o bem e só entre eles são admissíveis e possíveis entendimentos sinceros e leais". 113

Anos mais tarde, já integrando os quadros do PTB e apresentando uma mesma linha de entendimento sobre a atividade pública, Pasqualini afirmava que o papel das lideranças deveria ser o de "guiar e educar a massa partidária à luz de uma ideia e de uma doutrina: esclarecê-la, 'politizá-la'". Ainda em sua interpretação, os líderes "cometeriam crime de abuso de confiança se se valessem de sua influência na massa para objetivos de caráter pessoal". Associado ao traço cultural regional em destaque pode-se também mencionar o peso que a imagem pessoal do sujeito político exerce sobre a recepção do seu discurso. Aristóteles, abordando algumas peculiaridades da retórica política — considerada uma técnica voltada à persuasão do público — asseverava que: "O caráter pessoal do orador alcança a persuasão quando ele nos leva a crer no discurso proferido. Acreditamos mais nos homens de bem por serem mais preparados e íntegros do que outros". E quem eram os "homens de bem" para o filósofo? Os "virtuosos", dedicados à reflexão, aos estudos e ao tratamento elevado das coisas pertinentes à vida pública. Por conseguinte, notem-se as referências elogiosas emitidas pelo controverso Tenório Cavalcanti, parlamentar fluminense da União Democrática Nacional — UDN/RJ, partido que fazia encarniçada oposição ao PTB. Trata-se de um debate na Câmara dos Deputados, travado em

\_

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de encerramento dos trabalhos anuais da Câmara Municipal", Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre, 18/11/1936, p. 1171-1178. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, IHGRS, Alergs, 2005, p. 33.

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 246.

ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Rideel, 2007, p. 23.

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> ARISTÓTELES. A política. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.

1958, a respeito de projeto que visava conceder uma pensão vitalícia ao senador Pasqualini, envolvido com sérios problemas de saúde.

"Dir-se-á que não deveria eu vir à tribuna defender projeto que beneficiará (...) adversários nossos. Mas, há poucos dias, falei sobre o homem público e o homem de partido (...). Mostrei que o homem público (...) é aquele merecedor da confiança do povo ou de seus concidadãos, que dele esperam conselho, lisura, honestidade, lealdade: é o homem desinteressado, (...) o patriarca do civismo, o amigo das causas boas". 117

Integrante da mesma legenda partidária de Tenório, o não menos polêmico deputado federal Carlos Lacerda (UDN/DF) assim se exprimia em relação ao projeto abordado pelo seu colega:

"Sr. Presidente, venho declarar meu voto favorável ao projeto (...) como homenagem especial que o Congresso Nacional deve a homens públicos como Alberto Pasqualini (...), que chegam ao fim de uma longa vida pública, já hoje atingidos pela doença que os inutiliza para a função com rigorosa observância de princípios que informam, não somente os homens de bem em geral, mas, especialmente, aqueles que têm a honra de exercer o mandato de representante do povo". 118

Evidentemente, não estão em jogo os predicados morais do personagem. O que importa é a imagem construída e disseminada: uma imagem positivamente recebida pelos círculos políticos e jornalísticos que, consoante à interpretação aristotélica, podemos afirmar que proporcionava força persuasiva a Pasqualini. Como se vê, uma imagem positiva e uma força persuasiva que tiveram forte incidência inclusive entre os agentes associados à oposição ao espectro político do personagem. Sem a pretensão de esgotar outras eventuais variáveis relativas a uma análise externa à criação da sua imagem e à sua condição de referencialidade teórica trabalhista, assinalo uma última e adicional, mas complementar: a sua pregação por substância técnica no exercício da política, a ênfase dada ao saber e aos estudos, à dedicação e à reflexão cuidadosa das questões públicas; isso tanto em sua retórica quanto em suas ações políticas. Este talvez represente um traço singular do personagem, também propiciando uma imagem política positiva, já que os dois aspectos anteriores ressaltados eram, de alguma maneira, amplamente compartilhados ou disponíveis culturalmente aos agentes políticos contemporâneos — como vimos, aos gaúchos e aos de demais unidades da Federação. Uma mobilização peculiar, pois, de práticas e de hábitos que tipificam o universo cultural e a prática do intelectual. No entanto,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> CAVALCANTI, Tenório. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 06/12/1958, p. 8005.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> LACERDA, Carlos. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 06/12/1958, p. 8003.

também aqui, de certo modo, tropeçamos em uma categoria que parece central à análise externa do discurso de Pasqualini: o "desinteresse". Identificando certos traços que remontariam ao arquétipo dos filósofos do Iluminismo, Zygmunt Bauman põe em destaque a variável "desinteresse", concebendo-a como um predicado explorado pelo sujeito a que se atribui a função de intelectual. Nas palavras do autor:

"Sobre o campo fragmentado dos especialistas (...), ergue-se, não obstante, o fantasma de 'pensadores como tal', pessoas que vivem para e pelas ideias, livres de qualquer preocupação vinculada a função ou interesse; pessoas que preservam a capacidade e o direito de dirigir-se ao resto da sociedade (inclusive outras partes da elite educada) em nome da razão e de princípios morais universais". 119

Ademais, de acordo com Bourdieu, consiste o "desinteresse" em uma propriedade que marca a lógica que rege o campo científico. Em sua concepção: "O 'interesse puro'", o sujeito "desinteressado", representa uma "forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que compensa". <sup>120</sup> Na seara política, ganhos simbólicos também podem ser auferidos a partir da adoção do aludido predicado, senão vejamos. Segundo Pasqualini, "a atividade política e administrativa no estado moderno deve ser uma atividade racional e científica e não uma atividade empírica de tentativas sem direção". <sup>121</sup> Esse postulado, que privilegiava o estudo e o saber, e que norteou o itinerário de Pasqualini no PTB, foi reconhecido e admirado por seus contemporâneos. Em 1948, por exemplo, o lançamento da primeira edição do seu livro mais importante, cujo título é *Bases e Sugestões para uma Política Social* – publicado em editora porto-alegrense, Globo, um ano após a sua derrota na eleição ao governo do estado do Rio Grande do Sul – obteve repercussão favorável em um jornal, que sublinhava o "diferencial" político apresentado pelo personagem.

"Com seu livro, despiu o Sr. Alberto Pasqualini sua capa espanhola de político sonhador, epíteto zombeteiro com que um humor de beócios inadvertidos (...) pretendeu, ainda há pouco, expô-lo ao ridículo, à guisa de argumentos numa contenda de partidos. Mas, ao despir-se dessa condição de político, ou seja, daquele que faz política prática, encontrou-

<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> BAUMAN, Zygmunt. Legisladores e intérpretes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>120</sup> BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Unesp, 2004, p. 31.

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> Correio do Povo. "Aprovado o parecer do senador Pasqualini sobre o 'Fundo Naval'". Porto Alegre, 26/05/1951, p. 11-12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 20.

se o Sr. Alberto Pasqualini consigo mesmo, investindo-se da real e própria função que lhe estava destinada. E essa não era outra senão a que um pesquisador de verdades (...), rigorosamente (...) de um doutrinador de ideias (...). O Sr. (...) Pasqualini (...) parece ter aceitado sua destinação, subordinando-se às regras essenciais do puro pensamento (...). Tornou-se de político em pensador político; de *leader* e candidato, em professor de candidatos e de *leaders*". <sup>122</sup>

Dez anos mais tarde, Unírio Machado, deputado federal pelo PTB/RS, demonstrava em discurso parlamentar o seu apreço à obra intelectual e política de Pasqualini, em função da reedição do mesmo livro, agora por intermédio de editora carioca.

"Cumpro o grato dever e a honrosa missão, em nome da bancada trabalhista (...) de comunicar à Casa e, por seu intermédio, à Nação o lançamento hoje (...) da grande obra política, econômica e social do insigne Senador da República Alberto Pasqualini, intitulado 'Bases e Sugestões para uma Política Social'. Senador (...) expressão máxima de jurista, pensador, sociólogo, consagrou-se como doutrinador, como estadista numa das maiores figuras do Parlamento Nacional. Pelo seu idealismo pela sua argúcia de estudioso dos problemas nacionais, coube-lhe a obra de ser o teórico máximo do trabalhismo". 123

Ademais, estritamente no tocante à dimensão da análise interna do discurso pasqualinista, cumpre em particular acentuar por ora alguns poucos aspectos, já que consistirá, em capítulo oportuno, em objeto mais pormenorizado de análise. Então, vejamos: em primeiro lugar, a busca por um delineamento dos contornos programáticos, filosóficos, políticos e econômicos do trabalhismo revelava a emergência de uma literatura e de uma retórica regidas por um ponderável rigor científico. Em segundo lugar, a heterogeneidade de matrizes teórico-filosóficas, refletindo-se em múltiplos textos, discursos e pronunciamentos, e que marcava o pensamento do personagem. À guisa de esclarecimento, esquematicamente podem ser citadas estas matrizes, abordadas com maior atenção no terceiro capítulo. São elas: o organicismo positivista, o catolicismo, o keynesianismo, o liberalismo político, o socialismo evolutivo ou a social-democracia europeia, particularmente o laborismo britânico; revelando também

<sup>123</sup> MACHADO, Unírio. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/11/1958, p. 7571.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> ALMEIDA, Naio Lopes de. "Alberto Pasqualini – um egresso da política I". Porto Alegre: Correio do Povo, 14/11/1948, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 23-24. Vale observar que Pasqualini escrevia artigos na imprensa com certa regularidade, desde o início dos anos de 1940. Porém, *Bases e sugestões para uma política social* foi o seu primeiro livro publicado.

expressiva sintonia com a perspectiva econômica da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Por fim, a mobilização de preceitos éticos de corte humanista.

O primeiro aspecto identificado em sua produção textual permite-nos afirmar que representava uma variável significativa e plausível para a construção do *status* de autoridade doutrinária do trabalhismo. Ainda mais se considerarmos que a preocupação em elaborar contornos e diretrizes teóricas nítidas para o trabalhismo praticamente ficou circunscrita a Pasqualini, nos anos iniciais do PTB – diga-se, atividade política e intelectual que ele desenvolveu no diretório sul-rio-grandense, seção que detinha a hegemonia no diretório nacional do partido. Quanto aos dois outros aspectos assinalados, eles, de maneira conjugada, tenderiam a suscitar a formulação de um pensamento político ambivalente e de sabor universalista. Configuravam, com efeito, um pensamento bastante matizado, heterodoxo, filosoficamente eclético, dotado de expressivo grau de fluidez teórico-filosófica, com certa facilidade passível de múltiplos apelos, empregos e interpretações. As apropriações e os usos feitos com a perspectiva política do personagem denotam variados potenciais de atração e de crítica e são, portanto, bastante diversificados, conforme chama a atenção Chartier, em virtude do lugar e dos interesses dos interlocutores ou receptores. Lea É o que teremos a oportunidade de observar adiante.

Posto isso, reproduzo e coloco em evidência uma certa diversidade de interpretações e de usos da perspectiva política do personagem. *Grosso modo*, optei por selecionar documentos e fontes que retratassem os seguintes pontos de vista receptores: *trabalhista*; *socialista*; *antiesquerdista ou anticomunista*; e *cristão*.

No que tange à recepção entre os *trabalhistas* – note-se que ela não é de forma alguma unívoca –, por ora, dou prioridade a um padrão a que se pode classificar como propositivo e educativo. Isto é, uma modalidade de apropriação e de uso que acentuava a referencialidade doutrinária e intelectual do "mestre" como um recurso para a tomada de posição política.

Em debate na Câmara dos Deputados, o parlamentar gaúcho Arthur Fischer (PTB/RS) reproduzia e exaltava as ponderações feitas por Pasqualini em artigo publicado no jornal *Correio do Povo*, no ano de 1947; artigo que abordava o sentido e a função dos partidos políticos. Importante salientar que, nesta época, o personagem havia recém perdido a eleição ao

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup> CHARTIER, Roger. A história cultural..., op. cit., p. 17.

governo do Rio Grande do Sul, encontrava-se sem mandato representativo e a sua atuação política se circunscrevia sobremaneira às terras gaúchas. No mais, o discurso é auto-explicativo.

"Alberto Pasqualini (...) traçou a justa linha que convém aos Partidos na sua ação política. Definiu as atitudes que esses devem observar em face das iniciativas governamentais (...). Ora, Sr. Presidente assuntos e problemas de real interesse para o povo e a Nação têm sido aqui debatidos e nunca deixaram de obter o apoio de todos os Partidos. Devemos reconhecer, porém, que, muitas vezes, se têm travado acalorados debates de caráter nitidamente particularistas, de interesses de partidos e mesmo pessoais (...). Por isso Sr. Presidente, para que seja transcrito no 'Diário do Congresso' esse artigo do jornalista gaúcho Alberto Pasqualini, (...) foi que o li e estou certo de que muitos de nós, ou talvez todos nós, poderemos aproveitar a lição que ele contêm". 125

Alguns anos depois, o deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS) também mobilizava a produção textual de Pasqualini, no caso para advogar, entre os seus pares da Câmara dos Deputados, o encaminhamento e a aprovação de projeto concernente à reforma bancária. Antes, contudo, faz-se necessário alinhavar algumas breves considerações a respeito da aludida tese reformista.

Uma das ideias mais caras ao elenco de proposições esposadas pelo "teórico do trabalhismo" foi a instituição de uma reforma no sistema financeiro que pudesse viabilizar o fomento de recursos voltados aos investimentos e às iniciativas sociais e econômicas de natureza "não-capitalista". <sup>126</sup> Isto por meio da reorganização do sistema financeiro e da criação de bancos estatais dotados de recursos orçamentários que privilegiassem obras e serviços de assistência e de interesse dos trabalhadores urbanos e rurais e que, adicionalmente, estimulassem o cooperativismo e a reforma agrária. Por extensão, o líder trabalhista defendia um instituto financeiro a que classificava como "crédito social" – que consistiria em empréstimos sem juros financiados por recursos do Poder Público. Crédito sem juros, de sorte a atender a necessidades públicas e não lucrativas. Por extensão, Pasqualini formulou, na condição de senador, um projeto de criação do sistema federal de bancos estatais, <sup>127</sup> que tinha por finalidade, entre outros,

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> FISCHER, Arthur. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 30/09/1947, p. 6195.

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> Consultar, entre outros textos: PASQUALINI, Alberto. *Bases...*, *op. cit.* PASQUALINI, Alberto. "Inflação e estabilidade social". Porto Alegre: Correio do Povo, 23/09/1955, p. 4 e 9. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 425-430.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> PASQUALINI, Alberto. "Projeto de lei do Senado no. 21/54 – institui o sistema federal de bancos de estado e dá outras providências". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 08/04/1954. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 250-315.

disponibilizar recursos para a obtenção da casa própria pelo trabalhador urbano, e de terra e de insumos modernos para a produção agrícola, aos trabalhadores sem terra e aos pequenos proprietários rurais. Representava, para o autor do projeto, o "capítulo primeiro da reforma de base que se deve operar no país". Assim, veja-se o uso do projeto feito pelo trabalhista Fernando Ferrari, na Câmara Federal:

"Sr. Presidente, o projeto da reforma bancária nacional é uma proposição das mais importantes que passaram pelo Congresso e, no meu entender, merece atenção especial dos senhores representantes. A douta Comissão de Economia [da Câmara] apresentou longo substitutivo a esta matéria de tanta transcendência (...). Visando justamente aparelhar o Governo de um sistema bancário que realmente represente a própria ordem social e econômica da Constituição o eminente Senador Alberto Pasqualini submeteu à consideração do Senado um projeto geral de reforma bancária (...). O ilustre Senador (...) justifica plenamente a proposição através de páginas brilhantes, que bem demonstram (...) o alto conhecimento que tem da realidade social do povo brasileiro. Vou, por isso, Sr. Presidente, encaminhar à Mesa, como substitutivo geral ao projeto de reforma bancária, a proposição apresentada no Senado pelo eminente representante do Rio Grande do Sul". 129

Talvez valha ainda registrar as interpretações dadas pela imprensa ao projeto reformista de Pasqualini, sob óticas diferentes; uma que se apoiava na lógica financeira estabelecida, e ainda vigente, diga-se, e outra que acolhia favoravelmente a proposta. Respectivamente, por um lado, "seu plano de um banco 'que emprestasse sem cobrar juros' – e que nenhum banqueiro pode atinar como isso é possível – é uma espécie de instituição mutualista: uma compensação pública para a concentração privada da riqueza". <sup>130</sup> Por outro, para Renato Costa, colunista do *Correio do Povo*, jornal sintonizado com as ideias trabalhistas, e em que Pasqualini assiduamente colaborava com artigos, o projeto devia ser considerado "revolucionário". <sup>131</sup>

No tocante à recepção entre os agentes sociais e políticos que assinalavam um sabor *socialista* na perspectiva política do personagem, ou mesmo entre aqueles que esposavam um ideário também socialista, reproduzo algumas das suas respectivas interpretações e

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> Correio do Povo. "Transformação radical no sistema de crédito". Porto Alegre, 08/04/1954, p. 17-18.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> FERRARI, Fernando. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 13/11/1954, p. 7567.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> Revista do Globo. "Vida e morte de um doutrinador". Rio de Janeiro, no. 771, 25/06 a 08/07 de 1960, p. 76-78. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 120-121.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> COSTA, Renato. "O Banco Central do Brasil e o projeto do senador A. Pasqualini". Porto Alegre: *Correio do Povo*, 28/04/1954, p. 4.

apropriações, respeitada uma dada linha cronológica. Veja-se de início uma leitura jornalística, realizada em 1948, por Naio Lopes de Almeida, do periódico *Correio do Povo*.

"Percebe-se, antes de tudo, no livro do Sr. Alberto Pasqualini [Bases e sugestões para uma política social], uma evolução do autor no sentido de mais justa compreensão com o regime capitalista e de mais positivo reconhecimento da utopia socialista. Se atentarmos para o desenvolvimento cronológico da obra do Sr. Pasqualini bem nos daremos conta dessa evolução (...). Não perde o autor, em muitas oportunidades, de acicatar o capitalismo, deixando transparecer sua indesviável tendência ideal para o socialismo. No fundo, pode-se dizer que o Sr. Pasqualini é um socialista que se vale da imensa grandeza e possibilidade do capitalismo para infiltrar nas alheias inteligências a seiva de sua doutrina. O que não se pode dizer é que seja ele um socialista materialista (...). Daí sua manifesta intenção conciliadora do socialismo, que não o chamado socialismo científico, com a doutrina expressa nas encíclicas". 132

Em 1956, Lúcio Gusmão Lobo, um militante do diretório petebista de Pernambuco, enviava extensa carta ao deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS), em que tecia críticas e observações várias atinentes à orientação política e a um discurso pronunciado pelo parlamentar. Reivindicando um posicionamento político socialista para o PTB, a carta do militante nos mostra que a temática socialista era favoravelmente comungada por frações das bases do partido. A mobilização da autoridade do pensamento de Pasqualini consistia, com efeito, em expressivo recurso retórico levado a cabo pelo militante pernambucano, no sentido de uma interpelação feita a Ferrari para "ajustar" a sua linha política.

"O socialismo (...) não é uma doutrina peculiar a um determinado país. O socialismo — diz a 'Declaração de Princípios do Socialismo Democrático Internacional' (...) é um movimento internacional que se adapta as condições onde atua (...). Conclui-se, daí, que o P.T.B., proclamando-se socialista, não estaria transplantando uma doutrina alheia, mas, sim, reagindo, como é o seu dever, contra os erros e os desmandos do capitalismo (...). Quando defendemos os princípios do *Labour Party* para o P.T.B., queremos afirmar que o nosso partido deveria ser, tal qual o inglês, um partido socialista. Mesmo porque não existe o que V. chama de trabalhismo nacional. Pasqualini, o mentor espiritual de nosso partido, diz bem quando assevera: 'Os objetivos finais do trabalhismo são os mesmos em

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> ALMEIDA, Naio Lopes de. "Alberto Pasqualini – um egresso da política III". Porto Alegre: Correio do Povo, 19/11/1948, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 28-29.

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> À guisa de ilustração, consultar também: GALVÃO, Gamaliel Bueno. "Antes e acima de tudo, dentro e fora dos parlamentos, a prática da doutrina e da filosofia do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal: *Revista Trabalhista*, set. 1952, p. 42-43. *Revista Trabalhista*. "O Clube Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, set. 1952, p. 44 e 68.

todo mundo. As soluções concretas é que podem variar de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar'". 134

Em junho de 1960, nos imediatos dias que sucederam ao falecimento do "teórico do trabalhismo", as sessões da Câmara dos Deputados dedicaram-se a lhe render homenagens. O deputado federal Aurélio Viana, que integrava a bancada alagoana pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB/AL, exprimiu uma correspondência de ideais defendidos por sua agremiação partidária e aqueles propugnados pelo personagem petebista.

"Foi chocante o passamento de um grande idealista, de um dos maiores humanistas dos tempos atuais (...). Foi um idealista sem jaça, de um idealismo puro e cristalino (...). O Partido Socialista Brasileiro, que tinha em Pasqualini um amigo, que admirava sua personalidade, achando mesmo que, reformista, suas tendências mais completas eram para um sistema de governo a base do socialismo democrático, pela minha voz lhe rende o seu preito de saudades". <sup>135</sup>

Também integrante do PSB, o parlamentar carioca Breno da Silveira, sem deixar de, simultaneamente, criticar a concorrente sigla petebista, destacava as afinidades de convicções: "homenagem a um homem de formação socialista que no Partido Trabalhista Brasileiro representava aquela ala da teoria, do idealismo que tanta falta faz a essa agremiação partidária". <sup>136</sup>

Malgrado as interpretações que identificavam sintonias do pensamento pasqualinista com a perspectiva socialista, apropriações de natureza *antiesquerdista* ou *anticomunista* das ideias do personagem também se manifestavam. Refiro-me especialmente a um discurso do parlamentar Hermes Macedo (UDN/PR), pronunciado na Câmara dos Deputados no calor dos polarizados debates que se travavam no Parlamento e na sociedade civil, nos idos de março de 1964. Contestando veementemente as articulações empreendidas por San Tiago Dantas (PTB/MG) no sentido de criar uma coalização política de centro-esquerda em apoio ao governo do presidente João Goulart, Macedo explorava passagens do livro *Bases e sugestões para uma* 

LÔBO, Lúcio Gusmão. *O verdadeiro trabalhismo*. Brasília: Thesaurus, 2005, p. 53-55. O opúsculo consiste, como informado, em uma carta enviada pelo autor ao deputado federal Fernando Ferrari (PTB/RS), em 14/04/1956.
 VIANA, Aurélio. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 04/06/1960, p. 3795.

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> SILVEIRA, Breno da. *Diário do Congresso Nacional*, seção I. Brasília, 07/06/1960, p. 3824-3826. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 94.

política social, de autoria de Pasqualini, para deslegitimar as aproximações de Dantas e do governo com o Partido Comunista Brasileiro – PCB e com demais grupos de esquerda.

"Com a Frente Única do Deputado San Tiago Dantas, renascem as esperanças de sua volta [do PCB] à legalidade, através de simples decreto executivo (...). O que é de estranhar é que o Sr. San Tiago Dantas, membro do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, agora se empenhe na formação desta Frente Única, em que deseja arregimentar não só os deputados de esquerda, inclusive os comunistas, esquecendo-se de que (...) Alberto Pasqualini (...) é explícito: (...) 'Nosso programa é profundamente humano e essencialmente cristão. Nada tem que ver com comunismo, para o qual nenhuma conveniência existe em que o executemos' (...). Pasqualini, um dos maiores homens deste país, um dos maiores homens do Partido Trabalhista Brasileiro (...), não vejo como possa o Sr. (...) Dantas vir hoje tentar arregimentar todos os ilustres membros do (...) [PTB] junto com os esquerdistas e os comunistas deste país. Eu gostaria que V. Exa. oportunamente nos desse as razões que esposa, divergindo de Alberto Pasqualini". 137

É importante frisar que San Tiago Dantas – entre outros cargos e extensas experiências profissionais e políticas, foi professor da PUC/Rio e diretor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ, também liderança de proa do PTB <sup>138</sup> – objeto da polêmica estabelecida pelo deputado federal udenista, constituía-se em um dos políticos e intelectuais mais respeitados do país, à época. Por outro lado, além de configurar uma leitura possível, ainda mais levando em consideração um uso retórico imerso nas candentes controvérsias em torno do governo Goulart, como se vê o parlamentar da UDN também evocava o lugar de referencialidade de Pasqualini. No caso em relevo, para problematizar as iniciativas do próprio PTB, e de San Tiago Dantas, em especial.

Entretanto, a leitura *antiesquerdista* ou *anticomunista* das teses pasqualinistas deu-se também sob um ângulo de interpretação que questionava a moralidade de um cânone trabalhista advogado pelo personagem, qual seja: a socialização da riqueza. A leitura a que faço referência foi apresentada por um clérigo da Igreja Católica, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que destilava, por extensão, críticas a alguns aspectos do pensamento, "utopista", de Pasqualini. Por sua alta posição na hierarquia da instituição religiosa, o arcebispo mantinha relações com a Liga Eleitoral Católica, que exercia um papel de proselitismo político face ao

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> MACEDO, Hermes. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 03/03/1964, p. 1275.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> Cf. MOREIRA, Marcílio Marques (org.). *Perfis parlamentares 21 – San Tiago Dantas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p.15.

eleitorado católico. Logo, pode-se designar este perfil de apropriação como também representativo da gama de possibilidades interpretativas associadas ao universo *cristão*.

"É inaceitável a socialização sem reservas dos meios de produção e das instituições de crédito. A coletivização das fontes produtoras de riqueza figura entre os dogmas fundamentais de Marx e do comunismo. Esta medida restringe justamente a liberdade dos cidadãos (...). A socialização repentina ou progressiva, patrocinada por não poucos utopistas, como sendo a fórmula mágica de salvação social, representaria um passo fatal e decisivo rumo ao estabelecimento de um regime totalitário e à divinização do estado. Os defensores dessa doutrina não podem inspirar confiança ao eleitorado católico". 139

Poucos dias depois, Pasqualini responderia ao arcebispo em entrevista concedida ao mesmo jornal, *Diário de Notícias*:

"Os verdadeiros católicos não deveriam limitar-se a invocar platonicamente os seus ensinamentos, mas deveriam também procurar dar-lhes execução prática. Há os que se dizem católicos. Na realidade, porém, são às vezes autênticos reacionários". 140

Ainda no tocante à recepção do pensamento pasqualinista entre os agentes sociais vinculados à perspectiva *cristã*, vale reproduzir passagens de discurso do deputado federal Paulo de Tarso, do Partido Democrata Cristão (PDC/SP), em que rendia suas homenagens ao personagem recémdesaparecido, assinalando convergências com o mesmo. A homenagem se prestava também ao propósito de situar a posição do seu partido no espectro político e ideológico do período:

"Se Alberto Pasqualini foi de fato o homem preocupado em inserir os princípios cristãos na política trabalhista, estamos hoje à vontade para homenageá-lo como democrata cristão dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (...). Num esforço para mostrar a afinidade existente entre o nosso pensamento e o do grande brasileiro desaparecido, insistindo em dizer que somos um partido de centro-esquerda: de centro, porque preocupados com o bem comum de todas as classes; de esquerda, porque entendemos que, no atual momento histórico, a política do bem comum de todas as classes é em grande medida a política do proletariado nacional que Alberto Pasqualini defendeu com tanta coragem". 141

 <sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Diário de Notícias. "Dom Vicente Scherer define a posição da Igreja Católica". Porto Alegre, 10/07/1949, p. 23-24. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 37-38.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> *Diário de Notícias*. "Pasqualini responde a Dom Vicente Scherer". Porto Alegre, 17/07/1949, p. 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 186.

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> TARSO, Paulo de. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 07/06/1960, p. 3826.

Transcorridas algumas décadas, fora dos círculos intelectuais e universitários, onde, mesmo aí, constitui-se em um personagem pouco conhecido, hoje se observam menções muito esporádicas ao nome de Alberto Pasqualini. Em que pese a particularidade da sua atuação dirigida, fundamentalmente, às lides da vida política estadual sul-rio-grandense, é legítimo inferir que a sua atuação e as suas ideias gestaram frutos que transcenderam os limites do seu estado. Guardando importante impacto de sabor universalista, as diretrizes políticas e econômicas pasqualinistas foram mobilizadas no debate público nacional pela agremiação partidária a qual pertencia o "teórico do trabalhismo", ao longo do regime democrático de 1946, como teremos a oportunidade de observar.

Pasqualini tornou-se um "ilustre desconhecido" que, assim como o trabalhismo, de um ponto de vista geral, sofreu, após a instauração do regime civil-militar de 1964, com um intenso processo de ressignificação da memória relativa aos partidos, aos movimentos sociais e a demais atores políticos individuais e coletivos sintonizados com o espectro político esquerdista, no regime democrático de 1946. Em parte postos no limbo da memória, em parte submetidos a avaliações acadêmicas, políticas e jornalísticas pouco criteriosas – cuja teoria sociológica do "populismo" representou uma variável, não desprezível, que contribuiu para o "esquecimento" do personagem e a desqualificação da sua corrente política.<sup>142</sup>

Não obstante, alguns poucos estudos sobre o pensamento e a atuação política pasqualinista têm pipocado aqui e acolá, em anos recentes, o que demonstra um certo interesse vigente pela perspectiva política do personagem e pela história do trabalhismo brasileiro. 143 Na seara política, também algumas poucas vozes ainda nos últimos anos têm reverberado o nome e as iniciativas do personagem. Vozes importantes, sobretudo, por representarem de certo modo o espraiamento das ideias de Pasqualini ao longo do território brasileiro e, mesmo que sob as significativas e aludidas limitações, também no curso do tempo histórico.

<sup>142</sup> A respeito do assunto, consultar FERREIRA, Jorge (org.). O populismo..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> Seguem alguns dos referidos estudos recentes sobre Pasqualini: VASCONCELLOS, Laura Vianna. Op. cit. WEDY, Gabriel. Op. cit. RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. "Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini". In: Em Tempos de Histórias, Brasília: PPG-HIS/UnB, n. 14, jan./jun. 2009. SILVA, Roberto Bitencourt da. "O partido político como organismo educativo". In: Democratizar, Rio de Janeiro: Faetec, v. 2, n. II, mai./ago. 2008. GRIJÓ, Luiz Alberto. "Alberto Pasqualini...", op. cit. NALIN, Jaime Antonio. "O papel do Estado no discurso trabalhista de Alberto Pasqualini na era Vargas: de 1945 a 1955 à luz da teoria positivista". In: Opinio, Canoas: Ulbra, n.13, 2004, p. 55-69.

No ano em que Alberto Pasqualini completaria o seu centenário de nascimento, em 2001, alguns parlamentares prestaram homenagens, salientando o relevo de algumas das suas ações políticas levadas a cabo há décadas. De acordo com o senador Lúcio Alcântara, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB/CE, Pasqualini foi

"um dos personagens maiúsculos que fizeram a História do Senado Federal (...) a quem o País ficou devendo a irretocável relatoria ao projeto de criação da Petrobras e, fundamentalmente, à instituição do monopólio estatal da exploração do petróleo (...). [Ele foi] um dos raríssimos políticos brasileiros, dos quais foi contemporâneo em boa parte do século 20, a produzir ideias, a formular doutrinas. Nisso residia sua originalidade e, sob esse aspecto, não encontrou muitos outros com os quais pudesse rivalizar (...). Pasqualini foge radicalmente dos padrões vigentes. Desde o início de sua trajetória, mostra-se visível sua avançada concepção de política, entendida como um primoroso instrumento de intervenção na realidade social, tendo por base ideias e conceitos a balizarem a ação". 144

Por seu turno, o senador Carlos Bezerra, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MT) – que, segundo relato feito em seu discurso, integrou a Mocidade Trabalhista do PTB, em Cuiabá, nos idos dos anos de 1950 –, acentuava as virtudes intelectuais de Pasqualini.

"Tenho a convicção de que a real dimensão de Alberto Pasqualini como pensador político-social ainda não teve o devido reconhecimento (...). Que habilidade para formular, a partir da doutrina social dos pensadores europeus, um projeto político genuinamente nacional, perfeitamente adequado às particularidades brasileiras! (...) Pasqualini rejeitou, de um lado, o 'capitalismo individualista e selvagem' e, de outro, o 'socialismo real' concretizado na experiência soviética. Sua proposta era o 'trabalhismo solidarista', que significava, de fato, um socialismo com liberdade e democracia". 145

Pondo em destaque algumas vicissitudes políticas enfrentadas por Pasqualini, a senadora Emília Fernandes, do Partido dos Trabalhadores – PT/RS, assim se manifestava:

"É comum, num País de poucas letras, que os que se destacam por sua cultura e saber sejam rotulados de intelectuais teóricos. Impinge-se-lhes a pejorativa qualificação de pessoas que pensam belas ideias, mas não sabem lidar com a realidade objetiva e as complexas demandas sociais. Pasqualini, que foi injustamente alvo desse tipo de rotulagem por parte dos seus adversários, ao longo de sua atuação como político e

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> ALCÂNTARA, Lúcio. *Diário do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, 26/09/2001, p. 22683. página institucional do Senado Federal, disponível Pronunciamento acessado na http://www.senado.gov.br/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=317859. Consulta realizada em 13/03/2011. <sup>145</sup> BEZERRA, Carlos. *Diário do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, 26/09/2001, p. 22680. Pronunciamento página institucional do Senado Federal. disponível http://www.senado.gov.br/atividade/Pronunciamento/detTexto.asp?t=317858 . Consulta realizada em 13/03/2011.

advogado, deixou gravada sua personalidade guiada por ideais; defendeu causas nobres e por elas firmou posições e lutou por vitória; mobilizou pessoas em torno de um projeto de sociedade com a força dos idealistas convictos. Assim foi nosso homenageado. (...) A trajetória de Alberto Pasqualini é o exemplo do poder que as convicções têm de levar adiante os que delas se imbuem. Grande inovador de ideias políticas, Pasqualini antecipou soluções e propostas de mudança". 146

Tendo convivido com Pasqualini na juventude, o senador Pedro Simon (PMDB/RS) consiste em uma rara e dedicada personalidade contemporânea a preservar e a disseminar a obra do antigo líder trabalhista. Organizou valiosas publicações em que se encontram importantes textos, projetos, discursos e entrevistas do personagem, por meio da editora do Senado Federal; diga-se, publicações amplamente utilizadas por esta tese. Em entrevista concedida ao jornalista Mauro Santayana, do *Jornal do Brasil*, no ano de 2010, Simon colocava em alta evidência a sua influência pasqualinista:

"Não tive outro líder e ainda continuo sob sua orientação ética e política. Inquieta a minha fé a morte prematura de Pasqualini. Aos 55 anos foi golpeado por um derrame, que o paralisou, até a morte, três meses antes de chegar aos 59 anos. O Brasil não poderia perdê-lo (...). Meu exemplo de brasileiro continua sendo Alberto Pasqualini". 147

Vejamos, agora, com maior atenção e detalhes, alguns caminhos traçados pelo personagem, que lhe propiciaram atingir a importância destacada por tantos contemporâneos e demais personagens em atividade política até os nossos dias.

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> FERNANDES, Emília. *Diário do Senado Federal*. Brasília: Senado Federal, 25/09/2001. Pronunciamento acessado na página institucional do Senado Federal, disponível em: <a href="http://www.senado.gov.br">http://www.senado.gov.br</a>. Consulta realizada em 28/07/2009.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> SANTAYANA, Mauro. "Pedro Simon: senador, franciscano e combatente". Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 14/06/2010.

## Capítulo 2 – O Estado Novo, a USB e algumas notas sobre o PTB

Pretendo neste capítulo, especialmente, apresentar algumas experiências e características da atuação política de Alberto Pasqualini, após o ano de 1939, que antecederam à sua entrada no Partido Trabalhista Brasileiro. Dá-se ênfase a alguns fatores que viabilizaram aproximações com o partido liderado por Getúlio Vargas. Também são postas em destaque variáveis que suscitaram dilemas para o seu ingresso no PTB, ocorrido em fins de 1945.

Desse modo, inicio dedicando uma atenção às suas experiências no Estado Novo, a partir da mobilização de algumas ideias e iniciativas que marcaram a vivência do personagem como membro do Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (entre 1939 e 1943) e como secretário do Interior e Justiça do governo da mesma unidade da Federação (1943-1944). Tensões e dilemas, éticos e políticos, enfrentados por Pasqualini no regime estadonovista consistem em um ângulo que também é destacado no primeiro item do capítulo.

Na sequência, ressalto o envolvimento do personagem no processo de formação de uma importante corrente política e intelectual de opinião. Chamada União Social Brasileira, ela foi criada nos estertores do Estado Novo (em 1945), em Porto Alegre/RS. Como veremos, a USB correspondeu a um símbolo do crescente prestígio político do personagem e da acolhedora recepção das suas ideias em diferentes segmentos da sociedade local. Esta entidade política representou uma importante rota de passagem para a entrada no PTB.

Por fim, são tecidas algumas considerações relativas ao trabalhismo, ao processo de formação do PTB e à sua correspondente estrutura organizativa. Características gerais do partido, divisão em alas e tendências e algumas propostas oferecidas à sociedade, representam temas abordados neste último item do capítulo, tendo em vista, sobretudo, situar o personagem no enredo político-partidário petebista. Nos capítulos que dão continuidade ao trabalho são apresentadas e discutidas, mais pormenorizadamente, as ideias e a atuação política do personagem no período de militância no PTB.

## A atuação no Estado Novo

O papel exercido pelo intelectual na propaganda e nas lutas políticas influi na constituição da opinião pública, nas disposições comportamentais e valorativas da sociedade. Isto por intermédio da semeadura e da veiculação de suas ideias e valores em múltiplos meios de comunicação e espaços institucionais. Seguramente, os sistemas simbólicos que norteiam a conduta política dos indivíduos e dos diferentes estratos sociais são tributários, em boa medida, às ideias gestadas pela intelectualidade, como frisa Carlos Altamirano.<sup>1</sup>

Levando em consideração este pressuposto, o presente item dedica-se a mapear alguns passos políticos dados por Alberto Pasqualini antes da sua entrada no PTB. A atuação do "teórico do trabalhismo" nos órgãos executivos do Estado Novo, portanto, representa aqui o centro do estudo. Apóio-me particularmente nas funções político-administrativas exercidas pelo personagem no Rio Grande do Sul, no curso do Estado Novo (entre 1939 e 1944). Nesse sentido, é oportuno fazer, inicialmente, uma reflexão atinente ao tema da relação entre intelectuais e poder. Isto por que, sem menosprezo a outras variáveis, é nas peculiaridades de uma posição desempenhada por Pasqualini como intelectual que tendo a compreender boa parte da sua trajetória política — experiências, iniciativas, ideias, valores e dilemas —, inclusive no regime estado-novista: aí ocupando cargos, ou de fora, na oposição e na criação da USB.

O binômio intelectual e poder configura um velho tema filosófico e político, remontando ao menos à Grécia antiga. Refere-se aos problemas envolvidos na relação entre a produção das ideias e a ação política, às eventuais influências e aos impactos que o pensamento potencialmente proporciona nos negócios públicos.<sup>2</sup>

Posto isso, procuro mobilizar um determinado arcabouço teórico relativa, mas pertinentemente heterogêneo haja vista a complexidade e a multiplicidade de nuanças que envolvem o tema. Pretende-se, pois, de início, apresentar um debate conceitual em torno de algumas questões que atravessam a relação estabelecida entre os intelectuais e a política. Na

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> ALTAMIRANO, Carlos. "Idéias para um programa de história intelectual". In: *Tempo social*, São Paulo: USP, v. 19. n. 1, jun. 2007, p. 9-17.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Nesse estrito sentido, acompanho as perspectivas de Bobbio e de Wolff que, sem desconsiderarem o surgimento histórico da categorial conceitual *intelectuais* – em fins do século XIX, com o caso Dreyfus, na França –, acentuam a função e a inserção política exercida pelos homens de letras e do saber em diferentes épocas e tecidos sociais. A respeito, consultar BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais..., op. cit.* WOLFF, Francis. *Op. cit.* 

sequência, delineio alguns traços descritivos e analíticos passíveis de contribuir na compreensão de uma faceta singular da trajetória política de Alberto Pasqualini, qual seja: os dilemas e as tensões políticas enfrentadas pelo personagem no exercício do cargo de secretário do Interior e Justiça do Governo do Rio Grande do Sul, no Estado Novo. Dilemas estes que, em boa medida, vieram a se manifestar também em seu ingresso e em sua atividade no PTB.

Categoria controversa e dotada de múltiplos significados, baseio o entendimento sobre o conceito de intelectual como aquele sujeito que, além de ser portador de virtudes e de atributos intrínsecos à produção e à disseminação do conhecimento, intervém em assuntos que não se restringem especificamente à sua área de atuação; isto é, que intervém em questões pertinentes ao interesse geral da coletividade, imbuído de um pretenso ou real propósito esclarecedor e educativo. Os intelectuais atuam, assim, a partir de um prisma universalista, ofertando sugestões e conselhos públicos e, não raro, têm em suas mãos recursos de poder que propiciam a adoção de iniciativas capazes de influir na vida cotidiana de grupos e classes sociais ou da coletividade como um todo. A despeito das possíveis razões que os levam a se inserir na seara política – interesses materiais de ordem pessoal; valores relacionados a um ideal missionário; preocupações de sabor humanístico etc. –, os intelectuais dedicam-se a dar a sua contribuição nas questões que afetam a sociedade, participando dos negócios públicos, seja por meio dos órgãos do Estado, seja por intermédio da atuação em um e outro organismo da sociedade civil.<sup>3</sup>

No tocante ao aspecto fenomenológico, ou seja, no que diz respeito aos tipos de intelectual, faço referência específica à obra de Norberto Bobbio. Segundo o autor, dois são os tipos de intelectuais: os *ideólogos*, voltados, sobretudo, à produção e à veiculação de princípios e de valores que se prestam a nortear o público-alvo rumo a um determinado ideal de

³ A definição utilizada baseia-se, notadamente, nas obras que seguem: BOBBIO, Norberto. Idem. WOLFF, Francis. Idem. REIS, Daniel Aarão. *Op. cit.* Consoante às perspectivas de Antonio Gramsci e de Norberto Bobbio, incluem-se na categoria conceitual também atores sociais que não provém originalmente do chamado universo do trabalho intelectual, como os trabalhadores manuais envolvidos com as lides sindicais e partidárias. Por um lado, em função do reconhecimento de que adquirem, no exercício destas atividades, um saber, uma "perícia" política peculiar, exercendo uma atividade intelectual saliente por participarem e intervirem nos processos de decisão sobre os rumos e as ações do sindicato ou do partido político – o *intelectual orgânico*, na acepção gramsciana. Ver GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., 1995. Por outro, de acordo com Bobbio: "um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos da sua obra de agitador são os mesmos que caracterizam o papel do intelectual: qual a incidência das ideias sobre as ações?". BOBBIO, Norberto. Idem, p. 114-115.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> BOBBIO, Norberto. Os intelectuais..., op. cit.

ordenamento da sociedade; e os *especialistas* (ou *expertos*), dedicados, em especial, à elaboração e à oferta de saberes e de técnicas que permitam atingir os fins almejados. Como o autor chama a atenção, as interseções entre ambas as modalidades de exercício da posição de intelectual são bastante comuns, não se circunscrevendo aos limites da díade conceitual formulada para fins teóricos, como teremos a oportunidade de observar na análise do objeto. Não obstante, a díade a que faço alusão permite dar luz à análise de casos concretos, demarcando contornos e especificidades relativas à atuação dos intelectuais.

Outra dimensão relevante a se considerar na relação entre os intelectuais e o poder corresponde às tensões, aos dilemas e aos conflitos de natureza ética. Tal fenômeno tende geralmente a se manifestar, pois a lógica que orienta a perspectiva e o fazer do intelectual é distinta da que impera na orientação do sujeito que exerce um papel político, stricto sensu. O primeiro, por força do ofício da sua produção cultural, ocupa-se da criação e da semeadura de ideias, conhecimentos, tecnologias e valores, manifestando impactos sociais tendencialmente em médio e em longo prazo. Quanto ao político, o raio de ação é bastante restrito pela correlação de forças instalada no seu campo de atuação, tendo que optar entre alternativas limitadas à sua disposição. O pragmatismo e o tempo curto para tomada de decisão, não raro, são traços característicos da arena política. 5 Por conseguinte, revela-se com dramaticidade o dilema, tipificado por Max Weber, entre as éticas da convicção e da responsabilidade. 6 Como argumenta o próprio Bobbio, convergente com o modelo conceitual weberiano, os conflitos entre os ideais preconizados pelo intelectual e os constrangimentos e as limitações derivadas da atividade política promovem uma substantiva tensão em torno da participação (e do perfil desta participação) ou do afastamento do intelectual face às lutas políticas. O filósofo Fausto Wolff, 8 por seu turno, apresenta argumentação sintonizada com a desenvolvida por Bobbio, referindo-se aos modelos socrático - de defesa empedernida dos ideais - e sofístico (de interação entre os ideais e a realidade social envolvente) como uma primeira manifestação histórica ocidental do dilema e da tensão a que Weber veio a teorizar.

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> A respeito, consultar idem, p. 82.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 16<sup>a</sup> ed., 2006.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> BOBBIO, Norberto. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> WOLFF, Francis. *Op. cit.* 

Adicionalmente, importa assinalar, na análise do papel e da função exercida pelos intelectuais, algumas singularidades da tessitura social e do contexto histórico em que aqueles atuam. Como ressalta Daniel Aarão Reis, a categoria conceitual dos intelectuais tendeu e tende a consistir em objeto de estudo nas sociedades de formação capitalista originária e madura. Por extensão, o conceito de intelectual configura, originalmente, uma ferramenta teórica explicativa dirigida a um fenômeno e a problemas implicados que não são, a princípio, generalizáveis para toda e qualquer formação social. Apoiando-se no marco interpretativo gramsciano, o autor acentua as especificidades dessas sociedades capitalistas maduras, classificadas por Gramsci como *ocidentais*: "as *sociedades ocidentais* (...) seriam urbanizadas, industrializadas, com redes complexas de sociabilidade, dispondo de Estados fortes, mas se enfrentando com instituições histórica e autonomamente organizadas em relação aos controles estatais". 10

Logo, neste tipo de sociedade, os intelectuais tenderiam a dispor de maior prestígio, liberdade e autonomia para intervir no debate público. Em contraposição, em coletividades de tipo *oriental* – agrárias e com uma sociedade civil relativamente amorfa –,<sup>11</sup> as restrições ao exercício da opinião e ao debate público potencializariam a vigência de um raio de ação bastante limitado aos intelectuais, quando postos em cotejo aos seus pares pertencentes às *sociedades ocidentais*. Por extensão, a reflexão de Reis – que permite, em alguma medida, operacionalizar o conceito de intelectuais para a sua aplicação em sociedades da periferia capitalista <sup>12</sup> – divide a intelectualidade em dois grupos: os *intelligenti*, que priorizam a participação na coisa pública por meio de ações encetadas no âmbito da sociedade civil, em geral um grupo perseguido pela estrutura de poder; e os *intelectocratas*, que dão maior relevo à atuação na esfera estatal, contribuindo com os detentores do poder, diga-se, não sem contradições e tensões.<sup>13</sup> Do mesmo modo que os *ideólogos* e os *especialistas* de Bobbio, também estes perfis de intelectuais demandam considerar os trânsitos e os intercâmbios entre os dois grupos da intelectualidade.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> REIS, Daniel Aarão. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Idem, p. 15.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Idem, p. 14.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Parece ser mais preciso inferir que o autor elabora essa ferramenta teórica com o olhar voltado especificamente para o estudo dos intelectuais russos da segunda metade do século XIX. Todavia, considero a abordagem detentora de um fecundo potencial analítico passível de ser mobilizada para outros casos nacionais da periferia do capitalismo, como o brasileiro, sobremodo no período ditatorial que aqui interessa.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> REIS, Daniel Aarão. *Op. cit.*, p. 15-18.

Esta dimensão dos limites à atuação dos intelectuais, abordada por Reis, parece favorecer a reflexão sobre o papel desempenhado por Alberto Pasqualini, tanto no PTB quanto, sobremaneira, na ditadura do Estado Novo. *Grosso modo*, em função do contexto social e político gaúcho e brasileiro dos anos de 1940 e de 1950, ambos agrários e tipificados por um secular caldeirão cultural autoritário. <sup>14</sup> Os embaraços impostos às iniciativas políticas e ao exercício da opinião e da manifestação do pensamento marcaram relevantes desafios e tensões à intervenção pública do personagem, como teremos oportunidade de observar.

Posto isso, veja-se um pouco das ideias esposadas por Pasqualini, de sorte a identificar algumas nuanças da sua atuação política e administrativa no Estado Novo – ideias que proporcionaram, igualmente, congruências e divergências com o regime instaurado sob a liderança de Vargas.

No tocante às suas ideias, pode-se afirmar que um verdadeiro mosaico de influências doutrinárias e políticas compõem o pensamento de Alberto Pasqualini. Para o que importa estritamente aos nossos fins, cumpre por ora apenas pôr em destaque os laivos positivistas do seu pensamento, pois podem contribuir, mesmo que não consistindo em uma razão exclusiva, na compreensão de um matiz da sua inserção política. Além do seu conhecimento das obras de Auguste Comte e de Émile Durkheim, revelado em seus escritos, a cultura política sul-riograndense, das primeiras décadas do século XX, que se apoiou no republicanismo positivista, representa uma teia social de influência relevante. Concepções sobre a sociedade, o Estado e a política, em grande parte, eram condicionadas por este imaginário político que deitou raízes na região, desde o final do século XIX. Desse modo, a prevalência da ideia do engajamento político do intelectual entre as décadas de 1920 e de 1940, na cena nacional, sublinhada por Daniel Pécaut, 6 e como o mesmo autor salienta, já possuía uma forte tradição no Rio Grande do Sul.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Ainda que o país e o estado do Rio Grande do Sul estivessem, neste contexto, experimentando um ponderável processo de urbanização e de industrialização, a maioria da população residia no campo. Nos anos de 1940, a taxa de urbanização da região Sul era de 27,7% e do país, 31,2%. Na década seguinte, a primeira subiu para 29,5% e a taxa nacional cresceu para 36,2%. IANNI, Octavio. *O colapso..., op. cit.*, p. 58.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Vale observar que o viés positivista do pensamento político de Pasqualini, como sublinha Jaime Nalin, destoa em um aspecto fundamental do positivismo gaúcho, derivado do castilhismo, a saber: a ênfase no caráter pedagógico da mudança social, a partir de uma reforma prévia da mentalidade e dos costumes, distanciando-o do autoritarismo castilhista. NALIN, Jaime Antonio. *Op. cit.* Ainda sobre o positivismo de corte castilhista no Rio Grande do Sul, consultar LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Op. cit*.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

Isto em virtude do princípio do *governo dos sábios*, tão caro ao positivismo, e que de certo modo perpassava a concepção política de Pasqualini – intelectual que preconizava a centralidade da substância técnica na política e na administração pública. Nas palavras do personagem: "a política, na ordenação e coordenação dos meios para atingir os fins, deve ter uma base científica e racional, abandonando definitivamente os expedientes da mistificação e da demagogia". <sup>17</sup> Ou, por outra, no papel também atribuído por Pasqualini à intelectualidade:

"A função de liderança se desenvolve inicialmente nos meios intelectualizados. É ali que se examinam os problemas, que se estudam e esboçam as soluções, (...) o que pressupõe, necessariamente, o conhecimento da ciência social e econômica. A permeabilização das ideias nas camadas populares presume já um certo grau de esclarecimento ou, como se costuma dizer, de politização". 18

Logo, caberia ao intelectual, sob o ângulo pasqualinista, engajar-se politicamente e exercer um papel educativo e esclarecedor, de sorte a contribuir na elevação cívica, cultural e política da coletividade, sobretudo das classes populares. Em seus escritos, publicados em livros e em especial na imprensa – frequentemente no jornal gaúcho *Correio do Povo* –, assim como em não poucas iniciativas políticas empreendidas no PTB, e mesmo no Estado Novo, Pasqualini demonstrava significativa afinidade com o regime democrático. Em linhas gerais, considerava-o uma expressão política do mundo moderno, assentado na vontade e na soberania popular, tendencial e "irrefreavelmente" sujeito a mudanças dirigidas a um contínuo nivelamento social. Transcendendo o marco liberal, associava o ideal democrático não apenas à instituição de direitos individuais e políticos, mas também aos direitos sociais. Sem estes, em seu modo de ver, a democracia estaria assentada no "parasitismo e no egoísmo" de grupos poderosos, engendrando conflitos, guerras e injustiças. Como entender, então, a sua participação no regime ditatorial do Estado Novo? Em artigo publicado na imprensa, em 1943, na condição de membro

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> PASQUALINI, Alberto. "Reformas de base I". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 29/08/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 246.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> PASQUALINI, Alberto. "Conferência do Alegrete". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 10/09/1950. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 220.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Como vimos no primeiro capítulo, em sua esquemática biografia, já na década de 1930 Pasqualini tecia fortes críticas ao autoritarismo, defendendo a vigência política dos direitos individuais e políticos, assim como a inclusão e o fortalecimento dos direitos sociais.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Em certo sentido, uma filosofia da história, que privilegia a democracia e a igualdade, permeia a produção intelectual pasqualinista (sobremodo a partir de meados dos anos de 1940), relativamente próxima da que se revela no pensamento de Norberto Bobbio. Deste autor, em relação ao assunto, consultar particularmente: BOBBIO, Norberto. *Direita..., op. cit.* BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos.* Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

do Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, Pasqualini justificava o Estado Novo. Em suas palavras, ele possuiria um sentido "técnico", uma experiência similar à ditadura concebida pelos romanos:

"As ditaduras 'técnicas' (...) surgem em condições históricas determinadas e com objetivos definidos (...). Não visam a abolição do regime democrático, são antes meros parênteses senão episódios da própria vida democrática (...). A ditadura técnica não trabalha para o ditador, para um partido, para uma classe (...), mas para a nação. As suas tarefas são essencialmente construtivas (...) [e evoluem] para a democracia cuja estrutura irá preparando, completando e aperfeiçoando à medida que for chegando ao termo de sua missão. (...) Há, entretanto, uma contingência a que estão sujeitas todas as ditaduras (...): o que um regime tira ao povo em liberdade deve restituir-lhe em benefícios de outra natureza".<sup>21</sup>

Atuando sob um regime discricionário, visando operar mudanças sociais progressistas por meio do uso dos instrumentos estatais de poder, na dupla condição de um *intelectocrata* e de um *especialista*, nas acepções dadas respectivamente por Reis e Bobbio, o advogado Pasqualini, já em seu discurso de posse na Secretaria do Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Sul reverberava os seus intentos de sabor democrático, assinalando a necessidade de vigorar o imperativo da liberdade de opinião e de expressão.<sup>22</sup> Disposição que, provavelmente, não se circunscreveu à mera retórica do então secretário empossado, mas que deve ter conduzido a sua gestão à frente da Secretaria, pois ele foi homenageado, tempos depois, por diferentes grupos de jornalistas.<sup>23</sup> Sua defesa da liberdade de opinião pode ser ilustrada do modo que se segue:

"Raul Pilla, em discurso pronunciado no Congresso do Partido Libertador, em 24-8-54, declarou que havia suspendido suas colaborações à imprensa gaúcha desde o início do Estado Novo e só as retomou quando Pasqualini, ao assumir a Secretaria de Interior e Justiça (...), declarou que defendia a livre manifestação de pensamento e que a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda não ultrapassaria os limites territoriais do Rio Grande do Sul".<sup>24</sup>

<sup>24</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. Op. cit., p. 53.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> PASQUALINI, Alberto. "Ditaduras". Porto Alegre: Correio do Povo, 11/07/1943. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 277-279.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de posse na Secretaria do Interior". Porto Alegre: Diário de Notícias, 15/09/1943. In: DUTRA, Milton (org.), *O trabalhismo de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Intermédio, 1986, p. 157-159.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação aos jornalistas cariocas". Porto Alegre: Correio do Povo, 04/01/1944, p.12. In: \_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos: IHGRS: ALRGS, 2005, p. 65-67. PASQUALINI, A. "Discurso aos jornalistas gaúchos". Porto Alegre: Correio do Povo, 03/08/1944. In: DUTRA, M. (org.), *O trabalhismo de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Intermédio, 1986, p. 164-167.

Contudo, a participação no Estado Novo não deixou de guardar certa incongruência face à trajetória política do personagem no decênio de 1930, em que atuou pelo Partido Libertador, com uma notória defesa das instituições democráticas representativas, tendo ainda lutado pelas causas liberalizantes e constitucionalistas lideradas por setores políticos de São Paulo, em 1932. Seu ingresso e sua participação nos órgãos executivos do Estado Novo – Departamento Administrativo e Secretaria do Interior e Justiça, a partir daqui DA e SIJ – provavelmente têm relação estreita com a crise internacional em vigor na virada dos anos de 1940. Em um período de guerra, em que mesmo os Estados democráticos europeus tendiam a um maior hipertrofiamento do Poder Executivo e a um aumento das funções do Estado, uma certa flexibilização filosófica perpassava a retórica pasqualinista, ensejando a possibilidade de uma autojustificativa em colaborar com o regime estado-novista. No DA, em uma saudação dirigida ao presidente Vargas, em 1940, Pasqualini sublinhava as virtudes do regime e da Constituição de 1937, como se vê abaixo:

"Há regimes que convém ou não convém a um determinado momento histórico, que se adaptam ou não se adaptam a uma determinada nação. Os regimes políticos, como instrumentos de adaptação do organismo social às condições históricas, são funções do espaço e do tempo, variam, (...), retificam-se, aperfeiçoam-se (...). Uma carta política define-se, pois, pelas suas coordenadas históricas e deve ser julgada, dentro do espírito e das necessidades da época, pelas suas ideias nucleares (...), pelo seu conteúdo social". <sup>25</sup>

Reverberando e exaltando as atribuições do DA, o personagem não deixava de revelar um *approach* antiparlamentar em sua retórica, acompanhando certa tendência intelectual e política de alguns dos seus contemporâneos, no Brasil e alhures. A respeito da ambiência ideológica da época, vale registrar, por um lado, que o filósofo político austríaco Hans Kelsen, ainda nos anos de 1920, assinalava, e punha sob uma ótica crítica, o viés corporativista e antiparlamentar que estava a emergir na opinião política europeia. Por outro lado, em terras brasileiras, no curso do Estado Novo, Francisco Campos (um dos principais ideólogos do regime), criticava a "falsificação das decisões populares", patenteada nos partidos e no Legislativo nacional, em virtude de uma alegada falta de espírito público dos políticos – traduzida pelo clientelismo e

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação ao Presidente Getúlio Vargas, em nome do Departamento Administrativo". Porto Alegre: Correio do Povo, 17/11/1940. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos: IHGRS: ALRGS, 2005, p. 40.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> KELSEN, Hans. A democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2000, p. 56-64 e 116-126.

pelo mandonismo local.<sup>27</sup> Na interpretação de Campos, o liberalismo e as suas instituições representativas tenderiam a não responder adequadamente à complexidade das questões técnicas e econômicas do mundo moderno.<sup>28</sup> Ademais, analista do período e do fenômeno político em questão, Mônica Pimenta Velloso salienta o discurso de legitimação ideológica formulado e disseminado pelos intelectuais aderentes ao Estado Novo. A autora sublinha a conotação negativa que tinha, então, o liberalismo político, para boa parte da intelectualidade brasileira.<sup>29</sup> Assim, na interpretação dada pela autora:

"A crítica às instituições liberais vem revestida de um tom marcadamente moralista, quando recorre a expressões do tipo 'sufrágio universal promíscuo', 'comédia liberaldemocrática', 'democracia desvirtuada' (...). Nesta perspectiva, a política adquire o estatuto de cientificidade: é uma 'opção técnica', é a forma mais coerente e racional de captar as grandes realidades sociais. A representação, portanto, fica restrita aos elementos que possuam especialização, vocação e experiência. O discurso enfatiza a emergência do político-especialista, contrapondo-o ao político-improvisado".<sup>30</sup>

Com efeito, nesse contexto político e intelectual, Pasqualini tendia a distanciar-se da imagem do ex-vereador cioso com a importância das casas legislativas. Em sua concepção, o Legislativo revelava um significativo déficit de representatividade popular:

"Os parlamentares, sob o disfarce da representação popular, são, não raro, expressões de interesses de camarilhas e a prática tem demonstrado que nem sempre os 'representantes' do povo são recrutados entre elementos moral e intelectualmente mais idôneos".31

Todavia, em que pesem os elogios ao regime estado-novista e às funções do órgão administrativo em que atuava, o personagem sublinhava o papel crítico e ativo que o DA deveria perseguir – buscando reservar um espaço de autonomia e de liberdade de pensamento para que a colaboração política e administrativa, sua e do órgão, não tivessem um caráter subserviente e inócuo. Assim, na avaliação pasqualinista:

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> CAMPOS, Francisco. O estado nacional: sua estructura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Idem, p. 52-53.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, e GOMES, Ângela de Castro (orgs.), Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-108. <sup>30</sup> Idem. p. 86-87.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> PASQUALINI, Alberto. "O sentido da democracia". Porto Alegre: Correio do Povo, 27/06/1943, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 262.

"O Departamento Administrativo, no regime vigente, é o órgão que exerce a crítica da administração estadual e municipal: crítica no sentido técnico da expressão, que é a forma mais elevada da colaboração e que consiste no discernimento das soluções mais adequadas aos problemas administrativos (...). Devemos preferir que nos apontem os enganos a que nos aplaudam os êxitos, pois, para os que têm a responsabilidade dos negócios públicos, o erro é quase um delito; o êxito, apenas um dever (...). O essencial é que os pontos de vista se originem do estudo objetivo das questões, não como acontece nas assembleias políticas onde as discordâncias, na generalidade dos casos, derivam de motivos e considerações absolutamente estranhos ao mérito dos assuntos debatidos". 32

Além de uma razoável sintonia com os ares autoritários e antiparlamentares do período, a preocupação com a necessidade de incorporação da questão social ao âmbito das leis e do raio de ação do Poder Público, assim como a defesa do intervencionismo estatal, consistem em aspectos de relevo para compreendermos a participação de Pasqualini no Estado Novo. Ademais, a sua perspectiva política, neste período, destacava a temática da justiça social e esboçava até mesmo laivos de aproximação com o ideário socialista. Senão vejamos:

"Somos democratas e o nosso regime é democrático, mas (...) a democracia, se quiser sobreviver, deve ser menos piedosa e, diante dos perigos que a ameaçam, munir-se dos necessários meios de defesa. A nossa época é essencialmente socialista, e o nosso socialismo, o socialismo brasileiro, não se caracteriza pela trituração do indivíduo na máquina do Estado, mas pela cooperação harmônica das partes com o todo. O Estado é o órgão que realiza o sistema da cooperação nacional. (...) O regime instituído pela Constituição de 1937 é capitalista. Mas não totalmente capitalista, porque não admite o predomínio do capital sobre o trabalho, nem a exploração do fraco pelo forte (...). Em princípio, os meios de produção são privados. Pode, porém, o Estado, em determinadas circunstâncias, quando o interesse nacional o exige, subtrair esses meios da livre concorrência e socializá-los".33

Recordando nesta mesma saudação ao presidente Vargas considerações feitas, anos antes, na cerimônia de sua formatura do curso de Direito, Pasqualini assinalava que as suas palavras então proferidas vieram a "encontrar expressão na Carta de 1937 e na admirável e avançada legislação social do País". 34 Deparamo-nos, pois, com fortes congruências políticas, em que se sobrepôs o

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação ao Presidente Getúlio Vargas, em nome do Departamento Administrativo". Porto Alegre: Correio do Povo, 17/11/1940. In: *Op. cit.*, p. 35-36.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Idem, p. 39.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Idem, p. 42.

aspecto substantivo da democracia – apoiado num determinado papel econômico e socialmente ativo do Estado – à dimensão propriamente procedimental e formal do regime democrático.<sup>35</sup>

Durante o período em que teve assento no quadro dirigente do DA, o personagem se envolveu com diversos assuntos – educacionais, tributários, controle e avaliação orçamentária das prefeituras etc. – mas, sobretudo, chamam a atenção o esforço e as iniciativas que giravam em torno da racionalização do serviço público, por intermédio da introdução de normas e de ordenamentos legais que viabilizassem a modernização da burocracia pública, para que esta alcançasse maior autonomia em relação aos interesses pessoais e políticos circunstanciais. Na avaliação pasqualinista, as aludidas modernização e racionalização promoveriam o aperfeiçoamento da administração pública, no intuito de melhor satisfazer às necessidades coletivas. Uma avaliação que, é claro, não o fez isoladamente, compartilhada, entre outros, na década de 1940, em atuação no Departamento Administrativo do Serviço Público, também por outro intelectual brasileiro de proa, o então jovem sociólogo Guerreiro Ramos, que no início dos anos de 1960 veio a ingressar no PTB. 37

Com facilidade se pode afirmar que Pasqualini exerceu, no DA, funções típicas de um *intelectocrata*, tal como abordado por Aarão Reis, no sentido em que perseverou e conseguiu participar da introdução de algumas mudanças consoantes a um aspecto do seu pensamento – o combate ao clientelismo –, desfraldado na época em que foi vereador. Também atuou como um *especialista*, na acepção oferecida por Bobbio, tendo em vista o seu envolvimento (na condição técnico-profissional de um advogado) na elaboração de pareceres, legislações e estudos que permitiram corporificar, em normas e leis, aquela antiga reivindicação sua.

Durante este período, Pasqualini publicou com alguma regularidade artigos na imprensa, tendo suas iniciativas e opiniões por ela veiculadas. Talvez se possa dizer que, a esta época, Pasqualini encontrou-se razoavelmente à vontade no seio do Estado Novo, pois chegou a

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Uma importante discussão teórica relativa à democracia, sua forma, requisitos e dimensões, encontra-se em BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 8ª ed., 2002.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> A respeito, consultar *Correio do Povo*. "Parecer sobre o projeto de criação do Conselho do Serviço Público Estadual". Porto Alegre, 17/09/1941, p. 2. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 207-211.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> BARIANI JR., Edison. *Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil.* São Paulo: Unesp, 2011, p. 31-60.

exercer um pouco do papel de *ideólogo*, <sup>38</sup> ainda que de maneira limitada por sua posição e pelo contexto político discricionário. Neste intervalo da sua vida pública, publicou um e outro artigo na imprensa, preconizando ideias de cooperação, de justiça e de solidariedade social, em contraposição ao individualismo liberal exacerbado, alinhavando mesmo os contornos de um pensamento que esteve a dialogar e a se aproximar de certas questões pertinentes ao múltiplo e heterogêneo ideário socialista. <sup>39</sup> Ademais, o seu nome e as suas opiniões começavam a transcender os limites regionais, mesmo no que diz respeito a temas que correspondiam mais propriamente à esfera privada e comportamental dos cidadãos. É o que podemos verificar em matéria publicada pela *Folha da Noite*, jornal de São Paulo. Tratava-se de considerações feitas pelo personagem em relação ao instituto do divórcio. De acordo com o jornal:

"Um vespertino de Porto Alegre realiza no momento um inquérito entre intelectuais e políticos sobre o problema do divórcio, para saber se este instituto jurídico é uma necessidade no Brasil. E o Sr. Alberto Pasqualini, membro do Departamento Administrativo do Estado, assim resumiu a sua opinião pessoal: 'O matrimônio tem o seu alicerce moral no amor e na fidelidade. Destruído esse alicerce, só restará no casamento a ficção legal'. (...) A opinião do Sr. Pasqualini coincide, não resta a menor dúvida, com a da maioria do povo brasileiro". 40

Porém, tensões e dilemas ganharam relevo a partir do momento em que o personagem assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do Governo do Rio Grande do Sul, em 1943, sob a interventoria do tenente-coronel Ernesto Dornelles. No entanto, vejamos de antemão algumas iniciativas e ideias esposadas na Secretaria.

Pasqualini, no exercício desta nova função, envolveu-se bastante com a proposição de ações, ao encargo do Estado, que promovessem o atenuamento de grotescas disparidades e problemas sociais. Nesse sentido, participou ativamente da criação de dois órgãos do Poder Público estadual que incidiam em uma intervenção no domínio econômico, a saber: o Serviço de Organização e Assistência Social e a Comissão de Alimentação Pública.

No tocante ao primeiro órgão estadual, pode-se afirmar que o eixo da sua finalidade foi estimular a criação de "colônias agrícolas", por meio da oferta de pequenas propriedades aos

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Cf. conceito utilizado por BOBBIO, Norberto. Os intelectuais..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> A respeito, consultar: PASQUALINI, Alberto. "As leis e as mulheres". Porto Alegre: Correio do Povo, 04/07/1943, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 268-271.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Folha da Noite. "Sobre divórcio". São Paulo, 26/10/1942, p. 2.

trabalhadores sem terras e desempregados, sob a assistência técnica do Estado. Analisando as mazelas sociais engendradas pelo alto índice de desemprego nas fazendas, no processo de formulação legal e técnica do órgão assim se expressava o personagem:

"Existe, principalmente na zona pastoril e como consequência do sistema econômico, do regime da produção e da propriedade, uma população a que se deu o qualificativo de 'marginal' porque vive à margem da sociedade (...). Alguns conseguem trabalho em lavouras de arroz; outros logram empregar-se como operários em estabelecimentos saladeris ou em obras do Governo. Quando, porém, por uma circunstância qualquer cessa o trabalho, a situação dessa grande massa flutuante de párias torna-se a mais difícil e penosa. Dizer que essas populações são subnutridas seria empregar eufemismos; os índices de tuberculose falam com mais eloquência (...). Esse estado de coisas tende a agravar-se sempre mais e assume neste momento aspecto de extrema gravidade. É necessário que o Governo enfrente corajosamente e sem protelações a situação (...). Baseada a sua organização [colônias agrícolas] na pequena propriedade, deverá, entretanto, ser estimulado e desenvolvido o espírito de cooperação social. Os elementos que, por essa forma, puderem ser fixados ao solo, deixarão de constituir um peso morto na sociedade (...), tornando-se produtores e consumidores. Caberá ao Serviço de Organização e Assistência Social (...) a tarefa de delinear a organização social das colônias agrícolas".41

A proposta de criação do órgão foi submetida à aprovação do governo federal. Com Pasqualini na cidade do Rio de Janeiro para tratar do assunto, se vê que a proposta foi bem recebida pelo governo federal e por parte da imprensa. É o que se pode depreender a partir das palavras laudatórias, tecidas pelo então jornalista Carlos Lacerda, dirigidas a Alberto Pasqualini:

"O projeto foi relatado (...) e aprovado pela Comissão [de Negócios Estaduais] (...). [Pasqualini] defendeu com eloquência a causa pela qual se batia o Governo gaúcho. Podia fazê-lo porque poucos homens no Brasil conhecem tão bem os problemas do seu estado quanto esse oposicionista por formação, que por vocação se fez estadista". 42

No que tange à Comissão de Alimentação Pública, o personagem expôs ao interventor estadual as razões para a sua criação nos seguintes termos:

"Um dos problemas que (...) centralizam as atenções e as preocupações do governo é o encarecimento contínuo dos gêneros de primeira necessidade (...). As medidas de

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> PASQUALINI, Alberto. "Proposta de criação do Serviço de Organização e Assistência Social". Porto Alegre, s.n., 19/10/1943, p. 10 (arquivo pessoal de João Brusa Neto). In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 295-296.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> LACERDA, Carlos. "Plenamente vitoriosa a missão Pasqualini: o Rio Grande encara com toda franqueza o problema nacional". Porto Alegre: Diário de Notícias, 17/12/1943. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 13.

contenção, como o tabelamento, nem sempre logram os fins visados, ou porque são burladas ou porque combatem os sintomas e os efeitos e não as causas do mal (...). O que cumpre ao poder público, em relação ao encarecimento da vida, é, de um lado, reprimir as manobras da intermediação que tenham por objetivo provocar preços artificiais e a obtenção de lucros ilícitos (...), e de outro, obter o barateamento pela redução das operações intermediativas (...). Diante, pois, da situação que a contínua alta dos gêneros de primeira necessidade está criando para as classes proletárias é dever do Estado intervir no mecanismo da distribuição com o objetivo de eliminar ou atenuar as causas do encarecimento. Um dos meios da realização desse objetivo é que o Estado adquira as utilidades diretamente nas fontes de distribuição, distribuindo-as sem lucro ao consumidor".<sup>43</sup>

Cumpre ainda observar que a Comissão foi criada por projeto de decreto-lei que previa a participação e a colaboração das entidades sindicais e de classe em sua organização.<sup>44</sup> Posto isso, também em viagem ao Rio de Janeiro para apresentar ao governo federal o projeto de criação do órgão relacionado ao abastecimento alimentar coletivo, percebe-se uma estreita concordância da instância federal responsável com as preocupações e as proposições de Pasqualini. A *Folha da Manhã* assim noticiou o encontro:

"O sr. Alberto Pasqualini (...) conferenciou ontem com o coordenador da Mobilização Econômica, a quem expôs os pormenores do anteprojeto que cria naquele Estado um órgão de abastecimento. O coordenador, que concordou com o planejado, adiantou ao sr. Pasqualini que o mesmo serviria de modelo a idênticos órgãos que se deverão criar noutros Estados". 45

Parece legítimo assinalar, desse modo, que as proposições de caráter social e econômico advogadas por Pasqualini tiveram acolhimento e razoável receptividade pelos governos estadual e federal. Nada obstante, como anteriormente frisado, questões relativas ao autoritarismo do regime político vigente suscitaram divergências e insatisfações crescentes da parte do personagem. Por conseguinte, podem-se destacar alguns eventos que proporcionaram um progressivo afastamento de Pasqualini em face do Estado Novo, culminando em uma posterior oposição ao regime liderado por Getúlio Vargas.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> PASQUALINI, Alberto. "Exposição de motivos propondo a criação da Comissão de Alimentação Pública". Porto Alegre: Correio do Povo, 12/12/1943, p. 4, 8. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 301-303.

 <sup>44</sup> Cf. idem, p. 305.
 45 Folha da Manhã. "Encontra-se no Rio o secretário de Justiça do R.G. do Sul". São Paulo, 16/12/1943, p.6.

O primeiro evento consistiu em ações de natureza persecutória aos migrantes, e a seus filhos, originários da Itália e da Alemanha. Em um período de grave conflito internacional, em que o país também se engajou enviando suas tropas, as hostilidades em torno dos setores sociais associados à imigração daqueles países foram recorrentes na sociedade sul-rio-grandense. Nesse sentido, uma medida adotada por um general do Exército, em setembro de 1942, veio a criar um embaraço na relação entre Pasqualini e o governo; logo superado, não deixando, contudo, de desnudar uma nuança das mazelas políticas do regime de exceção a Pasqualini. Em carta enviada pelo interventor estadual, cel. Cordeiro de Farias, ao presidente Vargas, o primeiro apresentava a questão e informava a tomada de posição do personagem em relação a fato correspondente a um tipo de ação discriminatória.

"A proclamação do sr. General Heitor Borges aos escoteiros do Brasil estabelece em seu primeiro item: declarar inativos os escoteiros descendentes em 1º grau dos naturais dos países totalitários mesmo naturalizados. Como é fácil prever, essa determinação vem chocar grande parte de nossa população alienígena (...). Mandamos censurar na imprensa esse dispositivo. Vindo, porém, a público nos jornais do Rio está causando uma situação de sensível mal-estar. E a primeira manifestação notória com respeito ao caso, é o pedido de demissão do dr. Alberto Pasqualini". 46

Também manifestando o seu descontentamento à determinação do general – e no tocante ao pedido de demissão de Pasqualini, feito em protesto à ocorrência –, o presidente Vargas respondeu ao interventor estadual, do modo que se segue: "Já telegrafei ao dr. Alberto Pasqualini, negando-lhe a dispensa que solicitou de membro do Departamento Administrativo do Estado, pois nada justificou o seu pedido no momento atual".<sup>47</sup>

Transcendida a questão, pouco depois, na SIJ, Pasqualini manifestou com maior nitidez a sua oposição aos traços autoritários do regime de 1937, entre outros, por meio de críticas à censura e às limitações à expressão do pensamento e da opinião. Em sua avaliação, à imprensa cumpriria um elevado papel público, incompatível com as restrições da censura oficial:

"A missão da imprensa é, essencialmente, informar, esclarecer, criticar, educar e exortar. A imprensa é, por isso mesmo, uma peça indispensável no funcionamento dos regimes e dos mecanismos democráticos (...). Têm, pois, os governos, na imprensa, antenas e

\_

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> CPDOC/FGV, carta de Cordeiro de Farias para Getúlio Vargas, 02/09/1942, arquivo Getúlio Vargas, GVC1942.09.02.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> CPDOC/FGV, carta de Getúlio Vargas para Cordeiro de Farias, 04/09/1942, arquivo Getúlio Vargas, GVC1942.09.04.

termômetro da opinião esclarecida e, ao mesmo tempo, um precioso e poderoso instrumento de preparação psicológica, de orientação e de educação das massas. Eis por que a imprensa e o governo (...) devem ser forças convergentes e funções que se completam: aquela, apontando enganos, erros e abusos, e, este, corrigindo-os, emendando-os e reprimindo-os". 48

Em seu apoio à liberdade de opinião e de imprensa, o fruto político imediato correspondeu, segundo Eliane Maciel, à oposição do DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda]: "sua atitude era vista como afronta ao governo (...). Seus discursos diante de jornalistas chegaram a ter sua publicação impedida pelo departamento".<sup>49</sup> Seu último ato, então, se deu em 1944, com o caso abaixo relatado, que o levou à demissão do cargo de secretário do Interior e Justiça.

Manifestado um impasse entre grupos políticos na cidade de Cachoeira do Sul/RS para a escolha de um nome à interventoria municipal, em 1944, Pasqualini se pronunciou publicamente favorável à adoção de uma consulta pública para equacionar o problema. É possível, inclusive, que tenha proposto a realização de um plebiscito. Assim, sobremodo criando suscetibilidades ao governo do novo interventor estadual, Ernesto Dornelles, este apresentou o caso em carta ao presidente Vargas, a respeito da posição assumida pelo personagem:

"Tendo a imprensa daqui noticiado a realização de um plebiscito em Cachoeira, o qual teria sido autorizado pela Secretaria do Interior, com aprovação da Interventoria (...), achei necessário desmentir a notícia. O dr. Pasqualini não pensou do mesmo modo, tanto assim que não a retificou. (...) Por esse motivo, pediu ele demissão, que aceitei. O nosso entendimento foi cordial, embora franco, e creio que não ficou ele impedido de colaborar com o Governo, em funções mais de acordo com o seu temperamento. Tenho indícios para crer que o mesmo dr. Pasqualini ficou convencido de ter criado uma situação difícil de se recompor, pelo menos por enquanto. Além de fatos anteriores, concorreu para isso a circunstância de ser ele, sem embargo de suas ideias liberais, muito intransigente em seus pontos de vista, não se apercebendo mesmo de que a sua atuação não estava sendo benéfica para o Governo". 50

Perceptível, tanto nas ponderações acerca de Pasqualini, feitas pelo interventor, quanto em algumas das iniciativas do personagem postas em tela, a tensão vigente entre o que aludi como as *éticas da convicção* e *da responsabilidade*. Na ação do personagem prevaleceu,

<sup>50</sup> CPDOC/FGV, carta de Ernesto Dornelles para Getúlio Vargas, 15/07/1944, arquivo Getúlio Vargas, GVC1944.07.15.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação aos jornalistas cariocas". Porto Alegre: Correio do Povo, 04/01/1944, p.12. In: \_\_\_\_\_, *op. cit.*, p. 65-66.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. *Op. cit.*, p. 53.

especialmente em seus últimos momentos no governo, uma "intransigência" em perseverar na defesa de princípios esposados, a despeito das eventuais e potenciais consequências políticas. A coerência com determinados valores foi preservada por Pasqualini, implicando em seu afastamento do governo, não apenas na condição de ocupante de um cargo público, como também em termos ideológicos, pois a partir desta controvérsia o personagem dedicou boa parte dos seus escritos a questionar a legitimidade da ditadura estado-novista, ainda que sempre exaltando a legislação social editada por Vargas. É a partir da sua saída dos quadros políticos e administrativos do governo estadual que Pasqualini se encontrou na condição de um opositor do Estado Novo, mas não necessariamente de um antigetulista. Logo, o *intelectocrata* do regime autoritário foi buscar maior raio de ação para desempenhar a função que tanto marcou a sua posterior trajetória política, qual seja, a de *ideólogo*.

## União Social Brasileira: a esquerda democrática gaúcha

Como visto no capítulo anterior, Alberto Pasqualini assiduamente passou a escrever artigos no jornal *Correio do Povo*, após o seu desligamento da SIJ. Em linhas gerais, a tônica dos seus textos foi de fortes críticas ao autoritarismo do Estado Novo. Em consequência, o personagem encontrou-se sintonizado com os reclamos e as manifestações favoráveis ao restabelecimento das instituições democrático-representativas. Manifestações que vicejavam no período que envolveu os anos de 1944 e de 1945. Precisamente um período em que as formas autoritárias dos governos nazifascistas haviam sucumbido à coalização militar internacional em que o Brasil se integrou, ensejando agudas contradições para o governo de Getúlio Vargas – ditatorial internamente e aliado do combate à ditadura no plano externo.

Foi destacada também a notoriedade política que o nome de Pasqualini alcançou nos idos de 1945, devida, em boa medida, à sua atuação no jornalismo, como articulista. Desde princípios deste ano, seu nome já era ventilado como provável protagonista da cena política e eleitoral que tendia a se avizinhar. Nesse sentido, especulava-se na imprensa a possibilidade de criação de um partido político sob a sua liderança. Antigo companheiro do Partido Libertador e proeminente figura política regional, o embaixador Batista Luzardo, já nos primeiros meses do ano, questionava o eventual intento do personagem em fundar uma legenda partidária,

provavelmente tendo em vista a sua adesão para a refundação do antigo partido proscrito. Pasqualini, por seu turno, por intermédio de artigo publicado na imprensa, em que procurava responder às críticas de Luzardo, estabelecia algumas ideias que vieram a caracterizar a sua União Social Brasileira – USB.

"Nunca esteve nas minhas cogitações fundar partidos (...). Houve, sim, a ideia que ainda poderá ser concretizada, de realizar um movimento de caráter puramente doutrinário para discutir problemas nacionais e assuntos que respeitam a vida e a economia do nosso Estado (...). Não se trata, pois, de partidos, mas de estabelecer objetivos e diretrizes, dando conteúdo e indicando rumos à ação política, pelo debate amplo de temas e soluções e pelo esclarecimento da opinião pública (...). Sempre entendemos que a melhor maneira de iniciar as práticas democráticas não seria lançar candidaturas e garantir situações, mas oferecer uma contribuição ideológica, resultante da colaboração de todas as classes e homens dignos e patriotas, a fim de que os próprios construtores de partidos tivessem pontos de referência na sua tarefa (...). Nossos propósitos são desinteressados, porque, se não o fossem, estaríamos incorrendo nos mesmos erros que condenamos". 51

Temos aí o indício de um posicionamento político convergente com o papel que Pasqualini tendeu a se consagrar, *a posteriori*: um intelectual desinteressado nos fenômenos políticos de curto prazo, atento mais à semeadura de ideias, de sorte a influir na opinião pública. É claro, uma maneira de também intervir na vida política, até mesmo no universo partidário que se estava a delinear. Contudo, sem o compromisso com o imediatismo eleitoral. Como assinalado no primeiro capítulo, ao tecer esquemática apresentação biográfica, o movimento político capitaneado por Pasqualini, que culminou na formação da USB, tendia a se constituir especialmente em um círculo de opinião, em uma espécie de sociedade de pensamento.

Ainda em abril de 1945, Pasqualini publicava na imprensa extenso texto que viria a se configurar em algumas diretrizes centrais da proposta defendida pela USB. Intitulado *Sugestões para um programa*, o texto traçava longa série de mudanças políticas e econômicas, consistindo em um roteiro reformista sugerido à opinião pública e aos diferentes agrupamentos políticos, em particular. Ademais, representava um conjunto de ideias cujo contorno convergia sobremaneira com as suas ideias publicizadas e esposadas, posteriormente, no PTB. O eixo da argumentação e das preocupações era a questão social. No entendimento do personagem:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> PASQUALINI, Alberto. "Nossa única filosofia". Porto Alegre: Correio do Povo, 03/04/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 357-359.

"De todas as questões de caráter fundamental que, neste momento, devem ou deveriam merecer a atenção e o estudo dos que têm responsabilidade ou podem ter influência na vida do País, a que se sobreleva e tem primazia (...) sobre as demais é, sem dúvida, a questão social". 52

Dentre diversos temas abordados, o texto revelava uma propensão ideal ao socialismo, em oposição ao capitalismo liberal, que frequentemente chamava de "individualista e egoístico". Interpretando, porém, algumas características do estágio do desenvolvimento econômico e social em vigor no país (considerado incapaz, à época, de gerar uma trilha para um ordenamento societário socialista), propôs e preconizou uma via alternativa ao "capitalismo individualista": um capitalismo reformado, "solidarista e cristianizado", como costumava por essa época se expressar, cujo norte deveria ser o bem-estar coletivo. Isto é, manter-se-ia o regime da propriedade privada, só que submetido ao controle estatal e ao interesse público.

Por extensão, teses de caráter distributivista também foram apresentadas, assentadas no imposto progressivo e na socialização de parte dos lucros empresariais, para subsidiar a criação de órgãos e de serviços estatais voltados ao atendimento das necessidades da maioria da população. Em apoio a estas teses, não raro o personagem lançava mão de alguns preceitos advogados pelo reformismo social da Igreja Católica - pela encíclica Rerum Novarum de Leão XIII, por exemplo. Destaquem-se, adicionalmente: primeiro. O seu apelo à industrialização como estratégia de superação do "sistema de economia semicolonial", que tipificaria o Brasil, em conexão a um aumento da capacidade de consumo das massas trabalhadoras.<sup>53</sup> Segundo. A defesa de um envolvimento e de uma participação direta dos trabalhadores e das suas entidades representativas na gestão de fundos sociais e de órgãos estatais voltados à satisfação das necessidades públicas. Em outras palavras, os eventuais órgãos e serviços estatais propostos, e que seriam responsáveis pelo atendimento do bem-estar social (relativos à moradia popular, à saúde pública etc.), não poderiam prescindir da participação e do controle público da sociedade, notadamente da classe trabalhadora organizada. Vemos aí, de um lado, uma desconfiança pasqualinista à razão burocrática do Estado e, mormente, às suas contingências políticas e eleitoreiras, que poderiam retirar a legitimidade dos órgãos do Estado então propugnados.

<sup>53</sup> Idem, p. 80.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> PASQUALINI, Alberto. "Sugestões para um programa". Porto Alegre: Correio do Povo, 22/04/1945, p. 4-5. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 79.

Talvez uma desconfiança já manifestada no Estado Novo, em que propôs algo similar na criação da Comissão de Alimentação Pública.<sup>54</sup> De outro, vê-se a defesa de uma concepção do Estado aberto e franqueado à transparência, à participação e ao controle de amplas camadas da sociedade civil. Talvez seja legítimo falar em um pensamento político que elaborava, ainda em estado germinal e timidamente, uma perspectiva consoante a que veio a ganhar fôlego e densidade, na teoria e na vida política contemporânea, no curso das últimas décadas, no centro capitalista e mais recentemente na sociedade brasileira: refiro-me à democratização do Estado, com a sua correspondente crítica ao insulamento e à razão "iluminada" dos tecnocratas, associada a uma exaltação à dimensão participativa da democracia.<sup>55</sup>

No tocante à recepção do texto pasqualinista a que faço alusão, Maciel sublinha o seu favorável acolhimento na opinião pública, ressaltando também ter representado o pontapé inicial para a organização da USB:

"A partir desse artigo forma-se em torno de Pasqualini um grupo de adeptos e simpatizantes que, sob a presidência de João Monteiro dos Santos (um padeiro progressista), fundam, em junho de 1945, o 'Movimento Popular em Favor das Ideias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini". <sup>56</sup>

Vê-se, então, a importância que a atuação na imprensa teve para Pasqualini neste momento da sua vida pública. Por outro lado, não é difícil observar a influência que o jornalismo impresso

\_

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Cf. PASQUALINI, Alberto. "Exposição de motivos propondo a criação da Comissão de Alimentação Pública". Porto Alegre: Correio do Povo, 12/12/1943, p. 4, 8. In: *op. cit.*, p. 305.

<sup>55</sup> No tocante ao assunto, em que se sobrelevam críticas à representação enquanto dimensão exclusiva da democracia, e uma discussão em torno do método dialógico e educativo da participação e da deliberação, inclusive no seio das instituições do Estado, consultar, entre outras obras de igual relevância, MÉSZAROS, István. *Atualidade histórica da ofensiva socialista*. São Paulo: Boitempo, 2010. VALENTE, Manoel Adam Lacayo. *Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006. COELHO, Vera P., e NOBRE, Marcos (orgs.). *Participação e deliberação*. São Paulo: 34, 2004. HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia*, vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed., 2003. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. BARKER, Rodney. "O trabalhismo inglês: idéias básicas e experiências da 'Fabian Society' aos dias atuais". In: Cadernos da UnB, Maria de Rosinda Ramos da Silva (trad.), *A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês*. Brasília: UnB, 1982, p. 79-110. MYRDAL, Gunnar. *O estado do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> MACIEL, Eliane Cruxên B.A. Op. cit., p. 54.

possuía para a sociedade da época, diferentemente da contemporânea perda relativa de magnitude em face da televisão.<sup>57</sup>

A erosão paulatina da legitimidade e dos mecanismos autoritários do Estado Novo, assim como o processo de transição democrática pelo qual atravessava o país, representaram condições favoráveis à obtenção, por Pasqualini, de um vultoso capital político. Ademais, a sua atuação independente de qualquer agrupamento político estabelecido, somada às possibilidades abertas pela atividade jornalística, permitiram ao personagem alcançar expressiva projeção por meio do exercício de uma função intelectual que, na acepção dada por Bobbio, poderíamos classificar como a de um *ideólogo*. Função esta em que, como vimos, prevalecem a produção e a difusão de ideias e de valores éticos e políticos.

Tal conjuntura, aliada às suas atividades intelectuais, foi tão favorável, que o personagem teve a sua corrente de opinião fundada e apoiada, conforme Vasconcellos, por "homens de vários perfis", sendo integrada, entre outros, pelos setores estudantil, proletário, jornalístico, empresarial e pelo funcionalismo público.<sup>58</sup> De acordo com Miguel Bodea, em 16 de setembro – dois dias após a fundação do diretório gaúcho do PTB, promovida por lideranças sindicais –, Pasqualini e o seu grupo publicaram o manifesto da USB no jornal *Correio do Povo*. <sup>59</sup> O propósito pedagógico do círculo político e cultural foi destacado já no início do documento, em que também se sublinhavam alguns requisitos elementares da democracia, na ótica deste agrupamento intelectual e político.

"Deve-se reconhecer que não será possível instituir no Brasil um verdadeiro regime democrático sem que se lhe preparem as bases econômicas, sociais e educacionais. Se a democracia é realmente o governo do povo, será ela tanto mais imperfeita e precária quanto menor for o número de cidadãos que possam participar das deliberações políticas e quanto menor for o grau de capacidade com que o possam fazer". 60

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Sobre a temática mídia e política, consultar: MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. Bauru-SP: EDUSC, 2001. BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.*, cap. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.*, p. 23.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> PASQUALINI, Alberto. "Manifesto-programa da União Social Brasileira". Porto Alegre: Correio do Povo, 16/09/1945, p. 11. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 98.

Do ponto de vista da dimensão institucional, subjetiva e educacional da política, o manifesto advogava, entre outros, o fortalecimento do Poder Legislativo, o direito de voto a todos os brasileiros acima de 18 anos, a gratuidade do ensino em todos os níveis e, no que respeita ao compromisso peculiar da USB, a difusão do debate político e da cultura. Outras questões de natureza reformista no campo econômico foram também mencionadas, mas exploro abaixo esta dimensão, pois foi abordada de maneira convergente no discurso de instalação pública da USB, dias depois.

Em 23 de setembro de 1945, foi publicamente fundada a USB, em solenidade ocorrida no Teatro São Pedro, em Porto Alegre. No que concerne às reformas econômicas e sociais, o distributivismo era saliente no discurso da organização, feito por Pasqualini. Em primeiro lugar, vejamos o preceito da extensão do acesso aos frutos do progresso técnico às camadas trabalhadoras. Sobre o assunto, cabe destacar que uma veia política e filosófica que relativizava o caráter e a amplitude das mudanças sociais, assim como o perfil da distribuição social da riqueza, sublinhando as oportunidades e as possibilidades abertas pelo tempo histórico, atravessava o discurso – como tantos outros posteriormente veiculados por Pasqualini, particularmente no PTB. Isto é, denotando uma perspectiva historicizante, o distributivismo preconizado não estaria fechado em torno de algumas reformas sociais delimitadas e potencialmente consideradas detentoras de um valor absoluto e intransponível. Ao contrário, foram oferecidos alguns contornos e metas reformistas em sua temporalidade, passíveis de serem alargadas em função das condições econômicas, políticas e culturais proporcionadas no curso do tempo. Teremos oportunidade, em capítulo que dá sequência ao trabalho, de abordar com maior rigor a temática em relevo. Enfim, concernente à questão dos princípios distributivistas, assim se expressava o personagem:

"Uma equitativa distribuição de riqueza constitui (...) a condição fundamental do equilíbrio social. Dentro das concepções atuais, creio que a riqueza estará razoavelmente distribuída quando cada um tiver à sua disposição um mínimo de recursos que lhe permitam, com o seu trabalho, não apenas morrer de fome ou de frio, mas, usufruir, em certo grau, os benefícios criados pela civilização e pela cultura. (...) A sociedade somente estará organizada em bases justas quando estiver ao alcance de todos não apenas um mínimo vital, mas também um mínimo de comodidade e de conforto, tal como podem proporcioná-los os progressos da civilização atual. Vemos, pois, que a questão social é,

-

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> Idem, p. 102.

materialmente considerada, uma questão de justa distribuição, de repartição de riqueza ou do produto do trabalho comum". 62

Em relação aos meios e às ações práticas voltadas à execução do princípio distributivista, o discurso do personagem abrangia distintos assuntos. Todos, de um modo e outro, conjugavam o desenvolvimento econômico à elevação da capacidade de consumo das massas. Concentremonos na habitação e no crédito popular, assim como na formação de colônias agrícolas.

A respeito da habitação popular urbana, o discurso pasqualinista de instalação da USB se manifestava do seguinte modo:

"A despesa média de aluguel, nas cidades do Brasil, dos que vivem de salários, incluindo o funcionalismo, é (...) [alta] (...). Creio que, com a construção de um milhão de habitações poder-se-á reduzir a despesa de aluguel a 10% ou menos do salário (...). Uma economia anual (...) [cuja importância] poderia ser aplicada na aquisição de mais roupa, mais alimento, mais utilidades. Nessas condições, as fábricas produzirão mais, os comerciantes venderão mais, os trens, os vapores e os caminhões transportarão mais, todos, enfim, ganharão mais dinheiro". 63

Atinente às colônias agrícolas, com seu correspondente sabor cooperativista, registre-se ter sido um projeto desfraldado ainda em sua atuação no Estado Novo. A reforma agrária encontrava-se nitidamente em pauta, articulada a um sentido educativo e formativo das futuras gerações. Registre-se também que a ampliação do mercado consumidor interno perpassava seu horizonte de preocupações relativas à temática.

"Existem grandes massas rurais que vivem no abandono e na miséria. (...) A distribuição de terras, adquiridas mediante compra ou desapropriação é necessária. Essa medida, porém, por si só não resolve o problema. É preciso também que aqueles que as recebem possam e saibam utilizá-las, que tenham saúde, que adquiram hábitos de trabalho, de economia e capacidade de autodireção (...). O que cumpre é operar a concentração dos trabalhadores marginais em colônias agrícolas para que, como nas cidades, se lhes possa dispensar toda a sorte de assistência; para que tenham escolas, médicos, hospitais, assistência técnico-agrícola, assistência religiosa etc. É necessário organizar a vida rural, torná-la atraente e confortável. É possível que somente uma pequena percentagem de marginais adultos possa ser recuperada; o que, porém, nos deve interessar são os filhos que poderão ser criados e educados numa vida diferente da dos pais e transformados em cidadãos prestantes para a coletividade. A integração das massas na vida econômica do

.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso de instalação da União Social Brasileira". Porto Alegre: Correio do Povo, 23/09/1945, p. 11. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 107.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Idem, p. 111.

País é um problema fundamental (...). É absolutamente inútil pensar em expansão econômica, em desenvolvimento industrial, pela simples razão de que não pode haver indústria nem economia desenvolvida onde não há poder aquisitivo". 64

Por fim, o programa da USB preconizava a criação de um "Banco de Crédito Popular" que pudesse viabilizar, em grande parte, o financiamento das medidas destacadas anteriormente. Uma alternativa, pública e estatal, ao sistema financeiro privado. Como acentuado em outra oportunidade, esta foi uma proposta que o personagem veio a defender e a refinar no curso do seu itinerário no PTB. A fonte dos recursos? Vejamos abaixo.

"Se (...) tivermos institutos de crédito popular que emprestem para essas finalidades sem cobrar juros, debitando apenas uma taxa correspondente à despesa, então todo trabalhador ou funcionário poderá ter a sua casa. Emprestar sem juros é perfeitamente possível desde que o capital do banco não vise a obtenção de dividendos. Onde, porém, buscar esse capital? Poderemos encontrá-lo no Fundo Social constituído pelas contribuições sociais, isto é, pelo lucro socializado, lucro pertencente ao próprio trabalhador".65

Posto isto, é importante frisar que, conforme chama a atenção a abordagem de Bodea, não há no manifesto, no programa ou em demais discursos relativos à USB, ou a quaisquer outros assuntos abordados por Pasqualini nesta conjuntura, por intermédio da imprensa, uma menção sequer ao trabalhismo, à expressão trabalhista. O que vem a denotar a inexistência de uma prévia intencionalidade em integrar os quadros do PTB.66 Como salientado no capítulo anterior, as críticas a forma como foram gestados os partidos à época, e a sua oposição aos traços autoritários do legado getulista, também não nos permitem afirmar qualquer intenção naquele sentido. Parece que, a despeito de uma trajetória, há alguns anos, ativa na vida política regional, deve-se levar em conta as intenções declaradas pelo próprio personagem, precisamente no sentido em que concebia uma finalidade cultural e educativa para a USB – ao menos no período imediato que envolveu a sua formação e atuação pública. O futuro, como usualmente a sabedoria popular o afirma, a Deus pertence, e o destino da USB, ao fim e ao cabo, foi a sua integração no universo político-partidário institucional.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> Idem, p. 112.

<sup>66</sup> Cf. BODEA, Miguel. Trabalhismo..., op. cit., p. 26.

Ainda de acordo com Bodea, a iniciativa de aproximação entre a USB e o PTB foi empreendida por José Vecchio – então presidente do Sindicato da Carris Porto-Alegrense e um dos fundadores do diretório estadual petebista. Liderada e fundada por sindicalistas, a seção gaúcha do PTB, a princípio, não via com bons olhos "uma elite de letrados", que conformaria, na opinião daqueles, a composição da USB. Vecchio, no entanto, procurou costurar um entendimento entre os dois agrupamentos, haja vista a perspectiva de corte social e reformista da USB e a convergência de Pasqualini em face da legislação do trabalho outorgada pelo governo Vargas. Apesar de pertencer a uma "elite", de todo modo, em conformidade com a perspectiva de João Batista da Cruz, os sindicalistas enxergavam Pasqualini "como integrante de uma 'elite avançada". Segundo Bodea, tendo em vista o fortalecimento do PTB, José Vecchio tomaria a iniciativa de procurar a

"Pasqualini e outros membros da USB, em meados de outubro de 1945, acenando inclusive com a possibilidade de apoio a uma eventual candidatura de Pasqualini ao governo do estado (...). As negociações entre as duas correntes – sindicalistas do PTB e pasqualinistas da USB – foram, sem dúvida, precipitadas pelo golpe do 29 de outubro: a queda de Vargas, por um lado, deixava os petebistas desamparados (...) e, por outro lado, eliminava, aos olhos dos usbianos, qualquer ranço de 'oficialismo' na aproximação com o PTB". 69

Dois dias após a destituição de Vargas do poder, as duas agremiações firmaram um compromisso político, em apoio a certas diretrizes programáticas e políticas, que culminou na fusão entre ambas no ano seguinte, em 1946, mantendo-se a sigla PTB. Tal fusão, ainda na interpretação de Bodea, veio a convergir no estabelecimento de uma especificidade ao PTB gaúcho, qual seja: a existência de um movimento político com orientação de esquerda, dotado de uma razoável elaboração teórico-doutrinária, no seio de um incipiente partido popular – cujo amálgama consistia a figura e a obra social de Vargas. A inserção da USB permitiu, assim, ao PTB/RS também ocupar o espaço de uma esquerda intelectualizada e democrática, que, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tendeu a se aproximar da União Democrática Nacional.<sup>70</sup>

-

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Idem, p. 20-27.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul.* Dissertação de mestrado. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2010, p. 109.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.*, p. 27.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> Idem, p. 28.

Enquanto fruto imediato desta fusão, em 1946, Pasqualini foi lançado candidato ao governo estadual sul-rio-grandense pelo PTB, e a relação de nomes indicados à competição eleitoral para deputado estadual era formada, em boa medida, por pessoas que provinham "das fileiras da USB", na avaliação de Cruz. Do ponto de vista das implicações mais perenes, a médio e a longo prazo, a fusão correspondeu a um sistemático esforço intelectual de Pasqualini e de seu grupo, no sentido de delinear nítidos contornos programáticos e doutrinários ao trabalhismo petebista. Tensões e dilemas internos ao partido fizeram parte do percurso político trilhado pelo personagem no partido. No entanto, a liberdade e o raio de ação mais amplo obtido a partir da transição democrática, permitiram a Pasqualini desempenhar de maneira significativamente desinibida um duplo papel no PTB, nos termos conceituais formulados por Bobbio <sup>72</sup>: o de *ideólogo* do trabalhismo, isto é, produtor e disseminador de uma visão ética, política e social do mundo; e o papel de *especialista* do trabalhismo, ou seja, formulador de propostas e de teses programáticas socialmente reformistas.

As tensões, as convergências e os dilemas no seio do PTB, entre Pasqualini, seu grupo e demais segmentos do partido, estão sujeitos a uma reflexão mais adiante, assim como no capítulo 4. Por ora, encerro este item, em consonância com a interpretação dada por Maurice Duverger, destacando que a USB tendeu, relativamente, a seguir os passos das sociedades de pensamento: de acordo com o cientista político francês, elas potencialmente deságuam na gênese criadora de agremiações partidárias.<sup>73</sup>

Como ponderação marginal, cabe ressaltar que uma importante fonte inspiradora do PTB, e do programa pasqualinista da USB, foi o Partido Trabalhista Britânico, então referência e "líder do Socialismo na Europa", segundo David Owen. <sup>74</sup> Logo, fazendo abstração das diferenças atinentes às tessituras social, econômica, histórica e cultural, em que se apoiaram as formações dos partidos trabalhistas brasileiro e britânico, talvez não seja exagerado acentuar uma estrita e certa correspondência, em particular, entre o *Labour Party* e o diretório gaúcho petebista: ambos contaram com a presença de importante núcleo intelectual de elaboração

.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 131.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. Os intelectuais..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> DUVERGER, Maurice. *Op. cit.*, p. 26-28.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> OWEN, David. "O caso da Inglaterra – quais as mudanças ocorridas? Que futuro?". In: Cadernos da UnB, Maria de Rosinda R. da Silva (trad.), *A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês*. Brasília: UnB, 1982, p. 3-48.

doutrinária, a *Fabian Society* e a sua provável congênere sul-rio-grandense, a USB.<sup>75</sup> Contaram ainda com a significativa presença e o apoio do movimento sindical. Quem sabe, aí não se encontre parte da razão para o grau de organicidade e de solidez organizativa do PTB gaúcho face aos demais diretórios estaduais, costumeiramente assinalado pela literatura?<sup>76</sup> Bodea põe em relevo esta singularidade. Nada obstante, a via explicativa privilegiada pela literatura pode ser complementada, talvez ainda apenas em estado de esboço, demandando análise mais detida. Em todo caso, cumpre observar que ambos os grupos formadores da seção sul-rio-grandense tenderam a proporcionar uma faceta partidária singular, pois consistiram em grupos externos à lógica de formação do quadro partidário da época, assim como, em parte, do próprio PTB. Isto é, não foram predominantemente políticos profissionais que tentaram se acomodar à ordem democrática nascente. A conjunção de intelectuais da USB com os sindicalistas, no Rio Grande do Sul, permite enquadrar a aludida seção partidária como um "partido de criação externa". Por conseguinte, acompanhando reflexão desenvolvida por Duverger, "os partidos de criação externa são geralmente mais coesos e mais disciplinados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar". 77 Isto por que a identidade e a coesão dos grupos externos ao partido, ou ao mundo político stricto sensu, tendem a promover uma coerência e uma força de união que a maleabilidade conjuntural da política não oferece aos profissionais da política. Tentarei explorar o assunto no curso do trabalho.

Por fim, uma outra correspondência passível de ser identificada, e a ser explorada no próximo capítulo pertinente às ideias pasqualinistas, diz respeito à defesa de Pasqualini (a partir de meados do decênio de 1940) ao método democrático como via política para a realização das

\_

Fundada em 1884, a Fabian Society teve por propósito original a "disseminação e o crescimento da opinião socialista", por meio de palestras e publicações. A respeito consultar, WEBB, Sidney; SHAW, Bernard; BALL, Sidney; et al. (orgs.). Socialism and individualism. Nova Iorque: John Lane Company, 1911, p. 2. De um ponto de vista geral sobre as relações entre o Labour Party e a Fabian Society, consultar ATTLEE, Clement. Bases e fundamentos do trabalhismo. Rio de Janeiro: A Noite, s/d. BAKER, Rodney. "O trabalhismo inglês: idéias básicas e experiências da Fabian Society aos dias atuais". In: Cadernos da UnB, Maria de Rosinda R. da Silva (trad.), A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês. Brasília: UnB, 1982, p. 79-110. McBRIAR, A.M. Fabian socialism & english polítics (1884-1918). Londres: Cambridge University Press, 1966. DUVERGER, Maurice. Op. cit. OWEN, David. Op. cit. De um ângulo que problematiza a influência do socialismo da Fabian Society na criação e na orientação programática do Labour Party – revelando um apelo razoavelmente restrito aos setores médios da sociedade –, e que atribui um peso decisivo às iniciativas dos próprios sindicatos, consultar ADELMAN, Paul. The rise of the Labour Party (1880-1945). Londres: Longman, 1972, p. 3-36 e 85-86.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> O assunto é abordado no item que se segue.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> DUVERGER, Maurice. *Op. cit.*, p. 31.

reformas sociais e econômicas, assim como a sua patente perspectiva gradualista das mudanças sociais. Importantes componentes doutrinários que marcaram o pensamento de dois expressivos membros da sociedade fabiana britânica: Bernard Shaw e Sidney Webb.<sup>78</sup> Submeto a questão à descrição e à análise no próximo capítulo, relativo às ideias pasqualinistas.

Por ora, vejamos um pouco do quadro de fundo organizacional do PTB, de modo a situar o papel e a função desempenhada por Pasqualini nesta sua nova experiência política.

## O trabalhismo e o PTB: origens, propostas e evolução partidária

Alguns cânones interpretativos associados à teoria do populismo conformam, há décadas, uma expressiva matriz explicativa da temporalidade política brasileira de 1945 a 1964. <sup>79</sup> Ainda que nos últimos anos pressupostos da teoria do populismo venham sendo submetidos a uma fecunda revisão historiográfica, a sua força persuasiva se mantém, por se constituir em uma sólida e disseminada tradição interpretativa nos campos acadêmico, educacional, político e jornalístico. Imagens, ideias e símbolos, em geral depreciativos, projetam-se folgadamente nas avaliações relativas a diferentes aspectos da sociedade e da arena política nacional dos anos de 1945 a 1964. Dentre múltiplos aspectos tidos como negativos na política brasileira do período, chama a atenção, em especial, a seguinte e cristalizada ideia: os partidos políticos caracterizar-se-iam como organismos desapossados de uma linha programática e doutrinária consistente, implicando em um caldeirão cultural e político personalista, em que prevalecia a relação direta entre massas e líderes carismáticos. Com efeito, imagens como o caráter farsesco e inorgânico dos partidos – assentados em um frouxo compromisso com princípios e com as promessas propugnadas nas campanhas eleitorais – são frequentemente mobilizadas até os dias que correm na interpretação daquela quadra da vida

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> SHAW, Bernard. "A transição para a social-democracia". In: TEIXEIRA, Aloísio (org.), *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 381-411. WEBB, Sidney. "As bases históricas do socialismo". In: TEIXEIRA, Aloísio (org.), idem, p. 343-378. WEBB, Sidney. "Socialism and individualism". In: WEBB, Sidney; SHAW, Bernard; BALL, Sidney; *et al.* (orgs.), *op. cit.*, p. 5-27.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> Por teoria do populismo designo alguns trabalhos voltados à análise do período político em questão, e desenvolvidos pela escola sociológica uspiana, cujos expoentes são Francisco Weffort e Octavio Ianni. A respeito, consultar: WEFFORT, Francisco. *Op. cit.* IANNI, Octavio. *A formação..., op. cit.* IANNI, Octavio. *O colapso..., Op. cit.* 

republicana brasileira. Homogeneidade e generalização consistem em subprodutos diretos do viés interpretativo em tela.

Nesse sentido, na esteira dos estudos que visam, por um lado, problematizar certos cânones que tipificam a versão hegemônica do período e, por outro, notadamente, pôr em destaque a particularidade do trabalhismo, enquanto tradição e projeto gestado pela esquerda brasileira, este item do trabalho se propõe a oferecer um panorâmico quadro atinente a certas características do Partido Trabalhista Brasileiro, dando especial destaque ao seu diretório gaúcho. O propósito central, pois, é apresentar o enredo político-partidário de fundo em que atuou Pasqualini. A tentação em abordar período posterior à atuação do personagem no partido não foi afastada, em função das suas potenciais sementes e influências orientadoras sobre a ação do partido e algumas lideranças até o golpe de 1964.

Apoiando-me em uma perspectiva sobretudo teórica, ponho em evidência, em primeiro lugar, a formação e a organização interna do PTB, com suas respectivas tendências políticas; em segundo lugar, algumas ideias e propostas que sobressaíram na orientação e na linha de atuação partidária; e, por fim, a capacidade de mediar e de representar setores da sociedade. Dedico-me, assim, em decorrência, a empreender uma reflexão acerca do potencial progressista e do papel democrático exercido pelo antigo PTB, sem desconsiderar, é claro, as limitações e as lacunas do mesmo. Um mapeamento esquemático do partido de Pasqualini, que nos permite sobremodo visualizar, em linhas gerais, o enredo organizativo e político em que se situou o personagem no período democrático aberto em 1945.

No que tange ao trabalhismo e ao PTB, importa observar que, em geral, pesquisas que têm privilegiado o estudo das singularidades de alguns organismos partidários do período de 1945 a 1964 – seus projetos, suas ideias, suas organizações internas, assim como a capacidade de representação da sociedade civil –, possibilitam relativizar sobremaneira o difundido cânone interpretativo pertinente à debilidade dos partidos políticos brasileiros na temporalidade em foco. <sup>80</sup> Sem a pretensão de superestimar a organicidade do sistema partidário brasileiro da

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> A respeito, consultar: CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*. OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. HECKER, Alexandre. "Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra". In: FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-52. GOMES, Ângela de Castro. "Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base". In:

época, marcado por vícios e deficiências salientes ainda em nossos dias, não obstante os aludidos estudos põem em destaque uma significativa coerência programática e uma atuação socialmente representativa dos principais partidos. Em particular, o PTB e a União Democrática Nacional – UDN, como também, sob os limites da clandestinidade, o Partido Comunista Brasileiro – PCB. De acordo com Antônio Lavareda, <sup>81</sup> o sistema partidário estava envolvido em um progressivo processo de consolidação, revelando expressivo grau de identidade partidária no universo do eleitorado, comparável ao apresentado por regimes democráticos então estabelecidos na Europa Ocidental. Levando em conta que a sociedade brasileira era e é marcada por importantes clivagens – regionais, culturais, econômicas e políticas – e que experienciou a obrigatoriedade da criação de partidos organizados nacionalmente apenas nos estertores do Estado Novo, parece forçoso inferir que a média da preferência político-partidária demonstrada por pesquisas de opinião (mobilizadas pelo autor a que faço alusão), atingindo a casa dos 64%, denota mesmo uma ponderável representatividade e legitimidade dos partidos políticos perante os eleitores. <sup>82</sup>

Feitas estas breves observações sobre o sistema partidário, atenhamo-nos à formação, a algumas características da dinâmica interna e a alguns projetos do PTB: legenda que assumiu duas gestões do governo federal – com Getúlio Vargas (1951-1954) e João Goulart (1961-1964) –, e que apresentou o maior índice de crescimento eleitoral durante o período de 1945-1964.<sup>83</sup>

\_ F

FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81. SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. "O equilibrista e a política: o 'partido da classe operária' (PCB) na democratização (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.). As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101-140. FERREIRA, Jorge. O imaginário..., op. cit. FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Rio de Janeiro: Mauad, Niterói: EdUFF, 2002. MIRANDA, Samir Perrone de. Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1962). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. LAVAREDA, Antonio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Revan: Iuperj/UCAM, 2ª ed., 1999. D`ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos..., op. cit. GOMES, Ângela de Castro. "Trabalhismo e democracia...", op. cit. BODEA, Miguel. Trabalhismo..., op. cit. NEVES, Lucília de Almeida. Op. cit. GOMES, Ângela de Castro., & D`ARAUJO, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Ática, 1989. HIPPOLITO, Lucia. PSD, de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. RUAS, Maria Diehl. Op. cit. BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. SOARES, Glaucio A.D. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> LAVAREDA, Antônio. *Op. cit.*.

<sup>&</sup>lt;sup>82</sup> Idem, p. 156.

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> Idem. Cf. também: SOARES, Glaucio A.D. *Op. cit.* NICOLAU, Jairo. "Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados". *Dados*. Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam, v. 47, n. 1, 2004, p. 85-129.

De antemão, cumpre salientar que o ideário preconizado pelo partido, isto é, o trabalhismo, era composto por aspirações, valores e princípios que circulavam no imaginário social dos estratos populares, antes mesmo da criação do PTB. Não raros são os estudos que exploram o universo cultural dos trabalhadores, assim como o seu patrimônio histórico, identificando traços de continuidade relativamente remotos. Aqueles acentuam alguns laços de conexão entre as ideias, as representações simbólicas e o *modus operandi* das entidades coletivas dos trabalhadores, antes e depois de 1930. É o que trabalhos como os de Sílvia Regina Petersen e de Benito Schmidt sugerem ao analisar o movimento socialista gaúcho na Primeira República. Também Boris Fausto, de um ponto de vista crítico, identifica no sindicalismo carioca, e no de corte socialista, uma semente do trabalhismo. Por seu turno, Miguel Bodea explora as relações existentes entre os componentes ideológicos positivistas e nacionalistas do movimento operário gaúcho e a posterior corrente política trabalhista.

Trilhando essa mesma linha de reflexão, não é ocioso destacar a voz dos ativistas de movimentos sociais e de partidos socialistas da Primeira República, cujo perfil de atuação política era, *grosso modo*, tipificado pela defesa de reformas pelos canais institucionais e por não abdicar da eventual negociação com o Estado e com o patronato, a fim de obter melhorias nas condições gerais de trabalho e de vida das camadas proletárias. Ambas nuanças que marcaram a experiência trabalhista nacional. Á guisa de ilustração, um proeminente representante carioca daqueles ativistas, refiro-me a Evaristo Moraes, assim se expressava em relação ao papel do Estado, ainda no alvorecer do século XX:

"A função do Estado ou dos governos (...) tem de se transformar; (...) é necessário intervir por meios legislativos, no sentido de ser efetivamente melhorada a posição econômica do homem assalariado; é preciso regular as condições de trabalho, dando satisfação às necessidades *humanas* do trabalhador".<sup>87</sup>

\_

<sup>&</sup>lt;sup>84</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. "A relação governo estadual/lideranças socialistas em Porto Alegre na I república: discutindo a 'incorporação do proletariado' no pré e pós-1930". Disponível em: <a href="http://www.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/Benito%20texto.doc">http://www.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/Benito%20texto.doc</a> . Acesso em 20/04/2008. SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca...,op. cit.* PETERSEN, Silvia Regina F., & SCHMIDT, Benito Bisso. "O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)". In: GRIJÓ, Luiz Alberto, *et al.* (orgs.), *Capítulos de história do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 209-246.

<sup>85</sup> FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1976.

<sup>86</sup> BODEA, Miguel. A greve..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> MORAES, Evaristo. "Leis do trabalho". In: *Apontamentos de direito operário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, *apud* MORAES FILHO, Evaristo. (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998, p. 182. Vale observar que o mesmo Evaristo Moraes integrou a equipe do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no chamado governo revolucionário de Getúlio Vargas. A respeito, ver BARROS, Orlando.

Ressaltando certas continuidades vigentes entre o período anterior e posterior a 1930, Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira se também põem em evidência a propaganda dirigida pelo governo de Getúlio Vargas aos trabalhadores, durante o Estado Novo, assim como uma relação de certa reciprocidade existente entre as classes populares e o governo discricionário de Vargas. Logo, componentes de natureza material, como os benefícios auferidos com a legislação do trabalho, e simbólica, como os sentimentos de dignidade e de justiça que atravessavam a referida relação, contribuíram para a gestação e a substância de uma tradição política trabalhista. Adicionalmente, mesmo que sob uma ótica crítica, pois o eixo da análise é norteado principalmente pela identificação de um viés conservador do trabalhismo em seu "período de gestação" (entre 1942 e 1943), e em relativa sintonia com a perspectiva de Gomes, Adalberto Paranhos também vê no Estado getulista, dos anos de 1930 e 1940, a incorporação de demandas e de bandeiras do movimento operário da Primeira República, o que viabilizou condições para o surgimento de uma ideologia trabalhista. <sup>89</sup>

Vê-se, com efeito, um patrimônio político e cultural construído e disseminado não apenas pelo Estado varguista, mas também pelas experiências das classes populares no curso de algumas décadas, e em conjunturas políticas distintas, que, sem lugar à dúvida, criaram condições propícias, *a posteriori*, à formação e ao peso político-eleitoral do PTB.<sup>90</sup>

Este patrimônio, em 1945, veio a convergir na criação do PTB. Em ambiente doméstico e internacional pouco favorável à perpetuação da ditadura estado-novista, movimentos de opinião emergiram e as críticas ao governo Vargas proliferaram, em especial entre os setores tradicionais, liberal-conservadores, aglutinados em torno de uma sigla emergente, a UDN. Em um momento de transição para o regime democrático, os partidos políticos foram legalmente autorizados a se constituírem, e o PTB foi fundado em 15 de maio de 1945, no Rio de Janeiro.

"Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor". In: FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 297-330.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção..., op. cit.* FERREIRA, Jorge. *O imaginário..., op. cit.* FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores..., op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> Talvez não seja demasiado sublinhar que nas cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, o PTB, no curso da sua atividade até o golpe de 1964, atingiu os maiores índices de popularidade e de adesão eleitoral, assim como substancial força organizativa. Segundo dados extraídos de pesquisa de opinião realizada pelo Ibope, em março de 1964, Porto Alegre revelava 62% de "simpatia" pelo PTB, e o Rio de Janeiro, 44%. LAVAREDA, Antonio. *Op. cit.*, p. 149.

Não foram poucas as dificuldades iniciais enfrentadas para a organização da estrutura partidária. Com a sua principal liderança nacional impossibilitada de lançar candidatura à Presidência da República, portanto, sem nomes de vulto para participar do processo eleitoral que se avizinhava, e imerso em uma estrutura social ainda eminentemente agrária, um partido dirigido aos trabalhadores, notadamente aos das cidades, teria que se esforçar bastante, e por anos, para alcançar capilaridade nacional. Ademais, segundo Gláucio Soares, o PTB, em comparação à UDN e ao PSD, encontrou-se frágil, em seu processo formativo, no âmbito nacional, pois diferentemente de ambos os partidos liberal-conservadores, não possuía bases de poder assentadas "na dominação socioeconômica local", isto é, nas oligarquias dos municípios. Talvez um pitoresco caso que se deu no antigo Estado do Rio de Janeiro – antes, pois, da fusão com o estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) – se preste a ilustrar alguns embaraços ocorridos. Senão vejamos.

"Era difícil encontrar quadros para o PTB. O Estado do Rio ainda lembrava uma grande fazenda (...) e o movimento sindical se restringia a poucos municípios. No interior, a maioria das pessoas morria de medo do poder dos coronéis. Quem tinha emprego no estado ou no município, sabia muito bem que a melhor maneira de mantê-lo seria votando no PSD (...). Roberto [Silveira, em atividade política na cidade de Carmo/RJ] queria formar lideranças bem identificadas com o povo de cada município (...). Carmo era quase toda PSD e, quem não era, jogava no time da UDN". 92

Não obtendo resposta positiva para o ingresso e a organização do diretório municipal do partido por parte de qualquer sujeito de prestígio no município de Carmo/RJ, Roberto Silveira, liderança do PTB fluminense, apelou para um músico que tocava bumbo em uma pracinha. O diálogo do líder petebista com o músico ilumina tanto as dificuldades acentuadas quanto o esforço e a engenhosidade do partido para solidificar a sua estrutura organizacional.

- "- Meu nome é Roberto Silveira, sou deputado.
- Prazer, Ulisses.
- − (...) Você quer fundar o PTB aqui no Carmo?
- O homem ficou espantado:
- Mas, doutor! Eu mal sei assinar o nome!
- Não tem importância. O partido foi criado para isso mesmo, para defender o pessoal que não sabe assinar o nome direito.

<sup>91</sup> SOARES, Gláucio A.D. Op. cit., p. 69-70.

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> ROCHA, José Sergio. *Roberto Silveira – a pedra e o fogo*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003, p. 199-201.

O sujeito (...) ficara com vergonha até de dizer não. Roberto tratou logo de agendar a vida do tocador de bumbo, antes que ele pensasse muito (...).

O senhor é que sabe – balbuciou Ulisses".<sup>93</sup>

Em que pesem os obstáculos, alguns recursos políticos, evidentemente, estavam à disposição do PTB para levar a cabo a gestação da sua estrutura organizativa. Fiquemos por ora com um de relevo, ainda no ano de fundação (em 1945). Como chama a atenção Jorge Ferreira, assim como Ângela de Castro Gomes & Maria Celina D´Araujo, 40 o movimento popular queremista, receoso com a possibilidade de eventuais perdas de direitos sociais com a saída iminente de Vargas do governo, ascendeu contestando aos opositores do presidente da República, apoiando-se no aporte ideológico do trabalhismo. Também de acordo com os mesmos autores, o queremismo em muito contribuiu para a organização do PTB – que se aproveitou da capilaridade da estrutura montada pelos comitês de apoio à "Constituinte com Vargas".

Não obstante a razoável espontaneidade do movimento e o compartilhamento de crenças e valores arraigados entre os seus integrantes e aderentes, a associação entre o queremismo e o trabalhismo denota uma significativa característica da formação do PTB: a centralidade da *persona* de Getúlio Vargas. Um símbolo que encarnava e galvanizava um conjunto de ideias, aspirações, interesses e valores, capaz, em boa medida, de prover uma identidade e um sentimento de pertença ao partido político. Líder maior da agremiação, Getúlio Vargas exerceu poderosa influência na organização partidária, de acordo com D´Araujo. Para a autora, o PTB nasceu, e se manteve ao longo dos anos, como um partido fortemente centralizado e autoritário, com nítidos contornos carismáticos, girando, até 1954, em torno de Getúlio Vargas. Comumente, lideranças da sua confiança, ou mesmo parentes, detinham o controle da cúpula dirigente, pouco afeita ao debate coletivo endógeno sobre os rumos a serem perseguidos pela legenda. Uma variável que em muito contribuiu para o estabelecimento de uma hegemonia gaúcha no partido, hegemonia esta que teremos a oportunidade de observar por meio da relevância das lideranças e dos grupos políticos destacados na sequência.

<sup>93</sup> Idem, p. 202.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> FERREIRA, Jorge. "A democratização de 1945 e o movimento queremista". In: FERREIRA, Jorge, & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46. GOMES, Ângela de Castro, & D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit*.

<sup>95</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos..., op. cit..

Em comparação com a UDN e o PSD, o PTB demonstrava um extraordinário grau de centralização decisória sob as mãos dos estratos dirigentes nacionais. <sup>96</sup> Entretanto, importa contextualizar e matizar o autoritarismo petebista, de sorte a prover a possibilidade de compreendermos as disputas e as tensões ocorridas no partido entre diferentes alas internas, assim como o seu comportamento político externo à agremiação. D'Araujo, <sup>97</sup> pertinentemente, chama a atenção para a origem e a natureza carismática do partido – com o desaparecimento de Vargas, João Goulart assumiu o posto como o sucessor inconteste no comando partidário, devido aos laços de amizade entre as respectivas famílias e à confiança depositada por Getúlio anos antes da sua morte. Partindo da perspectiva teórica de Angelo Panebianco, <sup>98</sup> a autora associa a trajetória de um partido às suas origens e ao sentido da sua formação. Em conformidade com este eixo interpretativo, se pode afirmar que um partido gestado por inspiração de uma liderança carismática tende a ser centralizado em torno de um grupo decisório fechado, capitaneado pelo referido tipo de líder. Seguramente uma peculiaridade do PTB.

O PTB, além de consistir em um partido de origem carismática, representou, igualmente, uma incipiente experiência formativa de um partido de massas na história republicana brasileira. Do ponto de vista organizacional, ângulo privilegiado por autores como Panebianco, Duverger e Robert Michels, 99 um partido de massas, popular e esquerdista, apresenta historicamente a tendência à centralização decisória interna, em função de variáveis as mais diferentes, tais como: possibilidade de ascenso social aos seus membros que provém do universo laborativo manual, culminando em uma espécie de delegação de poderes e de decisões aos chefes; complexidade do mundo contemporâneo, que tenderia a apelar aos especialistas e técnicos, com formação educacional mais elevada, uma atuação mais decisiva; e diferenças expressivas em relação aos partidos tradicionais e de quadros, geralmente integrados por sujeitos políticos que possuem importantes redes de sociabilidade e de poder exteriores ao partido, ou à sua cúpula

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> Em face do PTB, a UDN concedia maior autonomia às decisões dos diretórios estaduais e o diretório nacional do PSD era composto por um verdadeiro colegiado federativo. Consultar: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Op. cit.* HIPPOLITO, Lucia. *Op. cit.*, p. 120-126.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>98</sup> PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> DUVERGER, Maurice. *Op. cit.* PANEBIANCO, Angelo. *Op. cit.* MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

dirigente. 100 Adicionalmente, talvez não seja desnecessário sublinhar que a estrutura social assentada no regime capitalista de produção apresenta um sistema de poder diluído, disperso em múltiplos organismos estatais e da sociedade civil. Por conseguinte, o "contrapoder", isto é, um organismo voltado a representar e a canalizar interesses mudancistas depara-se, frequentemente, com escassos recursos e espaços institucionais que permitam transmitir a sua visão de mundo e atingir os postos governamentais. Não raro, portanto, a tendência a se buscar, sob condicionantes centrípetos, a coesão partidária interna acompanhada de embaraços à prática democrática e à manifestação da pluralidade e da divergência.

Autoritarismo interno, sob o ângulo organizacional. Porém, levando-se em consideração outra dimensão também relevante à reflexão sobre os partidos políticos, ou seja, a sua relação externa com a sociedade civil, é possível identificar uma significativa faceta democrática do PTB. Em conformidade com os contornos conceituais oferecidos por Panebianco, 101 é lícito argumentar que a trajetória do PTB tende a permitir enquadrá-lo em uma categoria de partido que se relacionava ativamente com o ambiente social e eleitoral. Em outras palavras, um tipo de partido que tinha em vista não apenas captar e expressar os reclamos e os anseios do público, mas que também se orientava em um sentido transformador e educativo sobre o mesmo. Um tipo de organismo partidário que não se acomodava às ideias e aos olhares vigentes, nem se sujeitava a servir predominantemente como uma correia de transmissão da sociedade civil ao Estado, e vice-versa. Em sentido inverso, um organismo que atuava também na direção de mudar certas disposições comportamentais e de pensamento do público, forjando mesmo uma identidade coletiva a ele. Como implicação natural, este tipo de partido não restringiria as suas iniciativas ao calendário e à busca pela vitória eleitoral. Não se ocuparia, como organização, exclusivamente de tratar da sua preservação e existência. Com efeito, o exercício de uma função educativa, relativamente nos moldes explorados pelo pensamento gramsciano, 102 também marcou a trajetória do PTB no curso do regime democrático de 1946. Dimensão pedagógica identificada por Duverger em relação aos partidos de massas, que procuram "inicialmente proceder à elucidação política da classe operária". 103 Criação de jornais e de revistas,

\_

<sup>100</sup> Nesse estrito sentido, partidos como a UDN e o PSD teriam maior potencial democrático interno que o PTB.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> PANEBIANCO, Angelo. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> GRAMSCI, Antonio. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> DUVERGER, Maurice. Op. cit., p. 99.

proselitismo impresso, radiofônico e eleitoral, contatos estreitos com os sindicatos etc., constituíram alguns dos recursos de transmissão da mensagem contestadora petebista, direcionada à consecução de reformas de sabor democrático e progressista.

Tensão entre autoritarismo endógeno e apelo e iniciativas democráticas exteriores à agremiação partidária tipificaram a trajetória petebista, no recorte temporal selecionado. Creio que esta ambiguidade pode ser, em alguma medida, compreendida com a identificação das bases sociais de formação e das correntes internas do partido. Ademais, uma ambiguidade que demonstra um tenso equilíbrio entre duas dimensões afeitas a um partido político, mormente os situados à esquerda do espectro político: a dimensão pragmática - atenta à conquista, à conservação e à ampliação do raio de poder da organização, e das suas lideranças -; e a dimensão educativa, orientada para a realização das diretrizes doutrinárias esposadas pelo partido e veiculadas à sociedade civil. Realismo e idealismo político aqui se combinam.

No tocante às bases sociais que conformaram a criação do PTB, é lícito argumentar que os trabalhadores organizados em sindicatos constituíram, essencialmente, as suas bases, tendo as suas lideranças ocupado papel de relevo na formação partidária. Pode-se afirmar que este perfil de trabalhador consistia na "matéria-prima por excelência do trabalhismo getulista", 104 variante do trabalhismo e do PTB que marcou o alvorecer do partido. A importância deste segmento social para o partido – não apenas como público-alvo da mensagem petebista, mas como agente organizativo – era tamanha que, segundo D'Araujo, "em seus primórdios, a maioria dos cargos diretivos do PTB ficou, de fato, em mãos de trabalhadores". 105 Abordando o processo de criação do diretório sul-rio-grandense, Bodea corrobora esta visão, ao sublinhar a condição dos trabalhadores organizados enquanto sujeitos políticos ativos: "a iniciativa da fundação do PTB partiu de lideranças sindicais de peso (geralmente presidentes de sindicatos) das mais variadas categorias". 106 Integravam também a composição social petebista burocratas do Ministério do Trabalho – que já ventilavam, ainda no Estado Novo, o intuito de criação de um partido de massas, apoiado em bases sindicais -, advogados de sindicatos, intelectuais e profissionais

<sup>104</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro, & D`ARAUJO, Maria Celina. *Op.cit.*, p. 37.

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> D`ARAUJO, Maria Celina. *Op.cit.*, p. 24.

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> BODEA, Miguel. Trabalhismo..., op.cit., p. 22.

liberais.<sup>107</sup> No Rio Grande do Sul, em particular, ressalte-se o ingresso, entre os anos de 1946 e de 1947, de políticos profissionais provenientes do PSD, que migraram à legenda trabalhista em função do antigetulismo crescente nas hostes pessedistas locais.<sup>108</sup>

Este eclético universo de bases sociais, que corresponde a interesses, a valores e a experiências distintas, compôs um diversificado conjunto de práticas e de visões políticas. Ambivalências na percepção política e eleitoral do partido foram, por extensão, uma decorrência natural. Elas se traduziram em diferentes concepções sobre a relação do partido com os trabalhadores e outros estratos sociais, como também no tocante ao sentido da organização partidária e a alguns projetos propostos para o país. Todavia, convergências significativas podem ser identificadas, de sorte a nos propiciar a possibilidade de fazer o mapeamento de algumas ideias centrais preconizadas pelo PTB no curso do regime democrático interrompido em 1964. A análise das tendências internas permite observar as tensões e as convergências entre grupos e propostas, de modo a se alcançar uma síntese das características gerais do partido. Além do mais, propicia, esquematicamente, situar a posição de Pasqualini no partido.

De acordo com a literatura especializada, <sup>109</sup> o PTB foi integrado por três correntes básicas. Para os fins deste trabalho, adoto o mapeamento delineado por Lucília de Almeida Neves, em função da clareza e da abrangência apresentada, explorando eventuais sintonias com demais abordagens e acrescentando o que entender pertinente. É claro, sem desconsiderar as interseções e os trânsitos entre membros das diferentes alas, a sua identificação corresponde a um exercício didático que viabiliza acentuar os matizes e as nuanças partidárias, em que se destacaram certos padrões comportamentais ou programáticos mais salientes. Posto isso, para

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> A respeito consultar NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In: FERREIRA, Jorge. (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203. D'ARAUJO, Maria Celina. *Op.cit*. BODEA, Miguel. Idem. GOMES, Ângela de Castro, & D'ARAUJO, Maria Celina. *Op.cit*.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Op. cit.*, p. 28. De passagem, cumpre assinalar que, de acordo com o mesmo autor, os intensos atritos entre o PTB e o PSD no Rio Grande do Sul, em torno do legado getulista, contribuíram para a impossibilidade de se tecer uma aliança local entre ambos, nos moldes da que frequentemente se firmava em âmbito nacional. Acerca do assunto, consultar também OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *Op. cit.* 

<sup>109</sup> Consultar NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo...", *op. cit.*, p. 167-203. D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit.* BODEA, Miguel. *Trabalhismo...*, *op. cit.* 

Neves, o partido possuía as seguintes correntes: os *getulistas pragmáticos*, os *doutrinários* trabalhistas e os pragmáticos reformistas. 110

Os *getulistas pragmáticos* seriam formados por "burocratas vinculados à estrutura do Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical oficial". Políticos profissionais ligados a Vargas, como visto, e destacado por Bodea, aqui também podem ser incluídos. Esta tendência propugnava um partido dirigido à representação dos trabalhadores sindicalizados nas esferas parlamentar e governamental e "repudiava o conflito social". Logo, são esclarecedoras as palavras do próprio Getúlio Vargas:

"A evolução política do Brasil deve se processar em ordem, com disciplina e respeito às autoridades. Não precisam nem precisarão os trabalhadores do Brasil recorrer a greves, porque a bancada trabalhista, na Câmara e no Senado, defenderá intransigentemente as fórmulas mais práticas para a solução dos seus problemas". 113

Concebido como uma espécie de porta-voz dos trabalhadores, na apreciação de D´Araujo, 114 se pode inferir que esta corrente tenderia a se afinar com uma orientação partidária relativamente adaptada ao meio social externo, 115 isto é, tanto às suas bases sociais quanto à correlação de forças instalada – sem deixar de tensioná-la, é claro, quando considerado oportuno. Prestaria-se a exercer a atribuição de correia de transmissão das demandas vocalizadas por seu eleitorado no seio dos aparatos do Estado. Assim, tenderia a definir um papel razoavelmente passivo do partido face às suas bases, e sobremodo assentado nas pretensões e nas vicissitudes enfrentadas por Getúlio Vargas. Levando em consideração a marcante centralidade deste personagem, a tendência em tela teria também no intervencionismo estatal e no nacionalismo duas premissas fundamentais. Nas palavras do seu líder: "Nesta difícil conjuntura, sentimos todos que a democracia não sobreviverá à crise, sem uma planificação econômica e social (...). A

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> NEVES, Lucília de Almeida. *Op. cit.*, p. 177-178.

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> Idem, p. 184.

<sup>112</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> VARGAS, Getúlio. "Discurso pronunciado na Convenção do PTB", Porto Alegre, 11/11/1946. In: \_\_\_ . *A política trabalhista no Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1950, p. 45.

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit.*, p. 98.

<sup>115</sup> Um modelo de perspectiva partidária analisada por obra já mencionada, PANEBIANCO, Angelo. Op. cit.

planificação de nossa economia é ponto vital do programa [do PTB]". Ademais, de acordo com o líder maior do PTB:

"Existem homens sinceros (...), teóricos e idealistas, nessa campanha contra a industrialização. Mas, por coincidência, à testa dessa luta se encontram nomes que se destacam por suas atividades como representantes de trustes internacionais (...), que sempre lutaram contra a exploração do carvão nacional, ou que pretenderam entregar nosso ferro e o Vale do Rio Doce a grupos estrangeiros". 117

A defesa da legislação do trabalho representava igualmente uma das suas ideias mais expressivas: "O PTB tem um precioso patrimônio a defender (...), [que] é o conjunto de leis sociais que se incorporaram na nova Constituição". 118 Uma característica adicional desta ala, atinente à prática política, foi o clientelismo e o fisiologismo. Utilizando-se da máquina do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência como instrumentos de consolidação e de ampliação política e eleitoral, não raro se recorria a artifícios clientelistas como mecanismo de fortalecimento do partido. Expediente generalizado na política brasileira - cuja notória expressão partidária a adotá-lo, no período, fora o PSD -, 119 teve o PTB em sua seção paulista um dos casos mais conhecidos de uso regular da aludida prática, chegando a se constituir, segundo Maria Victoria Benevides, em uma espécie de "legenda de aluguel", ou seja, sempre disposta a compor com os governos de ocasião, visando auferir benefícios diretos e de curto prazo para o organismo partidário estadual. 120 A imagem do animal político cioso com a sua autoconservação, que de alguma maneira Michels faz lembrar em sua análise relativa ao Partido Social Democrata Alemão, talvez ilustre especialmente o diretório petebista de São Paulo. Sem deixar de lado o nacionalismo, o intervencionismo estatal e a defesa das leis de proteção ao trabalhador, o pragmatismo, contudo, aí atingiu o clímax.

Crítico voraz das práticas clientelistas e fisiológicas, Alberto Pasqualini, expoente da tendência *doutrinária trabalhista* e importante quadro dos diretórios sul-rio-grandense e

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> VARGAS, Getúlio. "Discurso pronunciado na Convenção do PTB", Rio de Janeiro, 10/03/1947. In: \_\_\_ . *Op. cit.*, p. 179-181.

VARGAS, Getúlio. "Discurso no Senado", Rio de Janeiro, 03/07/1947. In: \_\_\_. Op. cit., p. 254.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> VARGAS, Getúlio. "Discurso pronunciado na Convenção do PTB". Porto Alegre, 11/11/1946. In: \_\_\_ . *Op. cit.*, p. 45.

<sup>119</sup> Consultar HIPPOLITO, Lucia. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>120</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-111 e 147-159.

nacional, analisava o fenômeno, atento e preocupado, também com o uso da máquina pública por seu partido. Em sua avaliação:

"Existe (...) [um] fator de particular importância e que tem grande influência, em países subdesenvolvidos, no estilo da vida política. Trata-se [da] (...) diminuta capacidade da indústria e de outras atividades econômicas para absorver, em maior escala, os elementos ativos da população (...). Pode-se, assim, explicar e compreender melhor as causas pelas quais os partidos políticos, quando no poder, tendem, sob a pressão dessas circunstâncias, a transformar-se em agências de empregos públicos e porque a concepção corrente de governo partidário não é de governo orientado no sentido de diretrizes e objetivos programáticos, mas de governo preocupado em criar e distribuir cargos, favores e compensações à clientela política (...). O desvirtuamento do serviço público poderá (...) ser um fator de atraso na evolução e no progresso econômico do País". 121

Integravam a ala *doutrinária* intelectuais e profissionais liberais convergentes com os ideários social-democrata e socialista reformista, que advogavam para o PTB maior "independência em relação ao aparelho burocrático do Estado e a projetos personalistas de quaisquer líderes políticos". Esta ala caracterizava-se pela atenção dedicada ao delineamento de contornos programáticos e ideológicos ao PTB, mantendo uma ativa produção intelectual. Estimulou a criação de círculos de debates e de estudos internos, assim como, em geral, envolveu-se na produção e veiculação de livros e de textos por meio da imprensa. Como Pasqualini (PTB/RS), também Lúcio Bittencourt (PTB/MG), San Tiago Dantas (PTB/MG), Sérgio Magalhães (PTB/DF/GB) e Fernando Ferrari (PTB/RS) destacaram-se como lideranças proeminentes desta tendência partidária. Tendência que revelava uma concepção partidária norteada pelo primado do ativismo pedagógico em face do eleitorado. À guisa de comparação no tempo, pode-se afirmar que a referida perspectiva política é radicalmente distinta da que prevalece em nossos dias, notoriamente marcada por estratégias publicitárias, que visam primordialmente ao êxito eleitoral, no Brasil e no cenário internacional. A respeito, segundo Ingrid Sarti:

"As estratégias publicitárias ocupam o cenário de esvaziamento da política e de suas possibilidades discursivas: a esfera política hoje é produzida antes por estratégias políticas persuasivas e de imagens que por estratégias verbais e argumentativas". 123

\_

<sup>&</sup>lt;sup>121</sup> PASQUALINI, Alberto. "Reformas de base I". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 29/08/1951. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 244.

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo...", op. cit., p. 187.

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> SARTI, Ingrid. *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Faperj: Relume Dumará, 2006, p. 90. Ainda sobre o assunto, em obra que consiste em um estudo de caso acerca das

Por oposição, uma oportuna indicação da orientação política que movia a ala doutrinária do PTB pode ser encontrada nas palavras abaixo, proferidas pelo então deputado federal Sérgio Magalhães:

"Para tirar a nação do atoleiro em que se encontra, a velha política brasileira das lutas pessoais, das vantagens pessoais, do empreguismo, das realizações pessoais e isoladas tem que ser substituída com urgência pela política motivada pelas ideias e princípios, pela política clara e coerente". 124

No tocante especificamente a Pasqualini, um socialismo evolutivo – quer dizer, defensor de mudanças graduais e consoante às possibilidades materiais e subjetivas abertas pelo tempo histórico -, 125 atravessava a sua retórica e o seu pensamento, veiculado notadamente pela imprensa gaúcha. Segundo Vamireh Chacon, o personagem consistiria em autor de um "programa reformista, embora não necessariamente antirevolucionário". 126 Fernando Ferrari, por seu turno, revelava uma premissa de proa esposada por esta tendência: o distributivismo, apoiado na tributação progressiva.

"A lei, sobre os pequenos, se abate impiedosa. Sobre os grandes, desce maternalmente. O imposto de renda, por exemplo, que amesquinha o salário do trabalhador, indo ao extremo da cobrança antecipada (desconto na fonte), despreocupa-se de cadastrar a fortuna dos grandes, para gravar-lhes os rendimentos sonegados ao Fisco (...). [Nega] (...) ao pequeno contribuinte, obrigado a consumir perto de 50% dos proventos com aluguel (...) até o direito de abater da renda bruta, para o simples efeito do imposto complementar progressivo, o valor do aluguel pago (...). Impõe-se, assim, uma (...) revisão urgente (...) com preferência absoluta pelos impostos diretos (...). [Uma] revisão da legislação dos impostos de renda e de consumo, graduando as incidências segundo a capacidade econômica dos contribuintes". 127

tendências atuais do Partido Socialista francês, consultar LEFEBVRE, Rémi. Les primaires socialistes: la fin du parti militant. Paris: Raisons D´Agir, 2011. <sup>124</sup> MAGALHÃES, Sérgio. *Prática da emancipação nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964, p. 14.

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> Consultar, em particular, PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> CHACON, Vamireh. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Fortaleza: UFC, 1981, p. 227.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> FERRARI, Fernando. *Mensagem renovadora*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 70-73. Cumpre observar que estas ponderações de Ferrari foram feitas já fora dos quadros do PTB, em seu Movimento Trabalhista Renovador - MTR. Em que pese isso, suas observações são convergentes com o distributivismo propugnado pela tendência ora em questão, sendo sintomático o apelo, feito no livro, ao legado pasqualinista como recurso de legitimidade ao seu "novo trabalhismo" – que se propunha destoar do "caudilhismo centralizador" da cúpula petebista, em fins dos anos de 1950 identificado por Ferrari nas personas de João Goulart e de Leonel Brizola.

Expressivo adepto do preceito distributivista sob a ótica tributária, San Tiago Dantas foi um dos ideólogos proeminentes do PTB, após o afastamento de Pasqualini da atividade política. No início da década de 1960, de acordo com Gomes, chegou a apresentar-se "aos petebistas como 'o continuador de Pasqualini'''. <sup>128</sup> Além de uma reforma tributária, Dantas também preconizava a reforma agrária, importante bandeira desta ala e do PTB, especialmente a partir de fins do decênio de 1950.

"Quem diz reforma agrária diz reforma econômica, ao mesmo tempo que jurídica (...). A base de uma reforma agrária (...) consiste em alguns preceitos, cujo lugar não é a lei ordinária, mas a própria Constituição (...). Se não enfrentarmos, em primeiro lugar, a reforma de nossa Carta Magna no ponto que se nos afigura crucial, a palavra reforma agrária passará a exprimir um desses programas utópicos que jamais se utilizam como bandeiras, cada vez mais débeis, deixando irresolvidos os problemas da sociedade. (...) Na realidade, qualquer tentativa de basear um plano de reforma agrária no instituto da desapropriação, tal como se acha formulado, consistiria em financiar o mercado imobiliário (...). A base da reforma agrária, tal como a entende o meu Partido, é uma nova formulação da desapropriação por interesse social". 129

Posto isso, se pode afirmar que um dos principais ingredientes promotores de divergências entre esta corrente partidária e a dos getulistas pragmáticos foi a defesa da coerência entre o programa partidário e as iniciativas parlamentares e governamentais dos representantes petebistas. Esta foi uma razão decisiva para inúmeros embates entre as duas tendências. Criticando posturas "eleitoreiras", Pasqualini assim se exprimia acerca do papel a ser desempenhado pelo partido: "Nós não pretendemos iludir a quem quer que seja (...). Nosso problema não é apenas vencer uma eleição e controlar o governo; nosso problema é criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos". <sup>130</sup> Uma perspectiva política que, tipicamente esposada por um intelectual – por ofício apegado à produção e à defesa de valores e de ideais -, não seria realmente difícil supor o potencial conflituoso face ao pragmatismo da ala getulista. Isto por que o agente

128 GOMES, Ângela de Castro. "Trabalhismo e democracia...", op. cit., p. 143. Consultar também ONOFRE, Gabriel da Fonseca. Op. cit.

<sup>130</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p.48.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> DANTAS, San Tiago. "Sessão de 1º de abril de 1959". In: MOREIRA, Marcílio M. (org.), *Perfis parlamentares* 21: San Tiago Dantas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 93-95. Importa salientar que a Constituição brasileira de 1946 determinava, em seu art. 141, parágrafo 16, a desapropriação da terra condicionada a uma "prévia e justa indenização em dinheiro". PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio 18 de setembro 1946. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao46.htm . Consulta realizada em 14/01/2012.

político, *stricto sensu*, como vimos, notabiliza-se por restrições derivadas da correlação de forças vigentes, tendo que optar entre alternativas limitadas à sua disposição. O pragmatismo e o tempo curto para tomada de decisão são aspectos característicos da seara política. Por seu turno, o intelectual – mesmo que em atividade política sistemática –, por força do ofício da sua produção cultural, dos seus hábitos e do seu raio de preocupações, ocupa-se da criação e da veiculação de ideias, conhecimentos e valores, produzindo eventuais impactos nos negócios públicos tendencialmente em médio e em longo prazo. Ademais, segundo Bodea, havia, na temporalidade em relevo, um expressivo fosso entre os imperativos e as contingências políticas experimentadas pelos diretórios nacional e estadual sul-rio-grandense, ao qual pertencia o *doutrinário* Pasqualini: enquanto no plano nacional o partido não tinha força suficiente para governar sem alianças, no plano estadual gaúcho o PTB vivenciou uma experiência de ascendente hegemonia, prescindindo do apoio de partidos fortes, em especial do PSD.<sup>131</sup>

Entretanto, em que pesem as diferenças de método e de prática política, ambas as correntes não demonstravam divergências de fundo em relação aos preceitos políticos advogados para a sociedade brasileira. *Grosso modo*, consideraram a valorização do trabalho e do trabalhador princípios éticos centrais para o ordenamento da sociedade brasileira. Suas propostas tiveram, nestes princípios, os principais ingredientes de comunhão partidária, para além das suas respectivas diferenças. Uma síntese entre as duas correntes partidárias foi levada a cabo, de acordo com Neves, pela nova geração de políticos que veio a ocupar o espaço das principais lideranças do primeiro decênio do PTB, Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini. 132 Acompanhemos esta ala, composta pelos *pragmáticos reformistas*. 133

Segundo Neves, a ala *pragmática reformista* "traduziu o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática política que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos". <sup>134</sup> Uma tendência que, ainda de acordo com a autora, veio a oxigenar o trabalhismo e o PTB com a equação nacionalismo e reformismo, movendo-se no terreno de uma concepção mais autônoma para o movimento dos trabalhadores.

<sup>131</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo...*, *op. cit*. No tocante à hegemonia trabalhista no Rio Grande do Sul, ver também NOLL, Maria Isabel, & TRINDADE, Hélgio. *Op. cit*.

<sup>134</sup> Idem, p. 195.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> Vargas desaparece em 1954 e Pasqualini afasta-se da vida pública no início de 1956, acometido por grave doenca.

<sup>133</sup> Cf. NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo...", op. cit.

Igualmente inspirada nas experiências e nas propostas de Vargas e de Pasqualini, teve em João Goulart (PTB/RS) e em Leonel Brizola (PTB/RS) os seus representantes mais expressivos na cena política nacional. Uma geração que sucedeu às lideranças originárias do PTB, assimilando conhecimentos socializados e práticas encetadas pelos "mestres". Nesse sentido, é legítimo argumentar que o partido teve a capacidade de se perpetuar para além da figura de Vargas, e recursos orgânicos de formação pedagógica dos seus quadros. No que tange à referida capacidade político-pedagógica interna ao partido, Pasqualini desempenhou importante papel.

O realismo e o idealismo político fundiram-se nesta ala. Convergiam, nada obstante, para uma concepção partidária ativa em relação às bases eleitorais. Concepção sobremaneira sintonizada com a tendência *doutrinária*. Não se limitando apenas a canalizar e a representar as demandas do seu eleitorado, esta ala esforçou-se por enquadrar e moldar o seu público em torno de determinados valores e ideias políticas, perseguindo a chamada "reforma moral", a que se refere Gramsci. Tendeu a explorar uma faceta que peculiariza(va), em boa medida, os partidos de orientação esquerdista, isto é, de acordo com Rémi Lefebvre, o exercício de "um trabalho de politização dos grupos socialmente dominados a quem o partido procura representar". É o que D´Araujo também nos permite afirmar, ao ponderar acerca de um certo eixo da perspectiva política da dupla Jango e Brizola, do modo que se segue:

"O partido, além de se apoiar na estrutura corporativa, deveria ser um agente de mobilização popular. Partidos e sindicatos deviam atuar simultaneamente junto aos trabalhadores, visando o crescimento eleitoral e a formação de ampla base de apoio para programas reformistas e nacionalistas". 137

Incorporando as ideias e os princípios políticos esposados pelas duas outras alas, revelando uma forte preocupação com iniciativas que promovessem o bem-estar das camadas populares, urbanas e rurais, uma nuança central desta tendência partidária foi o reclamo pelo aprofundamento da democracia, por meio da ampliação da participação popular no processo decisório nacional; também em conformidade ao intenso processo de ascensão das camadas

\_

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> GRAMSCI, Antonio. *Op. cit.* Consultar também o trabalho de Bodea, que se baseia na matriz teórica gramsciana para analisar o PTB/RS. BODEA, Miguel. *Trabalhismo...*, *op. cit.* 

<sup>136</sup> LEFEBVRE, Rémi. *Op. cit.*, p. 126. A passagem reproduzida consiste em uma tradução livre.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit.*, p. 98-99.

trabalhadoras urbanas e rurais na cena pública, a partir de fins dos anos de 1950. Criticando a oposição conservadora, argumentava João Goulart:

"Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade para o povo; o que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocados nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do antisindicato, da antireforma (...). Democracia é precisamente isso: o povo livre para manifestar-se, inclusive nas praças públicas (...). O povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria". <sup>138</sup>

Ainda em 1950, o então jovem candidato a deputado federal Ruy Ramos (PTB/RS) assim se manifestava:

"Uma das maiores dificuldades para o reajustamento da vida econômica e política do Brasil residia, exatamente, na falta de capacidade da retaguarda, na atitude passiva e fatalista da Massa em relação à Elite (...). O que tem faltado aos nossos Governos é o apoio do Povo. É a participação da Massa na ação governamental. É a vinculação das Classes Populares, como sócio solidário, na vida e na sorte da Gerência. Quando um Governo popular, forte e bem orientado, dispuser neste País da solidariedade efetiva da multidão e sentir a presença dela, ativa e vigilante, todos os nossos problemas serão simplificados e as soluções adequadas surgirão por milagre". 139

Contudo, não apresentando o mesmo pendor democrático no tocante às relações internas do partido, também a face pragmática representava um componente de peso nesta corrente. Além de se apoiar na lógica da centralização decisória no interior do partido, vejamos outro aspecto consoante ao pragmatismo da ala. Matéria publicada pela *Revista Trabalhista*, sob o título "Postos de saúde instalados pelo PTB", contava com foto de destaque do então recém empossado presidente do Diretório Nacional do PTB, João Goulart. Ela descrevia iniciativa empreendida pelo partido no antigo Distrito Federal, atual município do Rio de Janeiro:

"Já estão sendo postas em prática as idealizações do presidente João Goulart, no sentido de promover, através do (...) [PTB], a execução do plano de assistência médica aos trabalhadores e suas famílias. Assim é que já foi inaugurado o Posto de Serviço de Assistência Médica (...). O PTB está realmente empenhado em conquistar as massas trabalhadoras através da adoção de uma série de medidas capazes de melhorar as

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> GOULART, João. "Discurso no comício da Central do Brasil", 13/03/1964, Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro, & FERREIRA, Jorge, *Jango*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 202-203.

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> RAMOS, Ruy. "Um esboço de ação parlamentar". Porto Alegre: Convenção Estadual do Partido Trabalhista, 30/06/1950. In: SOUZA, Ecilda R., & GEBRIM, Cosete R. (orgs.), *Perfis parlamentares 40: Ruy Ramos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989, p. 142-143. Note-se que Ramos se auto-intitulava alheio ao pertencimento a qualquer ala do partido (cf. Souza & Gebrim, idem, p. 104).

condições das mesmas. (...) Temos a notícia de que mais dois postos assistenciais (...) serão proximamente inaugurados (...). O alcance dessa ação tão humana não necessita de ser ressaltado. É mister, porém, que se felicite o presidente João Goulart (...), pelo espírito público que vêm demonstrando em tão proveitosas iniciativas". 140

Um pragmatismo explícito. A estrutura do partido oferecer um serviço de assistência médica ao seu eleitorado, com o propósito, inclusive declarado na matéria, de "conquistar as massas trabalhadoras", tendia a consistir em uma ação de sabor assistencialista e clientelista, pois associava a provisão do serviço à criação de possíveis laços de fidelidade direta ao PTB. De um direito social, ainda que em potencial, a ser assegurado pelo Poder Público, e virtualmente a ser reclamado por seu eleitorado, o benefício se converteria em um provável recurso de troca política e eleitoral. Um tipo de iniciativa que, se garantia a assistência à saúde da população, propiciava à organização partidária, e à imagem do seu presidente, auferir eventuais ganhos eleitorais.

Nacionalismo, reformismo, distributivismo, clientelismo. Preocupação organizacional e ação educativa. Autoritarismo interno e apelo democrático externo. Pragmatismo e idealismo político. Estes são alguns traços combinados que marcaram a trajetória do PTB sob o regime democrático aberto em 1945. Uma outra característica merece ser ressaltada: o significativo grau de correspondência existente entre as propostas programáticas anunciadas à sociedade e as ações encetadas pelo partido, nas esferas governamental e parlamentar. <sup>141</sup> Ademais, desempenhou papel político de relevo, envidando esforços na direção de uma institucionalidade democrática que transcendesse os limites de uma vida política nacional circunscrita a clubes minoritários e oligárquicos. Se, como o entende Kelsen, os partidos – tidos como variável essencial da moderna democracia – contribuem para a influência dos indivíduos, agrupados, no poder do Estado, <sup>142</sup> pode-se afirmar que o PTB desempenhou um importante papel democrático. O PTB estimulou e pretendeu incorporar os trabalhadores aos centros de decisão do país, concebendo o intento de que se integrassem às decisões sobre os rumos e os destinos da sociedade brasileira. Colaborou, pois, no processamento de disposições comportamentais

<sup>140</sup> Revista Trabalhista. "Postos de saúde instalados pelo PTB". Distrito Federal, set. 1952, p. 15.

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> Consultar NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo...", op. cit. D`ARAUJO, Maria Celina. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> KELSEN, Hans. *Op. cit.*, p. 40-43.

politicamente ativas à classe trabalhadora, da cidade e do campo. <sup>143</sup> A respeito, matérias publicadas pela *Revista Trabalhista*, em 1952, demonstram as estreitas relações estabelecidas pelo partido e por suas lideranças com o universo laborativo organizado. A reciprocidade nas reverberações dos agentes sindicais e do partido manifestava-se no noticiário posto em evidência: de um lado, "O presidente do Sindicato das Indústrias do Vidro agradece a Segadas [Viana, ministro do Trabalho do governo Vargas] o pagamento, pelo Ministério do Trabalho, de um mês de ordenado aos operários da Fábrica Scarrone que se encontra fechada". <sup>144</sup> De outro, expressava-se o diálogo, do modo que se segue:

"'Queremos que o presidente do nosso sindicato se reja pelas nossas leis trabalhistas e não procure o esfacelamento da classe' – reclamam os foguistas da Marinha Mercante. 'É esse precisamente o objetivo do Governo, com relação a todos os sindicatos' – responde o Ministro". 145

A significativa coerência petebista com os seus postulados progressistas e democráticos pode ser percebida mesmo nos estertores do regime constitucional de 1946. No caso, refiro-me à defesa das chamadas "reformas de base". Largo conjunto de reformas sociais e econômicas propostas e refinadas no curso do seu itinerário organizacional, elas consistiram no mais relevante e controverso item da agenda pública no início dos anos de 1960. Nesse sentido, importa acentuar que, já nos seus primeiros e destacados discursos proferidos no Senado Federal, Pasqualini tecia importantes considerações a respeito das reformas de base, oferecendo alguns contornos e o escopo de um projeto reformista que veio a ganhar maior repercussão política e social anos depois. Sem fontes primárias e secundárias que demonstrem o contrário, parece bastante plausível argumentar que o personagem tenha sido o autor do nome de "batismo" do aludido conjunto de reformas, além de principal formulador e divulgador interna e externamente ao partido, ao menos uma década antes de elas alcançarem maior fôlego e reverberação no cenário

<sup>145</sup> Idem, p. 49.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> HELENO, Alexandre Peixoto. "Trabalhismo e história: um percurso nas memórias de Clodesmith Riani". In: Perseu – História, Memória e Política, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 6, ano 5, abr. 2011, p. 11-39. STEIN, Leila de Menezes. Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. FERREIRA, Jorge. O imaginário..., op. cit. SILVA, Fernando Teixeira da. "Direitos, política e trabalho no porto de Santos". In: FORTES, Alexandre, et. al. (orgs.), Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Unicamp, s/d.

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, setembro de 1952, p. 49. A título de informação, Segadas Viana foi também deputado federal pelo PTB/DF, entre 1946 e 1958.

político nacional. <sup>146</sup> Vale frisar que o partido perseguiu a implementação das reformas de base, a despeito da hostilidade das oposições e de segmentos da sociedade, ao longo da sua trajetória organizacional, inclusive nos últimos suspiros do regime democrático de 1946. Mesmo com a elevada polarização social e política que caracterizou o governo Goulart, e em que pesem as estratégias distintas, e frequentemente rivais, adotadas pelo então presidente da República – sobressaindo uma estratégia parlamentar e negociada para a implementação das reformas de base –, e por Brizola – que priorizava os meios extraparlamentares, assumindo a sua estratégia estreitos laços com o primado da democracia direta e participativa –, o compromisso com as causas reformistas esposadas pelo partido foi mantido até a ruptura institucional de 1º de abril de 1964. <sup>147</sup> Sob a luz deste ângulo, a aludida coerência do PTB configurou uma especial manifestação de apreço à legitimação das instituições representativas democráticas, por perseguir o atendimento do seu programa partidário e a satisfação das demandas e expectativas geradas em seu eleitorado. Um padrão de comportamento político e partidário reivindicado e defendido por Pasqualini, desde os idos da incipiente retomada do regime democrático, em 1946. As palavras do próprio "teórico do trabalhismo" talvez possibilitem iluminar a questão:

"Nosso movimento é um movimento de idealismo. Se agirmos em função de interesses pessoais, estaremos traindo a causa dos trabalhadores. Devemos combater na posição que nos for indicada, com renúncia, desprendimento e com sacrifício se for necessário (...). O que desejamos são eleitores conscientes e livres e não máquinas eleitorais. É preferível que um partido seja derrotado e desapareça a que se posterguem os princípios pelos quais combate (...). Nosso movimento possui uma razão intrínseca, permanente, e não um caráter transitório e acidental. Ele tem de prosseguir em linha reta sem infletir para os lados, sem procurar acomodar-se a conveniências ou a situações do momento". 148

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> Seguem os discursos pasqualinistas que põem ênfase na "necessidade das reformas de base": PASQUALINI, Alberto. "Reformas de base I". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 29/08/1951. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 241-246. PASQUALINI, Alberto. "Reformas de base II". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 11/09/1951. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 249-256.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> Sobre ambas as estratégias, ver D`ARAUJO, Maria Celina. *Op. cit.* FERREIRA, Jorge. "Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular". In: FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-583. FERREIRA, Jorge. "Esquerdas no *Panfleto*. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular". In: *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 29, jul. 2009, p. 81-124.

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso como candidato". Porto Alegre: Correio do Povo, 12/11/1946, p. 4, 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 123.

Estritamente no tocante ao PTB, vale assinalar duas questões que me chamaram sobremodo a atenção, tanto na literatura quanto nas fontes documentais mobilizadas: por um lado, o peso do diretório estadual sul-rio-grandense no delineamento da linha programática e nas ações do PTB. Isso fica bastante evidenciado nos líderes políticos mencionados neste item do capítulo, como, também, na influência doutrinária recorrentemente atribuída pela literatura, e por fontes primárias, a Pasqualini. Cumpre ainda observar que a publicação ligada ao PTB, aqui utilizada, a *Revista Trabalhista*, em seu número lançado no ano de 1952, disponibilizava um imensurável espaço às lideranças e às iniciativas desenvolvidas pela seção gaúcha.

Por outro, importa destacar a temática do socialismo na retórica petebista, não apenas de alguns personagens postos em evidência, como, é claro, Alberto Pasqualini. Como tive a oportunidade de observar nas fontes selecionadas, tal temática não se restringia apenas às lideranças do partido. 149 Por conseguinte, é muito interessante o texto produzido por um militante do diretório petebista do Paraná, Gamaliel Bueno Galvão, e publicado pela *Revista Trabalhista*. Apresentado pela publicação como o "idealista diretor da Vanguarda Trabalhista do Paraná", o militante criticava fervorosamente ao conservantismo de alguns partidos opositores e a setores da militância e das lideranças internas ao seu próprio partido – que revelavam, na ótica do militante, posturas eleitoreiras, oportunistas e incongruentes com os interesses dos trabalhadores. O seu texto também expressava e demandava uma tendência socialista para o PTB, mostrando que a temática em questão era esposada por frações das bases do partido. 150 Com efeito, encerro o capítulo com as palavras do aludido militante, retomando à frente a análise deste tema, particularmente no tocante ao pensamento pasqualinista:

"Já temos dito e continuaremos a gritar aos quatro cantos do território nacional: O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, queiram ou não os reacionários, as mentalidades atrofiadas, os enervantes conservadores e plutocratas, representantes de

<sup>1</sup> 

Dentre os líderes petebistas postos em destaque neste item do capítulo, Getúlio Vargas, no curso dos primeiros anos do regime democrático de 1946, esboçava aproximações e elogios ao socialismo, no caso salientando as experiências sueca e britânica. VARGAS, Getúlio. *A política..., op. cit.* Leonel Brizola, por seu turno, acionava em sua retórica e em suas ações políticas anti-imperialistas, senão necessariamente uma menção à temática, não poucas aproximações com temas, grupos políticos e iniciativas de cunho nitidamente socialistas, ou fortemente propensas a ações socializantes na economia. A respeito, consultar BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1979. JAGUARIBE, Helio. *Brasil: crise e alternativas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 30. FERREIRA, Jorge. "Esquerdas no *Panfleto...*", *op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> Como assinalado no capítulo 1. A título de ilustração, consultar também: *Revista Trabalhista*. "O Clube Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, set. 1952, p. 44 e 68. LÔBO, Lúcio Gusmão. *O verdadeiro trabalhismo*. Brasília: Thesaurus, 2005.

uma era e de um sistema capitalista felizmente já em decomposição em todo o mundo, é um partido diferente, que com ideias novas, pretende criar e criará dentro em breve no Brasil também uma nova mentalidade (...). O PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO é uma expressão e uma filosofia subordinada no espaço e no tempo à tendência para o socialismo (...). A massa esclarecida e doutrinada, consciente de sua missão histórica na vida dos povos, é uma avalanche irreprimível e ai daquele que se antepor a sua força". <sup>151</sup>

<sup>151</sup> GALVÃO, Gamaliel Bueno. "Antes e acima de tudo, dentro e fora dos parlamentos, a prática da doutrina e da filosofia do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal: *Revista Trabalhista*, set. 1952, p. 42.

# Capítulo 3 – Pasqualini e suas ideias

Diferentes estudos, de maior ou menor fôlego, revelam o desenvolvimento de análises que permitem, em boa medida, compreender relevantes aspectos atinentes ao pensamento de Alberto Pasqualini. Alguns destes estudos dedicaram-se a empreender uma reflexão aberta e diretamente associada à trajetória e à perspectiva política e teórica de Pasqualini, tais como os desenvolvidos, sob um corte acadêmico, por Carlos Roberto da Rosa Rangel, Gabriel Wedy, Jaime Antonio Nalin, Laura Vianna Vasconcellos e Luiz Alberto Grijó; e, de um ponto de vista memorialístico, por Pedro Simon. Por outro lado, certas análises abordam as experiências e a perspectiva política pasqualinista de maneira relativamente secundária, tomando-as como potenciais variáveis explicativas do Partido Trabalhista Brasileiro e do trabalhismo. É o caso, em particular, das reflexões empreendidas por Miguel Bodea e Miriam Diehl Ruas. Todavia, se detentoras de propósitos mais amplos, nem por isso deixam de oferecer contribuições bastante significativas, entre outros, ao mapeamento das ideias políticas pasqualinistas.

Desse modo, tomando por referencial alguns poucos escritos existentes e realizados nas últimas décadas, pode-se afirmar que, em geral, os trabalhos selecionados promovem a reflexão sobre não poucas nuanças do pensamento do personagem. Refiro-me, particularmente, ao acento dado às apropriações teórico-filosóficas feitas por Pasqualini em seus textos e discursos. *Grosso modo*, a literatura a que faço alusão coloca em destaque um determinado mosaico de fontes doutrinárias inspiradoras do pensamento pasqualinista, quais sejam: o *positivismo republicano gaúcho*, o *catolicismo*, o *socialismo*, a *social-democracia europeia* – em especial o *trabalhismo britânico* – e o *keynesianismo*.

Mesmo que na maior parte dos casos a operação de análise do pensamento de Pasqualini tenha revelado uma certa ênfase em uma filiação intelectual singular – em geral, o positivismo republicano sul-rio-grandense e o catolicismo –, os estudos postos em destaque contribuem sobremodo para a reflexão sobre o pensamento do personagem.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> SIMON, Pedro. *Atualidade...*, *op.cit.* VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op.cit.* WEDY, Gabriel. *Op.cit.* RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.* GRIJÓ, Luiz Alberto. *Op. cit.* NALIN, Jaime Antonio. *Op.cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo...*, op.cit. RUAS, Miriam Diehl. Op.cit.

Não obstante, importa frisar que a perspectiva que orienta o capítulo baseia-se na busca da relação de complementaridade e de adaptação entre diferentes referenciais de análise apropriados pelo pensamento pasqualinista. Entendo que, dessa forma, abrem-se oportunas possibilidades para a descrição e a compreensão das ideias de Alberto Pasqualini. Adicionalmente, ao contrário da opção feita pela maioria dos trabalhos – selecionar textos e discursos da fase prestigiosa de Pasqualini, isto é, a partir de meados da década de 1940 – mobilizo pronunciamentos e textos de uma fase não tão notória, da década de 1930 e da primeira metade dos anos 1940, de sorte a sublinhar, mesmo que parcialmente, as ambiguidades e o processo de refinamento das ideias do personagem.

Partindo dessa premissa, é legítimo argumentar que, dentre as experiências políticas e os postulados teóricos apresentados pelos discursos e textos de Pasqualini, também o liberalismo político deve ser figurado no rol de marcos doutrinários apropriados pelo personagem. Vaga e raramente mencionado pela literatura - em geral interpretado como uma "disposição democrática" da perspectiva política pasqualinista –, também aquele paradigma filosófico foi esposado por Pasqualini. 3 Ademais, não restringindo o enfoque apenas a autores ou a perspectivas teóricas expressamente mencionadas por seu pensamento e discurso político, considero relevante situar as convergências apresentadas por suas ideias em face da elaboração teórica produzida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal. Pasqualini, político contemporâneo e portador de uma considerável inserção política à época da criação da Cepal (em 1948), atuou politicamente em um período marcado por candentes debates em torno das temáticas da industrialização e do desenvolvimento. Produziu e veiculou diversos textos e pronunciou não poucos discursos cujas temáticas possuíam grande destaque em sua retórica. Não se referindo explicitamente à Cepal, contudo desfraldou argumentos e propostas sintonizadas com as preocupações e as avaliações cepalinas para o desenvolvimento econômico e social, brasileiro e latino-americano.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Para ser mais preciso, o liberalismo político é explicitamente mencionado apenas pelo trabalho de Rangel, que visa a analisar o discurso pasqualinista em contexto político específico, ou seja, após a 2ª guerra mundial, com o restabelecimento legal da competição partidária no Brasil. Consultar RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.* Em todo caso, como teremos a oportunidade de observar, o pensamento pasqualinista paga o seu tributo ao liberalismo político desde, ao menos, o início da década de 1930.

Isso posto, o capítulo está estruturado em duas partes: a primeira, aborda as diferentes filiações teóricas do pensamento de Alberto Pasqualini. Procurei situar e identificar suas convergências com alguns marcos teórico-filosóficos, acompanhadas de uma colateral mobilização e análise da literatura que aborda o pensamento pasqualinista. Quanto à segunda parte, são acentuados alguns temas que considero centrais para a compreensão das ideias e das propostas políticas do personagem, a saber: *o trabalho, os trabalhadores e a propriedade*.

## Filiações teóricas

O tema relativo à função do autor, às variáveis que incidem sobre a sua obra, é bastante controverso. O *status* e o papel do autor, ou para ser mais preciso, do sujeito que se dedica à redação e à veiculação de textos lançados na esfera pública, representa um tema submetido a variadas abordagens. Para os fins do trabalho, apóio-me na perspectiva classificada como contextualista, reconhecida na produção literária de John Pocock e de Quentin Skinner.

A abordagem contextualista problematiza a análise dos textos e das ideias dos autores sob o prisma que dá expressivo destaque à elaboração subjetiva e à originalidade do escritor. Esta matriz teórica preconiza o recurso a uma ampla identificação da superfície cultural e discursiva em que estão enredadas as obras e o pensamento dos autores. Procura compreender a importância e a especificidade de uma obra e de um autor a partir da sua contextualização intelectual e histórica. Por conseguinte, vê-se, por exemplo, que Skinner salienta, em suas análises, os temas, os debates e as questões colocadas pela gramática cultural e política do período histórico em que se situa um dado pensamento, visando "descentrar" a figura do autor.<sup>4</sup>

Entretanto, cumpre observar que a contextualização da trama discursiva e cultural da época em que se encontra um autor, em que se situa o seu pensamento, não implica necessariamente na desconsideração da capacidade de intervenção intelectual singular do sujeito a que se atribui a função de autor. A produção e o uso de determinadas ideias ou valores morais consistem em um campo aberto à possibilidade de inovação e de reorientação, em um delimitado universo de cânones e questões privilegiadas em uma sociedade e em um tempo específico. Nos termos empregados por Pocock, a figura do autor encontra-se envolvida por

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> SKINNER, Quentin. *Op. cit.* Consultar também SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

linguagens de uso comum (*langues*), cujos atos de fala individuais (*paroles*) representariam a contribuição intelectual oferecida pelo autor, ou mesmo a sua inovação teórica e linguística em uma gramática política. Este fenômeno inovador pode implicar em incidências no modo de pensar e de agir das coletividades, na própria temporalidade da intervenção do sujeito-autor, ou nas influências *a posteriori* e de longa duração, como é o caso dos chamados autores clássicos, que se tornam "autoridades", consistindo em uma espécie de guia para a reflexão e a ação. 6

Logo, baseio-me particularmente neste duplo postulado contextualista: na análise do objeto considerado, isto é, as ideias de um autor, entendo ser relevante levar em conta tanto as linguagens e as questões predominantes em uma sociedade, quanto as eventuais iniciativas criativas do sujeito que se afigura a posição autoral de um pensamento. No caso em questão, tomo por premissa que o pensamento de Alberto Pasqualini revela múltiplas influências e inspirações políticas e filosóficas, inclusive bastante remotas, mas, adicionalmente, denota um peculiar modo de apropriação e de interação entre valores e ideias pertencentes a paradigmas teóricos distintos, culminando – na militância desempenhada no PTB – em uma consagração da sua perspectiva política trabalhista. Ademais, é importante frisar que, como todo e qualquer agente intelectual norteado pela produção e disseminação de ideias políticas, Pasqualini selecionou e operou com ferramentas intelectuais disponíveis em sua época. Selecionou, abordou e avaliou questões colocadas em seu tempo e propôs soluções que pudessem viabilizar respostas aos dilemas e aos problemas sociais suscitados em sua época. Isso quer dizer que o seu pensamento foi sendo constituído de maneira processual, em conformidade com as suas experiências e com os desafios de cada momento; para o que nos importa em especial, no marco temporal das décadas de 1930 a 1950. Portanto, selecionar apenas um conjunto de textos, digamos da sua fase madura, em exercício já destacado no interior do PTB, como alguns trabalhos têm adotado, não permite compreender, de maneira abrangente, as ambiguidades e o processo de refinamento das suas ideias. As experiências do personagem e as temáticas em voga nas comunidades sul-rio-grandense, nacional e internacional apresentavam, evidentemente, incidência no pensamento pasqualinista. Nesse sentido, procuro, de modo geral, expor e analisar as apropriações filosóficas e políticas do seu pensamento consoante às questões por este

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> POCOCK, John G.A. Op. cit., p. 28.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Idem, p. 79.

abordadas, e as suas referências, explícitas ou indiretas, aos diferentes paradigmas teóricos. Para isso, adoto o recurso de uma certa sequência cronológica dos discursos e textos pasqualinistas.

As diferentes filiações teóricas aparecem em seus textos e discursos de maneira gradativa. No curso da década de 1930, em seus primeiros passos na seara política, parece-me lícito argumentar que ganharam maior ressonância, em seus textos e em sua retórica, dois marcos teórico-doutrinários específicos: o *positivismo republicano* e o *liberalismo político*. Não por acaso, ambos configuravam sólidas e enraizadas tradições políticas no Rio Grande do Sul, como assinalado no primeiro capítulo. Enquanto símbolos representativos dos dois marcos doutrinários que se enraizaram na cultura política regional da Primeira República, mobilizo particular e respectivamente as perspectivas positivistas de Julio de Castilhos, e as liberais de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Configurando duas lideranças políticas gaúchas centrais no curso daquela quadra republicana, faço o recorte teórico aludido tomando por referência as seguintes ponderações feitas por Pocock:

"As *intelligentsias* não se dirigem somente aos seus próprios membros, mas impõem suas linguagens esotéricas sobre uma variedade de grupos (...) e públicos leigos, algumas vezes para o desprazer em uníssono desses últimos. A criação e a difusão de linguagens, portanto, é em grande medida uma questão de autoridade das elites intelectuais".

Se à autoridade intelectual associarmos a importância dos mesmos agentes nas estruturas de poder, político, econômico e bélico regional, como foram os casos de Castilhos e de Assis Brasil, não podemos desconsiderar o significativo potencial de influência das suas respectivas ideias no horizonte cultural do Rio Grande do Sul. Logo, ideias e perspectivas políticas que também tiveram no uso da força e nas disputas interelites pelo controle do poder estadual boa dose de recursos e motivações, como sublinha Luiz Alberto Grijó. <sup>8</sup> Assim, em auxílio à compreensão do pensamento político de Alberto Pasqualini, importa, preliminarmente, levar em consideração certas singularidades da formação e da tessitura social do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul revela um processo histórico-social ímpar em face de outras regiões do país. Por séculos conduziu a sua economia, agropastoril, para uma produção dedicada

-

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Idem, p. 68.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. "Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano". In: NEUMANN, Eduardo Santos, & GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.), *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 166.

ao atendimento da demanda interna – nos períodos colonial, imperial e nos primórdios da República. Os vínculos com o comércio estrangeiro tenderam a serem bastante reduzidos, quando comparados com outras unidades da federação, como São Paulo. Associando-se esta ênfase no mercado interno ao histórico de lutas e de guerras, internas e externas, à adoção do trabalho escravo abaixo do padrão vigente em outras regiões do país (durante os períodos colonial e imperial) e ao vigor da pequena propriedade dos imigrantes europeus, introduzida no século XIX, não são escassos os estudos e os relatos que sugerem a consolidação de uma sociedade assentada em um menor distanciamento social e em uma cultura política caracterizada por um expressivo espírito gregário. Aspectos de sabor progressista, mas que concorreram, na formação e na evolução histórica estadual, seguramente, com outros de natureza politicamente regressiva, como a grande propriedade pecuarista. Em todo caso, laivos de nacionalismo, valorização do trabalho como princípio ético e um histórico de agrupamentos políticos estruturados e detentores de linhas doutrinárias identificáveis, são alguns traços que singularizaram o universo cultural sul-rio-grandense, em particular nas primeiras décadas do século XX, período correspondente à infância e à juventude de Pasqualini.9

Rapidamente levadas em consideração algumas nuanças da formação política e econômica do Rio Grande do Sul, entendo que a cultura política deste estado configura uma dimensão importante para a análise inicial das ideias pasqualinistas. Enquanto categoria conceitual, a cultura política pode ser concebida com um fenômeno social que propicia identificar determinadas maneiras de pensar, de sentir e de agir, e que se manifestam nos

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A respeito da formação e da história econômica e política do Rio Grande do Sul existe um ponderável número de obras, produzidas por acadêmicos, ensaístas e viajantes. Consultar, entre outras obras de igual relevância, e marcadas por uma abordagem acadêmica, os títulos que seguem: NEUMANN, Eduardo Santos, & GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.). Op. cit. GRIJÓ, Luiz Alberto, et al. (orgs.). Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004. HERRLEIN JR., Ronaldo. "A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação". In: Economia e Sociedade, Campinas: Unicamp, v.13, n.1, jan./jun. 2004, p. 175-207. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit. RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. cit. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1996. INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS (org.). Imigração italiana: estudos. Caxias do Sul: UCS, 1979. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1977. LOVE, Joseph. Op. cit. BODEA, Miguel. A greve..., op. cit. Igualmente importante, de um ponto de vista ensaístico, e pautado por uma interpretação abrangente do processo histórico e social brasileiro, consultar OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. Populações meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005. PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 36ª ed., 1988. Denotando um viés político-partidário mais pronunciado, ver SCHILLING, Paulo. Crise econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961. Por fim, vale também destacar o antigo relato de viagem do naturalista francês Saint-Hilaire, disponível na obra que segue: SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2002.

comportamentos políticos dos sujeitos individuais e coletivos. Consiste em um fenômeno de média e de longa duração, tipificado pela socialização de ideias, valores, mitos, crenças, visões do passado e do presente e expectativas para o futuro da sociedade. Ela promove um certo ordenamento dos comportamentos e um repertório de crenças, significados e atitudes. Uma cultura política é veiculada, apropriada e modificada por intermédio dos mecanismos tradicionais de formação dos sujeitos: família, trabalho, escola, política, universidade, mídia etc. Ela proporciona um sentido de identidade e de comunhão entre os indivíduos e os grupos, não sendo, contudo, *una*. Ao contrário, em uma comunidade nacional ou subnacional pode-se assinalar o seu caráter plural, sem deixar, é evidente, de considerar a possibilidade de que uma cultura política consiga hegemonizar a outras. <sup>10</sup>

Vez e outra, Alberto Pasqualini reverberava em discursos e textos a sua identidade política sul-rio-grandense, apelando para uma visão do passado que nos possibilita sublinhar a sua afinidade com a cultura política local. De acordo com o "teórico do trabalhismo":

"Ser rio-grandense é, para nós, (...) a integração em uma determinada formação social e psicológica, a identificação com certo estilo de vida pública e privada, a responsabilidade perante um passado de lutas e de sacrifícios, não em prol de interesses localistas, mas para independência e grandeza da Pátria e pelo aperfeiçoamento de suas instituições". 11

Neste preciso sentido, convivendo conflituosamente na temporalidade da Primeira República, o *positivismo republicano* e o *liberalismo político* representaram duas sólidas tradições políticas na comunidade sul-rio-grandense. Logo, inicio as ponderações em torno da que alcançou hegemonia e que parte da literatura especializada consagra como fundamental para a compreensão do pensamento pasqualinista: *o positivismo republicano gaúcho*. <sup>12</sup> Uma razão adicional para aí iniciar consiste também em algumas questões e preocupações que adquiriram grande importância nos discursos e nos textos que antecederam ao ingresso de Pasqualini no

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sobre o assunto, consultar BERSTEIN, Serge. "A cultura política". In: RIOUX, Jean-Pierre, e SIRINELLI, Jean-François (orgs.), *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363. GOMES, Ângela de Castro. "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, Martha *et al* (orgs.), *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63. NEVES, Rômulo Figueira. *Cultura política e elementos de análise da política venezuelana*. Brasília: Funag, 2010, p. 21-30.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso no Clube do Comércio", Porto Alegre: Diário de Notícias, 06/03/1951. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005, p. 229.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Refiro-me particularmente às obras que se seguem: VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.* BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.* 

PTB: a avaliação da vigência de um aparelhamento estatal frágil e inconsistente para responder às necessidades e às mazelas sociais, além de uma visão crítica das práticas políticas clientelistas. Ambos os temas se manifestaram folgadamente também após o seu ingresso no PTB. Porém, guardam a especificidade de aparecerem desde as experiências políticas iniciais do personagem. Parece-me que, no caso, o positivismo e o republicanismo gaúcho representaram significativas ferramentas intelectuais disponíveis culturalmente e mobilizadas, com matizes, pelo personagem, que deu acento a um e outro princípio integrante do paradigma republicano positivista, assim como secundarizou a outros.

#### O positivismo: substância técnica e desprendimento na política

O Rio Grande do Sul experimentou, nas primeiras décadas do século XX, o domínio político do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, agremiação que se apoiou em uma peculiar composição de princípios filosóficos positivistas/comteanos e republicanos. O mais expressivo defensor deste leque de ideias foi um dos fundadores do partido, ainda no século XIX, o advogado e jornalista Julio de Castilhos. O seu nome e alguns postulados por ele esposados tornaram-se uma referência obrigatória para a atuação das lideranças partidárias após o seu desaparecimento, em 1903. Seja por intermédio do controle partidário republicano da política local, durante praticamente 40 anos, seja por meio da imprensa – cujo jornal *A Federação*, publicado pelo próprio PRR, possuía especial destaque –, algumas ideias de corte positivista e republicano circularam durante décadas. Vejamos algumas delas.

Uma destacada ideia que reverberou nos discursos de Julio de Castilhos, baseando-se no princípio do "governo dos sábios", preconizado por Auguste Comte, foi a adoção de preceitos científicos e racionais pelos políticos e pelo Estado. Nas palavras de Castilhos:

"Sem racionalidade nos princípios, sem coordenação, sem método, sem disciplina científica, a política ainda é dominada por um cego empirismo, que a converte em meio de explorar por todas as formas a sociedade e os seus mais fundamentais interesses". <sup>13</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> CASTILHOS, Julio de. "Política sem moral", 20/05/1884. In: MARTINS, Liana Bach, SILVA, Luís Antônio Costa da, e NEVES, Gervásio Rodrigo (orgs.), *O pensamento político de Julio de Castilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003, p. 17.

A política, assim, deveria constituir-se em uma atividade técnica e científica, argumentava o antigo líder republicano gaúcho. Problematizando o predominante papel desempenhado pela figura do parlamentar na vida política europeia, Comte – principal fonte doutrinária inspiradora do castilhismo – décadas antes, assinalava que a "crise política e mental", que tipificaria a Europa da primeira metade do século XIX, deveria ser superada por meio da concessão de uma maior importância e de uma certa delegação de encargos nos negócios públicos aos estudiosos norteados pelas luzes do conhecimento científico. De acordo com o sociólogo francês:

"Não é mais a eloquência, isto é, a faculdade de persuasão, que deve estar especialmente em atividade, mas é o raciocínio, ou seja a faculdade de exame e de coordenação (...). Os sábios que se ocupam do estudo das ciências de observação são os únicos cuja espécie de capacidade e de cultura intelectual preenchem as condições necessárias". 14

Pasqualini mobilizava e dava relevo a este preceito castilhista e positivista com maior evidência especialmente no desempenho das suas funções no PTB. Mas, em anos anteriores, já se encontrava assinalado, aqui e acolá, tal preceito em seu pensamento. No Estado Novo, teceu argumentos sobre o órgão em que atuava no Poder Público estadual, ou seja, o Departamento Administrativo, do seguinte modo: "Tem sido comum propósito do governo e do Departamento aperfeiçoar a administração pública e assentá-la em bases racionais". <sup>15</sup> Ainda no início das suas experiências na seara política, na primeira metade do decênio de 1930, desferia ácida crítica ao governo estadual, indicando algumas lacunas de sabor racional e científico: "O que falta ao Governo é precisamente isto: método, orientação, penetração, previsão, clarividência. Resolvem-se as coisas mais por palpite do que por estudo". <sup>16</sup> Sua incorporação do marco teórico-doutrinário positivista, entretanto, revela maior nitidez na juventude com a mobilização de argumentos de caráter organicista, para se referir e analisar as questões sociais do seu tempo, nos termos que seguem:

"A sociedade também tem as suas leis; tem-nas como fenômeno natural, independente da vontade dos indivíduos, e como organização específica, resultantes de fatores

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> COMTE, Auguste. *Reorganizar a sociedade*. São Paulo: Escala, s/d., p. 38-39.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação ao Presidente Getúlio Vargas, em nome do Departamento Administrativo". Porto Alegre: Correio do Povo, 17/11/1940. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos: IHGRS: ALRGS, 2005, p. 36.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso durante a campanha eleitoral da Frente Única para a Câmara Federal", Correio do Povo, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 8, 12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 114.

psicológicos, instáveis, porque a sua função é de possibilitar e de promover a adaptação das instituições e das atividades internas às protéicas condições da existência social, decorrentes da evolução". <sup>17</sup>

Ou, por outra, no período em que exercia funções administrativas no Estado Novo, o seu pensamento tecia uma analogia pertinente à relação que deveria ser estabelecida entre o Estado e a sociedade civil:

"O estado é o sistema nervoso da nação e o governo deve ser o órgão central desse sistema, recolhendo, interpretando e coordenando as atividades e reações do corpo social. Um governo sem meios de informação popular seria como um organismo desprovido de órgãos sensoriais". 18

Disseminado em uma época em que o *status* das ciências da natureza constituía-se em parâmetro para as ciências humanas, também o advogado Alberto Pasqualini foi inspirado pelo cientificismo organicista, revelando em seus textos expressivo conhecimento e inspiração nas teorias positivistas de Comte e de Émile Durkheim. As ideias de equilíbrio e de harmonia, legadas das ciências naturais, acompanhadas de uma visão evolucionista dos rumos seguidos pelas sociedades, grassavam em um bom número de textos e de discursos de Pasqualini. O organicismo, também entendido como a precedência da coletividade sobre o indivíduo, atravessava, dessa forma, e de maneira ambígua, a perspectiva pasqualinista. Digo ambígua, fundamentalmente, porque este viés teórico tendeu a incidir mais em seu pensamento naquilo que respeita ao universo econômico, às esferas da produção e do trabalho, refletindo um esforço intelectual em justificar os direitos sociais e econômicos.

"O homem vive em sociedade justamente por não ser auto-suficiente. A sociedade é, portanto, uma forma de cooperação e a atividade de cada um deve ser uma atividade cooperante, isto é, não deve ter apenas um sentido de utilidade individual, mas também um sentido de utilidade social". <sup>19</sup>

O matiz positivista do seu pensamento, assim, é bastante saliente, apropriado dos estudos e tributário da cultura política local. Ainda no tocante à influência do entorno social, salta às

PASQUALINI, Alberto. "Discurso de formatura". Porto Alegre: Correio do Povo, 21/04/1929, p. 9, 11. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 102.
 PASOUALINI, Alberto. "O sentido da democracia". Porto Alegre: Correio do Povo, 27/06/1943, p. 4. In:

PASQUALINI, Alberto. "O sentido da democracia". Porto Alegre: Correio do Povo, 27/06/1943, p. 4. In SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 263.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 84.

vistas a compatibilização do discurso pasqualinista com certas categorias e jargões de sabor republicano que integravam a linguagem política sul-rio-grandense. Assinalando diversas características do pensamento castilhista, assim como o seu poder de influência na vida política local, Ricardo Vélez Rodríguez põe em relevo dois valores marcantes na retórica republicana castilhista: o desprendimento pessoal do agente político e a noção de bem público. 20 Pressupostos éticos convergentes com uma longa tradição política e literária associada à forma de governo republicano. Seguindo a perspectiva de Rodríguez, o castilhismo concebia a República como "o reino da virtude. Somente os puros, os desambiciosos, os impregnados de espírito público deveriam exercer funções de governo". 21 Por extensão, para Castilhos, envolvido nas longínquas lides políticas diretamente orientadas para a instauração do regime republicano, a política deveria ser guiada por princípios elevados e por ideais, pondo para escanteio eventuais interesses de ordem material:

"Partido incipiente [o republicano], ele ainda não pode medir a sua força numérica com o dos monárquicos (...). Só se abrigam à sombra de sua bandeira (...) os que se expõem, firmes e resolutos, aos trabalhos sem recompensa pessoal, às lutas sem tréguas, aos sacrifícios sem termo previsto". <sup>22</sup>

De um ponto de vista filosófico, a virtude, segundo Montesquieu, é o móvel, o princípio central em que se assenta a República. O autor tece considerações sobre essa forma de governo acompanhando os passos já trilhados desde a antiguidade, quer dizer, concebendo a virtude republicana como um preceito ético que se expressaria na submissão do interesse e das paixões particulares dos indivíduos ao bem público.<sup>23</sup> É o interesse coletivo que prevalece, a expensas do sossego e do interesse privado individual. Cícero, na antiguidade romana, sublinhava os predicados da virtude republicana:

"Que pode haver de mais belo (...) do que a virtude governando a República? Que é mais admirável do que esse governo, quando o que manda não é escravo de paixão alguma e dá o exemplo de tudo o que ensina e preconiza, não impondo ao vulgo leis que é o primeiro a não respeitar, mas oferecendo com lei viva, a própria existência aos seus compatriotas?". <sup>24</sup>

<sup>20</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Idem, p. 106.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> CASTILHOS, Julio de. "Aos príncipes", 10/01/1885. In: MARTINS, Liana Bach, SILVA, Luís Antônio Costa da, e NEVES, Gervásio Rodrigo (orgs.), *op. cit.*, p. 33.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 55-56.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> CÍCERO, Marco Túlio. *Da república*. São Paulo: Escala, s/d., p. 33.

Uma noção antiga da República. A modernidade, após a revolução estadunidense, introduziu inovações na concepção republicana procurando conciliar o bem público e a virtude com o primado do interesse particular, o que consistiu em uma inovação cunhada pelo pensamento liberal. O governo representativo e responsável junto à sociedade, segundo Rodríguez, consistiu no subproduto da referida inovação política. <sup>25</sup> Nesse sentido, talvez seja possível argumentar que o castilhismo pode ser relacionado a uma concepção antiga de República, pois tendeu a contemplar interesses sociais e econômicos diversificados, o que, de algum modo, limitou a liberdade e o interesse econômico individual. Ademais, por intermédio do seu partido e dos sucessivos governos que assumiu no curso da Primeira República, restringiu o papel do Legislativo e a atuação política da minoria liberal e opositora, denotando uma poderosa veia autoritária. Não obstante, a representação daquela noção moralizante e antiga de bem público e de desprendimento pessoal, defendida pelo republicanismo castilhista, parece ter-se manifestado no curso dos anos, por meio até mesmo de demonstrações pessoais por parte das suas lideranças políticas. As palavras de João Neves da Fontoura nos oferecem algum indício a respeito do assunto:

"Na sua modéstia, o Governo não dispunha sequer de um landau. Borges [de Medeiros, eleito e reeleito cinco vezes ao governo estadual] andava a pé, da casa para o Palácio, com sol ou com chuva. Quando era obrigado a receber um hóspede ilustre, mandava contratar um carro de praça (...). A dignidade da função pública, homens do estilo de Borges de Medeiros nunca a associaram ao luxo, ao esplendor, à ostentação". <sup>26</sup>

Com efeito, talvez não seja gratuita a menção laudatória feita por Pasqualini à referida liderança republicana e positivista, exaltando, em discurso pronunciado em campanha eleitoral, em 1934, o "estoicismo de Borges de Medeiros". As menções ao idealismo, à frugalidade e ao bem público nos moldes delineados e propagados pelo horizonte político castilhista apareciam folgadamente na retórica e nos textos de Pasqualini, desde os primeiros passos na vida política. Discurso proferido na mesma campanha eleitoral, na década de 1930, é ilustrativo:

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Op.cit.*, p.173.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> FONTOURA, João Neves da. *Memórias* (1° vol. "Borges de Medeiros e seu tempo"). Porto Alegre. 1958, p. 109-110, *apud* RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez, *op. cit*. Brasília: Senado Federal, 2000, p.108.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> PAŚQUALINI, Alberto. "Saudação ao povo de Pelotas", Diário de Notícias, Porto Alegre, 28/08/1934, p. 5. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 108.

"Meus concidadãos, nós também temos pregado ao Rio Grande, abertamente, na imprensa e na praça pública, a revolução moral, a purificação dos costumes políticos, a dignificação da prática administrativa. Temos pregado o idealismo, o desprendimento, a fraternidade para que o Estado não seja o gozo de poucos e o sacrifício de muitos". <sup>28</sup>

Talvez não seja ocioso frisar que o seu discurso fazia referência, indireta, à pregação idealista e virtuosa desfraldada não apenas por seu agrupamento político, mas também pelos adversários. Sintomático, pois, parece um forte indício de linguagem largamente adotada pela classe política local do período, em sintonia com os remotos pressupostos esposados por Castilhos. Deparamonos, então, com uma nuança de uma cultura política estabelecida e que norteava o pensamento e a ação política, inclusive do nosso personagem. Esta cultura política gestada e disseminada pelo republicanismo positivista é, de certo modo, assinalada pelos trabalhos de Bodea e de Vasconcellos, que – ao mesmo passo em que salientam as inspirações social-democrática e católica – chamam a atenção para o legado positivista do pensamento pasqualinista.

O cientista político Miguel Bodea, entre as décadas de 1970 e de 1980, produziu dois importantes trabalhos que sublinham as raízes positivistas do trabalhismo gaúcho. <sup>29</sup> Em seu trabalho de maior fôlego – publicado sob o título *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*, e que consistiu em fruto da sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo – o autor explora o berço originário positivista do trabalhismo, e do antigo PTB gaúcho (1945-1966). Entende que ambos são tributários das experiências e de alguns pressupostos preconizados pelas remotas lideranças partidárias do republicanismo regional. Os líderes trabalhistas, como Pasqualini, Vargas e Brizola, revelariam fortes correspondências com uma herança política comum. A análise desenvolvida e as fontes mobilizadas por Bodea podem ser consideradas inovadoras, à época, no sentido em que exploram dimensões e variáveis políticas que destoam, significativamente, dos então consagrados estudos que seguiam a escola sociológica uspiana e a sua respectiva teoria do populismo. Portanto, os seus estudos consistem em uma obrigatória referência para qualquer estudioso do tema trabalhismo e para aqueles que se propõem a conhecer a trajetória e as ideias de Alberto Pasqualini. O próprio autor paga o seu

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso durante a campanha eleitoral da Frente Única para a Câmara Federal", Correio do Povo, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 8, 12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 115.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> BODEA, Miguel. Trabalhismo..., op. cit. BODEA, Miguel. A greve..., op. cit.

tributo à obra de Miguel Bodea, já que tropecei pela primeira vez com o nome de Pasqualini, à época da pesquisa no mestrado,<sup>30</sup> por intermédio dos seus trabalhos.

Laura Vasconcellos,<sup>31</sup> por seu turno, desenvolve um estudo – também uma dissertação de mestrado – que visa analisar a relação partidária estabelecida entre Vargas e Pasqualini, assim como explorar certos matizes do pensamento pasqualinista, pondo em destaque o trabalhismo enquanto elaboração doutrinária. A autora acompanha o caminho traçado por Bodea, também ressaltando a origem e o poder de influência do positivismo gaúcho nas ideias de Pasqualini. Segundo Vasconcellos: "No positivismo republicano gaúcho está boa parcela dos preceitos da concepção de política dos dois trabalhistas [Vargas e Pasqualini]".<sup>32</sup>

Sem evidentemente negar o acerto da proposição, a qual compartilho, feita por ambos os autores, de que o pensamento pasqualinista foi influenciado pelo positivismo republicano gaúcho, parece-me, no entanto, que os aludidos trabalhos dão demasiado peso a esta matriz política e doutrinária de inspiração. Tendem a praticamente circunscrever o pensamento de Pasqualini a uma filiação doutrinária exclusiva e, indiretamente, a afogar as suas ideias em uma subcultura política sul-rio-grandense, convertendo aquelas em uma espécie de epifenômeno regional. Ademais, cumpre observar que o componente politicamente autoritário relacionado ao positivismo castilhista não é saliente na obra e nos discursos de Pasqualini. Jaime Antonio Nalin, 33 sem menosprezo à variante positivista do pensamento de Pasqualini – diga-se, o autor também atribui maior relevo a esta dimensão –, assinala um caráter democrático no positivismo do personagem. Para evidenciá-lo, o autor tece correlações entre as visões de mundo de Pasqualini e as dos chamados "positivistas ilustrados" - como Pedro Lessa e Luiz Pereira Barreto. Acompanhando a reflexão de Nalin, pode-se afirmar que os positivistas gaúchos e os "ilustrados" revelariam traços comuns, como a defesa do fortalecimento do papel econômico do Estado e do conhecimento e do saber como variáveis importantes no exercício da atividade política. Não obstante, a corrente positivista "ilustrada", do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendia a se distanciar do positivismo gaúcho, na exata medida em que acentuava os meios de natureza pedagógica, via mudança prévia dos costumes e das mentalidades coletivas no seio da

-

 $<sup>^{30}</sup>$  SILVA, Roberto Bitencourt da.  $\it O$  populismo..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Idem, p. 94.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> NALIN, Jaime Antonio. *Op. cit.* 

sociedade civil, ao modo de Comte, como caminho para as mudanças sociais, políticas e econômicas. Já o castilhismo, denotava forte veia autoritária, no sentido em que concebia o Estado, sobretudo o Poder Executivo, como portador da capacidade de realizar as mudanças sociais consideradas necessárias, por intermédio, em grande parte, do expediente da força.<sup>34</sup>

O matiz autoritário do positivismo no pensamento de Pasqualini foi atribuído por Vasconcellos em um sentido que especialmente importa destacar: ele guardaria expressão "na defesa de que caberia à elite conduzir todo processo [de mudança social e política], esclarecendo e regendo uma opinião política/consciência do trabalhador que se encontraria em estado de latência". Se por elite pudermos definir os sujeitos portadores de maior grau de escolaridade, assim como as lideranças políticas, sem dúvida é plausível afirmar que Pasqualini lançou mão de argumentos favoráveis a um papel engajado e diretivo dos intelectuais e dos políticos, tendo em vista o esclarecimento e a moldura da opinião pública. Senão vejamos:

"Um dos principais deveres do Partido Trabalhista será a difusão da cultura entre as massas trabalhadoras. Isso é, sobretudo, exato no Brasil onde o índice dessa cultura é muito baixo. Somente depois de alcançado esse objetivo é que poderemos organizar uma verdadeira democracia, democracia consciente, baseada na vontade e na soberania popular, imunizando-a da demagogia dos aventureiros e dos charlatães". <sup>36</sup>

Entretanto, não parece apropriado restringir uma ênfase educativa e esclarecedora por parte de minorias intelectualizadas ao ideário positivista. Atribuir um papel politicamente pedagógico a minorias – sábios, *philosofes*, cientistas, intelectuais, políticos etc. – não corresponde a uma variável filosófica circunscrita ao positivismo. Ao contrário, ao longo da história do pensamento político e filosófico esta ideia constituiu-se em um tema bastante recorrente em diferentes escolas de pensamento. O marxismo, muito em particular, enquanto corrente de pensamento contemporâneo, teve em Lênin e em Gramsci dois modelares casos em que se manifestou a ideia a que faço alusão.<sup>37</sup>

Por outro lado, estritamente no tocante ao enviesamento autoritário do pensamento pasqualinista, assinalado pela abordagem de Vasconcellos, considero que a autora mapeia um

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Acerca do assunto, consultar NALIN, Jaime Antonio. *Op. cit.*. PAIM, Antonio (org.). *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: UnB, 1981.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.*, p. 94.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 131.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> A respeito consultar GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais..., op. cit.* LÊNIN, Vladimir Ilitch. *La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo*. Pequim: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 4ª ed., 1975.

problema que tipifica, em alguma medida, a auto-imagem do intelectual e a sua relação com a sociedade. De acordo com Zygmunt Bauman, a auto-referencialidade e a assimetria de poder em relação aos não-intelectuais, aos destituídos do conhecimento formal ou complexo, foi uma característica marcante da visão de mundo dos intelectuais, na "modernidade". 38 Esta assimetria, portanto, não deixa de guardar certos laivos autoritários. Todavia, levando em conta o sentido que norteia o propósito de "esclarecimento" do público, asseverado por Pasqualini, é forçoso também identificar uma expressiva nuança democrática em sua perspectiva. A respeito, considero esclarecedoras as palavras de Norberto Bobbio: "Penso que uma das tarefas do intelectual – que até agora foi um privilegiado – é a de dar sua própria contribuição ao advento de uma sociedade na qual a distinção entre intelectuais e não-intelectuais não tenha mais razão de ser". <sup>39</sup> É precisamente nestes termos que a passagem anteriormente reproduzida revela o seu sentido na abordagem pasqualinista. De mesmo perfil e significado, não são escassas as oportunidades em que o "teórico do trabalhismo" se expressava em textos e pronunciamentos públicos. Isto é, elevar o padrão de cultura cívica e política da classe trabalhadora, de sorte a proporcionar condições subjetivas favoráveis ao enraizamento dos hábitos e ao desenvolvimento das instituições democráticas, propiciando aos "não-intelectuais" recursos para agirem politicamente de maneira mais autônoma.

Posto isto, entendo que a perspectiva de Nalin acerta em assinalar o diferencial do pensamento pasqualinista em face da cultura política positivista, autoritária, do Rio Grande do Sul, sublinhando um viés democrático. No entanto, a saída encontrada pelo autor não oferece, para os fins deste capítulo, um potencial explicativo muito convincente. Os textos e os discursos de Pasqualini não faziam menção aos autores positivistas de outras regiões do país. Revelam congruências, no que tange à nuança mencionada, mas não parecem ter servido de fonte inspiradora. Por conseguinte, assim como os trabalhos de Bodea e de Vasconcellos, também

2

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Op. cit.*, p. 33-38 e p. 156. O autor assinala a existência de dois períodos históricos diferenciados, quais sejam: a modernidade e a pós-modernidade. Importa apenas considerar, para os nossos fins, que, para Bauman, na "modernidade" os intelectuais desempenhavam maior autoridade sobre o mundo cultural, valorativo e simbólico, sendo progressivamente deslocados do poder de avaliação e de seleção sobre as coisas e os critérios de bom e mal, justo e injusto etc., pelos parâmetros estabelecidos pelo mercado, com a emergência da sociedade pós-moderna (ou consumista).

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> BOBBIO, Norberto. Os intelectuais..., op. cit., p. 108.

Nalin não faz referência a uma importante fonte inspiradora do pensamento pasqualinista: a tradição, também enraizada nas hostes políticas gaúchas, do *liberalismo político*.

## O liberalismo político: crítica ao autoritarismo e defesa das liberdades

Vagamente mencionado, quando não posto mesmo de lado pela escassa literatura que se debruçou a empreender uma reflexão acerca das ideias de Pasqualini, o liberalismo político configurou uma matriz doutrinária apropriada pelo personagem, ainda na juventude, e revela um pouco mais da força de incidência do entorno cultural estadual na elaboração do seu pensamento. Tal apropriação pode configurar, adicionalmente, uma expressiva ambiguidade no pensamento pasqualinista: a combinação de componentes doutrinários pertencentes a tradições políticas rivais. Como sublinhado no primeiro capítulo, caracterizava o positivismo republicano um viés politicamente autoritário, associado a uma perspectiva econômica que visava contemplar os interesses de diferentes estratos e classes sociais. Quanto ao liberalismo político gaúcho, era este caracterizado por uma ótica política mais arejada e progressista, enquanto sua orientação econômica tendia a dar relevo maior aos interesses dos pecuaristas. Em todo caso, parece-me legítimo afirmar que a combinação destes paradigmas políticos regionais tendeu a proporcionar condições favoráveis à preocupação do personagem em lidar com o binômio direitos individuais/direitos sociais, articulando estas distintas dimensões dos direitos humanos em seu pensamento político. Uma ambiguidade que, todavia, denota o engenho criativo do sujeito, já que Pasqualini operou com ferramentas intelectuais distintas visando a avaliar e a responder às questões do seu tempo.

É na matriz doutrinária do liberalismo político que se pode perceber salientes influxos democráticos nos discursos e nos textos de Alberto Pasqualini, já em seus primeiros passos na cena pública. Cumpre ainda observar que o uso do adjetivo "político" junto ao substantivo "liberalismo" corresponde a uma operação dissociativa do pensamento liberal, isto é, ao acento dado à apropriação de um certo conjunto delimitado de ideias. O liberalismo econômico, ou *liberismo* (na acepção empregada por Norberto Bobbio), como visto nos capítulos anteriores, sempre foi acidamente submetido a críticas por Pasqualini.

Foi sublinhada no primeiro capítulo a atuação política do "teórico do trabalhismo", em boa parte do decênio de 1930, nas fileiras liberais do Partido Libertador. Em particular, foram colocadas em evidência as suas contundentes críticas ao autoritarismo, e a sua defesa das instituições representativas e dos procedimentos formais da democracia. Seguramente, questões candentes na época, que permitiram uma aproximação e uma aderência do pensamento pasqualinista junto ao liberalismo político. Vejamos, assim, um pouco das correspondências doutrinárias pasqualinistas com a tradição liberal sul-rio-grandense.

A bandeira liberal foi erguida em longa data, remontando ao período monárquico. Ela ganhou significativa ressonância no período de instauração da República e nas controvérsias geradas em torno da Constituição estadual do Rio Grande do Sul, de 1891. Praticamente redigida apenas por Julio de Castilhos, a Constituição destoava do marco constitucional federal, sobretudo na elevada concentração de poderes que atribuiu ao Poder Executivo. Também introduziu o instituto da reeleição para a Presidência do governo estadual, 40 sem limites para a recondução do chefe de governo ao cargo, a não ser pela exigência da obtenção de 3/4 (três quartos) dos votos nos períodos eleitorais. *Grosso modo*, as elites políticas divergentes não tinham possibilidades asseguradas legalmente de alcançar e de participar do exercício do poder estadual, denotando um contexto regional ditatorial, na avaliação dos opositores do PRR. Dissidente de primeira hora deste partido, Assis Brasil tecia argumentos em torno da falta de legitimidade da Constituição estadual e do grupo estabelecido no poder: "No Estado do Rio Grande do Sul, em que o Poder Executivo – o Presidente do Estado – também exerce as funções do Legislativo e domina o Judiciário, não há regime constitucional". 41

Por conseguinte, encarniçadas divergências foram travadas entre os positivistas republicanos e os seus opositores, durante o curso da Primeira República, em que se destacaram as lutas fratricidas da Revolução Federalista (1893-1895) e a que polarizou *chimangos* (adeptos do republicanismo castilhista, que acompanhavam a Borges de Medeiros) e *maragatos* (seguidores liberais de Assis Brasil), em 1923. Nesse sentido, alguns princípios difusos do liberalismo político também foram disseminados publicamente durantes décadas, sobressaindo a

<sup>40</sup> Na Primeira República, designava-se presidente o chefe do governo estadual, atualmente chamado de governador.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Dictadura, parlamentarismo, democracia*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1927, p. 102.

crítica a práticas autoritárias do Estado e a defesa do exercício dos direitos individuais e políticos. Temas mobilizados, entre outros, pelo expressivo líder liberal Assis Brasil, durante o curso da Primeira República, e que folgadamente grassavam na retórica e nos textos pasqualinistas, em outros contextos históricos.

A Aliança Libertadora, liderada por Assis Brasil, consistiu no germe da criação do Partido Libertador, agremiação política fundada em 1928 e em que Pasqualini atuou em sua tenra experiência política. A Aliança Libertadora foi composta por quadros oriundos de diferentes grupos políticos e afinados com ideias distintas, mas apoiava-se em um pressuposto central, segundo Carmen Aita:

"Híbrida por excelência, pois permitia em seus quadros a convivência entre presidencialistas e parlamentaristas, esta formação almejava obter uma reforma na mentalidade política do Estado brasileiro, baseando toda a sua doutrina no princípio representativo". 42

Nesta concepção de governo representativo algumas ideias sobressaíam no discurso assisista, como a importância da liberdade de opinião e da atuação das oposições políticas enquanto freios ao exercício do poder. As oposições seriam também interpretadas como parâmetros para o aperfeiçoamento das ações governamentais. De acordo com Assis Brasil:

"Os mesmos que forem nossos adversários (...) terão de reconhecer a grande conveniência de uma oposição ordeira, esclarecida e honesta, que há de levá-los a maior cuidado e reflexão em todos os seus atos, a fazerem-se, enfim, melhores, encontrando o ponto de resistência de que todas as alavancas precisam para operar utilmente". 43

O Poder Legislativo era reconhecido como relevante esfera do Estado capaz de oferecer a representação das diferentes opiniões encontradas na sociedade e de gestar, portanto, um governo que fosse cioso com as liberdades e os interesses individuais. A remota temática do "governo das leis", quer dizer, governo submetido e que age de acordo com as leis, <sup>44</sup> representava um importante ponto no discurso liberal de Assis Brasil: "A liberdade e as suas garantias devem estar na lei. Só os povos atrasados ou decadentes se prestam a depender da boa

\_

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> AITA, Carmen. "Perfil biográfico de Joaquim Francisco de Assis Brasil". In: \_\_\_\_ (org.), *Perfis parlamentares gaúchos: Joaquim Francisco de Assis Brasil – perfil biográfico e discursos (1857-1938)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006, p.135-136.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. *O futuro..., op. cit.*, p. 165-185.

ou má vontade de individuos". <sup>45</sup> Em atividade política no Partido Libertador, na década de 1930, em que as questões do autoritarismo e das restrições ao exercício dos direitos individuais e políticos, derivadas do regime de exceção da Revolução de 1930, incidiam tanto na política nacional quanto na estadual, Pasqualini reverberava a sua veia oposicionista e também liberal. Tendo a sua corrente política se deparado com práticas persecutórias e politicamente restritivas, empreendidas pelo governo estadual, o personagem assim se exprimia:

"Somos homens que nasceram livres e que livres se conservam tendo, portanto, o direito de debater as questões políticas e morais de sua terra e de exprimir o pensamento com a altivez, o desassombro dos cidadãos independentes. Como rio-grandenses, temos ainda a convição de que não nos foi cassado o direito de falar em nome das tradições de honra e de dignidade do povo gaúcho". 46

Por extensão, em contexto histórico diferente ao da disseminação cultural da perspectiva liberal, mas ainda marcado por questões e problemas políticos reincidentes, Pasqualini expressava, em termos compatíveis com a tradição liberal sul-rio-grandense, as suas críticas ao autoritarismo governamental. Mais uma vez, demandando o pleno gozo das liberdades individuais e políticas, em discurso na cidade de Pelotas/RS, nos idos de 1934, Pasqualini asseverava que:

"O povo (...) foi deportado e exilado da lei, da liberdade e da justiça. Agora ele aqui está de regresso à pátria, que não é somente o território, mas a organização jurídica, a Constituição, a liberdade de pensamento e a prática da democracia à praça pública, onde o povo não como vassalo, mas como soberano, lavra os seus protestos contra os abusos e desmandos do poder".<sup>47</sup>

Anos depois, transcendido o tempo em que as questões do exercício das liberdades de expressão e de oposição política tiveram maior relevo em seu horizonte de preocupações, Pasqualini assinalava que "a liberdade política, a liberdade de opinião, de sufrágio etc., são postulados da Democracia". <sup>48</sup> Já em atividade política no PTB, o personagem acentuava certos aspectos procedimentais da democracia, sem deixar de mobilizar ideias consoantes à sua antiga pregação liberal-democrática.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Op.cit.*, p. 114.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso durante a campanha eleitoral da Frente Única para a Câmara Federal", Correio do Povo, Porto Alegre, 30/08/1934, p. 8, 12. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 109.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação ao povo de Pelotas", Diário de Notícias, Porto Alegre, 28/08/1934, p. 5. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 108. <sup>48</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op.cit.*, p. 242.

"Devemos encarar as competições políticas como debates de ideias e não como questões pessoais. A existência de tendências e de correntes diversas de opinião é da índole do regime democrático. Nós, trabalhistas, acatamos e respeitamos todas as crenças e convicções políticas e, portanto, tributamos o maior respeito às agremiações particulares que as professam". 49

Destacado por boa parte da literatura como um pensador e um líder político de fortes tendências democráticas, <sup>50</sup> se vê que certas disposições doutrinárias convergentes com o regime democrático já se manifestavam, no pensamento de Pasqualini, desde o início da sua inserção política. Em 1945, no período caracterizado pelo processo de redemocratização do país, e em que se iniciava a criação de novas legendas partidárias, Pasqualini teceu esclarecedoras considerações sobre o antigo Partido Libertador. Elas nos oferecem indícios do significado atribuído pelo personagem a sua experiência libertadora. Uma escola política, se assim posso me expressar, em que obteve aprendizado e que aderiu por força de convergências políticas e éticas.

"O Partido Libertador, como entidade orgânica, não existe. O que há é uma tradição, um passado comum de lutas que criou e cimentou afinidades entre milhares de riograndenses. Os motivos específicos que determinaram a formação e a arregimentação dessa força, admirável e combativa, há muito desapareceram". <sup>51</sup>

De outro lado, indiretamente, as suas considerações revelavam também uma atenção para com desafios que, em sua interpretação, deveriam nortear as iniciativas e os olhares da classe política a partir da vigência das franquias democráticas, em meados do decênio de 1940. O antigo partido político cumpriu o seu papel histórico, as suas bandeiras liberais foram incorporadas ao marco constitucional de 1946, eram as avaliações do "teórico do trabalhismo". A temática social, então, ganhou vigorosa ressonância em seu discurso. Em linguagem que guarda certa similaridade com a gramática marxista, Pasqualini afirmava o seguinte:

"A liberdade política sendo, sem dúvida, um dos maiores bens é, no entanto, apenas o pressuposto para conseguir a libertação da necessidade. É mister, por intermédio dos

\_

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso na convenção nacional do PTB – lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República", Porto Alegre, Correio do Povo, 18/06/1950. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, IHGRS, Alergs, 2005, p. 189.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Consultar: SIMON, Pedro. *Atualidade...*, *op.cit.* RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op.cit.* WEDY, Gabriel. *op.cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> PASQUALINI, Alberto. "Nossa única filosofia". Porto Alegre: Correio do Povo, 03/04/1945, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 358.

processos da liberdade e da democracia, resolver o problema da necessidade e realizar a justica social".52

Segundo Hanna Arendt, a "necessidade" configurou a "principal categoria do pensamento político e revolucionário", após a Revolução Francesa. 53 Não deixou de reverberar no Brasil, ainda no século XIX, por exemplo, com Joaquim Nabuco, um defensor da abolição dos escravos e de uma concomitante reforma agrária, patenteando uma preocupação em conciliar a satisfação dos anseios da liberdade com os da necessidade material.<sup>54</sup> Alberto Pasqualini, a quem se pode atribuir a característica de um reformador social, após tantas pelejas contra o autoritarismo, não deixava também de assumir, sobretudo na década de 1940, a dimensão da necessidade como eixo orientador das suas novas investidas políticas e intelectuais. Logo, com a temática pasqualinista da justiça social, deparamo-nos com uma terceira filiação teórica do pensamento do personagem: o socialismo.

### O socialismo: direitos sociais e combate às desigualdades

O socialismo foi uma corrente teórica que tendeu a aparecer nos textos e nos discursos do personagem no alvorecer da década de 1940, ganhando maior densidade e espaço de reflexão no curso da sua atividade pública no PTB. Entendo que o mote para a apropriação das ideias de corte socialista derivou, fundamentalmente, da sensibilidade do personagem para com os sofrimentos da classe trabalhadora, para com as injustiças e as desigualdades sociais: sensibilidade esta que se manifestou em alguns textos e pronunciamentos políticos de Pasqualini, desde a sua formatura no ensino superior, em 1929. Portanto, inicialmente, é plausível argumentar que surgiu como uma questão de natureza ética, um reclamo moral contra as disparidades sociais. Como visto no primeiro capítulo, a sua atuação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, entre 1935 e 1937, foi norteada, em boa medida, pela defesa dos interesses dos trabalhadores. Mas, na abordagem das questões relativas aos trabalhadores, não

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> PASQUALINI, Alberto. "Nas vésperas da constituição". Porto Alegre: Correio do Povo, 10/09/1946, p. 4. In: \_ . O pensamento político de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, IHGRS, Alergs, 2005, p. 91. <sup>53</sup> ARENDT, Hanna. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 85.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> NABUCO, Joaquim. "Discurso em São José", 05/11/1884. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.), Joaquim Nabuco – essencial. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 113-120.

havia um posicionamento doutrinário explicitamente reverberado. Parcialmente acompanhando as reflexões desenvolvidas por Bodea e por Vasconcellos, talvez seja razoável argumentar que, nos anos de 1930, a crítica pasqualinista às injustiças sociais poderia decorrer de uma inspiração republicana positivista, no tocante à ideia de "incorporação dos trabalhadores à sociedade". <sup>55</sup> Em todo caso, é a progressiva atenção do personagem ao que se convencionou à época chamar de "questão social" que parece tê-lo estimulado a buscar na perspectiva socialista um instrumental teórico e filosófico. Consistiu em uma ferramenta intelectual selecionada para desenvolver avaliações e propostas atinentes à realidade social e econômica brasileira. Contribuiu para o delineamento da sua perspectiva democrática, que concebia a necessidade de transcender os limites do Estado liberal (mas sem desprezo às suas prerrogativas políticas). Uma democracia social, assentada no postulado que se segue: "O que agora o homem procura é, senão a igualdade, pelo menos a justiça social e a organização da economia tendo em vista esse objetivo". <sup>56</sup>

O desenvolvimento de reflexões inspiradas nas críticas sociais, nas ideias e nas propostas formuladas pelo campo teórico e político socialista começa a aparecer na retórica pasqualinista a partir do início dos anos de 1940. Em discurso pronunciado em novembro de 1940, ainda em atividade na burocracia do Estado Novo, o personagem assinalava a tendência da época como "essencialmente socialista". <sup>57</sup> Um período de guerra, marcado pelo incremento do intervencionismo estatal nas economias das nações que compunham o centro do capitalismo – as chamadas economias de guerra – e por uma crescente pujança industrial e bélica da União Soviética, fazia com que, para muitos, socialistas ou não, estes anos fossem interpretados como favoráveis ao proselitismo e aos movimentos de caráter socialista. Contemporâneo de Pasqualini e expressiva liderança do Partido Socialista Brasileiro – PSB, João Mangabeira, apregoava, à época, que o mundo estava aberto ao "reinado da democracia socialista". <sup>58</sup> Em outras praias, o

-

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Afirmo acompanhar parcialmente esta tese porque os autores privilegiam, enquanto recorte de estudo, as ideias e a trajetória política de Pasqualini em especial a partir de 1945. A respeito, consultar BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul, op. cit.* VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>56</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 242.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> PASQUALINI, Alberto. "Saudação ao Presidente Getúlio Vargas, em nome do Departamento Administrativo". Porto Alegre: Correio do Povo, 17/11/1940. In: \_\_\_\_\_, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos: IHGRS: ALRGS, 2005, p. 39.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> MANGABEIRA, João. "Democracia socialista", 1945. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.), *O socialismo brasileiro*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998, p. 368.

economista Joseph Schumpeter (que nada tinha de socialista), identificava importantes mudanças culturais e econômicas em curso nas principais nações capitalistas e sublinhava a existência de uma "marcha para o socialismo". <sup>59</sup> Com efeito, não eram poucos os analistas e os intelectuais que concebiam a possibilidade de uma ascensão do socialismo enquanto forma de ordenamento das sociedades. No mesmo período, Harold Laski, por seu turno, destacava uma oportunidade oferecida pela comunhão social engendrada pela 2ª Guerra Mundial: para o ideólogo trabalhista inglês, aquela comunhão social era interpretada como um fértil solo para o aprofundamento da democracia, sobretudo na Europa, tendo em vista a adoção do regime do planejamento estatal apoiado em bases democráticas e socialistas. <sup>60</sup> Por conseguinte, não gratuitamente, o *Labour Party* ascendeu ao governo britânico, com Clement Attlee, em 1945, empreendendo uma plataforma política em que sobressaíam medidas intervencionistas e estatizantes sobre a economia.

No curso dos anos de 1940 e de 1950, Alberto Pasqualini gradativamente revelou expressivas convergências com as aspirações igualitárias, chegando a considerar o socialismo "a salvação dos povos e do gênero humano". <sup>61</sup> Denotava, em múltiplos discursos e textos, uma nítida orientação socialista, uma afinidade com as causas da justiça social esposadas pelo paradigma socialista. Todavia, foram também anos em que buscou delinear os contornos do socialismo ao qual manifestou o seu apoio e reverberou nas hostes trabalhistas. Observando a vigência de múltiplos modelos, experiências e ambiguidades que enredavam a definição de socialismo, em artigo jornalístico o personagem afirmava que:

"Pouco importa a amplitude ou a qualificação que se queira dar ao socialismo. O essencial é que a ideia exprima uma forma de organização social cada vez mais humana e menos egoísta, tendente a não permitir as privações e os sofrimentos de muitos em holocausto às demasias de poucos". 62

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Originalmente publicado em 1942.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> LASKI, Harold J. *Reflexões sobre a revolução de nossa época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 363-433.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> A respeito, consultar: PASQUALINI, Alberto. "As leis e as mulheres". Porto Alegre: Correio do Povo, 04/07/1943, p. 4. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v.I. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 268.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> Idem, p. 268.

Assentada em uma significativa dimensão moral, a concepção de socialismo do "teórico do trabalhismo", no referido artigo (1943), foi esboçada nos seguintes termos: "Nosso socialismo deverá ser evolucionista e progressivo, ter uma base educacional e um sentido cristão". Ainda no que concerne à dimensão subjetiva da perspectiva de socialismo advogada por Pasqualini, este considerava que "o processo social define-se por duas tendências: a individualista e a socialista; a primeira tendo como epicentro os instintos egoístas e a segunda os sentimentos de simpatia e de solidariedade". A opção escolhida por Pasqualini para constituir-se em esteio dos comportamentos e dos valores prezados pelas sociedades não nos deixa dúvida:

"Deve-se substituir a concepção individualista, irracional e animal de luta pela vida, pela ideia moral de cooperação para a vida. Cooperação dos indivíduos, cooperação dos povos, cooperação dos continentes (...). O homem deve lutar, mas lutar unicamente para libertar-se da miséria, do medo, do ódio, da opressão e nunca para escravizar os seus semelhantes". 65

No curso dos anos, refinando e alinhavando contornos mais nítidos em seu pensamento, Pasqualini desempenhou relevante atividade doutrinária e intelectual na corrente política trabalhista. A perspectiva trabalhista preconizada pelo personagem pagava tributos relevantes ao paradigma socialista. Notadamente após o fim da 2ª Guerra Mundial, no contexto de uma geopolítica internacional polarizada em dois blocos – o capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, e o comunista, liderado pela União Soviética –, Pasqualini buscou oferecer um posicionamento para o trabalhismo em relação ao que considerava os dois extremos da ordem política: o "capitalismo individualista e parasitário" e o "comunismo soviético". Em boa medida, o seu trabalhismo apresentava uma propensão finalística para o socialismo, isto é, uma meta, um ideal a ser perseguido. Mobilizando a dialética hegelo-marxiana, o personagem considerava que o potencial fruto do confronto entre os blocos geopolíticos e ideológicos erguidos nos estertores da 2ª Guerra se daria do seguinte modo: "Para empregarmos a própria linguagem hegeliana ou marxista, poderíamos dizer que o capitalismo é, no ocidente, a *tese*; o comunismo, a *antítese*. Possivelmente, o socialismo será a síntese". <sup>66</sup> Não obstante, lançando mão de argumentos relativamente sintonizados com a matriz teórica marxista, Pasqualini

\_

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Idem, p. 269.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 67.

<sup>&</sup>lt;sup>65</sup> Idem, p. 68.

<sup>&</sup>lt;sup>66</sup> Idem, p. 289.

entendia que a sociedade brasileira não preenchia, há época, certos requisitos capazes de levar a cabo a construção de uma sociedade socialista. Baseando-se em um tipo de interpretação que denotava um sabor materialista de avaliação da realidade social e econômica do país, o personagem argumentava o seguinte:

"Deveremos observar que, no Brasil, não existiriam condições materiais, objetivas, nem condições psicológicas e políticas para a instituição do socialismo, isto é, não lograria aqui alcançar os objetivos visados (...). Nem existem meios técnicos, nem meios financeiros, nem educação para tal empresa". 67

Assim, pode-se afirmar que sobressaíam na obra mais importante de Pasqualini – *Bases e sugestões para uma política social* – fundamentalmente quatro pressupostos relativos ao socialismo: em primeiro lugar, ele era moralmente legítimo e desejável, no sentido em que visava apoiar a vida coletiva no preceito cooperativo e solidário. Em segundo lugar, o socialismo correspondia a um fruto das vicissitudes da época, sendo suas ideias não uma criação "de Marx, nem de Lênin, nem de Stálin (...), mas de condições objetivas do mundo". <sup>68</sup> Seria, por conseguinte, uma expressão política derivada de uma realidade social profundamente desigual, e não de uma mera especulação filosófica. Em terceiro, a consolidação de uma sociedade socialista implicaria na existência de favoráveis condições materiais (entenda-se, elevado padrão de desenvolvimento econômico e industrial) e subjetivas (ou seja, uma cultura cívica, política e associativa enraizada em amplos segmentos da sociedade). Por fim, ele deveria ser socialmente construído e alçado ao poder do Estado por meio das instituições democrático-representativas estabelecidas, isto é, por intermédio do mecanismo eleitoral, da difusão do debate e do esclarecimento na opinião pública.

Com efeito, a perspectiva pasqualinista encontrava-se, em larga medida, sintonizada com as experiências e as ideias afins ao socialismo reformista. Possuía uma base ética, mas não desconsiderava o instrumental marxista. Este era tomado como referencial, especialmente, para empreender um diagnóstico dos dilemas e desafios da sociedade brasileira. Adicionalmente, serviu como ferramenta intelectual operacionalizável para o questionamento da legitimidade da ordem econômica mundial (apoiada no liberalismo e no imperialismo), classificada pelo

-

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> Idem, p. 86-87.

<sup>68</sup> Idem, p. 288.

personagem como expressão de um "capitalismo individualista e parasitário". Mas, o "remédio" para o encaminhamento da resolução dos problemas sociais e econômicos brasileiros não convergia com as propostas em voga, à época, entre os partidários da solução revolucionária, nos moldes comunistas inspirados na experiência soviética. Segundo Pasqualini, "o comunismo e o socialismo têm de comum a propriedade coletiva dos meios de produção". <sup>69</sup> Em que se diferenciariam? Sobretudo em um ponto: a via e os métodos escolhidos para atingir o poder do Estado. Denotando uma interpretação reformista e gradualista sobre a luta política e a socialização da produção, relativamente consoante às ideias também esposadas, no período, pelo PSB e pela social-democracia europeia, <sup>70</sup> Pasqualini entendia que "a melhor forma de realizar a justiça social será ainda empregando os métodos da liberdade e não os processos da violência e da coação". <sup>71</sup> Desse modo, "nenhuma transformação ou organização social estável será possível, se ao mesmo tempo, não se reformar o caráter e não se aperfeiçoarem os sentimentos dos homens". <sup>72</sup>

Por extensão, o personagem se orientava para a defesa de mudanças graduais, assentadas no debate público e no enraizamento social de organizações e de valores guiados pelos princípios da solidariedade e da cooperação, particularmente no seio dos estratos populares. Considerava a solidariedade de fundo associativo uma importante dimensão moral e educativa, que se constituiria em um requisito imprescindível para uma eventual e favorável abertura dos caminhos ao socialismo. Sua perspectiva possui, pois, um caráter educativo, próxima do socialismo apregoado por Clement Attlee e por Harold Laski. Ambos consistiram em altas expressões do trabalhismo britânico, à época, às quais as entrevistas, os textos e os discursos de Pasqualini faziam habitual referência, nos idos dos decênios de 1940 e de 1950, sobremodo após o seu ingresso no PTB. Nesse sentido, uma ponderação marginal e não conclusiva, mas instigante, especificamente acerca de Laski, faz-se necessária: duas obras que se propõem a reconstituir a história do *Labour Party* – uma privilegiando o período de 1880 a 1945, e outra,

-

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 282.

<sup>&</sup>lt;sup>70</sup> Sobre o PSB, consultar HECKER, Alexandre. *Op. cit.* A respeito da social-democracia europeia, consiste em uma marcante e ilustrativa exposição de ideias livro produzido no início do século XX pelo social-democrata alemão Eduard Bernstein. A respeito, consultar BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> ATTLEE, Clement. Bases e fundamentos do trabalhismo. Rio de Janeiro: A Noite, s/d. LASKI, Harold. Op. cit.

de 1945 aos anos de 1990 –, dão muito escassa importância política a Harold Laski, professor universitário e publicista do trabalhismo britânico. A obra que abrange o primeiro período do partido indica uma influência exercida na década de 1930, mormente sobre a ala esquerda do Labour Party. 74 A segunda sequer o menciona. 75 Em um livro publicado originalmente em 1956, considerado um clássico do revisionismo social-democrata britânico e europeu, o autor, Anthony Crosland, então membro do Labour Party, faz rápidas menções a Laski, apenas para situá-lo como expressão de um pensamento socialista "anacrônico", por sua terminologia "revoltosa" e por advogar a tese da socialização dos meios de produção. <sup>76</sup> Contudo, o marxista Ralph Miliband, em ensaio relativo ao pensamento de Laski, assinala uma alta incidência da sua perspectiva socialista sobre os círculos intelectuais da esquerda inglesa, por mais de duas décadas. 77 O mesmo prestígio é identificado pelo trabalho de Isaac Kramnick e Barry Sheerman. 78 Em que pese a controvérsia sobre a influência e a importância do intelectual britânico para o Labour, um aspecto da questão parece irrefutável: tratava-se de uma expressão de pensamento mais à esquerda do partido, que visou, de certo modo, combinar os ensinamentos fabianos e marxistas, com a díade democracia política e controle público e estatal sobre a economia. Em meados dos decênios de 1940 e de 1950, o nome de Laski era bastante conhecido nos meios políticos e jornalísticos brasileiros, tendo suas ideias incorporadas e mobilizadas por Pasqualini e, entre outros, pelo então jovem trabalhista fluminense, Roberto Silveira. 79 Tratavase, com efeito, de uma das referências políticas e intelectuais mais radicais do Labour Party.

Posto isto, em algum grau guardando inspiração remota na sociedade fabiana da virada do século, o trabalhismo britânico – em boa medida, uma importante fonte de inspiração para a veia socialista de Pasqualini –, não deixava de acentuar o seu reformismo de índole educativa, nos moldes delineados por Sidney Webb. Segundo esta antiga liderança do fabianismo: "Os

<sup>74</sup> Consultar ADELMAN, Paul. *The rise of the Labour Party (1880-1945)*. Londres: Longman, 1972, p. 73-82.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> Contemporâneo de Pasqualini, nascido cerca de dez anos antes do trabalhista brasileiro, Harold Laski faleceu em 1950. Sobre a segunda obra, ver SHAW, Eric. *The Labour Party since 1945*. Massachussetts: Blackwell Publishers, 1999.

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> CROSLAND, Anthony. *The future of socialism*. Londres: Constable & Robinson, 2006, p. 36-37. Vale observar que Crosland esposava a adoção do keynesianismo como programa econômico para o partido, em substituição praticamente integral às nacionalizações.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> MILIBAND, Ralph. "Harold Laski's socialism". *Socialist Register: Why not capitalism?*, vol. 31, mar. 1995, p. 240.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> KRAMNICK, Isaac; SHEERMAN, Barry. *Harold Laski – a life on the left.* Nova Iorque: Alan Lane The Penguin Press, 1993.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> ROCHA, José Sergio. *Op. cit.*, p. 154.

defensores da reconstrução social aprenderam a lição da democracia e sabem que é através do gradual avanço da consciência popular em direção aos novos princípios que a reorganização social virá, passo a passo". 80 Um esclarecimento circunstancial: por reformismo entenda-se a busca e a realização de reformas sociais e econômicas no interior da sociedade capitalista, sem renúncia ao ideal de construção do socialismo, conforme assinala Adam Przeworski. 81 Não se confundiria, pois, com uma estratégia política que visaria exclusivamente à administração do capitalismo. Os contornos dados por Pasqualini à sua doutrina trabalhista parecem-me esclarecedores a esse respeito. O horizonte socialista também se encontrava indicado em sua perspectiva, conforme se vê abaixo:

"Os objetivos finais do trabalhismo são os mesmos em todo o mundo. As soluções concretas é que podem variar de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar. Na realidade, o trabalhismo somente poderá encontrar a sua integral realização no dia em que os seus princípios dominarem em todas as grandes nações que controlam a vida internacional (...). Os princípios são os mesmos, o que significa que o trabalhismo abrange também a ordem internacional".82

Contudo, para o "teórico do trabalhismo", entre os anos de 1940 e de 1950, um dos pilares da teoria socialista – isto é, a socialização da produção –, representaria uma aspiração inexequível no Brasil, se considerada sob uma ampla escala estatizante.

"Podemos admitir que, idealmente, o socialismo seja o sistema preferível. Dessa preferência *in abstracto* não se seguiria a conclusão de que deveríamos elegê-lo na prática. Cada sistema corresponde a determinadas *contingências históricas* e é função de condições materiais ou objetivas e de condições psicológicas ou subjetivas. A questão não pode, pois, *in concreto*, ser decidida pelas excelências teóricas do sistema, mas pela sua exequibilidade e pelos seus prováveis resultados práticos". 83

Nesse sentido, na interpretação pasqualinista, o capitalismo ainda gozaria de vida longa na sociedade brasileira, já que, se encontrando o país "em fase de pré-capitalização e de pré-industrialização, precisamos de iniciativa privada, e de muita iniciativa privada". Então, o que caracterizaria o trabalhismo brasileiro? Na ótica do seu "teórico", o trabalhismo deveria, àquela

<sup>84</sup> Idem, p. 41.

-

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> WEBB, Sidney. "As bases históricas do socialismo". In: TEIXEIRA, Aloísio (org.), *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 348.

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>82</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit., p. 89-90.

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> Idem, p. 148.

quadra histórica, estabelecer-se em uma posição intermediária entre o capitalismo liberal, "individualista" – que em boa medida, tipificaria a sociedade brasileira, segundo Pasqualini – e o socialismo democrático defendido pelo *Labour Party* britânico. A respeito, talvez a reprodução parcial de uma entrevista concedida ao jornal *Diário de Notícias* seja esclarecedora: "O que o capitalismo pretende é apenas o lucro. O que o trabalhismo pretende é a utilidade social e acredita que poderá ser alcançada melhor, no estado atual de nossa evolução, sem recorrer à socialização integral dos meios de produção". <sup>85</sup> A questão do controle público e estatal da propriedade foi, em consequência, um aspecto fundamental para a sua definição de socialismo e para a orientação trabalhista pelo personagem defendida. Em linhas gerais, da mesma forma que o era para o seu contemporâneo Laski e para o *Labour*, à época, com sua cláusula IV do programa partidário, de natureza socializante, razoavelmente posta em prática no governo do primeiro ministro Clement Attlee, entre 1945 e 1951. <sup>86</sup> Estritamente no tocante a Pasqualini, abordo de maneira mais atenta a tal temática no próximo item do capítulo.

Para o personagem seria plausível para o trabalhismo brasileiro, nas condições peculiares da cultura e da economia nacional, à época, esposar uma tática de domesticação do capitalismo, nos seguintes termos:

"A essa forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes neles se assenta, damos o nome de 'capitalismo solidarista'. Ele exclui, de um lado, o capitalismo individualista e, de outro lado, a socialização dos meios de produção. Sua concepção fundamental é que o capital não deve ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas principalmente, um meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo (...). Para nós, trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes". 87

As reformas que deveriam ser introduzidas no capitalismo brasileiro teriam por propósito "corrigir os inconvenientes e os excessos do regime capitalista com a socialização parcial dos ganhos do capital". <sup>88</sup> O controle e a exploração estatal dos recursos naturais e energéticos, assim como a adoção da tributação progressiva, constavam no rol de reformas econômicas

<sup>&</sup>lt;sup>85</sup> PASQUALINI, Alberto. "Entrevista sobre trabalhismo, capitalismo e socialismo". Porto Alegre: Diário de Notícias, 10/12/1949, p. 7 e 14. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 206.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> A respeito consultar "Labour Party Constitution of 1918" e "The Labour Party electoral manifesto – 1945", respectivamente acessíveis em ADELMAN, Paul. *Op. cit.*, p. 114 e 122-124.

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 43.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> Idem, p. 252.

preconizadas. Por extensão, na avaliação de Pasqualini, o trabalhismo brasileiro deveria propugnar o que se segue:

"O Estado, na realização dos seus objetivos econômicos e sociais, (...) [deve ter] precipuamente em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras. Isso somente será possível pela elevação do padrão econômico e educacional das massas proletárias rurais e urbanas e, consequentemente, pela melhor distribuição da riqueza e da renda nacional (...). [O trabalhismo brasileiro] não poderá ainda ser o socialismo, mas a realização prática dos postulados do solidarismo social. Deverá ser um movimento de ascensão do proletariado rural e urbano, dos pequenos agricultores, das populações pobres e desamparadas, a luta por um padrão mínimo de existência material e cultural". 89

Empreendendo um esforço em estabelecer contornos doutrinários para o PTB, em dar legitimidade pública à sua inspiração paradigmática socialista, Pasqualini procurou, recorrentemente, distanciar-se do PCB e do ideário comunista. Em sua avaliação, "não pareceria razoável condenar teoricamente a forma socialista da economia, unicamente porque se diz que na Rússia", que suprimiu as liberdades individuais, "essa forma foi adotada". <sup>90</sup> Ou, por outra, de maneira taxativa, afirmava:

"Não existe nenhuma afinidade ideológica e doutrinária entre o trabalhismo e o comunismo. Nossos métodos e nossas soluções não se baseiam na luta de classe, mas na solidariedade entre as classes. O que pretendemos apenas é que essa solidariedade não seja tão somente de ficções e de palavras para embalar e iludir o povo, mas sim de efetivas realizações para resolver os problemas existentes". 91

A cassação do registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil – o antigo PCB –, em 1947, implicou em embaraços políticos para o PTB. Tendeu a transferir ao PTB o papel de agremiação política expressiva mais à esquerda do espectro partidário do regime constitucional de 1946. Por conseguinte, não raro os trabalhistas e o PTB eram também designados como comunistas, pelas forças políticas e sociais conservadoras. Logo, dissociar o trabalhismo do comunismo representou um esforço intelectual levado a cabo por Pasqualini. Acompanhando reflexão desenvolvida por Rangel, 92 entendo que a mobilização de princípios cristãos inspirados na doutrina social da Igreja Católica configurou um importante, e frustrado, recurso tático

92 RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> Idem, p. 98 e 252.

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> Idem, p. 282.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> Idem, p. 44.

explorado pela retórica pasqualinista para tentar atingir ao objetivo de diferenciação entre o trabalhismo e o comunismo, diante da opinião pública.

## O catolicismo: valores cristãos para justificar as reformas

Também mencionado pela literatura pertinente como uma destacada inspiração teóricofilosófica do pensamento pasqualinista, alguns pressupostos do catolicismo foram apropriados pelo discurso do personagem, notadamente algumas ideias provenientes da doutrina social católica expressa nas encíclicas formuladas pelos papas Leão XIII e Pio XI. 93 Estes pressupostos guardavam bastante força retórica nos textos e nos discursos de Pasqualini, especialmente a partir do seu ingresso no PTB. Nas referidas encíclicas destacam-se a crítica ao liberalismo econômico e às graves mazelas e injustiças sociais por ele engendradas, assim como a rejeição a diferentes matizes do socialismo, como potencialmente adeptos do materialismo ateu e das restrições às liberdades do indivíduo. Luiz Alberto Grijó considera a matriz católica a expressão doutrinária fundamental das ideias do personagem. O autor salienta não apenas o uso da doutrina social cristã, como também a própria formação de Pasqualini em escolas católicas, o que viria a se constituir em um roteiro, formado em tenra idade, para o seu pensamento e as suas propostas políticas. 94 Sem deixar de levar em conta a elevada importância desta matriz doutrinária e teológica para a compreensão das ideias do "teórico do trabalhismo", contudo, a nosso ver, a abordagem de Grijó tende a restringir as ideias de Pasqualini ao catolicismo. Como visto, a perspectiva política pasqualinista revela um ecletismo doutrinário e teórico muito significativo. Adicionalmente, não é ocioso frisar que o uso de preceitos e de valores oriundos do paradigma católico só ganhou reverberação, na retórica e nos textos de Pasqualini, a partir de meados dos anos de 1940, praticamente no mesmo período em que o personagem começou a fazer referências ao socialismo. No curso da década de 1930, Pasqualini não fez qualquer

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> LEÃO XIII. *Carta encíclica "Rerum novarum"*. Vaticano, 1891. Disponível em: http://www.vatican.va . Consulta realizada em 23/03/2007. PIO XI. *Carta encíclica "Quadragesimo anno"*. Vaticano, 1931. Disponível em: http://www.vatican.va . Consulta realizada em 01/04/2007.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. "Alberto Pasqualini...", *op. cit.* Também acentuando o peso da formação católica de Pasqualini, ver CORADINI, Odaci L. "As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n.32, 2003.

referência de natureza religiosa, ganhando, então, maior relevo, em textos e discursos, os postulados éticos e políticos associados ao positivismo republicano gaúcho, ao liberalismo político e às leituras humanistas de obras com as quais travou contato na faculdade de Direito.

Nesse sentido, afora a inegável familiaridade com as obras e os preceitos teológicos católicos, parece-me, todavia, que a apropriação pasqualinista da matriz católica apresentava uma natureza peculiar: visava a acomodar propostas reformistas a certos valores e opiniões assentadas culturalmente nas sociedades sul-rio-grandense e brasileira. Segundo Rangel, Pasqualini era constantemente criticado por "representantes do catolicismo", sendo acusado de comunista pela Liga Eleitoral Católica. Fademais, as contingências políticas derivadas de um abrangente anticomunismo estabelecido na sociedade brasileira, também fortalecido pelo contexto histórico da guerra fria, parecem ter impelido o nosso personagem a adotar, como instrumento político tático, um recurso persuasivo da chamada arte retórica: os "lugares comuns". Fa A respeito desta técnica retórica, afirma Skinner:

"O orador mais eficiente (...) será aquele que melhor souber selecionar e apelar para essas 'popularidades', empregando-as para defender sua causa. A aptidão necessária (...) é saber relacionar a visão pessoal com a opinião do vulgo (...), saber servir-se de pressupostos popularmente aceitos (...). O objetivo, em suma, é 'acomodar' nossos argumentos, tanto quanto possível, às opiniões e crenças aceitas". 97

O peso cultural do catolicismo, enquanto instituição e expressão religiosa passível de influir nos valores morais e na conduta política dos indivíduos, não pode ser desconsiderado, ainda mais no período a que faço alusão. Assim, a compatibilização do paradigma católico com outras filiações teóricas mobilizadas por Pasqualini, particularmente o socialismo, parecia corresponder, em boa medida, a um dispositivo retórico que pretendia persuadir e sensibilizar o público às propostas de caráter socializante e intervencionista do trabalhismo. À época, como em grande parte ainda em nossos dias, iniciativas e ideias políticas que preconiza(va)m a intervenção e o planejamento estatal na economia eram, como o são, submetidas a ácidas críticas por estratos sociais conservadores e também por aqueles que bebiam e bebem na fonte do liberalismo econômico. Em meados dos anos de 1940, duas grandes expressões do

-

<sup>95</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Op. cit., p. 51.

<sup>96</sup> SKINNER, Quentin. Razão..., op. cit., p. 165.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> Idem.

pensamento econômico liberal, aqui e alhures, teciam considerações depreciativas àquelas ideias: na Inglaterra, o "papa do neoliberalismo", Friedrich Hayek, com os olhos voltados à crescente força do Labour Party, associava o princípio do planejamento estatal ao totalitarismo e ao comunismo e, portanto, nesta linha de entendimento, à alienação da liberdade individual. 98 Em nossas praias, Eugênio Gudin apregoava a redução do papel do Estado na economia brasileira, criticando os princípios do planejamento e da intervenção estatal, concebendo-os como expressões políticas antidemocráticas e consoantes à experiência soviética. 99 Logo, o espantalho do comunismo fez com que Alberto Pasqualini, de acordo com a perspectiva de Miriam Diehl Ruas, citasse "frequentemente a Doutrina Cristã para mostrar ao leitor que o Programa Trabalhista não possui relações com o Comunismo, mas sim com as doutrinas da Igreja". 100 Evidentemente, sem pôr em dúvida as suas crenças religiosas, e alheio a qualquer julgamento sobre a referida tática, importa assinalar que outros trabalhistas de proa também se utilizaram deste recurso retórico, tendo em vista proporcionar legitimidade às suas causas reformistas, no curso do regime democrático aberto em 1945. Leonel Brizola (PTB/RS), por exemplo, não raro lançava mão de argumentos de corte cristão tanto para se esquivar das críticas opositoras, quanto para questionar a legitimidade da ordem social e econômica estabelecida. Nas palavras do então governador do Rio Grande do Sul:

"Ao nos chamarem de comunistas ou de agitadores na intenção de nos imobilizar, terão que apontar ao próprio Papa S.S. João XXIII de comunista também. Pois não é outra a nossa bandeira, senão aquela mesma que a Igreja acaba de colocar nas mãos dos povos oprimidos e espoliados de todo o mundo, a encíclica 'Mater et Magistra'. Nesta Carta Ideológica da Cristandade estão escritos os postulados básicos de nossa ação (...). A grande Encíclica não foi ditada para proteção das classes dominantes; antes, é um libelo contra o egoísmo dos poderosos e dominadores". 101

\_

<sup>98</sup> HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*, 1944. Disponível em: http://institutoliberal.locaweb.com.br/classicos.asp . Consulta realizada em 29/03/2008.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> GUDIN, Eugênio. "Rumos de política econômica", 1945. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p. 51-126.

<sup>&</sup>lt;sup>100</sup> RUAS, Miriam Diehl. Op. cit., p. 30.

<sup>&</sup>lt;sup>101</sup> BRIZOLA, Leonel. "Palavras à mocidade do meu país", conferência em São Paulo, 25/11/1961. In: BRAGA, Kenny, *et al.* (coords.), *Perfis parlamentares: Leonel Brizola – perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p. 542.

O deputado federal Ruy Ramos (PTB/RS), por seu turno, apresentando perfil similar de argumentação, tecia críticas às desigualdades que imperavam na sociedade brasileira, nos seguintes termos:

"Este desequilíbrio social do meu País tem sido uma das mais fortes seduções da minha vida pública. Por ele fui atraído à luta de ideias desde a minha juventude. (...) Como cristão humilde que sou, prego o plano cristão da vida. (...) Os baixos padrões da vida humana, o pauperismo e a ignorância, sobre serem condições antisociais, são anticristãs". 102

Domingos Velasco, senador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB/GO), por sua vez, mostra que o uso de postulados reformistas católicos era uma tática que tendia a transcender as fronteiras petebistas, consistindo também em artifício retórico operacionalizado por demais atores da esquerda parlamentar. Nas palavras do senador socialista:

"Diz S. Santidade [Pio XI] – e é uma verdade em economia sob qualquer aspecto por que se encare o problema – que esse poderio econômico, em mão de indivíduos, coloca o Estado a serviço de suas finalidades: os trustes põem frequentemente o Estado a serviço dos seus interesses". <sup>103</sup>

Com efeito, não seria demasiado afirmar que a mobilização pasqualinista de ideias de fundo cristão, como as produzidas pela doutrina social da Igreja Católica, tenha representado uma tática discursiva passível de tornar os seus argumentos mais palatáveis ao público, como se vê abaixo, nas palavras do próprio líder trabalhista:

"Quando Cristo prescreveu aos homens de se amarem uns aos outros, não dispensou desse preceito os capitalistas. Não será possível, porém, que nos amemos uns aos outros, não estaremos observando o mandamento divino, se o poder econômico, privilégio de alguns, for utilizado como instrumento de exploração". 104

Uma das propostas centrais da perspectiva política pasqualinista, isto é, a reforma do sistema financeiro, tinha em ideias e valores cristãos boa dose de engenho intelectual de legitimação. Tratava-se, particularmente, da ideia de criação de um sistema de "crédito social", que tivesse

<sup>&</sup>lt;sup>102</sup> RAMOS, Ruy. "Discurso no Congresso Nacional apresentando projeto de imposto sobre o luxo", Rio de Janeiro, 02/10/1951. In: SOUZA, Ecilda R., & GEBRIM, Cosete R. (orgs.), *Perfis parlamentares 40: Ruy Ramos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989, p. 599-600.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> VELASCO, Domingos. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 05/06/1951, p. 3559-3560.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso como candidato". Porto Alegre: Correio do Povo, 12/11/1946, p. 4 e 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 117.

em vista o financiamento de obras e de iniciativas públicas cujo interesse fosse social e não lucrativo. Aí estariam envolvidas, dentre outras, ações como as de subsídio à casa própria, para o trabalhador urbano, e a oferta de terra e de insumos agrícolas modernos, aos trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Mobilizando passagens bíblicas e não poucos preceitos teológicos católicos, Pasqualini lançava mão de argumentos religiosos que, em perspectiva histórica, tendiam a condenar a "usura" nos empréstimos feitos para o atendimento das necessidades básicas das pessoas. Ainda segundo o nosso personagem:

"Deve-se reconhecer a verdade e a justiça que havia na doutrina da Igreja não admitindo o juro nos empréstimos. É certo que seus preceitos não poderiam ser integralmente mantidos e deveriam adaptar-se às profundas transformações ocorridas no processo da produção e da distribuição. Foram eles estabelecidos num período em que os empréstimos não eram financiamentos capitalistas, mas tinham por objetivo atender necessidades imediatas ou permitir a aquisição de meios de trabalho (...). Essas finalidades do crédito, porém, ainda subsistem e, portanto, não podemos considerar obliterados aqueles princípios pela evolução da economia. O apelo à caridade cristã, quando o trabalhador ou o funcionário necessitado empenha o seu salário para garantia de um empréstimo a 12%, ainda pode ter atualidade. Mas, se a caridade cristã já tiver sido esquecida até por muitos daqueles que deveriam ser os seus arautos, poderemos então invocar os princípios da solidariedade social, desde que são sentimentos iguais em natureza e diferentes apenas na sua motivação". 105

Como se vê, ao procurar justificar a sua proposta de um subsistema de crédito sem o pagamento de juros, Pasqualini oferecia, nesta passagem, também críticas aos que tendiam a pôr em questão os seus apelos reformistas. Ademais, a proposta do crédito social, acima justificada sob a luz de valores e de princípios cristãos, representou um importante item do leque de reformas sociais e econômicas propugnadas por Alberto Pasqualini. *Grosso modo*, consistia na proposta de criação de um subsistema financeiro, mantido pelo Poder Público, via tributação e dotação orçamentária. Com efeito, uma intervenção estatal que visaria orientar a aplicação dos recursos financeiros da coletividade para promover a industrialização e o bem-estar social. Representou uma bandeira reformista que o personagem considerava viável ser adotada pelo trabalhismo e pelo PTB, e correspondeu, enquanto proposição técnica, a significativas correspondências em face das matrizes teóricas *keynesiana* e *cepalina*.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit., p. 208.

## O keynesianismo e a Cepal: industrialização, distributivismo e bem-estar social

Em conformidade com a análise desenvolvida por Ruas, 106 Pasqualini era conhecedor da obra do economista John Maynard Keynes, e dela apropriou-se, sobretudo, de dois postulados, a saber: a ênfase dada ao mercado interno - enquanto esfera econômica privilegiada para os investimentos produtivos e o desenvolvimento – e à ampliação da capacidade de consumo dos trabalhadores assalariados. A teoria de Keynes guarda a particularidade de ter se constituído em uma resposta à crise econômica internacional eclodida em 1929, pondo em questão alguns cânones do pensamento econômico liberal, ao atribuir um papel econômico e socialmente ativo ao Estado. Ademais, segundo Przeworski, de um ponto de vista socialista, o keynesianismo representou uma ferramenta intelectual oportuna para nortear os programas econômicos dos partidos social-democratas, na Europa Ocidental. 107 Uma mão na roda para estes partidos, já que, como o aludido autor assinala, no curso dos anos de 1930 não havia uma teoria econômica socialista consistente, que viesse a ultrapassar a tradicional e, em geral, vaga defesa da socialização dos meios de produção e a crítica da sociedade capitalista. 108 O keynesianismo viria a legitimar as aspirações da classe trabalhadora, guardando um expressivo sabor universalista aos interesses imediatos dos trabalhadores, especialmente no que compete à correlação feita entre a geração de emprego e o aumento dos salários, de um lado, e o estímulo à produção e ao crescimento econômico, de outro. 109 Atenuando o pendor socializante do socialismo democrático, o keynesianismo propunha medidas estatais que buscassem a submissão da empresa privada ao interesse público. De acordo com Przeworski: "Em vez da propriedade direta, o Estado podia concretizar todos os objetivos socialistas influenciando a indústria privada a agir em função do interesse geral (...). Esse passou a ser o lema da social-democracia". 110 Descrevendo o cenário intelectual do campo econômico brasileiro nos idos das décadas de 1940 e de 1950, Celso Furtado destaca o espírito crítico proporcionado pela teoria marxista, sem deixar de observar que a mesma não oferecia "soluções construtivas fora de posições

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> RUAS, Miriam Diehl. *Op. cit.*, p. 26-27.

<sup>107</sup> Sobre o assunto, também consultar SHAW, Eric. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>108</sup> PRZEWORSKI, Adam. Op. cit., p. 52.

<sup>&</sup>lt;sup>109</sup> Idem, p. 53.

<sup>&</sup>lt;sup>110</sup> Ibidem, p. 55.

dogmáticas". <sup>111</sup> Por outro lado, ainda na interpretação de Furtado, a perspectiva keynesiana representou uma ferramenta intelectual nova, que veio a contribuir "para romper a espessa camada de preconceitos" estabelecida pelos cânones econômicos liberais. <sup>112</sup>

As propostas reformistas de Alberto Pasqualini devem ser compreendidas dentro deste cenário em que se destacavam as limitações da teoria econômica marxista e o crescente prestígio intelectual e político do keynesianismo. Pode-se afirmar que o "teórico do trabalhismo", no tocante às reformas econômicas e sociais esposadas entre os anos 1940-1950, inspirou-se na crítica marxista e nos valores éticos socialistas; buscou em preceitos cristãos uma boa dose de legitimação pública; e apropriou-se do legado keynesiano como instrumental técnico para delinear algumas teses reformistas. A redistribuição da riqueza – via tributação direta dos estratos sociais detentores de mais alta renda –, a elevação da capacidade de consumo das classes populares e a expansão do mercado interno consistiam em ações que Pasqualini advogava como necessárias para o desenvolvimento brasileiro. Manifestando o seu acordo com algumas teses keynesianas, o personagem assim expressava a sua concepção distributivista:

"Uma política fiscal bem conduzida será uma forma de corrigir as aberrações do capitalismo, de frear os seus excessos, de corrigir suas injustiças e, como observa um grande economista que está na moda, Keynes, de ajustar a propensão para consumir às necessidades de inversão, único modo de evitar a destruição total das formas econômicas existentes, de possibilitar o funcionamento adequado da iniciativa privada". 113

Em um período em que o debate em torno do desenvolvimento foi candente na sociedade brasileira, Pasqualini apoiava, assim como o notório líder industrial e teórico desenvolvimentista Roberto Simonsen, nos anos de 1940-1950, um maior grau de intervenção estatal, como também a industrialização enquanto trilha para a superação do atraso econômico, social e tecnológico do país. Não obstante, diferenciavam-se decisivamente no que dizia respeito à questão da distribuição da renda entre as classes. A perspectiva pasqualinista atribuía ao incremento do poder de consumo dos trabalhadores o fator central para o desenvolvimento, enquanto Simonsen privilegiava a acumulação e a maior disponibilidade de recursos nas mãos dos industriais, em

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 5ª ed., 2009, p. 18.

<sup>&</sup>lt;sup>112</sup> Idem. p. 17-18.

<sup>113</sup> PASQUALINI, Alberto. "Inflação II", Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 23/11/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 278.

boa medida por meio do protecionismo alfandegário e das restrições salariais. 114 Sem tecer qualquer consideração expressiva sobre o protecionismo, no entanto, para Pasqualini:

"A possibilidade do aumento da produção não pode ser estimada apenas em termos técnicos e financeiros, mas em função da capacidade de consumo. Do contrário, toda a economia se desequilibra e assistimos então ao espetáculo da miséria no meio da abundância. Ora, o aumento do poder aquisitivo da massa significa precisamente aumento da capacidade de consumo e, consequentemente, elevação do padrão de vida. O problema econômico e social do Brasil se reduz, pois, praticamente, em ampliar a capacidade de consumo do povo (...). Socialmente, constitui esse aumento um imperativo do bem-estar individual e coletivo e o objetivo da própria organização social; economicamente, significa a possibilidade do desenvolvimento industrial pela dilatação do mercado interno". 115

Uma relevante dimensão da perspectiva keynesiana corresponde à canalização dos recursos privados para o incremento da produção e do emprego. Nesse sentido, para Keynes, não residiria na poupança a variável exclusiva para o crescimento econômico, mas o autor oferece sim significativo peso ao consumo. Em suas palavras: "Nas condições contemporâneas, a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento da riqueza. Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade da riqueza". 116 Interpretando a ampliação do consumo como variável também importante para o desenvolvimento econômico brasileiro - e para isso cumpriria o estabelecimento de uma orientação estatal para a aplicação produtiva dos recursos privados -, Pasqualini, contudo, via no luxo e no desperdício dos escassos recursos de uma sociedade brasileira entendida como "semicolonial" sérios obstáculos ao desenvolvimento econômico. O apego à poupança, sublinhada por Keynes em relação aos países centrais do capitalismo, não consistiria em uma prática das altas camadas da sociedade brasileira, segundo a avaliação pasqualinista. Ao contrário, o personagem atribuía a manifestação da ganância dos ricos nacionais à dissipação dos lucros no luxo e no gasto suntuoso. Um perfil de consumo importado das nações industrialmente avançadas, mas estranhos e nocivos à realidade social e econômica brasileira, no

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> Sobre Simonsen, consultar SIMONSEN, Roberto. "A planificação da economia brasileira", 1945. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p. 35-50. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª ed., 2000.

<sup>&</sup>lt;sup>115</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit., p. 20-21.

<sup>116</sup> KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 254.

entendimento pasqualinista. Por conseguinte, caberia ao Estado a função de intervir economicamente para nortear os recursos coletivos em uma direção social menos injusta. Então, sob o ângulo de interpretação do "teórico do trabalhismo", vê-se que:

"O Estado existe para realizar o bem público e não para alimentar o parasitismo. (...) [Deverá introduzir a] tributação adicional dos altos rendimentos, pois é esta uma das formas de canalizá-los para inversões sociais e de utilidade coletiva; (...) [deverá também adotar a] tributação adicional dos artigos de luxo. Não é justo que alguém possua três ou quatro automóveis e outros não tenham sequer o suficiente para pagar o bonde; não é justo que alguns morem em palácios e outros em cortiços imundos; não é justo que muitas damas vistam peles que custam centenas de milhares de cruzeiros e muitas mães não tenham sequer um trapo para cobrir o corpo dos filhos". 117

Neste preciso sentido, apropriando-se do instrumental teórico keynesiano e, em boa medida, convergente com a experiência social-democrata europeia do distributivismo via tributação progressiva, Pasqualini identificava no padrão de consumo dos altos segmentos sociais um grande entrave ao desenvolvimento do país. Um diagnóstico que correspondia às análises produzidas por estudiosos vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal. Criada em 1948, sob a liderança do economista argentino Raúl Prebisch, a Cepal notabilizou-se, de acordo com Ricardo Bielschowsky, 118 pela elaboração de análises que pretendiam diagnosticar e propor soluções consoantes às singularidades das economias latino-americanas. No caso em questão, o consumo perdulário das elites latino-americanas era concebido como um expressivo embaraço às possibilidades de custeio da industrialização e do bem-estar social. Assim como Pasqualini, entendia Prebisch que:

"A típica escassez de poupança, em grande parte da América Latina (...) provém (...) de sua utilização inadequada (...). A poupança significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com algumas formas peculiares de consumo em grupos de renda relativamente alta". 119

Também problematizando o preceito ricardiano das vantagens comparativas, os estudos cepalinos colocaram em evidência o caráter de economias reflexas e subalternas dos países

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> PASQUALINI, Alberto. "Conferência de Caxias". Porto Alegre: Diário de Notícias, 14/09/1950. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 229-230. <sup>118</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Op. cit*.

PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais", 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.), *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 109.

latino-americanos, assim como denunciaram as assimetrias existentes na divisão internacional do trabalho, entre os países produtores de bens primários e os produtores de bens manufaturados. Aparentemente Pasqualini não foi influenciado pelos conhecimentos formulados pela Cepal, pois não fez menções expressas a ela, em discursos, entrevistas ou textos. Provavelmente, talvez seja plausível afirmar que o personagem convergia com importantes aspectos da perspectiva cepalina, por meio de uma elaboração própria, mas situando-se no mesmo contexto social e econômico caracterizado por debates e preocupações em torno do desenvolvimento da região. Alguns poucos anos antes do surgimento da Cepal, Pasqualini já tecia avaliações e proposições econômicas relativamente similares ao próprio organismo internacional. Logo, as sintonias de pensamento foram consideráveis, como se pode observar na abordagem pasqualinista acerca da divisão internacional do trabalho então vigente:

"Como os países não são, hoje, economias isoladas, mas sistemas abertos ao intercâmbio comercial entre países menos desenvolvidos e outros mais desenvolvidos poderá contribuir, tais sejam as características desse intercâmbio, para manter o atraso econômico e o baixo padrão de vida dos povos colocados em plano de inferioridade. Os países subindustrializados permutam matérias-primas e produtos economicamente pobres por manufaturas de alto teor econômico. (...) Todos esses fatores contribuem para nos prender ao círculo vicioso de nosso primitivismo econômico, para nos chumbar ao sistema de economia colonial e para manter o baixo nível de vida da maioria da população". 120

Outro aspecto sobremodo convergente é representado pelo acento dado, tanto por Alberto Pasqualini quanto pela Cepal, às implicações sociais e econômicas derivadas das precárias condições de vida e de renda dos trabalhadores rurais. No curso dos decênios de 1940 e de 1950, esta fração da classe trabalhadora compunha a maioria da população dos países latino-americanos. Por conseguinte, a melhoria do seu nível de renda consistiria em um pressuposto para o incremento da indústria e do consumo interno, de acordo com Prebisch. 121 Articulando o desenvolvimento econômico e social brasileiro à (boa) sorte dos trabalhadores rurais, a perspectiva pasqualinista sublinhava a relevância do tema, entendendo que nas populações rurais residiam o potencial de impulsionar a industrialização e o mercado interno. Segundo a avaliação do personagem:

\_

PASQUALINI, Alberto. "Reformas de base II". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro,11/09/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 252, 254.
 PREBISCH, Raúl. *Op. cit.*, p. 116.

"Conviria observar que a população rural do país é cerca de dois terços da população total. A recuperação dessa população e o fortalecimento da economia rural representam, portanto, um problema vital para a própria indústria. Se as populações rurais não têm capacidade de consumo, será inútil pensar em desenvolvimento industrial, pois será pouco provável que os mercados estrangeiros comprem nossas manufaturas e lhes possamos fazer concorrência. A condição de nosso fortalecimento econômico é o alargamento do mercado interno (...). Ora, isso somente será possível se conseguirmos elevar o nível vital e econômico das populações rurais, combatendo a doença, o analfabetismo, o marginalismo, criando novas necessidades e organizar a vida rural em outras bases. A realização desse objetivo será um imperativo de sobrevivência". 122

A tributação sobre os altos rendimentos e o consumo suntuoso, assim como a dotação orçamentária pelo Poder Público, consistiriam, para Pasqualini, nas principais fontes de financiamento do seu preconizado subsistema financeiro do "crédito social". Em linhas gerais, é por intermédio deste "crédito social" que o "teórico do trabalhismo" pretendia ver a elevação das condições de vida, de trabalho e de renda dos trabalhadores rurais. Ele teria, portanto, um sentido distributivista, e visava compatibilizar o aumento da renda dos trabalhadores rurais e urbanos com o desenvolvimento econômico. De um lado, a fração rural dos trabalhadores teria acesso à terra, aos equipamentos e aos insumos agrícolas modernos, bem como assegurado os seus direitos trabalhistas por meio da extensão, ao campo, do regime e das garantias da Consolidação das Leis do Trabalho. Uma forma, na avaliação pasqualinista, de estimular a capacidade de consumo destes trabalhadores, bem como de reduzir os custos da produção dos gêneros alimentícios. De outro lado, do ângulo dos trabalhadores urbanos, o "crédito social" poderia viabilizar a redução dos gastos com a habitação - via financiamento subsidiado da casa própria –, e indiretamente, diminuir também o comprometimento do orçamento familiar destes trabalhadores com a alimentação. Criadas as condições para a promoção do crescimento do potencial de consumo da classe trabalhadora, os industriais sairiam também beneficiados, de acordo com Pasqualini, por terem a quem vender os seus produtos. Ademais, o "crédito social", de maneira direta, também poderia apoiar a industrialização por intermédio da concessão de empréstimos estatais, com juros baixos, aos setores e ramos econômicos que pudessem

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit., p. 121-122.

promover a geração de emprego e o incremento tecnológico, assim como a diversificação das atividades produtivas. 123

Cumpre ainda acentuar que, no período de atividade política petebista, Pasqualini propugnou a atuação empresarial do Estado no setor energético e na exploração dos recursos naturais, como iniciativas que teriam em vista preservar o interesse público e dar suporte ao desenvolvimento econômico. Também esposava a importância da introdução da reforma agrária como medida passível de aplicação do preceito da justiça social, tão caro ao seu pensamento. Tópicos também expressivos na agenda econômica defendida por intelectuais associados ao antigo PCB. <sup>124</sup> Abordo, na sequência do capítulo, três temas de fundo do pensamento pasqualinista que permitem alcançar uma compreensão mais adensada sobre as propostas reformistas delineadas no período de atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro. Com efeito, tomo por recorte seletivo textos produzidos, e discursos pronunciados, na temporalidade em que Pasqualini desempenhou a sua militância no partido. Os temas são os que se seguem: *o trabalho, os trabalhadores e a propriedade*. Esquematicamente, representam temáticas que propiciam identificar a quem se dirigia o discurso e as atenções do personagem, assim como as suas avaliações e propostas atinentes às mazelas sociais e econômicas brasileiras.

## O trabalho, os trabalhadores e a propriedade

Princípio ético recorrentemente mobilizado pelos textos, pelas entrevistas concedidas à imprensa e pelos pronunciamentos de Alberto Pasqualini, em sua trajetória petebista, o *trabalho* constituiu-se em uma categoria conceitual melhor formulada pelo personagem em um discurso proferido no Senado, em 1951. Configurando um dos seus discursos, proferidos no Senado, reproduzidos em um opúsculo publicado pelo diretório regional do PTB/RS, em 1952, 125 o discurso/texto intitulado "A sociedade segundo o trabalhismo" revela a importância atribuída por Pasqualini ao trabalho, enquanto esteio para o ordenamento da sociedade brasileira. Neste

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> Acerca da proposta de implementação do "crédito social", consultar PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.* PASQUALINI, Alberto. "Projeto de lei do Senado no. 21/54 – institui o sistema federal de bancos de estado e dá outras providências". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 08/04/1954. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 250-315.

<sup>124</sup> Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Op. cit.*, p. 184-197.

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> PASQUALINI, Alberto. Trabalhismo e desenvolvimento..., op. cit.

discurso/texto, Pasqualini pôs em relevo o princípio do trabalho, apresentando uma concepção político-filosófica que dava a ele o elevado *status* de eixo da organização coletiva humana. Filosoficamente representando um decisivo fator para a organização da vida em sociedade, Pasqualini compreendia o trabalho da maneira que segue abaixo:

"Tomo sempre a palavra 'trabalho' no sentido de uma atividade econômica e socialmente útil, de uma atividade que produza ou contribua para produzir bens e serviços que contenham alguma utilidade para os demais membros da coletividade e possam, por isso mesmo, ser permutados por bens e serviços oriundos de atividade da mesma natureza ou de outras formas de trabalho". 126

Nesse sentido, atribuindo uma noção de utilidade social como predicado para a sua designação de trabalho, Pasqualini entendia que "o agiota, o monopolista, o especulador exercem atividades, mas não poderíamos considerá-las e classificá-las como formas de trabalho, porque 'trabalho' por definição, é uma atividade socialmente útil". 127 Interpretava a estes tipos de atividades como expressões do "parasitismo e da improdutividade social". 128 Todavia, as variáveis "bem-estar social" e "produtividade" seriam fundamentais para a definição de trabalho, sob a ótica pasqualinista. A respeito, o personagem, à guisa de delineamento dos contornos da sua perspectiva sobre o trabalho, tecia considerações acerca das análises clássicas de alguns estudiosos do assunto, dentre eles Adam Smith e Marx. Do primeiro, recusava a noção restritiva de "produtividade" do trabalho associada à incorporação de um valor adicional, pelo trabalhador, à matéria bruta, convertendo-a em mercadoria. 129 Isso por que Pasqualini assinalava a produtividade do trabalho existente nas atividades de diferentes categorias profissionais que, direta ou indiretamente, satisfaziam necessidades coletivas e proporcionavam, com isso, a geração de um bem-estar aos sujeitos que requeriam os frutos dos seus trabalhos, tais como os médicos, os professores, os cientistas, os empregados domésticos etc. De Marx, o personagem aceitava a avaliação de que, sob o regime social de produção capitalista, "o trabalho produtivo é o trabalho assalariado que produz a mais-valia", isto é, que tem em vista propiciar lucros aos burgueses. Não obstante, rejeitava esta concepção regida pela lógica do capitalismo, enquanto

-

PASQUALINI, Alberto. "A sociedade segundo o trabalhismo", Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional,
 04/10/1951. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001, p.
 257.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> Idem, p. 260.

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Idem, p. 259.

valor moral que viesse a assentar as bases de uma sociedade norteada por princípios trabalhistas. Para Pasqualini, então, o trabalho correspondia à "produção de utilidades e serviços destinados a satisfazer necessidades e desejos humanos e à criação de meios de bem-estar". Sobrepôs a dimensão das necessidades e dos anseios do consumidor ao aspecto mercantil que tipifica o trabalho sob o capitalismo. Para empregar a gramática marxista, em boa medida, Pasqualini, assim como Marx, privilegiava o valor de uso do trabalho em detrimento do valor de troca. 131

Na percepção do "teórico do trabalhismo", a exploração das necessidades básicas dos sujeitos e as atividades intermediativas, em grande parte, consistiriam em atividades improdutivas, notadamente relacionadas à especulação (da terra e da moradia) e ao setor financeiro. Por extensão, caberia ao trabalhismo "eliminar (...) todas as formas de exploração econômica e social (...) e proporcionar a cada um os meios de imprimir ao seu trabalho o maior coeficiente de utilidade social, tornando-se credor da remuneração correspondente". 132 A interpretação pasqualinista sobre o trabalho, como se vê, baseava-se fundamentalmente no parâmetro da produção e da utilidade de bens e de serviços coletivamente demandados. A categoria trabalho, portanto, poderia ser concebida como um dispêndio de energia física e intelectual que proporcionasse a oferta de objetos materiais ou simbólicos que atendessem a amplas necessidades e desejos da coletividade. Logo, sua interpretação denota um certo grau de generalidade no que respeita à delimitação dos segmentos e classes sociais diretamente envolvidos com este universo produtivo, que tipificaria o trabalho. Em outras palavras, para Pasqualini, quem era o trabalhador? Essa indagação é importante, entre outros, porque eram os estratos produtivos e trabalhadores que conformavam os setores sociais privilegiados pela retórica pasqualinista como destinatários da mensagem trabalhista, assim como os agentes sociais centrais para o ordenamento de uma sociedade eventualmente orientada por um governo e por um caldeirão cultural trabalhista. O preceito ético do trabalho deveria servir de critério maior para toda e qualquer proposta e iniciativa do trabalhismo, segundo Pasqualini. Tendo naquele preceito o móvel e a luz para as propostas de reformas da sociedade brasileira, pode-se

<sup>130</sup> Ibidem

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> Consultar MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, livro 1 – o processo de produção do capital, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 47-48.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> PASQUALINI, Alberto. "A sociedade segundo o trabalhismo", Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 04/10/1951. In: *Op. cit.*, p. 258.

dizer que a elaboração pasqualinista da categoria conceitual trabalho nos permite, a princípio, identificar os atores sociais "improdutivos" e alheios ao universo dos trabalhadores: os estratos empresariais dedicados à especulação financeira e fundiária rural e urbana. Com efeito, os setores burgueses das finanças e os que, no campo e na cidade, exploravam as necessidades do trabalhador. No campo, os grandes proprietários de terras que tanto estabeleciam condições leoninas para o arrendamento ou a parceria no uso da terra, quanto a deixavam ociosa na expectativa da sua valorização. Na cidade, aqueles que exploravam as necessidades de habitação do trabalhador, via especulação imobiliária. Nesta última categoria, poderiam ser enquadrados tanto os proprietários orientados por uma lógica rentista, quanto os banqueiros que viam na construção de moradias oportunidades para altos ganhos. Estes setores, classificados por Pasqualini como "parasitários, egoístas e usurários", representavam, pois, o *não-trabalho*, a exploração, e neles incorria boa parte da responsabilidade pelas desigualdades sociais imperantes no país. Posto isto, quem eram, para Pasqualini, os trabalhadores? A quem, de fato, o Partido Trabalhista, e um circunstancial governo seu, deveria representar?

Os *trabalhadores*, isto é, os sujeitos coletivos dedicados a atividades socialmente produtivas, eram compostos na retórica pasqualinista, de maneira bastante evidenciada, pelos proletários urbanos, pelos assalariados e desapossados do campo e pelos pequenos proprietários rurais. Contudo, a sua abordagem não deixava de guardar certa tensão e ambiguidade a respeito, já que vez e outra o personagem fazia referências indiretas a outros estratos sociais, conforme se pode observar na sequência: "Trabalho significa aqui qualquer forma de atividade socialmente útil e não apenas o trabalho assalariado". <sup>133</sup> Incluía em algumas oportunidades os capitalistas dedicados aos investimentos produtivos – de maneira não muito clara, possivelmente os estratos pequenos e medianos do empresariado industrial e comercial. Referindo-se explicitamente a certas camadas proprietárias dos meios de produção, afirmava Pasqualini:

"Há capitalistas e capitalistas. Há os nocivos e os inúteis; há os que prestam serviços à coletividade. (...) Muitos deles são apenas proprietários *nominais* dos meios de produção, pois trabalham lado a lado com os empregados, levam uma vida sóbria e discreta e invertem os lucros na ampliação da empresa ou em novos empreendimentos. O negócio para eles não é apenas o lucro, mas algo que corresponde a um fim social e que, portanto, deve progredir, expandir-se e perpetuar-se (...). Interessam-se por seus colaboradores e se esforçam para melhorar-lhes os salários e as condições de existência, cuja dureza muitas

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 88.

vezes experimentaram (...). Esse é o capitalista socialmente útil e de cuja atividade a coletividade não poderá prescindir". 134

Malgrado um possível idealismo em suas observações, Pasqualini não deixava de identificar a tendência do capitalismo em sua época, assim como o potencial destino comportamental dos capitalistas. A antiga figura do "capitão de fábrica", que participava diretamente da gestão da empresa, tendia a desaparecer, sendo deslocada por um novo agente empresarial: o acionista. Segundo Pasqualini, a tendência não era, com efeito, socialmente muito alvissareira (diga-se, como o vemos claramente em nossos dias).

"Infelizmente, o capitalismo tende quase sempre a degenerar, a tornar-se hereditário, especulativo, parasitário. Na organização das empresas, a participação do capitalista passa a ser muitas vezes puramente financeira. (...) Não realiza nenhum trabalho pessoal. Explora apenas o direito de propriedade. Por fim, controlando a finança, os bancos, o dinheiro, o crédito, maneja toda a economia que se transforma, em suas mãos, num puro jogo de especulação. Temos, então, o último grau da degeneração do capitalismo". 135

Esta ambiguidade na definição do "trabalhador" talvez corresponda às vicissitudes de uma sociedade em fase de industrialização. Se, como vimos, o personagem entendia que a economia brasileira encontrava-se envolvida com problemas relativos à obtenção de capital para viabilizar investimentos produtivos e industriais – uma economia cuja escassez de poupança e de recursos financeiros chamavam-lhe a atenção –, não raro, em textos e discursos esparsos, Pasqualini acenava para os capitalistas, atribuindo-lhes um importante papel a cumprir no processo de mudanças sociais e econômicas esposadas pelo PTB. Eram, pois, os setores capitalistas também destinatários da mensagem trabalhista do personagem, com a ressalva de que deveriam nortear os seus empreendimentos em conformidade com o preceito da solidariedade social. Teriam deveres para com a sociedade e não poderiam ser regidos única e exclusivamente pela aspiração lucrativa. Para submeter a empresa privada ao interesse público, Pasqualini atribuía relevante papel ao Estado. Talvez seja plausível também assinalar uma outra e potencial razão para a ambiguidade retórica em torno da delimitação classista dos "trabalhadores": as limitações derivadas do universo de eleitores vigentes no regime constitucional de 1946, sobremodo no período de 1946 a 1955, anos de militância petebista de Pasqualini. A interdição dos analfabetos

-

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> Idem. p. 258.

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> Idem.

ao direito de voto, implicava em uma séria limitação, em que pese o ponderável crescimento do número de eleitores no curso do regime, em função do aumento da escolarização, como destaca Jorge Ferreira. Com base em números eleitorais mobilizados por Gláucio Soares, é possível afirmar que cerca de 27% da população adulta votaram no ano de 1945, ou seja, cerca de seis milhões de pessoas, enquanto em 1958, mais de 10,5 milhões exerceram o direito de voto, o que representaria percentual superior a 1/3 do eleitorado. Contudo, a maioria esmagadora dos trabalhadores urbanos e, principalmente, os do campo não puderam votar, em 1945, em virtude do corte escolar. Logo, sem evidentemente desconsiderar o processo de construção do alargamento dos direitos políticos no período, como chama a atenção Ferreira, cumpre observar que a restrição eleitoral a que faço alusão provavelmente incidiu no ambíguo direcionamento da mensagem pasqualinista, pois expressiva parte dos analfabetos era representada pelos trabalhadores rurais. Precisamente o público ao qual Pasqualini manifestava especial atenção, dedicando significativos números de páginas textuais e de discursos a favor das melhorias das condições de vida e de trabalho.

Em todo caso, mesmo que em função de razões relativamente distintas às apresentadas por Przeworski no tocante aos dilemas da social-democracia europeia, no mesmo contexto histórico, também a retórica política pasqualinista guardava boa dose de policlassismo. <sup>139</sup> Por motivos de ordem tática, procurava acomodar os seus discursos e projetos aos eventuais interesses de diferentes setores e classes sociais. Nesse sentido, não é ocioso afirmar que o aludido policlassismo pasqualinista consistia em um peculiar recurso discursivo em busca de apoio às suas propostas reformistas. <sup>140</sup> Buscando a ampliação do raio de apoio político e eleitoral aos projetos trabalhistas, Pasqualini, no entanto, não deixava de priorizar os segmentos populares, como se evidencia abaixo:

"De um modo geral, só há duas maneiras de financiar o desenvolvimento econômico do País: ou com os excedentes dos que possuem, dos que auferem lucros e rendimentos, ou

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> FERREIRA, Jorge. "Apresentação". In: *Tempo*: Niterói, UFF, v. 14, n. 28, jun. 2010, p. 15.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> SOARES, Gláucio A.D. *Op. cit.*, p. 58-60.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> Idem, p. 59.

Refiro-me à aposta socialista, não concretizada, de obtenção de uma maioria eleitoral operária. Em consequência, os partidos social-democratas europeus tenderam a dirigir o discurso e as suas propostas também a outros segmentos da sociedade. A respeito, consultar PRZEWORSKI, Adam. *Op. cit.*, p. 38-44.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> Sobre algumas características do discurso político, consultar CHARAUDEAU, Patrick. "La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político". In: SHIRO, Martha, *et al.* (orgs.), *Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar*. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009, p. 283.

à custa dos salários das classes proletárias. Torno agora a repetir que, de um modo geral, temos seguido este último caminho. São os pobres, são as classes trabalhadoras que arcam, afinal, com os maiores ônus que a Nação tem de suportar, determinados pelas necessidades do seu desenvolvimento e por outros encargos, muitas vezes totalmente improdutivos. As três formas pelas quais se transfere o sacrifício para as classes proletárias são, em primeiro lugar, os baixos salários em benefício dos lucros; em segundo lugar, os impostos indiretos; em terceiro lugar, a inflação, que é uma tributação econômica sobre os salários. (...) O tema social (...) [é] obrigatório para um governo trabalhista, [vemos] que esse desenvolvimento não (...) [deve operar-se] à custa de maiores privações e sacrifícios das classes proletárias". [141]

Nos anos de 1950, particularmente no início do governo democrático do presidente Getúlio Vargas, Pasqualini evidenciava a exploração sofrida pelos assalariados, ao mesmo passo em que tecia avaliações críticas ao governo do próprio líder maior do PTB. Também questionando o espantalho comunista mobilizado pelas forças conservadoras da União Democrática Nacional, o policlassismo pasqualinista não o impedia de defender a auto-organização e o direito à greve dos trabalhadores assalariados. Segundo Pasqualini, eram as classes proletárias,

"afinal, as vítimas dessa máquina de espoliação que é o regime econômico vigente. São elas que sofrem as consequências dos erros governamentais. Os salários dos trabalhadores estão sendo impiedosamente confiscados pela inflação. É natural, portanto, que reivindiquem o seu reajustamento, procurando vencer, inclusive, por meios enérgicos, como a greve, as resistências que se opõem. Trata-se afinal de lutar pela possibilidade de viver". 142

Todavia, a interpretação desenvolvida por Pasqualini a respeito das condições de vida e do horizonte político dos diferentes estratos e classes sociais brasileiras era bastante negativa. Em boa medida, o seu policlassismo derivava desta percepção sobre a estrutura de classes e uma correspondente avaliação que sublinhava uma baixa capacidade de participação política progressista. Para o personagem:

"No Brasil, temos, de um lado, a grande massa do proletariado rural, ignorante, submissa, indefesa, herdeira da economia escravagista; a massa dos pequenos agricultores, lutando pela sua emancipação; o operariado urbano, mais independente,

<sup>&</sup>lt;sup>141</sup> PASQUALINI, Alberto. "Banco de desenvolvimento econômico I", Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 06/06/1952. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 281.

<sup>&</sup>lt;sup>142</sup> PASQUALINI, Alberto. "Entrevista sobre problemas econômicos e políticos brasileiros", Porto Alegre: Correio do Povo, 15/09/1953, p. 2, 22. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 355.

porém, ainda pouco esclarecido e facilmente crédulo e explorável. Do outro lado, uma conjugação de forças reacionárias – reacionárias pelo espírito e (...) pelo interesse. De permeio a tudo isso, um industrialismo incipiente vivendo à sombra da tarifa, e uma economia rural mais ou menos feudal". 143

Uma percepção generalizadamente negativa sobre a sociedade brasileira, que tendia a enxergar na classe média o potencial de exercício do papel politicamente inovador, isto é, de agente social transformador àquela quadra histórica. Residia na classe média a expectativa de levar a cabo a disseminação do ideário trabalhista, consistindo em uma importante fração do público-eleitor para a mensagem pasqualinista. Com efeito, não é gratuita a ambiguidade pasqualinista sobre a figura do "trabalhador", já que nos setores médios, em geral escolarizados, Pasqualini identificava o principal agente social mudancista. Nessa perspectiva, aos setores médios cumpriria um papel progressista e educativo, por serem mais escolarizados e, potencialmente, suscetíveis à defesa das mudanças sociais e econômicas. Não obstante, a "função" que deveria ser desempenhada pela classe média tenderia a abrir as portas para a elevação cívica e política do proletariado. Portanto, a perspectiva socialista, reformista e gradualista, do personagem abrangia também a estrutura nacional de classes, como se vê abaixo:

"Só a mobilização política da classe média é que permitirá, por enquanto, no Brasil, acelerar o processo de sua evolução, através de instituições mais ou menos progressistas. A 'politização' da classe operária determinará os processos ulteriores dessa evolução". 144

Ressaltado o trabalho enquanto categoria ética central, destacados os potenciais destinatários da mensagem e das propostas reformistas pasqualinistas, veja-se a abordagem desenvolvida pelo personagem acerca da temática *propriedade*. A nosso ver, é relevante pô-la também em destaque, já que a prioridade política concedida ao *trabalho* e aos *trabalhadores* implicava em propostas econômicas que incidiam sobre a regulação e a intervenção estatal na propriedade – seja sob a forma material da terra e das instalações físicas, seja sob o aspecto imaterial, do dinheiro e do crédito. Pasqualini questionava abertamente o uso "egoístico" da propriedade e dos seus frutos no Brasil, tanto na condição de meios de produção quanto na forma de bens destinados ao uso individual e familiar, sobremaneira enquanto moradia. Entendia que "a posse

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 149.

<sup>&</sup>lt;sup>144</sup> Idem, p. 149-150.

da terra e a propriedade em geral somente é *justa* quando realiza o seu fim social". <sup>145</sup> Mobilizando um cânone católico para justificar as suas teses reformistas e intervencionistas, o "teórico do trabalhismo" argumentava o seguinte:

"Segundo a doutrina da Igreja, a propriedade privada é um direito natural. Ora, de acordo com as estatísticas em nosso País nem 20% da população possui uma propriedade imobiliária, ou sob a forma de moradia ou de terra. Isso significa que, na situação existente, o direito natural não se realiza em 80% dos casos". 146

Apoiando-se na teologia católica e no pensamento aristotélico, Pasqualini distinguia dois aspectos relativos à propriedade: o direito individual à propriedade e o seu uso. 147 O primeiro corresponderia à exigência ética de satisfação regular das necessidades e da comodidade dos indivíduos. O segundo guardaria relação com os benefícios coletivos a serem proporcionados pela propriedade. Para Pasqualini, esta distinção tanto legitimaria quanto relativizaria o direito de propriedade. 148 Este se defrontaria com embaraços na sociedade contemporânea, considerando que a fábrica não consistiria em um bem divisível e que os "meios de produção perderam o seu caráter primitivo, individual, para se concentrarem nos equipamentos mecânicos. Aí o operário já não mais imprime o seu cunho pessoal ao produto". 149 Com um sistema produtivo e um regime de trabalho assentado em uma organização coletiva, os frutos do trabalho também seriam coletivos. A propriedade, portanto, tenderia a perder o seu antigo caráter individual, deixando ao Estado, enquanto sistema jurídico e político de organização e representação da coletividade, significativa margem de ação para regular o direito e a extensão da propriedade privada. Nesse sentido, o grau de intervencionismo e de controle estatal sobre a economia, ambos legítimos segundo Pasqualini, deveriam atender às contingências sociais e econômicas peculiares da sociedade. Pasqualini, desse modo, atribuía ao Estado preponderante papel na economia, de sorte a viabilizar a concretização social do preceito ético do trabalho e a elevação das condições de vida, de trabalho e de renda dos trabalhadores. Como visto, em grande parte, a tributação progressiva sobre a renda consistiria em um especial mecanismo de

\_

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 9.

PASQUALINI, Alberto. "Conferência de Caxias", Porto Alegre: Diário de Notícias, 14/09/1950, p. 7. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 229.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> Consultar PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 273-277.

<sup>&</sup>lt;sup>148</sup> Idem p. 273.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> Idem, p. 277.

intervenção estatal para atingir aqueles objetivos sociais e econômicos, nos decênios de 1940 e de 1950. Na perspectiva pasqualinista, então, ao Estado caberia desempenhar as funções que se seguem:

"Intervir para coibir o abuso do poder econômico, (...), os trustes, os cartéis, os monopólios e todas as manobras que visam tão-somente à exploração do povo, proporcionando a alguns lucros fabulosos. O Estado deve intervir para regular as relações de trabalho, para assegurar todas as garantias ao trabalhador". <sup>150</sup>

Desse modo, uma das formas de exploração da economia popular, identificada pelo personagem, seria a concentração e a improdutividade da terra. Adepto da bandeira da reforma agrária, ele tecia considerações sobre a sua legitimidade nos seguintes termos:

"Para justificar uma melhor distribuição da propriedade territorial não é necessário que exista o latifúndio. É bastante que a terra não esteja dando o rendimento econômico e social que se poderia esperar em outras condições de uso e exploração. (...) Não se trata aqui de 'socializar', isto é, de suprimir a propriedade e a exploração privada da terra, mas apenas de alterar as condições em que essa propriedade é exercida, tendo em vista um interesse social". <sup>151</sup>

Preconizando as vantagens e os benefícios sociais da pequena propriedade – como a manutenção do trabalhador rural no campo e a atividade produtiva da policultura –, Pasqualini defendia uma reforma agrária baseada na organização dos trabalhadores em cooperativas, sob a assistência técnica e creditícia do Poder Público. Era nas cooperativas – chamadas pelo líder trabalhista de "colônias agrícolas" – que Pasqualini concebia a possibilidade de se gestar e disseminar, no campo, os princípios da solidariedade e do associativismo, assim como o financiamento e a assistência estatal (educacional, médica e técnica). Em boa medida, prevista a sua realização por intermédio de empréstimos sem juros concedidos pelos órgãos oficiais, ou seja, via "crédito social", a reforma agrária advogada pelo personagem requeria a criação de um subsistema financeiro público e paralelo ao estabelecido sob a lógica lucrativa. Em suas palavras: "Os bancos visam o lucro e não objetivos sociais (...). Se a organização atual do crédito é apta para atender a economia capitalista, ela não o é para atender a produção ou a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>150</sup> PASQUALINI, Alberto. "Conferência de Caxias", Porto Alegre: Diário de Notícias, 14/09/1950, p. 7. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 228.

<sup>151</sup> PASQUALINI, Alberto. "Entrevista sobre trabalhismo, capitalismo e socialismo", Porto Alegre: Diário de Notícias, 10/12/1949, p. 7, 14. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 202.

economia não-capitalista". <sup>152</sup> Destinado o "crédito social", entre outros, à reforma agrária e ao apoio ao sistema rural cooperativista, assim como à aquisição da casa própria pelo trabalhador urbano, ele "somente poderá ser organizado com o dinheiro público obtido através de tributação". <sup>153</sup> A tributação direta e progressiva sobre a renda correspondia a um relevante dispositivo político e financeiro que Pasqualini colocava em destaque como fonte de aumento da receita estatal canalizada para o fomento de serviços e de iniciativas públicas que visassem o bem-estar social. Outro dispositivo que o personagem lançava mão era a "socialização parcial dos lucros". Argumentava Pasqualini, ainda na União Social Brasileira, nos idos de 1945, "que não é possível isolar o lucro das causas sociais que o determinam ou que concorrem para a sua produção". <sup>154</sup> Duas causas fundamentais seriam as que se seguem: o trabalho realizado pela classe trabalhadora e o consumo coletivo. <sup>155</sup> Por conseguinte, baseado nos aludidos dispositivos financeiros, o "crédito social" representaria uma orientação estatal do fluxo financeiro, que pudesse propiciar a concessão oficial de empréstimos sem juros a diferentes necessidades da coletividade, sobretudo dos trabalhadores. Justificando a sua proposta de reforma financeira e bancária, argumentava o personagem:

"Negar o crédito a iniciativas econômicas e socialmente prejudiciais e assegurá-lo às iniciativas necessárias e úteis, criar as condições de equilíbrio econômico, elevar (...) o nível de vida do povo, tudo isso significará a racionalização do sistema capitalista (...). A livre iniciativa, levada às suas últimas consequências, é a causa determinante dos desequilíbrios econômicos e, portanto, das perturbações sociais e políticas (...). No mundo moderno, o acesso aos meios significa pura e simplesmente o acesso ao crédito. Quando o crédito está apenas ao alcance de alguns privilegiados não se pode afirmar que exista liberdade de iniciativa, porque a liberdade, sem os meios de torná-la efetiva, não passa de uma formação teórica e verbal". 156

A tributação progressiva, até os dias que correm, não consiste na principal fonte de arrecadação do Poder Público brasileiro, tendo, este, nos impostos indiretos e regressivos sobre o consumo, a sua fonte arrecadatória maior. Ademais, no início dos anos de 1960, a receita conjunta de todas

<sup>&</sup>lt;sup>152</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 16-17.

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> Idem, p. 17.

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> PASQUALINI, Alberto. "Sugestões para um programa", Porto Alegre: Correio do Povo, 22/04/1945, p. 4, 5. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 82.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> PASQUALINI, Alberto. "Inflação e estabilidade social", Porto Alegre: Correio do Povo, 23/09/1955, p. 4, 9. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 428.

as esferas administrativas de governo atingia a casa dos 18% sobre o produto interno bruto, de acordo com Hélio Jaguaribe. Na primeira metade da década de 1950, encontrava-se no patamar de 15%. <sup>157</sup> Hoje, ela gira em torno de 35%. <sup>158</sup> Ainda segundo Jaguaribe, no período republicano aberto em 1945, "o Congresso estava próximo às classes possuidoras, (...) às quais não interessava, em princípio, aumentar a tributação". <sup>159</sup> Têm-se, com isso, um indício das dificuldades políticas que enredavam a aceitação da proposta do "crédito social", formulada e reverberada por Pasqualini, que ao fim e ao cabo, não foi aprovada no Senado Federal.

Pasqualini considerava necessária a criação de empresas estatais no setor de infraestrutura, especialmente, na exploração dos recursos naturais. Nos primeiros anos de 1950, foi relator, no Senado, do projeto de criação do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo, por meio da *Petrobras*. Acerca do assunto, anos antes, o personagem alegava o seguinte:

"As riquezas naturais (...) representam um legado ou uma dádiva da natureza. Elas não deverão, por isso, ser exploradas num sentido egoísta (...). [Por isso] a socialização (estatização) das riquezas do subsolo e das fontes naturais de energia representa, pois, uma tendência do trabalhismo". <sup>160</sup>

Tendia o "teórico do trabalhismo" a não apresentar uma posição eloquentemente hostil ao capital estrangeiro. O seu nacionalismo econômico não era demasiado saliente. Temática marcante nas propostas e orientações políticas do trabalhismo e do PTB, o nacionalismo foi progressivamente incorporado pela perspectiva pasqualinista, sobremodo na década de 1950, no curso da campanha "O Petróleo é Nosso!". Entretanto, pode-se afirmar que o personagem considerava o capital estrangeiro uma importante variável para o desenvolvimento econômico brasileiro, em virtude de uma avaliação que salientava a escassez de recursos financeiros e de domínio técnico-científico no país. <sup>161</sup> Contudo, considerava que seria passível de ser acolhido o capital estrangeiro que viesse a participar do setor industrial – entendendo como

\_

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> Consultar tabelas disponíveis em: <a href="http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/carga-tributaria-post-a-ser-publicado-12/">http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/carga-tributaria-post-a-ser-publicado-12/</a>. Consulta realizada em: 20/07/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>158</sup> LAVORATTI, Liliana. "As contradições do Fisco". Rio de Janeiro: *Conjuntura Econômica*, FGV, v. 65, n. 4, abr. 2011, p. 14.

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup> JAGUARIBE, Hélio. *Op. cit.*, p. 28-29.

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> PASQUALINI, Alberto. *Bases..., op. cit.*, p. 94.

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup> Idem, p. 96.

"desinteressante" a atuação em outros setores –, assim como submetido às "mesmas garantias e ao mesmo ônus do capital nacional". 162

O estatismo e a posição política e doutrinária em relação ao capital estrangeiro constituem temas explorados nos próximos capítulos, notadamente no último, que prioriza a atuação política de Pasqualini no Senado Federal, na década de 1950. Por ora, assinalei estas questões apenas com o propósito de apresentar alguns matizes do pensamento pasqualinista acerca da temática propriedade. A respeito, foi destacada, em especial, a questão do "crédito social" – isto é, a reforma do sistema financeiro – por entender que ela representou o principal mecanismo de regulação e de intervenção estatal sobre a economia, na visão reformista do personagem.

162 Idem.

## O sensacional livro de Albert o Pasqualini é a única base para o progresso do trabalhismo brasileiro



ALBERTO PASQUALINI, eminente sociólogo e prestigioso cuefe trabalhista brasileiro, que dá à juventude nacional, um exemplo do quanto pode um homem, quando tem a guiar-lhe a vida um ideal superior de fraternidade humana.

que a ordem social existente deve ser retificada, a fim de ajustar-se aos principios da E' necessário, antes iustica. de tudo, conforme recomenda a Constituição, que essa ordem se subordine a uma nova concenção do capital, de mode que haja mais harmonia ac desen clvimento do processi econômico e se revise a ale rarquia dos seus elementos, fim de ser assegurada mai equidade na partilha dos bene fícios. Na organização capita lista da produção é mister não esquecer a função do traba lho, o seu papel preponderan te, o seu valor. Eis porque quer a Constituição que s concilie a liberdade de inicia tiva (ordem capitalista) cor a valorização. O trabalho, po rém, não se valoriza apena com salários vitais e com a garantias jurídicas do traba Não basta que o Ihador. trabalhadores não sofram pri vações e não possam ser des pedidos a arbitrio do empre gador. E' necessário tamber sejam admitidos a usufruii em certo gráu, dos ben que eles próprios produ zem, do conforto e do bem estar que a civilização moder nana está em condições d proporcionar a cada um. Ser isso não se atenderá ao pre ceito constitucional que pos tula a "valorização" do tra balho e não apenas o estabil lecimento de condições qu

Fragmento de matéria publicada pela *Revista Trabalhista* acerca do personagem e do seu livro *Bases e sugestões* para uma política social, lançado no ano de 1948.

Fonte: Revista Trabalhista, Distrito Federal, dezembro de 1949, p. 40.



Alberto Pasqualini com correligionários, acompanhado de João Goulart. Julho de 1954.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Alberto Pasqualini dialogando com o jovem presidente do PTB, João Goulart. Ambos acompanhados por parlamentares do partido, sob "as vistas" de Getúlio Vargas.

Fonte: Revista Trabalhista, Distrito Federal, setembro de 1952, p. 54.



Na *Revista Trabalhista*, Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini e Salgado Filho, eram concebidos como uma espécie de santíssima trindade petebista.

Fonte: Revista Trabalhista, Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 3.



Panfleto do PCB contra o "entreguismo": Brasil, o petróleo é nosso! Década de 1950. Alguns dos personagens mencionados pelo panfleto questionaram ardorosamente ao parecer elaborado por Pasqualini no Senado Federal, que defendia o monopólio estatal do petróleo.

Fonte: CPDOC/FGV, Arquivo Gustavo Capanema.

 $Disponível\ em: \underline{http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Petrobras50anos\#}\ .$ 

Acesso realizado em 19/02/2012.



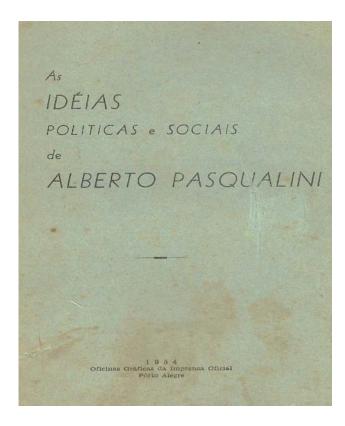
Alberto Pasqualini (à esquerda de Vargas) em reunião partidária (s/d).

Fonte: CPDOC/FGV.

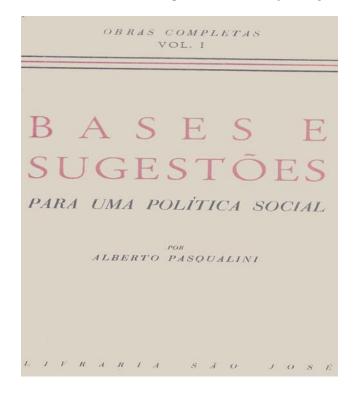
Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/. Acesso realizado em 09/04/2011.



Alberto Pasqualini discursando no Senado Federal. Fonte: *Revista Trabalhista*, Distrito Federal, setembro de 1952, p. 59.



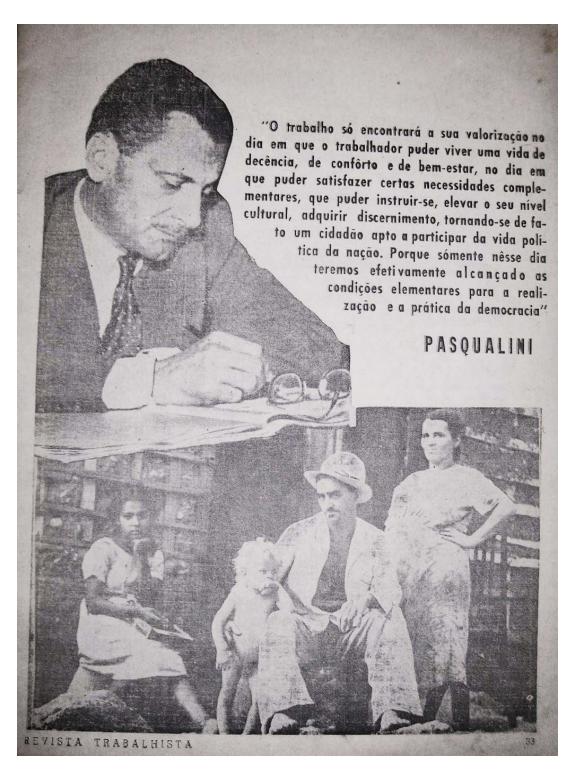
O livro acima foi publicado em 1954, e o abaixo é uma reedição de 1958, publicado originalmente em 1948. Fonte: livros *As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini* e *Bases e sugestões para uma política social*.





Capa da *Revista Trabalhista*, contando com as fotos de Getúlio Vargas (PTB) e do Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), no início do ano eleitoral de 1950.

Fonte: Revista Trabalhista, Distrito Federal, janeiro de 1950, p. 1.



Texto e imagem que associam o discurso de Pasqualini ao princípio do trabalho e à defesa dos interesses dos trabalhadores.

Fonte: Revista Trabalhista, Distrito Federal, setembro de 1952, p. 33.

# Capítulo 4 – O pasqualinismo, as tensões internas no partido e a projeção nacional

O capítulo inicialmente tem em vista abordar o processo de mitificação da *persona* de Alberto Pasqualini, no interior do diretório gaúcho do Partido Trabalhista Brasileiro. Visa a destacar a circulação da mensagem do "teórico do trabalhismo", assim como algumas nuanças que envolveram a construção da sua imagem, lançando as lentes sobre os aderentes de Pasqualini, em geral os jovens e os estudantes. O ângulo, privilegiado, com efeito, são os pasqualinistas. Por outro lado, também são colocadas em relevo algumas experiências vivenciadas pelo personagem dentro do partido. Experiências estas também relacionadas às tensões estabelecidas entre o grupo pasqualinista e os setores internos diretamente ligados a Getúlio Vargas. A defesa de princípios doutrinários e os cálculos político-eleitorais foram fatores que engendraram significativas animosidades entre ambos os grupos. Tais disputas consistem, para os propósitos do capítulo, em um oportuno panorama favorável à descrição e à compreensão do papel político e intelectual desempenhado por Pasqualini na agremiação petebista. Ademais, permite também acentuar alguns fragmentos da dinâmica interna de funcionamento do PTB.

Na sequência do capítulo coloco em destaque a projeção nacional alcançada pelo personagem nas hostes trabalhistas. Tendo em vista acentuar a incidência e a importância das ideias pasqualinistas na cena pública do país, sobretudo na primeira metade da década de 1950, um propósito central norteia esta parte do capítulo, qual seja: ressaltar a relevância de Alberto Pasqualini para além das lides políticas gaúchas. Tomando a *Revista Trabalhista* como fonte privilegiada de análise – isto é, uma publicação editada no Rio de Janeiro e vinculada ao PTB –, encerro o capítulo sublinhando o processo de enaltecimento da imagem e do pensamento político de Pasqualini em âmbito nacional. Como teremos a oportunidade de observar, a *Revista Trabalhista* representou uma importante experiência política, pois revela um aspecto das atividades de caráter educativo e cultural do PTB, notadamente da sua ala doutrinária sintonizada com Alberto Pasqualini.

Em linhas gerais, portanto, o capítulo visa a pôr em destaque as atividades e as experiências do personagem no interior do partido. No último capítulo são mobilizadas as vivências externas, isto é, o envolvimento nas disputas eleitorais pelo PTB e o exercício do mandato parlamentar no Senado Federal.

## O pasqualinismo e as tensões entre alas petebistas

Como visto nos dois primeiros capítulos, Alberto Pasqualini ingressou no PTB, nos estertores do ano de 1945, contando com elevado capital político e simbólico. Membro do Partido Libertador, em boa parte dos anos de 1930, teve uma trajetória política associada ao oposicionismo liberal em face do governo do Rio Grande do Sul, administrado pelo interventor e, depois, governador indiretamente eleito, Flores da Cunha (1930-1937). Desempenhou destacadas funções na interventoria da mesma unidade da Federação durante o Estado Novo. Por iniciativa própria, afastou-se da administração do regime ditatorial em 1944, criando a corrente política e cultural de opinião chamada União Social Brasileira, em 1945. Como igualmente assinalado antes, a USB revelou expressivo apoio de diferentes setores da sociedade porto-alegrense. No curso da primeira metade do decênio de 1940, sobretudo nos anos de 1944 e de 1945, Pasqualini folgadamente publicou artigos de análise política conjuntural na imprensa – em especial, no periódico gaúcho Correio do Povo. Também publicou alguns textos jornalísticos mais densos, em que abordava os problemas e as desigualdades sociais. Chamava a atenção para determinadas propostas de equacionamento destes problemas, por meio de interpretações oferecidas ao público em que defendia uma ponderável série de reformas socioeconômicas. Adicionalmente, não é demasiado argumentar que o seu irmão, Arlindo Pasqualini, talvez tenha contribuído para a abertura de espaço na imprensa gaúcha. Presidente da Associação Rio-Grandense de Imprensa, na primeira metade dos anos de 1940, e editor do jornal Folha da Tarde - que integrava, junto com o Correio do Povo, as empresas da Companhia Jornalística Caldas Júnior -, é bastante provável que Arlindo tenha colaborado senão para a inserção, ao menos para o espaço regular utilizado pelo irmão Alberto no jornalismo gaúcho.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> GRANDI, Celito de. *Loureiro da Silva – o charrua*. Porto Alegre: Literaris, 2002, p. 201.

Experiência política e administrativa, importantes laços e círculos de sociabilidade, assim como talento para a escrita política: variáveis que gestaram e mediaram as possibilidades de Alberto Pasqualini atingir, nos pampas, uma significativa visibilidade política no período. Sem dúvida, a atividade jornalística desenvolvida nos anos 1944-1945, ao final do regime do Estado Novo, foi fundamental para que Pasqualini tenha se filiado ao PTB/RS portando um considerável prestígio político. Nesse sentido, abordando a preeminência de atores que não possuem, necessariamente, uma posição estatutária elevada na estrutura de um partido político, Maurice Duverger destaca a atividade jornalística como uma esfera relevante para a projeção política. Oferecendo, entre outros, o exemplo da influência de Lênin sobre o jornal *Iskra*, antes da revolução bolchevique de 1917, nas palavras do autor, "o fascínio pessoal de um homem lhe empresta um caráter de clã mais ou menos acentuado". Por seu turno, Harold Laski – filósofo, historiador e professor de ciência política da London School of Economics -, integrante do britânico Labour Party, é considerado por Isaac Kramnick e Barry Sheerman o mais influente intelectual esquerdista da Grã-Bretanha na década de 1930, muito em virtude da sua sistemática atuação em jornais e revistas.<sup>3</sup> No espectro conservador brasileiro, Carlos Lacerda, nos anos 1950-1960, consistiu em agente político de proa, em boa medida devido a sua incendiária pena de jornalista. Por conseguinte, Alberto Pasqualini representou, na seara trabalhista, um caso modelar da influência política que se pode adquirir com o exercício da atividade na imprensa. Ainda conforme Duverger, um peso simbólico que também se pode exercer sobre a direção de um partido político, devido à conquista de numerosos simpatizantes e seguidores. Uma prática cultural convertida em fonte de poder interno ao partido, mesmo à revelia da cúpula dominante da organização partidária. Seguramente, Alberto Pasqualini foi um caso exemplar deste tipo de fenômeno, senão vejamos.

O personagem, como visto no capítulo 2, foi convidado a se filiar ao PTB/RS pelo sindicalista e fundador da agremiação, José Vecchio. Ainda à frente da USB, Pasqualini participou da Convenção Estadual do PTB, em Porto Alegre, em 13/11/1945, sendo "alvo de homenagens dos petebistas". No ano seguinte, no processo de criação da ala moça/acadêmica

.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> DUVERGER, Maurice. *Op. cit.*, p. 187.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> KRAMNICK, Isaac; SHEERMAN, Barry. Op. cit., p. 291-389.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> DUVERGER, Maurice. *Op. cit.*, p. 186-187.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 63.

do diretório gaúcho do partido – formada por estudantes universitários –, segundo um dos seus fundadores, Sereno Chaise (então aluno do curso de Direito), "nos bastidores do PTB, havia o desejo de aproximação com a figura muito comentada e prestigiada (...) de Pasqualini". A maioria dos integrantes da ala de Chaise – liderada por Leonel Brizola – pretendia vê-lo como candidato petebista ao governo do estado do Rio Grande do Sul, nas eleições de janeiro de 1947. Apoiado e prestigiado pelas alas sindicalista e estudantil do partido, Pasqualini levou a sua USB a se fundir com o PTB. De acordo com João Batista da Cruz, a fundação do PTB chegou a contar com fichas de filiados dos próprios quadros da USB. Acompanhado de Egydio Michalsen, João Caruso, Tristão Sucupira Viana, Ajadil de Lemos e Leocádio Antunes, entre outros filiados da USB, Pasqualini incorporou a sua sociedade de pensamento e de opinião ao diretório gaúcho petebista. Vale ressaltar, os usbianos mencionados, após a segunda metade da década de 1950, tenderam a possuir estreitas relações de afinidade política com Leonel Brizola. Posto isso, conforme Celito de Grandi, a metade dos cargos de direção foi preenchida "pelas lideranças remanescentes do partido e a outra metade por membros da USB". 10

-

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Sereno Chaise foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, na primeira metade dos anos de 1950, pelo PTB; secretário estadual do governo Brizola, ao final da década de 1950; deputado estadual (1962-1963) e prefeito de Porto Alegre (janeiro a maio de 1964, quando afastado pelo comando golpista) pelo mesmo partido. KLÖCKNER, Luciano (org.). Op. cit., p. 216.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> KLÖCKNER, Luciano (org.). *Op. cit.*, p. 15.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 71.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Egydio Michalsen foi advogado, deputado estadual pelo PTB/RS (1947-1950), secretário do Interior e Justiça no governo sul-rio-grandense de Ernesto Dornelles (1951-1955). Muito ligado a Leonel Brizola, foi ainda candidato ao governo estadual do Rio Grande do Sul em 1962, sendo derrotado pelo candidato do PSD, Ildo Meneghetti. Foi também ministro da Indústria e Comércio no governo João Goulart (1963-1964). ABREU, Alzira A. et.al. (coords.). "Michaelsen, Egydio". Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, vol. IV. Rio de Janeiro: FGV, 2ªed., 2001, p. 3797. Por seu turno, João Caruso foi deputado estadual pelo PTB/RS (1951-1955 e 1959-1963), presidente do diretório estadual petebista no início dos anos de 1960, também com o tempo ligado a Brizola; "defensor radical da reforma agrária", foi o primeiro superintendente da autarquia federal voltada à política de reforma agrária, a Superintendência da Política Agrária - Supra, em 1962, no governo João Goulart. STEIN, Leila Menezes. Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 126. Tristão Sucupira Viana foi vice-prefeito e secretário de educação de Brizola em Porto Alegre, assumindo a prefeitura com a vitória eleitoral do mesmo para o governo do estado (1959). BRAGA, Kenny, et al. (coords.). Op. cit., p. 40-42. Por sua vez, Leocádio Antunes foi advogado, secretário geral do PTB/RS, no início dos anos de 1950, e deputado estadual pelo mesmo partido (1959-1963). Revista Trabalhista. "Os especuladores e os gananciosos cavam a ruína dos alicerces da estrutura social da nossa pátria". Distrito Federal, set. 1952, p. 22. Por fim, Ajadil de Lemos foi advogado, procurador-geral do estado, secretário de estado no Rio Grande do Sul (governo Brizola) e vice-prefeito de Sereno Chaise (PTB/RS) em Porto Alegre, entre janeiro e maio de 1964, quando foi destituído do cargo. Folha de S.Paulo. "Morre em Porto Alegre um dos fundadores da USB". São Paulo. 16/01/2002. Disponível http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28429.shtml . Consulta realizada em 03/06/2012. <sup>10</sup> GRANDI, Celito de. *Op. cit.*, p. 144.

Como se vê, o jornalismo propiciou a Pasqualini e ao seu grupo usbiano um capital político considerável nas hostes petebistas, já no início da organização da legenda. Ademais, as suas ideias e a sua imagem política e intelectual desempenharam forte fator de atração junto aos jovens e aos estudantes. Logo, faz-se necessária uma ponderação à parte, mas complementar. Acompanhando a análise de Carlos Roberto Rangel, 11 parece acertado afirmar que o discurso de Alberto Pasqualini revelava uma preponderância da dimensão racional sobre a emotiva. Isto é, com base na perspectiva de Patrick Charaudeau, 12 pode-se argumentar que o logos, ou o caráter demonstrativo dos argumentos, com vistas ao estímulo à reflexão e ao exercício do pensamento, sobrepôs-se ao apelo discursivo emocional (ao pathos). Como visto no terceiro capítulo, a retórica pasqualinista demonstrava alguns esforços em compatibilizar as suas ideias a certas contingências e valores culturais e políticos prevalecentes na ambiência social de sua época. Todavia, é possível também observar que os seus textos e discursos primavam por uma erudição que talvez não fosse acessível à boa parte da população, em especial os trabalhadores rurais e urbanos pouco escolarizados. É o que Ruy Ramos, então deputado federal (PTB/RS), no início dos anos de 1960, parece indicar. Envolvido com a elaboração de um livro sobre o trabalhismo e ansioso por uma maior difusão do ideário trabalhista, Ramos afirmava o seguinte:

"Nada há na literatura política do País que atenda essa ânsia de informação sobre o trabalhismo. Muitos autores e líderes publicam textos sobre o trabalhismo: Getúlio Vargas, Oliveira Vianna, Alberto Pasqualini (...). Mas seus trabalhos, ou examinam aspectos e teses parciais, ou estudam origens históricas do trabalhismo no mundo, ou exploram doutrina um tanto árida ou dificultam pela prolixidade. Parece que se deseja um ABC, um catecismo, um livro simples, de mão em mão, rápido, acessível, que dê a ideia geral e possa ser lido e discutido nas casas, como o futebol, o carnaval, os fatos políticos e os acontecimentos do dia-a-dia do homem comum". 13

A utilização de diferentes preceitos técnicos, científicos e doutrinários enriqueceu a perspectiva pasqualinista e ofereceu boa dose de elaboração teórica ao trabalhismo brasileiro. Os textos publicados por Pasqualini dão uma amostra do seu valoroso trabalho intelectual desempenhado no (e pelo) PTB. É possível, no entanto, afirmar que a disseminação das suas ideias e propostas – consideradas "áridas" por Ruy Ramos –, nas sociedades sul-rio-grandense e brasileira, contou

<sup>11</sup> RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> CHARAUDEAU, Patrick. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> RAMOS, Ruy. "O trabalhismo". In: SOUZA, Ecilda R., & GEBRIM, Cosete R. (orgs.). Op. cit., p. 830.

com a relevante participação de adeptos trabalhistas, em geral os jovens e os estudantes. Tomando por inspiração a abordagem de Michel Winock,<sup>14</sup> é plausível assinalar que autores e personagens "secundários", dedicados à luta e à propaganda política trabalhista, também exerceram papel decisivo na circulação das ideias de Pasqualini. Foram os pasqualinistas, os sujeitos adeptos ou influenciados pelo pensamento do personagem, que em muito contribuíram para a circulação da sua mensagem. Proporcionaram igualmente um suporte para o prestígio e a força do grupo capitaneado por Pasqualini no interior da estrutura do PTB.

Envolvido em um trabalho político de natureza pedagógica norteado por críticas às desigualdades sociais, em sua cidade, Alegrete/RS, na primeira metade da década de 1940, o próprio e então jovem advogado Ruy Ramos tinha em Alberto Pasqualini, no alvorecer da transição democrática, importante fonte inspiradora. Pasqualini inspirava a Ramos nos terrenos profissional – ambos eram advogados – e político. Travando contato regular com o personagem, em 1945, por meio de cartas, dava "ciência ao amigo de seus atos", registrando que fizera uma "reunião política, em minha casa (...). Eu desejava que a mesma fosse de simples orientação, entre um grupo diretor". Apoiando a iniciativa de Ramos, Pasqualini respondeu argumentando que "preferiria não organizar partidos, mas a pressão e o entusiasmo dos companheiros estão sendo muito fortes". Discursando em comício realizado na cidade de Uruguaiana/RS, ainda em 1945, Ruy Ramos reverenciava a sua fonte política modelar e inspiradora:

"Não pertenço (...) a nenhum dos Partidos Políticos do Rio Grande, mas não podia recusar o meu concurso ao movimento conduzido por (...) Pasqualini no Estado, porque vejo nele o reflexo do Mundo em marcha para a Compreensão e a Paz". 16

Já atuante na vida partidária, pouco tempo depois, em 1950, Ruy Ramos utilizou um panfleto de campanha para a sua candidatura a deputado federal, pelo PTB, em que manifestava a associação da sua imagem com a da sua inspiração política referencial: "Alberto Pasqualini afirmou: Ruy Ramos era trabalhista antes do Partido Trabalhista". 17

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> WINOCK, Michel. "As idéias políticas". In: René Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2003, p. 281.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Cartas trocadas entre Ruy Ramos e Alberto Pasqualini em março de 1945. RAMOS, Ruy. "Ação político-partidária". In: SOUZA, Ecilda R., & GEBRIM, Cosete R. (orgs.). *Op. cit.*, p. 106. <sup>16</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Idem, p. 148.

A incidência das ideias de Pasqualini se expressava sobremaneira entre os estudantes e os jovens, na segunda metade da década de 1940, isto é, no início do percurso organizacional do PTB/RS. Leonel Brizola, estudante de Engenharia, em sua ala moça, apoiou a candidatura de Pasqualini ao governo estadual em 1947. Já no início das suas atividades parlamentares como deputado estadual, Brizola mobilizava o conceito de "solidarismo" para reverberar um ideal igualitário e distributivista — diga-se, uma categoria do pensamento político original e usualmente empregada por Pasqualini, à época, no meio jornalístico e político sul-rio-grandense. A jovem professora Suely de Oliveira, moradora do município de Rosário do Sul/RS, participou da criação do diretório municipal do partido e era uma "getulista por convicção", que "admirava a doutrina trabalhista de Pasqualini". Na distante cidade de Niterói/RJ, o trabalhista Roberto Silveira — tão moço quanto os gaúchos Brizola e Suely — tinha em Alberto Pasqualini um dos representantes maiores da sua preferência literária, encabeçada também por Eça de Queiroz, Machado de Assis e Harold Laski. 20

Ademais, segundo relatos habitualmente feitos por Pedro Simon,<sup>21</sup> Alberto Pasqualini tinha o costume de promover reuniões de debates e estudos políticos com a juventude. As palavras do atual senador da República são bastante oportunas, no sentido em que apresenta importantes fragmentos da relação de natureza educacional estabelecida pelo personagem com os jovens e os estudantes:

"Foi em 1948 que conheci Alberto Pasqualini, quando ele fazia uma palestra na Faculdade de Direito. Eu estava junto com um grupo de estudantes secundaristas. Fiquei fascinado com a clareza dos ensinamentos, com a lucidez do seu raciocínio, com o conteúdo moral das suas afirmações. Terminada a conferência, falamos com ele. Queríamos ouvi-lo mais vezes, outras vezes. Ele disse que sim. Foi ali, naquela oportunidade (...) que começou a nascer o meu interesse pela vida pública brasileira. A partir daquele dia, Alberto Pasqualini passou a ser uma espécie de nosso orientador, de

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> BRAGA, Kenny, et al. (coords.). Op. cit., p. 343.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> TERLERA, João Carlos. *Perfis parlamentares: Suely de Oliveira – perfil biográfico, depoimentos e discursos* (1915-1994). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2007, p. 29. *Suely de Oliveira* foi vereadora de Pelotas (1947-1950) e a primeira mulher eleita deputada estadual no Rio Grande do Sul, em 1950. Exerceu ambos os cargos eletivos sempre pelo PTB, migrando para o Movimento Democrático Brasileiro – MDB em 1966. Como deputada estadual atuou de 1950 a 1974.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> ROCHA, José Sérgio. *Op. cit.*,, p. 154 e 264. *Roberto Silveira* foi deputado estadual fluminense pelo PTB, entre 1947 e 1954, vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1954-1958) e governador do mesmo estado (1959-1961). Foi também presidente do diretório fluminense do PTB, a partir de 1954.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> À guisa de ilustração, consultar SIMON, Pedro. *Atualidade...*, *op. cit.*, p. 22-23. SIMON, Pedro. *Diário do Senado Federal*. Brasília, 26/09/2001, p. 22665.

nosso mestre. Duas vezes por semana, ele nos reunia no prédio da antiga Assembleia Legislativa para debatermos questões políticas e ideológicas. Às vezes nos encontrávamos na casa do seu irmão, Arlindo Pasqualini, que era diretor da *Folha da Tarde*. Ele não expunha apenas as suas ideias. Principalmente, queria ouvir as nossas opiniões, incentivava-nos ao debate. Era um verdadeiro mestre. Com sabedoria, fazia com que chegássemos a uma conclusão própria. Prezava, mais do que tudo, a liberdade intelectual". <sup>22</sup>

Tais ponderações, que enaltecem a veia professoral e educativa do personagem, foram também acentuadas pela memória de Fernando Ferrari. Tendo sido um jovem deputado estadual petebista, no Rio Grande do Sul, quando travava contatos recorrentes com Pasqualini no início da carreira política, Ferrari destacou os ensinamentos obtidos com o "teórico do trabalhismo", alegando que ele possuía uma "vocação meio humana, meio divina, de professor, de educador, de sal da terra". 23 Não tão conhecido quanto Fernando Ferrari (um ex-deputado federal e candidato à vice-presidência em 1960), por sua vez, Antônio Bresolin, revela o mesmo padrão de fascínio da juventude trabalhista em face das ideias e da *persona* de Pasqualini.<sup>24</sup> Bresolin – então um jovem morador da cidade de Ijuí/RS – trocou diversas cartas com Pasqualini no curso de alguns anos. O conteúdo destas cartas demonstra, de um lado, um pouco do processo de circulação da mensagem do "teórico do trabalhismo", levada a cabo pela juventude. De outro, denota significativas convergências políticas e uma reciprocidade de valores e de visão de mundo entre o personagem e os jovens. Desse modo, em extenso discurso parlamentar pronunciado no ano de 1973, na Câmara dos Deputados, Bresolin relatava as impressões políticas que compartilhou em usuais correspondências trocadas com Pasqualini. Segundo o seu relato, quando jovem, ainda em 1945, "as ideias de Alberto Pasqualini tiveram o efeito de vibrante clarinada na minha vida. Embora não militando em partido político, tornei-me arauto

\_

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> SIMON, Pedro. *Diário do Senado Federal*. Brasília, 26/09/2001, p. 22665.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> FERRARI, Fernando. *Minha campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961, p. XI.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Antônio Bresolin, pertenceu a uma família de pequenos proprietários rurais, tendo trabalhado na lavoura até os 22 anos de idade. Autodidata, começou a trabalhar no jornal *Correio Serrano*, de Ijuí/RS, em 1942. Foi deputado estadual pelo PTB/RS (1959-1962), deputado federal pela mesma legenda (1963-1966) e vice-líder da bancada parlamentar minoritária, após o golpe de 1964. Com a extinção dos partidos políticos do regime constitucional de 1946, migrou para o MDB em 1966, mantendo a sua atuação parlamentar até o ano de 1979. Sobre Bresolin, consultar: ABREU, Alzira A., *et. al.* (coords.). "Bresolin, Antônio". *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. I. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 816. MOTTIN, Antonio; CASOLINO, Enzo. *Italianos no Brasil: contribuições na literatura e nas ciências – séculos XIX e XX*. Porto Alegre, PUC/RS, 1999, p. 72.

dos seus ideais, sobretudo através do jornal que dirigia, o 'Correio Serrano', de Ijuî'. <sup>25</sup> Atuando como jornalista no interior do estado e tendo declinado dos convites feitos por Ruy Ramos e por Fernando Ferrari para ingressar na vida política, <sup>26</sup> Bresolin demonstrava ter recorrentemente divulgado e defendido as ideias de Pasqualini. Na eleição para governador do estado, em 1947, ao se deparar na rua com críticas bastante depreciativas feitas às propostas de Pasqualini, redigiu um texto no jornal, em resposta, assinando-o como "Um Pasqualinista de Cruz na Testa". <sup>27</sup> Quando Pasqualini veio a se candidatar ao Senado Federal, em 1950, Bresolin remeteu carta ao candidato petebista afirmando que a "sua vitória sintetiza um movimento em marcha – não revolucionário e sim evolucional". <sup>28</sup> Pasqualini, por seu turno, apoiava e incentivava aos jovens na tarefa pedagógica de denúncia das injustiças sociais. É o que se pode ver em carta remetida ao jovem jornalista de Ijuí, em março de 1952:

"Recebi os dois exemplares do 'Correio Serrano', em que estão publicados dois artigos do prezado amigo, um sobre financiamento ao pequeno produtor e outro analisa a situação geral do País. Neste País (...) a classe de parasitas, exploradores e privilegiados cresce cada dia à vista do pobre povo cada vez mais sacrificado (...). Continue com seus artigos esclarecedores. E não deixe de enviá-los, que são muito apreciados".<sup>29</sup>

Envolvido em nova campanha ao governo gaúcho, realizada nas eleições de 1954, Pasqualini pôde, uma mais vez, contar com o apoio irrestrito do jornalista orientado por suas ideias. Empolgado, Bresolin resolveu filiar-se ao PTB. Em nova carta enviada ao senador Pasqualini, vê-se que ela não deixava de ilustrar um matiz do processo de divulgação do pensamento esposado pelo "teórico do trabalhismo". Nas palavras do jornalista:

"Assumi o compromisso e estou escrevendo um programa radiofônico diário para a emissora local, que denominei a 'Voz da Justiça Social'. Estou realizando trabalho de doutrinação e difusão das ideias trabalhistas, consubstanciadas em seu livro e, sobretudo, em sua plataforma de governo". 30

Até aqui acompanhamos manifestações de adesão dos jovens à retórica e à figura política de Pasqualini, sobretudo, de um ponto de vista individualizado. Expressões de indivíduos

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> BRESOLIN, Antônio. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 06/06/1973, p. 3104.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Idem, p. 3105.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Alberto Pasqualini, *apud* BRESOLIN, Antônio. Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> BRESOLIN, Antônio. Idem.

singulares que, em regra, no curso do tempo, atuaram na seara petebista, sobremaneira no Rio Grande do Sul. Não obstante, também é possível identificar um terreno cultural de compartilhamento e de reciprocidade de ideias, entre Pasqualini e a juventude, sem que necessariamente os jovens tenham possuído vínculos estreitos e orgânicos com o PTB. Do ângulo organizacional dos estudantes, pois, é também plausível assinalar o prestígio do personagem. Logo, vale destacar uma grande manifestação pública promovida na capital paulista pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ocorrida em dezembro de 1953, esta manifestação tinha em vista fundar o "Movimento Cívico de Recuperação Nacional". Em linhas gerais, procurava reverberar um questionamento a certas práticas políticas usuais no país, como o clientelismo e o pragmatismo eleitoral dos partidos políticos, assim como denunciar a corrupção administrativa. Aparentemente um movimento apartidário, o comício contou com a presença de distintos atores políticos individuais e coletivos: o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros; o udenista e jornalista Carlos Lacerda; o Sindicato dos Metalúrgicos; o ex-governador da Bahia, Octavio Mangabeira; e a União Nacional dos Estudantes. Também convidados foram o governador de São Paulo, Lucas Garcez, e a esposa do presidente da República, Darci Vargas. Por razões distintas, ambos não puderam comparecer. Igualmente convidado, Alberto Pasqualini não esteve presente à manifestação, mas enviou um telegrama de saudação e de agradecimento, lido no comício por um aluno do curso de Direito, chamado Lauro Bueno de Azevedo. Denotando uma relação de reciprocidade, ou seja, valores comungados e preconizados tanto pelos estudantes quanto pelo próprio Pasqualini, o conteúdo do telegrama é bastante esclarecedor. Nas palavras textuais do senador gaúcho:

"Envio minha solidariedade aos nobres objetivos que inspiram o Movimento Cívico de Recuperação Nacional. (...) A reação da mocidade contra os processos que aviltam e degradam a política nacional, levando a decepção e a desesperança ao coração do povo, enche-nos de novas esperanças quanto ao futuro, porque vem demonstrar que a mocidade não está desfibrada – está sempre alerta, inspirada por um sadio idealismo e animada de um vigoroso espírito de luta".<sup>31</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Folha da Manhã. "Lançado oficialmente em comício no Ipiranga o Movimento Cívico de Recuperação Nacional". São Paulo, 15/12/1953, p. 5.

Destacadas as suas convergências e o seu apoio às razões "idealistas" que levaram os estudantes paulistas a criar o movimento cívico, Pasqualini, contudo, não deixou de salientar em sua missiva alguns objetivos de natureza social e economicamente reformista, que, a seu ver, deveriam também ser incorporados à orientação do organismo estudantil.

"Oxalá não sejam jamais desvirtuados os propósitos que animam a vibrante mocidade estudantil de São Paulo, que, além do movimento de moralização política tão necessário, encontre, na nobreza do seu gesto e nos sentimentos da ciência social, razões poderosas para lutar pela reforma da estrutura econômica da sociedade, de modo que sejam verdadeiramente realizados os princípios da justiça social, trazendo novas esperanças e novo alento às classes trabalhadoras do país". 32

No ano seguinte, envolvido com a candidatura para o governo estadual do Rio Grande do Sul, Pasqualini pôde novamente contar com o apoio dos estudantes. Alunos de diferentes cursos e instituições universitárias promoveram a criação de um órgão estudantil favorável a sua campanha, chamado "Centro Universitário pró-eleição do Senador Alberto Pasqualini ao Governo do Estado". Tendo publicado, a pedido, um manifesto na imprensa local, em agosto de 1954, o Centro Universitário apresentava as suas ponderações ao público, ressaltando os motivos para o apoio ao candidato petebista:

"Na condição de universitários descortinamos o panorama político administrativo de nossa terra e ao apontarmos o nome do insigne Senador Alberto Pasqualini, vemos não só o intérprete de uma política de princípios, mas também o inexcedível batalhador pela justiça e equidade sociais, razão por que nestes tempos de esterilidade doutrinária, tornou-se líder inconteste do povo e da mocidade do Rio Grande (...). Nestes primeiros passos de aglutinação de quantos colegas existem que são admiradores da candidatura Alberto Pasqualini, não silenciamos a necessidade e o nosso propósito de difusão da doutrina que esposa esse homem público, pois que é dela que tiramos a nossa força e é em função dela que iremos trabalhar". 33

A veia pedagógica, a crítica a alguns costumes políticos brasileiros e a defesa de certos ideais reformistas, consistiram em relevantes aspectos potencialmente simpáticos e sensíveis aos jovens e aos estudantes. Pasqualini tendeu a ter a sua imagem associada a de um político destituído de interesse material e comprometido com a pureza de ideais e com o estudo e o

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> PASQUALINI, Alberto. "A pedido: os universitários e a candidatura Pasqualini", Correio do Povo, Porto Alegre, 15/08/1954, p. 3. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 61.

saber. Sem dúvida, nuanças de uma prática e de uma retórica política que, com certa facilidade, guardavam apelo nos meios estudantis e na juventude. Essa sensibilidade, de certo modo, apoiava-se em alguns traços de reciprocidade, no tocante ao próprio modo de existência da juventude e dos estudantes, haja vista o peso atribuído nestes estratos sociais ao estudo e a própria tendencial capacidade de senão transcender, ao menos minimizar as dificuldades materiais cotidianas e imediatas. Não raro, traços que peculiariza(va)m importantes frações dos jovens e dos estudantes. Nuanças culturais que permitiram às ideias e à imagem de Pasqualini alcançar importante repercussão no seio da juventude, permitindo ao personagem capitalizar força e prestígio no interior do partido. Considerado pelo próprio Getúlio Vargas como "o Harold Laski do Brasil", 34 Pasqualini liderou uma corrente doutrinária no partido que o converteu em proeminente ideólogo trabalhista. 35 Sua característica marcante foi a formulação e a defesa de contornos doutrinários ao PTB, acompanhada de uma crítica à submissão das bandeiras esposadas pelo partido às contingências eleitorais. Levando em conta a notória perspicácia do líder maior do partido, é provável que a comparação feita por Vargas entre Pasqualini e Laski estivesse assentada em uma dupla razão: de um lado, com uma intenção claramente elogiosa, visava a reconhecer as virtudes intelectuais do personagem. De outro, talvez não seja demasiado especular que tal comparação pudesse denotar um caráter relativamente crítico. Isso por que o intelectual socialista britânico, durante as décadas de 1930 e de 1940, não somente buscou repercutir e definir um programa político coerente ao Labour Party. Mas, também, por que teve a sua trajetória reconhecidamente marcada por constantes controvérsias em face das lideranças do seu partido, frequentemente avaliadas por Laski como pragmáticas e eleitoreiras.<sup>36</sup> Alberto Pasqualini, por seu turno, não deixou de revelar certas críticas similares nas hostes petebistas. Um perfil de crítica que gestou múltiplas polêmicas com os atores sintonizados com a liderança e a visão pragmática de Getúlio Vargas.

Como visto no segundo capítulo, o PTB foi uma organização autoritária e centralizada, sob a liderança de Getúlio Vargas. <sup>37</sup> Já fora dos quadros do partido, atuando em seu Movimento Trabalhista Renovador, no início da década de 1960, Fernando Ferrari afirmou que Pasqualini

<sup>34</sup> Cf. MACHADO, Unírio. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 28/11/1958, p. 7571.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Cf. reflexão empreendida no capítulo 2. Consultar também BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais..., op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> KRAMNICK, Isaac; SHEERMAN, Barry. *Op. cit.*, p. 291-389 e 421-449.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Cf. também D'ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos..., op. cit.

tinha "os passos amarrados pelo heliocentrismo do Presidente. Vargas agarrava-se de maneira endogênica à chefia". A disputa por poder interno e a tensão estabelecida entre, de um lado, o "pragmatismo" eleitoral, governamental e organizacional, e, de outro, a "pureza das ideias trabalhistas", refletia-se sobremodo na relação de Pasqualini com outros setores do PTB, como teremos a oportunidade de observar na sequência.

Em agosto de 1947, poucos meses após findar o processo eleitoral que deu a vitória para o governo estadual gaúcho a Walter Jobim (PSD), face ao próprio Pasqualini, um correligionário petebista ligado a Getúlio encaminhava, alarmado, um relato da situação política no estado ao líder nacional. Ressaltando as dificuldades para a costura de uma composição com o governador eleito, o aliado de Vargas, Barreto Pinto, assinalava o papel oposicionista e inflexível desempenhado por Pasqualini. Barreto Pinto alegava que o irmão de Getúlio, Protásio Vargas, "acenou para o dr. Walter com a possibilidade da nossa colaboração com o governo, em benefício da obra administrativa que pretende realizar". Afirmava ainda que "a ideia repercutiu de maneira muito favorável no governador". No entanto, nas palavras de Barreto Pinto,

"o nosso lado, surgido o boato, começamos a receber demonstrações alarmantes de descontentamento. (...) Os companheiros nos trazem o seu apelo para que não sujeitemos o Partido ao que entendem ser uma capitulação. (...) Sabe bem o senhor da situação especial e difícil da bancada e do Partido em consequência da atividade 'pasqualinista'. (...) A mim parece que uma atitude abruptamente colaboracionista daria ao Pasqualini a oportunidade que espera: a de abrir, dentro do Partido, sua dissidência, levantando a bandeira simpática e popular do oposicionismo, da fidelidade aos compromissos assumidos com o eleitorado. Aí, tememos, todos, que o Pasqualini saia arrastando mais gente do que trouxe. (...) A manobra já se esboça com clareza: a imprensa ligada ao Pasqualini narra os acontecimentos, exatamente da forma que convém a esses propósitos (...). Não podemos ter (...) a menor dúvida de que o Pasqualini espera, apenas, uma oportunidade favorável para liderar uma dissidência dentro do Partido". <sup>39</sup>

Ainda na avaliação do correligionário de Vargas, a bancada parlamentar considerava "inconveniente qualquer ligação com o PSD ou colaboração com o governo. (...) O entendimento imediato significa fortalecimento no âmbito nacional, mas evidente, sensível enfraquecimento do seu partido, no Rio Grande do Sul".<sup>40</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> FERRARI, Fernando, *Minha...*, op. cit., p. 5-6.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> CPDOC/FGV, carta de Barreto Pinto para Getúlio Vargas, 05/08/1947, arquivo Getúlio Vargas, GVC1947.08.05.

<sup>40</sup> Idem.

A disputa entre grupos internos ao partido e, em consequência, entre rumos políticos a perseguir, é também demonstrada em carta enviada a Vargas por seu primo Dinarte Dornelles – uma figura proeminente do PTB local, que presidiu o diretório nacional nos anos de 1951-1952. Ademais, a influência exercida pelo personagem sobre os jovens militantes do PTB, também é destacada no conteúdo da carta. Para o que especialmente interessa ao trabalho, um aspecto que revela o peso da dimensão pedagógica desempenhada por Pasqualini no seio do diretório regional do PTB. De acordo com Dinarte:

"O grupo dos meninos que buscam o Pasqualini tudo faz para imprimir ao Partido uma orientação diferente da que desejamos (...). O senador Salgado Filho, confundindo o ambiente, nos fez ceder demais, dando por isso mais força ao grupo Pasqualini".<sup>41</sup>

A aludida dimensão educativa que norteava ao grupo pasqualinista pode ser iluminada por meio das palavras do seu próprio líder, atinentes ao papel que deveria exercer o partido político: "O que desejamos são eleitores conscientes e livres e não máquinas eleitorais. É preferível que um partido seja derrotado e desapareça a que se posterguem os princípios pelos quais combate".<sup>42</sup>

Empolgado com as possibilidades de vitória eleitoral do PTB à Presidência da República, em 1950, Pasqualini defendeu a candidatura de Vargas já no início do ano. Participou ativamente dos trabalhos da campanha que visava levar Getúlio ao Palácio do Catete. Mas, para isso, segundo remetente de uma carta dirigida ao líder maior das hostes trabalhistas, Pasqualini entendia que seria necessário organizar o partido e tratar "da propaganda doutrinária". A carta informava, ainda, que Pasqualini pretendia dar início, em seguida à resposta, "um trabalho de propaganda, através de escritos". Carta enviada por Ivete Vargas (petebista do diretório de São Paulo, eleita e reeleita sucessivamente ao cargo de deputada federal entre 1950 e 1966) ao seu tio-avô Getúlio Vargas, também revela este trabalho empreendido pelo personagem. Adicionalmente, consiste a carta da sobrinha-neta de Getúlio uma fonte passível de identificar uma fragmentária e dupla dimensão do funcionamento do partido: de um lado, denota o poder desempenhado pela família Vargas no PTB, pois a autora da

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> CPDOC/FGV, carta de Dinarte Dornelles para Getúlio Vargas, 06/07/1948, arquivo Getúlio Vargas, GVC1948.07.06.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso como candidato", Correio do Povo, Porto Alegre, 12/11/1946. In: *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*, SIMON, P. (org.). Brasília: Senado Federal, 2001, p. 123.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> CPDOC/FGV, carta para Getúlio Vargas, sem identificação do autor, remetida em janeiro de 1950, arquivo Getúlio Vargas, GVC1950.01.00/5.

missiva fazia alusão a não poucos integrantes da cúpula petebista oriundos do clã, em linguagem significativamente familiar e afetiva. 44 Uma nuança, pois, de um certo caráter de parentela existente nos altos postos do partido, em conformidade com a análise empreendida por Maria Celina D´Araujo. 45 Por outro lado, talvez represente uma saliente visão dos correligionários mais afinados com a liderança de Getúlio acerca de Pasqualini e do seu papel partidário. Remetida em julho de 1950, ao tio-avô e então candidato petebista à Presidência da República, a carta de Ivete assinalava uma determinada expectativa de Pasqualini e oferecia sugestões a Getúlio de como poderia utilizar o intelectual trabalhista, possivelmente visando a cooptá-lo e fazê-lo atenuar as suas críticas ao pragmatismo getulista.

"O Pasqualini tem uma vontade imensa de ser o seu representante pessoal na Convenção [do PTB], caso o senhor não venha. Ele me disse que iria ao Itu [fazenda de Getúlio Vargas em São Borja/RS] para o senhor dar os rumos do discurso e ele faria o discurso, acrescentando o sal e a pimenta necessários. Ele tem prestígio e valor intelectual. Penso que talvez possa ser interessante aproveitá-lo, pois ele ficaria deslumbrado com a missão". 46

Representando, portanto, o fiel da balança petebista, carta também enviada por Ruy Ramos a Getúlio Vargas discorria sobre os predicados politicamente pedagógicos de Pasqualini e do seu grupo, no Rio Grande do Sul. Requeria de Getúlio uma intervenção no partido para reduzir as hostilidades criadas pelo grupo liderado pelo sindicalista José Vecchio com a ala pasqualinista. A carta de Ramos acentuava que Pasqualini estava "cercado de um grupo seleto de homens, especialmente moços e intelectuais, idealistas sem ambições. (...) São elementos preciosos ao Partido, como núcleo intelectual da sua estruturação". Poderia a ala, informativa e didaticamente, "levar ao Povo a mensagem de nossos princípios sociais". No entanto, na avaliação do autor da carta, "o grupo de luta, com o nosso amigo Vecchio à frente, hostiliza o outro grupo ou pelo menos mantém prevenção com ele". <sup>47</sup> Provavelmente, tais hostilidades deveram-se ao apoio pessoal de Pasqualini à dissolução do diretório estadual do PTB e à sua solidariedade com a bancada parlamentar na Assembleia Legislativa, envolvida que estava com

<sup>44</sup> CPDOC/FGV, carta de Ivete Vargas para Getúlio Vargas, remetida em julho de 1950, arquivo Getúlio Vargas, GVC1950.07.00/3.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> D´ARAUJO, Maria Celina. Sindicatos..., op. cit., 1996.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> CPDOC/FGV, carta de Ivete Vargas para Getúlio Vargas, remetida em julho de 1950, arquivo Getúlio Vargas, GVC1950.07.00/3.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> RAMOS, Ruy. "Ação político-partidária". In: *Op. cit.*, p. 104-105.

uma "campanha contra o diretório do partido, presidido pelo sr. José Vecchio", isso ainda ao final do ano de 1947. Segundo Jorge Ferreira, Vecchio foi o "interlocutor privilegiado de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul", nos primeiros anos do itinerário do partido. Com o tempo, ainda segundo o autor, "a influência do grupo operário cedeu espaço no PTB aos intelectuais oriundos da USB, políticos egressos do PSD e ativistas da ala moça, como Leonel Brizola e Fernando Ferrari"; diga-se, ala moça geralmente convergente com a tendência doutrinária pasqualinista. Talvez não seja demasiado afirmar que a liderança e a orientação de Getúlio tenham progressivamente sido transferidas, na seara petebista gaúcha, de Vecchio para João Goulart, presidente do diretório estadual entre 1950 e 1952. A respeito, cumpre apenas ressaltar que, como assinala Ferreira, Vecchio tinha muitas afinidades com Vargas, mas consistia em uma liderança sindical e trabalhista que guardava uma certa autonomia de ação e de percepção política. Jango, por seu turno, mesmo muito próximo a Getúlio, buscou equilibrar as tensas relações entre o grupo pasqualinista e o de perfil político mais tradicional, composto por profissionais da política ligados a Vargas e provenientes de uma migração do PSD/RS.

A despeito do prestígio e mesmo do fato de que Pasqualini não questionava a liderança e o símbolo trabalhista que encarnava a figura de Getúlio Vargas, incomodavam ao personagem e à sua ala determinadas atitudes, interpretadas como programática e politicamente incoerentes. O pragmatismo de Getúlio e dos seus aliados petebistas, não raro, fomentava incômodos e conflitos internos no partido. No processo de lançamento da candidatura de Vargas à eleição para presidente da República, em 1950, de acordo com Sereno Chaise, uma destas controvérsias ocorreu em virtude da aliança estabelecida por Getúlio com Ademar de Barros. Nas palavras de Chaise, Pasqualini assim reverberou o caso: "Tu vês Chaise, não dá para aguentar (...). Não dá. Agora o doutor Getúlio se aliou ao Ademar, que diz claramente *roubo, mas faço*". Se Nesse sentido, filiados e representantes petebistas pouco comprometidos com as causas trabalhistas, assim como reveladores de condutas tidas como incongruentes com o programa, na avaliação

-

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Folha da Manhã. "Não pretende abandonar a política o sr. Getúlio Vargas". São Paulo, 24/12/1947, p. 10.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2011, p. 58-59.

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Idem, p. 55-59.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Sobre a ala "pragmática" do PTB, consultar capítulo 2, e NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, nacionalismo...", *op. cit.*, p. 167-203.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> KLÖCKNER, Luciano (org.). Op. cit., p. 23.

pasqualinista, eram um grande problema para a legitimidade do PTB perante a sociedade. O personagem persistentemente questionava posturas eleitoreiras também manifestadas entre os seus pares do PTB. Fragmento de uma carta encaminhada pelo senador, em 1953, ao jovem amigo Bresolin, é sintomático. Em seu entendimento, o PTB estava a passar, paulatinamente, "por um processo de depuração. É possível que, dessa forma, fique reduzido – mas será mais 'Trabalhista'. Não tenho dúvidas que a boa orientação prevalecerá no futuro. Tudo devemos fazer para que isso aconteça".<sup>53</sup>

A imprensa habitualmente veiculava, entre meados dos anos de 1940 e de 1950, notícias relativas a crises e polêmicas internas no PTB. O nome de Pasqualini quando mencionado, não raro, era abordado como "elemento incômodo" à cúpula getulista. Em boa medida, também apareciam informações que registravam seu autodistanciamento em face do que o próprio personagem classificava como "tricas pessoais". 54 Pouco antes de João Goulart assumir a presidência do diretório nacional do partido, o nome de Pasqualini foi ventilado pelo periódico paulista Folha da Manhã, como "um dos mais fortes candidatos". 55 Buscando reservar um espaço de legitimidade e de atuação cujo exercício do poder corresponderia à definição do norte ideológico e à orientação e à fiscalização do comportamento organizacional – deixando de lado, em geral, anseios de obtenção de cargos dirigentes na cúpula petebista -, Pasqualini não aceitou a candidatura noticiada pelo jornal. Afirmava que "não pretende, de modo algum, ocupar tal posto". Isso por que, em conformidade com a notícia, "alguns dos seus amigos mais íntimos, (...) acrescentaram que não partiu deles a apresentação da candidatura, por que não desejam que o seu nome seja envolvido nas frequentes desavenças pessoais em que ainda é fértil o P.T.B.".56 Político experimentado e profissional, razoavelmente maleável às circunstâncias políticas de momento, com efeito, Getúlio Vargas não queria ver Pasqualini na presidência do partido.<sup>57</sup> Na condição de senador, entre 1951 e 1955, em que desempenhou suas atividades parlamentares guardando um ponderável grau de independência em relação às iniciativas do governo do

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Alberto Pasqualini, *apud* BRESOLIN, Antonio. *Op. cit.*, p. 3105.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Folha da Manhã. "Graves crises internas nas mais importantes e mais decisivas bases eleitorais do P.T.B". São Paulo, 21/12/1951, p. 1. Folha da Manhã. "Pasqualini coloca-se à margem das disputas no P.T.B". São Paulo, 16/02/1952, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> Folha da Manhã. "Não pretende candidatar-se à presidência do P.T.B. o sr. Pasqualini". São Paulo, 16/02/1952, p. 1. <sup>56</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> Folha da Manhã. "Intervenção de Getúlio no P.T.B.". São Paulo, 08/04/1952, p. 1 e 3.

presidente Getúlio Vargas, é claro que Pasqualini não poderia encontrar-se no topo da lista de preferências getulistas.

Não obstante, inspirada pela tese original de Bodea acerca da "divisão de tarefas entre Getúlio e Pasqualini", tem razão Laura Vasconcellos em afirmar que as tensões entre os grupos pasqualinista e getulista não corresponderam estritamente a questões de "ordem programática, sendo mais explicada por 'fazeres políticos' diferentes do que por oposição ideológica". <sup>58</sup> As ideias e as propostas formuladas por Pasqualini foram, em considerável grau, assimiladas pelos trabalhistas e pelo PTB. Nesse sentido, proposta de reforma programática do PTB, elaborada por Pasqualini, em 1949, e apreciada pela cúpula do diretório do Distrito Federal, revela, em boa medida, a incorporação das suas ideias no próprio programa partidário. Saudando a contribuição oferecida pelo petebista gaúcho, os correligionários da cidade do Rio de Janeiro, José Junqueira, Anísio Frota Aguiar e Manoel Benício Fonteneles, responsáveis pela análise da proposta, deram especial acento à tese pasqualinista do crédito (fundo) social. <sup>59</sup> Em suas palavras:

"Um dos pontos de maior interesse para a evolução programática do P.T.B., encontramos no dispositivo que determina a constituição de um fundo social e suas formas de aplicação. Estabelece normas de interesse geral e equaciona, para uma solução inteligente, um conjunto de problemas vitais à recuperação econômica do indivíduo e do Estado". 60

Outros indícios adicionais que possibilitam sublinhar a incorporação e o assentimento da perspectiva política pasqualinista, de maneira institucionalizada, pelo PTB, foram as publicações de dois opúsculos, patrocinados pelo diretório gaúcho. Ambos foram publicados na primeira metade do decênio de 1950, de sorte a veicular, com o suporte institucional do partido, a visão de mundo esposada pelo "teórico do trabalhismo". O primeiro, de 1952, intitula-se *Trabalhismo e desenvolvimento econômico*, representando uma coletânea de pronunciamentos feitos pelo personagem no Senado Federal. O segundo, publicado em 1954, consistiu em uma reunião de ideias selecionadas e fragmentadas, pertinentes a múltiplos temas, denotando um

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. Op. cit., cap. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> A proposta do crédito ou fundo social implicava, entre outros, em uma reforma do sistema financeiro e tributário. A respeito, consultar, sobretudo, o capítulo 5.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> CPDOC/FGV. PTB/DF, Parecer sôbre o projeto de reforma de programa do P.T.B. configurado na contribuição do companheiro: Dr. Alberto Pasqualine, 27/06/1949, arquivo Getúlio Vargas, GVc1949.06.27/1, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> PASQUALINI, Alberto. Trabalhismo e desenvolvimento..., op. cit.

claro intento de divulgação das ideias de Pasqualini para um público generalizado. Ganhou o seguinte título: *As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini*. <sup>62</sup>

As divergências entre os setores alinhados a Pasqualini e a Getúlio foram, sobretudo, de natureza politicamente comportamental. Potencialmente relacionadas aos distintos modos operandi que tendem a caracterizar a atuação política dos intelectuais e dos políticos profissionais. Não são poucas as experiências e os exemplos históricos que demonstram como os intelectuais costumam apresentar um padrão de atitude relativamente inflexível e intransigente em face dos segundos. 63 Todavia, se as teses programáticas pasqualinistas e getulistas tenderam a ser bem recebidas por ambos os setores do partido, tendo na prioridade dada ao trabalho e ao trabalhador o mote da comunhão partidária, essa convergência não implica necessariamente que as tensões internas tivessem um significado prático pouco relevante, ou mesmo meramente anedótico e de fundo personalista. Ademais, vale também problematizar a hipótese de sabor gramsciano defendida por Miguel Bodea. Para o autor, Getúlio Vargas desempenhou um papel no âmbito do Estado e Pasqualini na esfera da sociedade civil. Dupla e distinta função dos personagens, envolvidos com ritmos e vicissitudes de atividades diferentes, implicando em tensões políticas internas ao partido.<sup>64</sup> Mas, ao fim e ao cabo, seguindo a sua linha de interpretação, as divergências criadas tenderiam a ser diluídas em prol de um mesmo horizonte político trabalhista. Ao que parece, a hipótese formulada por Bodea tende a demasiadamente minimizar as diferenças entre os personagens e os setores partidários internos. Talvez o problema resida no próprio paradigma teórico utilizado pelo autor, no que respeita à caracterização do "intelectual orgânico", um conceito operacionalizado por Gramsci. 65 A figura do intelectual delineada pela pena gramsciana, se pertinente em alguns aspectos, é concebida como bastante engajada e dedicada à organização cultural e política das classes sociais a serem por ele representadas. Nesta acepção, Pasqualini seguramente poderia ser designado como um "intelectual orgânico". Porém, a abordagem de Gramsci não deixa de desconsiderar os hábitos que peculiarizam a formação e a prática do intelectual. Nesse sentido, dilemas, tensões e controvérsias não fazem parte de uma eventual relação dos intelectuais com as lides partidárias.

.

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> PASQUALINI, Alberto. As ideias..., op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Conforme discussão realizada no capítulo 2, pertinente à relação entre os intelectuais e a política.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.* 

<sup>65</sup> GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais..., op. cit.

A unidade e a convergência do intelectual com o partido, com a sua estrutura organizacional, parece sobrepor-se às circunstanciais controvérsias. A perspectiva de Bodea, assim, revela o mesmo perfil de abordagem, que potencialmente dilui os problemas implicados nas divergências entre Vargas, "o estadista", e Pasqualini, "o teórico".

De um ângulo distinto, entendo que as controvérsias pertinentes ao "pragmatismo getulista" e ao "idealismo pasqualinista" denotam uma importância acentuada. Isso por que não são escassos os casos históricos, nacionais e internacionais, que revelam como o pragmatismo político - isto é, a flexibilidade às opiniões culturalmente dominantes e a acomodação à correlação de forças políticas – pode precisamente diluir ou mesmo anular um programa, uma doutrina esposada pelo organismo partidário. Em consequência, pode retirar a legitimidade do partido perante a sociedade civil, em especial junto ao público-eleitor ao qual procura dar representação o organismo partidário. Tende a esvaziar o próprio sentido de criação do partido político, pondo para escanteio seus objetivos originais e declarados estatutariamente. Desse modo, não me parece exagerado afirmar que, em alguma medida, o apelo pasqualinista pela coerência entre a retórica e a ação partidária possa ter redundado na socialização de valores internos ao PTB, viabilizando a circulação de um ethos partidário não explícito, mas passível de constranger circunstanciais ensaios de "falta de comprometimento com a causa trabalhista". Como resultado bastante plausível, com isso o partido pôde, até o golpe civil-militar de 1964, apresentar um razoável padrão de correspondência entre as bandeiras empunhadas e as iniciativas de boa parte dos seus representantes e líderes.

Veja-se adiante a projeção nacional e a mitificação alcançada pelo pensamento e pela imagem de Alberto Pasqualini entre os trabalhistas. Como recorte de análise, faço uma caracterização e um estudo sobre uma publicação carioca vinculada ao PTB: a *Revista Trabalhista*.

#### A Revista Trabalhista

A *Revista Trabalhista* teve o seu primeiro número lançado em dezembro de 1949. Publicada de maneira irregular, sofrendo interrupções significativas, possivelmente pela escassez de recursos financeiros, suas edições abrangeram o período de 1949 a 1963. Em geral,

não contou com anunciantes. É provável que tenha se mantido, em boa medida, por meio de contribuições de políticos petebistas, de aderentes às ideias da revista, de sindicatos dos trabalhadores e, circunstancialmente, no governo de Getúlio Vargas (1951-1954), também pode ter recebido algum aporte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. 66 Todavia, sem fontes à disposição para comprovação, apenas pode-se especular nesse sentido. 67

O maior volume de edições da revista deu-se, notadamente, no início dos anos de 1950. 68 O escritório da publicação ficava sediado no centro da cidade do Rio de Janeiro, inicialmente na avenida Presidente Vargas, transferindo-se, posteriormente, para a avenida Rio Branco. Ela era vendida nas bancas, custando Cr\$ 2,00, entre 1949 e 1950, e Cr\$ 5,00, em 1952, de certo modo refletindo a inflação do período. A título de comparação, o carioca *Jornal do Brasil* era vendido, em 1950, a Cr\$ 0,50 nos dias úteis e a Cr\$ 1,00 aos domingos. Em 1952, o mesmo jornal custava Cr\$ 1,00 nos dias úteis e aos domingos. 69 Entretanto, como produtos culturais distintos, a periodicidade era diferente e o número de páginas também: enquanto a *Revista Trabalhista* era editada, em média, com cerca de 65 páginas, o *Jornal do Brasil*, veiculado diariamente, possuía aproximadamente 25 páginas. Por conseguinte, eram preços ao consumidor que talvez

<sup>66</sup> Em setembro de 1952, tendo em vista uma controvérsia sobre eventual apoio financeiro, a Divisão de Fiscalização do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, lançou uma nota pública afirmando o que se segue: "Tendo conhecimento de que pessoas inescrupulosas estão angariando anúncios para revistas de caráter trabalhista, utilizando-se do nome desta repartição, faz saber ao comércio e à indústria desta capital que o Ministério do Trabalho não patrocina nenhuma publicação dessa natureza". Como se vê, é possível que a polêmica gerada tenha derivado de setores interessados em dois braços da gestão do Ministério – o empresariado do comércio e da indústria – potencialmente insatisfeitos com uma certa atenção governamental dada aos trabalhadores. Consultar *Folha da Manhã*. "Não patrocina o Ministério do Trabalho nenhum órgão de publicidade". São Paulo, 04/09/1952, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> A edição de setembro de 1952 publicou extensas páginas sobre o balanço do *Banco do Brasil*. Não saberia informar se isso pode consistir em indício de contribuição financeira regular do governo federal, à época da gestão de Getúlio Vargas na Presidência da República, ou tenha conformado um mero anúncio episódico. Na mesma edição, também o *Banco do Estado de São Paulo – Banespa* publicou o seu balancete. Em todo caso, nos números anteriores não se tem registro de qualquer anúncio e os anunciantes identificados, em 1952, eram duas empresas do setor público. Consultar *Revista Trabalhista*. "Banco do Brasil S.A. – 1808-1952: balanço em 30 de junho de 1952". Distrito Federal, set. 1952, p. 85-92. *Revista Trabalhista*. "Banco do Estado de São Paulo sociedade anônima – balancete em 30 de agosto de 1952". Distrito Federal, set. 1952, p. 77.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Na Biblioteca Nacional encontram-se as edições publicadas em dez. 1949, jan. e ago. 1950, jun. 1951, out. 1960 e fev. 1963. Considerando um exemplar não disponível na biblioteca carioca, mas encontrado em biblioteca portoalegrense – refiro-me ao número de set. 1952 – pela historiadora Laura Vianna Vasconcellos, e gentilmente a mim cedidas as suas imagens pelo prof. Jorge Ferreira, digitalizadas por Vasconcellos para o desenvolvimento da sua oportuna pesquisa também sobre Pasqualini, o número de edições identificadas da *Revista Trabalhista* soma o total de 7 (sete) exemplares. A respeito da mencionada pesquisa, consultar VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.* <sup>69</sup> *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 01/02/1950, p.1. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 20/09/1952, p.1.

correspondam à diferença existente, em nossos dias, entre um jornal da grande imprensa e uma revista semanal de política e variedades.

A revista foi editada pelo jornalista Eurico de Oliveira, que foi repórter do Jornal do Brasil e d'A Noite. Politicamente engajado, Oliveira foi fundador do Diário Trabalhista, em 1946. 70 Um jornal também publicado com interrupções, em boa medida por carência de anunciantes e recursos financeiros, entre 1946 e 1961. Segundo Marieta de Morais Ferreira, o jornal Diário Trabalhista exibia "uma orientação política trabalhista", mas "visava na verdade garantir um respaldo popular para o governo do presidente Eurico Dutra, com o qual possuía ligações". 71 Estas ligações, na segunda metade do decênio de 1940, não deixaram de ser observadas e submetidas à crítica pelos petebistas gaúchos, em particular os deputados estaduais José Diogo Brochado da Rocha e Leonel Brizola. Em discursos parlamentares que abordaram polêmicas em torno de matéria publicada pelo Diário Trabalhista, Brochado da Rocha alegou que o jornal "não é órgão, nem interpreta o pensamento do Partido Trabalhista Brasileiro". 72 Brizola, por sua vez, afirmou que o *Diário* tinha uma "direção intimamente ligada ao governo" federal.<sup>73</sup> Ainda de acordo com Ferreira, nos anos de 1950 "a linha política do jornal tornou-se mais definida, caracterizando-se por posições abertamente trabalhistas e comprometidas com o governo de Getúlio Vargas". 74 O Diário Trabalhista, já com essa nova linha editorial, publicou em 1952 um artigo que fazia referência à contribuição pasqualinista ao trabalhismo, assinalando que o então senador pelo PTB/RS merecia "ser chamado de 'o mais abalizado doutrinador do Trabalhismo brasileiro". 75

O editor da *Revista Trabalhista*, Eurico de Oliveira, foi ainda candidato a deputado federal em 1954 pelo Partido Trabalhista Nacional – PTN/DF, e em 1950, 1958 e 1962 pelo PTB/DF. Sempre conquistando apenas a suplência, assumiu a cadeira na Câmara Federal em 1964, pelo PTB/DF, após as cassações de parlamentares petebistas, ocorridas com o golpe civil-

<sup>70</sup> ABREU, Alzira A., *et. al.* (coords.). "Oliveira, Eurico". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. IV. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4157-4158.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> FERREIRA, Marieta de Morais. "Diário Trabalhista". In: ABREU, Alzira A., *et. al.* (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. II. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 1856.

<sup>&</sup>lt;sup>72</sup> BRAGA, Kenny, et al. (coords.). Op. cit., p. 327.

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> Idem, p. 328.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> FERREIRA, Marieta de Morais. *Op. cit.*, 1857.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> VIEIRA, R. Bennaton. "Vargas e o trabalhismo cristão". Rio de Janeiro: *Diretriz Trabalhista*, ano I, n. 2, abr. 1952, p. 11.

militar.<sup>76</sup> Em uma edição de 1950, era estampada na *Revista Trabalhista* uma propaganda de campanha, em página inteira, contendo sua foto e acompanhada do seguinte *slogan*: "Para Deputado Federal Eurico de Oliveira – Defenderá a doutrina trabalhista".<sup>77</sup>

Em que pesem as controvérsias relativas a sua outra iniciativa jornalística, a *Revista Trabalhista* de Eurico de Oliveira revelou uma explícita linha editorial comprometida com o trabalhismo. Dirigida especialmente ao público pertencente à classe trabalhadora e aos segmentos médios da sociedade, a revista foi norteada pela publicação de matérias que denotavam expressivas preocupações com as condições de vida dos trabalhadores, detendo um saliente corte classista. Tomando por base definição oferecida por Aluizio Alves Filho, não seria demasiado classificar a revista como uma publicação "partidária", no sentido em que este tipo de produto jornalístico apresenta um "compromisso com causa determinada, sendo fechado a qualquer outra visão de mundo" e consiste em "porta-voz de ideologias claramente delineadas". <sup>78</sup> Ademais, a revista revelava um nítido propósito educativo e cultural. Em conformidade com o editorial de lançamento da publicação, seus objetivos eram os seguintes:

"A 'REVISTA TRABALHISTA' será um órgão independente e dará apoio às justas reivindicações dos trabalhadores. Publicará amplo noticiário sobre política, economia, problemas sociais, vida sindical e forças armadas, e informará sobre o movimento trabalhista, educacional, artístico, cultural e esportivo (...). A 'REVISTA TRABALHISTA', desde já, abre as suas colunas aos trabalhadores, para que estes possam levar ao conhecimento do público e do governo, informações, esclarecimentos e sugestões, discutindo e analisando todos os problemas que interessem à classe trabalhadora e ao país. (...) Informará sempre corretamente às classes trabalhadoras e o povo, sobre o movimento trabalhista no Brasil, sobre as atividades políticas relacionadas com o trabalhismo e procurará contribuir para que tenha um verdadeiro conteúdo ideológico, seja uma diretriz e um roteiro a ser seguido pelos que desejam a reorganização do Brasil nas verdadeiras bases da justiça e da solidariedade social". 79

Levando em conta que "os editoriais (...) explicitam abertamente a visão de mundo do jornal", exercendo esta visão forte incidência sobre o ordenamento e o conteúdo do noticiário, ainda

<sup>&</sup>lt;sup>76</sup> ABREU, Alzira A., et. al. (coords.). "Oliveira, Eurico". In: op. cit., p. 4157-4158.

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, ano I, n. 3, ago. 1950, p. 8.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> ALVES FILHO, Aluizio. "A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia". In: *Comum*, Rio de Janeiro: Facha, v. 5, n. 15, ago./dez. 2000, p. 101.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> Revista Trabalhista. "Nossos objetivos". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 5.

segundo Alves Filho, <sup>80</sup> entendo que dois editoriais dos primeiros números da *Revista Trabalhista* são suficientemente esclarecedores. Isso não apenas para ressaltar os objetivos culturais e pedagógicos da publicação, mas especialmente por uma razão que sobremodo interessa ao trabalho: os editoriais faziam referência expressa ao pensamento de Alberto Pasqualini, tomando-o como fonte doutrinária inspiradora. Na sequência do editorial reproduzido acima, que integrava o primeiro número da publicação, o editor ainda afirmava que:

"Segundo o grande Alberto Pasqualini, o trabalho não se valoriza somente com hinos ao trabalhador, nem com a demagogia dos que lhe exploram a (...) boa fé. O trabalho só encontrará a sua valorização no dia em que o trabalhador puder viver uma vida de decência, de conforto e de bem-estar (...), no dia em que puder instruir-se, elevar o seu nível cultural, adquirir discernimento, tornando-se um cidadão apto a participar da vida política da nação. (...) A 'REVISTA TRABALHISTA' defenderá a doutrina trabalhista".81

Considerando que no ano da primeira edição (1949) Pasqualini não desempenhava suas atividades políticas em cargo eletivo – adicionalmente, atuava sobremaneira no diretório sul-riograndense do PTB –, é forçoso argumentar que as suas iniciativas no sul do país, assim como o seu livro *Bases e sugestões para uma política social* (publicado em 1948), já contavam com ponderável apreciação positiva na capital do país. Com efeito, não foi gratuita a adoção do seu pensamento como referência intelectual expressa para a revista, já em seu lançamento. Classificar a revista como produto cultural assentado em uma orientação ideológica trabalhista, sobretudo, um trabalhismo interpretado e formulado pela pena pasqualinista, não é exagero, como se vê abaixo, em novo editorial, publicado em 1952:

"O Partido Trabalhista Brasileiro vem procurando realizar um trabalho metódico e paciente de apostolização, na qual procura convencer os brasileiros com a dialética de ilustres doutrinadores, como o eminente senador Alberto Pasqualini, assim como com a eloquência dos ideais que se transformam em realidade". 82

O número inicial da *Revista Trabalhista* contou com boa repercussão. A acolhida entre os atores políticos e jornalísticos individuais, sintonizados com o ideário trabalhista, foi bastante positiva. *Grosso modo*, a natureza educativa que orientava o sentido da publicação foi muito louvada. O

<sup>&</sup>lt;sup>80</sup> ALVES FILHO, Aluizio. "O noticiário da mídia e a 'velhinha da motocicleta". In: *Alceu*, Rio de Janeiro: PUC, v. 3, n.2, jul./dez. 2001, p. 63.

<sup>&</sup>lt;sup>81</sup> Revista Trabalhista. "Nossos objetivos". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>82</sup> Revista Trabalhista. "Aos trabalhistas brasileiros". Distrito Federal, set. 1952, p. 13.

deputado federal Euzébio Rocha (PTB/SP) argumentava que a revista talvez pudesse facilitar "a vitória mais rápida dos ideais que sustentamos com tanto ardor, porque representam as justas esperanças do nosso Povo". 83 O jornalista Edgar de Carvalho, da Rádio Tupi (sediada na cidade do Rio de Janeiro), assinalava, por seu turno, que a publicação "deve merecer todo o apoio dos homens que se interessam pelo moderno socialismo, onde os interesses coletivos devem sempre ficar acima dos estreitos interesses individuais". 84 O deputado federal Rubens de Melo Braga (PTB/PR), além de destacar o papel político e cultural do periódico, elogiava a publicação "das diretrizes programáticas do PTB", no número anterior, de dezembro de 1949. A seu ver, tal "divulgação já é um grande serviço que presta à coletividade, mormente quando devemos considerar que o nosso homem simples, que deve ser o maior interessado na revista, se fez político esclarecido". 85 No caso, importa sublinhar que tais diretrizes foram elaboradas por Pasqualini. A matéria a que se referia o deputado Melo Braga dispôs com destaque esta informação e a foto do personagem, cuja legenda assinalava, sintomaticamente, o seguinte: "Alberto Pasqualini, criador da doutrina do Partido Trabalhista Brasileiro". 86 A mesma matéria foi novamente veiculada na segunda edição.87 Adiante procuro explorar com maior atenção a veia pasqualinista expressa pela revista. Por ora, vale apenas destacar que a recepção do lançamento do periódico foi bastante positiva nos círculos militantes e aderentes ao trabalhismo e ao PTB, assim como a linha editorial da revista demonstrava, também, estreita relação com a perspectiva política do "teórico do trabalhismo".

Posto isso, de um ponto de vista abrangente sobre o conteúdo jornalístico, a revista oferecia informações relativas às iniciativas de diferentes partidos políticos que detinham a designação "trabalhismo" em suas legendas, assim como, vez e outra, publicava matérias sobre demais partidos. Todavia, o organismo partidário privilegiado era o PTB, em especial a partir do seu segundo número, paulatinamente demonstrando fortes laços de afinidade com os representantes e as ações petebistas. A *Revista Trabalhista* publicava notícias sobre temas os

\_

<sup>&</sup>lt;sup>83</sup> Revista Trabalhista. "Nosso aparecimento: opinião dos deputados sobre a 'Revista Trabalhista'". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 19.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>86</sup> Revista Trabalhista. "As diretrizes programáticas do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 6-7.

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> Revista Trabalhista. "Diretrizes programáticas do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 8-9.

mais diversos, tendo, contudo, no noticiário dedicado à política e à economia, assim como sobre o universo sindical e do trabalho, o centro da sua produção jornalística. Na sequência, é dada uma atenção mais pormenorizada a cada tipo de matéria, agrupado por assuntos: variedades, mundo do trabalho e política trabalhista. Por fim, são colocadas em evidência múltiplas manifestações do pasqualinismo da revista, denotando uma recorrente abordagem laudatória acerca de Pasqualini. Seguramente uma variável que contribuiu para a construção da positiva e referencial, diga-se, mesmo mítica, imagem do personagem entre os trabalhistas.

O item que segue aborda e reproduz parcialmente matérias pertinentes a assuntos variados – como a mulher, o negro, o estudante, a cultura, as artes, a saúde, o mundo das celebridades etc. – que, de um modo e outro, permite-nos identificar alguns fragmentos de uma *ética trabalhista* esposada nas páginas da revista.

### Uma ética trabalhista nas notícias de variedades

A Revista Trabalhista tinha no mundo do trabalho e nas iniciativas e ideias políticas dos agentes individuais e coletivos sintonizados com o trabalhismo, e com o PTB, o eixo da sua produção jornalística. Isso correspondia, é claro, a uma mensagem destinada a um público central: o trabalhador assalariado e os segmentos médios urbanos. Denotava também, em geral, um viés sexista, isto é, privilegiava o público trabalhador masculino. Revelando um pronunciado corte de classe e de gênero, não obstante, a publicação oferecia, frequentemente, matérias e espaços que visavam a atingir um leitorado heterogêneo, detentor de identidades diferentes em face do mundo do trabalho. Mas, nem por isso identidades descoladas das vicissitudes da esfera do trabalho: mulheres, negros e jovens, muito em particular, eram segmentos do público os quais a revista dirigia razoável material informativo, político, cultural e lúdico. Segmentos do público-leitor detentores de experiências cotidianas de vida, dilemas e anseios que guarda(va)m razoável grau de especificidade e não redutíveis à dimensão sociológica da estrutura de classes sociais. Não redutíveis, porém, de um modo e outro, associados ao universo do trabalho pelo noticiário da publicação, como o abordava notícia

relativa à importância das ações dos estudantes universitários e da sua "organização representativa máxima", a UNE: "Aprendizes hoje. Amanhã, obreiros do Brasil futuro!". 88

Ademais, é plausível argumentar que os textos dedicados às variedades – isto é, distintos daqueles propriamente destinados ao tratamento das questões políticas e sindicais –, visando também a um público mais heterogêneo, possibilitam mapear alguns fragmentos de uma *ética trabalhista*. Valores e princípios morais direta ou indiretamente advogados pela *Revista Trabalhista*. A respeito, a temática do universo feminino é bastante reveladora, senão vejamos.

A coluna "Puericultura – conselhos às futuras mães", publicada em diferentes edições, tratava comumente de problemas relativos à gestação e aos cuidados com a saúde dos filhos. Era o tradicional papel da mãe zelosa que ganhava apelo, em parte, na construção da identidade feminina. De resto, uma concepção generalizadamente compartilhada à época, inclusive pelos comunistas, como o analisa Jorge Ferreira. <sup>89</sup> Contudo, a revista não dava ênfase a uma mãe *in abstracto*, socialmente desenraizada. Pelo contrário, os "conselhos" eram oferecidos, sobretudo, levando em consideração as peculiaridades do cotidiano de um tipo de mãe específica:

"Nunca é demasiado insistirmos sobre a necessidade de esclarecer, principalmente à mãe proletária, certos cuidados pré-natais, ela que geralmente vive à mingua de recursos e cercada de (...) dificuldades quanto à assistência social [que a ela não é oferecida]". 90

Por outro lado, um enfoque menos tradicional também se fazia presente. Ele equivalia à mobilização de certos aspectos relativos à dimensão dos direitos individuais da mulher, principalmente no que competia à fruição autônoma da sua vida e do seu corpo. Tratando de uma variável dos costumes do dia a dia, no caso o vestuário de banho feminino, a *Revista Trabalhista* questionava o rigor moralizante apresentado por uma determinada entidade carioca chamada Liga da Decência, possivelmente vinculada à Igreja Católica. <sup>91</sup> Na página de abertura da matéria, era publicada uma foto em tamanho grande, em que se estampava uma moça vestida

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> Revista Trabalhista. "Estudantes – futuros trabalhadores do Brasil". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 25.

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: UFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 130.

<sup>90</sup> Revista Trabalhista. "Puericultura – conselhos às futuras mães". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 18.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> Informações relatadas por matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* atribuem à Liga da Decência, nos Estados Unidos da década de 1950, manifestações de repúdio a um filme inspirado em peça do dramaturgo Tennessee Williams, chamado *Baby Doll.* Aparentemente, então, a Liga teve estreitas relações com a Igreja Católica e possuía uma atuação internacional. *O Estado de S. Paulo.* "Tennessee, ainda um demolidor". São Paulo, 20/01/2011. Disponível em: <a href="http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,tennessee-ainda-um-demolidor,668529,0.htm">http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,tennessee-ainda-um-demolidor,668529,0.htm</a> . Acesso em 21/05/2012.

com uma blusa e um *short* até a altura dos joelhos. A indagação feita, em comunhão a foto, veio em letras garrafais: "Será este o modelo aconselhado pela Liga da Decência?". <sup>92</sup> Na sequência, não são poucas as fotos e nem escassas as argumentações com vistas à problematização do rigor moralista apresentado pela Liga da Decência. Uma visão mais arejada em relação aos hábitos femininos (patenteada no uso, entre outros, da imagem de uma modelo francesa) era apresentada do modo que segue:

"Na praia de Cannes, a nossa 'Liga da Decência' ficaria muito mais corada, muito mais aborrecida. O biquíni ali é quase simbólico como a venda nos olhos da Justiça (...). A 'Liga da Decência' (...) quer reformar os maiôs em uso. O maiô de uma só peça, inteiriça, está fora de moda. Triunfa o biquíni". 93

Fazendo referência a aspectos culturais de sociedades em que, provavelmente, certos padrões de comportamento disponíveis ao universo feminino eram menos restritivos do que no Brasil, <sup>94</sup> a revista demandava explicitamente a liberdade individual da mulher, ao preconizar o instituto do divórcio. A afirmação de sabor libertário da *Revista Trabalhista* vinha acompanhada de um destaque concedido à crescente importância da mulher no mercado de trabalho. Um conteúdo moralizante atravessava, sem dúvida, a concepção da *Revista Trabalhista* sobre o matrimônio e as relações afetivas. Porém, assentado no preceito da liberdade de escolha e de fruição da própria vida pela mulher.

"Fechar os olhos à realidade é uma mania muito brasileira (...). O pai de família finge não ver muita coisa de grave que se passa no recesso de seu lar, a esposa tolera que seu marido mantenha outro lar fora de casa (...). A verdade, porém, tem força de esmagar preconceitos, de chamar o homem à realidade (...). Que lei é essa que não reconhece ao homem e à mulher o direito de recomeçar a vida depois do primeiro fracasso conjugal? É a lei da indissolubilidade do casamento. (...) O Brasil não deve ter divórcio porque assim o quer a covardia moral de nossas elites governantes (...). A mulher brasileira já está se emancipando economicamente. As portas do sucesso lhe estão franqueadas (...). Toda esta transformação indica que a mulher brasileira não está mais disposta a esconder seu amor (...). Não. Ela quer (...) dignificar sua

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> Revista Trabalhista. "A Liga da Decência estabelecerá o comprimento dos maillots?". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 34.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Idem, p. 35. Vale registrar que o governo do presidente Jânio Quadros, em 1961, apoiado na campanha eleitoral pela conservadora União Democrática Nacional, adotou a pitoresca medida de proibição do uso do biquíni nas praias.

<sup>&</sup>lt;sup>94</sup> Como se pode também observar nas sugestões de moda feminina, claramente inspiradas em roupas, então, usadas por atrizes do cinema norte-americano. Consultar *Revista Trabalhista*. "Figurinos para a leitora". Distrito Federal, set. 1952, p. 11.

vida, dignificando seu amor, através de uma vida decente, que saberá reconstruir de cabeça erguida, depois do seu primeiro fracasso matrimonial (...). Chega de hipocrisia. O divórcio é uma necessidade urgente". 95

A crítica ao racismo pode, seguramente, ser incluída no rol de valores éticos comungados pela publicação. No número de lançamento – página inteira, contando com diferentes matérias –, procurava a revista assinalar a necessidade de afirmação do negro, como elemento étnico constitutivo da sociedade brasileira, espoliado, mas portador de direitos e de relevantes predicados estéticos e culturais. Uma destas matérias, com foto da então atriz iniciante Ruth de Souza, informava o "5º aniversário de fundação do Teatro Experimental do Negro" – um círculo teatral criado e dirigido por Abdias Nascimento. 6 A notícia destacava o valor da estética negra, com a promoção de concurso patrocinado pelo Teatro, cujo mote era premiar "a beleza, a graça e a elegância da mulher de cor". Além do noticiário relativo à questão estética e cultural, matéria sobre o prêmio Nobel da Paz (concedido à época ao cientista político norte-americano, e negro, Ralph J. Bunche) explorava uma faceta singular para as "aspirações" do negro brasileiro: o exemplo de uma conquista de expressivo espaço intelectual na cena pública internacional. 8 Assinalando que matérias dessa natureza – com uma finalidade pedagógica e politicamente afirmativa – já eram publicadas pelo *Diário Trabalhista*, a revista esclarecia os seus objetivos com as matérias dirigidas ao público negro do seguinte modo:

"Advertimos aos homens de má fé, aos racistas, aos que ignoram os assuntos interraciais da nossa formação étnica, psicológica e sociológica: não advogamos nenhum separatismo entre pretos e brancos, somos contra quistos raciais de qualquer natureza, pois acreditamos que a democracia depende essencialmente da total ausência de preconceitos (...). Queremos, sim, esclarecer o negro, estimulá-lo pelos caminhos de uma existência mais digna e elevada (...). O negro brasileiro precisa urgentemente se afirmar, não em termos racistas de negro, mas como ente humano, livre e superior, que integrado à nacionalidade, está apto a exercer suas prerrogativas de cidadão, participando não só das atividades menos influentes, como até agora, mas também dos encargos mais

95 Revista Trabalhista. "Porque não se instituiu o divórcio no Brasil?". Distrito Federal, ano I, n.2, jan.1950, p. 38.

98 Revista Trabalhista. "Prêmio Nobel para um negro". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 42.

-

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> Abdias Nascimento foi dramaturgo, artista plástico, notório ativista do movimento negro brasileiro. Integrante do Partido Democrático Trabalhista, após a reconstituição do sistema pluripartidário, no início da década de 1980, foi deputado federal pelo PDT/RJ entre 1983 e 1986. Esteve à frente da Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras – SEAFRO no governo de Leonel Brizola, no estado do Rio de Janeiro (1991-1994), e atuou como senador da República, pela mesma legenda (1996-1998). Dados disponíveis em: <a href="http://www.abdias.com.br/">http://www.abdias.com.br/</a>. Acesso em 03/06/2012.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> Revista Trabalhista. "Concursos da mulata e da 'boneca de pixe". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 42.

elevados de direção na política, de generalato das forças armadas, na diplomacia, no comércio, indústria, administração pública". 99

A cultura popular, especificamente o samba, dificilmente pode ser dissociada do intento da publicação em valorizar e estimular a inserção do negro, do trabalhador negro, nos centros de decisão do país. Ela também era exaltada pela *Revista Trabalhista*, como se pode observar em matéria intitulada "O carnaval nasce no morro", que contava com número significativo de fotos de sambistas e passistas negros/as. A respeito, cumpre acentuar que, se em nossos dias as favelas dos "morros" cariocas têm sido sujeitas a uma abordagem midiática de teor humanista, de alguma maneira colocando em relevo a dignidade dos seus moradores, até há pouquíssimo tempo o hegemônico tratamento jornalístico concedido revelava uma natureza bastante preconceituosa e estigmatizante. Com efeito, a *Revista Trabalhista*, no alvorecer da década de 1950, esteve distante da trivialidade ao abordar de modo valorativo a um traço da realidade das favelas cariocas. Ademais, a matéria assinalava a capacidade engenhosa e criativa do "trabalhador humilde":

"É o povo que faz o Carnaval e cria a melodia. Ele se reúne todo nos terreiros dos morros cariocas. Simples trabalhadores de todas as profissões, de almas singelas e sentido artístico profundo, vão dando margem às suas imaginações e criando lindas canções para animarem o carnaval inteiro". 101

Abordando em seu noticiário diversas informações sobre o cinema, as artes, as celebridades e a alta sociedade, era bastante comum a publicação tecer considerações irônicas acerca de certos comportamentos que tipificavam o modo de existência dos sujeitos individuais imersos nestes círculos de sociabilidade. É legítimo argumentar que dado enviesamento proletário ou popular atravessava a narrativa das matérias jornalísticas atinentes àqueles tipos de informação. Uma latente crítica ao ócio e ao privilégio, assim como aos "gostos refinados" dos estratos das elites econômicas, não deixava de transparecer na revista. Noticiando um evento de gala, registrava uma matéria: "Este cavalheiro que ousa fazer caretas ao Ministro Clemente Mariani" é

\_

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> Revista Trabalhista. "Problemas e aspirações do negro brasileiro". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 42. <sup>100</sup> SILVA, Roberto Bitencourt da. "Mídia, violência e democracia". In: Verso e Reverso – revista da comunicação,

São Leopoldo/RS: Unisinos, v.20, n.45, 2006. Disponível em: http://www.unisinos.br/ diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=9&s=9&a=73.

Revista Trabalhista. "O carnaval nasce no morro". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 39-40.

Alexander Calder, escultor norte-americano, "autor de uns troféus feitos de latinhas e arames, em torno dos quais os iniciados no culto dessa miuçalha hermética suspira e se baba de gozo". <sup>102</sup> À maneira chapliniana, dava a *Revista Trabalhista* os seus "chutes no traseiro" dos afortunados e das altas camadas da pirâmide social brasileira.

A crítica, de fundo tanto moral quanto científico, ao consumo do álcool também era recorrente nas diferentes edições da *Revista Trabalhista* (diga-se, uma conduta também reprovável pela ótica comunista). <sup>103</sup> Visando especialmente chamar a atenção do leitor para os males causados pelo consumo alcoólico, matéria publicada em 1949 argumentava que "o álcool diminui o controle das faculdades intelectuais e da vontade sobre as emoções. (...) Enfraquece (...) sucessivamente a hierarquia das funções do cérebro. O álcool embota o autocriticismo". <sup>104</sup>

A publicação, em síntese, do ponto de vista da sociabilidade e da moralidade cotidiana, parece ter buscado suscitar em seu leitorado um padrão de conduta anti-racista e cioso com a liberdade individual da mulher. Veiculava determinadas normas de comportamento e um código de ética que visava forjar em seu público a valorização da cultura popular e a crítica tanto às desigualdades sociais quanto a certos valores e práticas elitistas. Sóbrio e lúcido, também intelectualmente capaz de compreender e de agir sobre os problemas nacionais e as mazelas que sofriam a classe trabalhadora.

# As notícias principais: os trabalhadores e a política trabalhista

Uma apologia à sindicalização dos trabalhadores era frequente nas páginas da revista. Os apelos apareciam de maneira explícita em pequenos quadros, dotados de frases curtas e claras. 105 Adicionalmente, notícias sobre as ações, as demandas e os reclamos dos sindicatos eram regulares. Figuravam na revista informações relativas, entre outros, aos sindicatos dos professores; dos trabalhadores em fiação e tecelagem; e dos jornalistas. Todos da cidade do Rio de Janeiro. Sindicatos dos trabalhadores marítimos do Rio Grande do Sul; dos enfermeiros; e dos trabalhadores em indústria química e farmacêutica, também na revista tinham suas causas

<sup>104</sup> Revista Trabalhista. "O álcool, esse sabotador...". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 46.

 $<sup>^{102}\</sup> Revista\ Trabalhista$ . "Lanterna mágica". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 36.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Cf. FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito..., op. cit.*, p. 125.

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> A título de ilustração, consultar *Revista Trabalhista*. Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 25.

reverberadas. <sup>106</sup> Em geral, tratavam-se de relatos de condições precárias de trabalho, de mudanças e iniciativas das direções sindicais e de reivindicações salariais. Estes relatos conformavam *grossa* parte do noticiário dedicado ao universo sindical, fundamentalmente vinculado aos dilemas e ao cotidiano da fração urbana dos trabalhadores.

Denotando uma forma de expressar comparações com o padrão de vida da classe trabalhadora de outras nações, a publicação também divulgava notícias internacionais com potencial interesse ao seu público. Seguramente, um perfil informativo que poderia servir como subsídio para termos comparativos e para eventuais mobilizações e demandas dos trabalhadores organizados em sindicatos. De acordo com uma destas notícias:

"Quase 52 milhões de trabalhadores norte-americanos tiveram reais aumentos de salários (...) nos últimos nove anos a despeito dos deslocamentos econômicos da segunda guerra mundial e da consequente pressão da alta dos preços". 107

Subjacente ao noticiário sindical e pertinente às condições existenciais dos trabalhadores, figurava uma mensagem de apoio à solidariedade de classe e à participação nas lutas econômicas e políticas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a solidariedade entre os trabalhadores também consistiu numa variante do *ethos* preconizado pela *Revista Trabalhista*. Este princípio ético também veio a se manifestar em matérias que, aparentemente, veiculavam ideias políticas correspondentes ao estímulo à solidariedade dos trabalhadores brasileiros com os das vizinhas nações sul-americanas. Abordando a presença no país de dois representantes sindicais do governo Juan Domingo Perón, a matéria assim exprimia o seu preceito cooperativo:

"A representação diplomática da Argentina no Brasil vem de ser acrescida de dois membros, sr. Nicola Varas e Arturo Sacomani, como delegados especiais dos trabalhadores na vizinha República, trazendo além da saudação cordial desses propulsores do progresso, a missão de estreitar, ainda mais, as relações de cordialidade já existentes entre os obreiros das duas pátrias irmãs". 108

Revista Trabalhista. "O sindicato dos jornalistas e sua nova diretoria". Distrito Federal, set. 1952, p. 24. Revista Trabalhista. "Noticiário sindical". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 21. Revista Trabalhista. "Os trabalhadores do Cortume Carioca". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>107</sup> *Revista Trabalhista*. "Aumento real nos salários dos trabalhadores norte-americanos". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 14.

<sup>108</sup> Revista Trabalhista. "Dos obreiros argentinos aos trabalhadores do Brasil". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 46.

Embora razoavelmente tendo privilegiado a realidade social e econômica dos trabalhadores urbanos, dado que também representavam o público-alvo da publicação, a *Revista Trabalhista* não deixava de produzir matérias e artigos de opinião destinados aos problemas e às potenciais soluções dos dilemas dos trabalhadores do campo. Vez e outra transparecendo, em suas páginas, o pleito pela reforma agrária e pela extensão da legislação do trabalho ao meio rural, à guisa de ilustração, extensa matéria abordava as mazelas do campo, no ano de 1950, apresentando mesmo um parcial programa de incorporação destes trabalhadores ao universo dos direitos sociais e do progresso técnico. Segundo a publicação, estas eram as respostas de que precisavam os trabalhadores rurais: "De saúde, para poder trabalhar; de instrução, para ser mais eficiente; de proteção legal, para não ser explorado; de assistência social, para se sentir forte; de terras próprias, para ter entusiasmo; de melhores roupas, moradia, alimentação etc.". 109

As ações e as ideias políticas das siglas partidárias trabalhistas consistiram também em relevante material jornalístico veiculado pela *Revista Trabalhista*. Era comum a oferta de notícias referentes a eventos promovidos por diferentes legendas trabalhistas, assim como os seus programas, tais como: o Partidor Orientador Trabalhista, o Partido Republicano Trabalhista e o Partido Social Trabalhista. Matérias sobre demais organismos partidários divulgavam iniciativas e propostas voltadas às causas dos trabalhadores, como o então incipiente e esquerdista Partido Socialista Brasileiro, e mesmo o "Departamento Trabalhista da UDN". Na esfera internacional, não deixavam de ser registradas as movimentações do britânico *Labour Party*. Não identifiquei notícias veiculadas sobre o proscrito Partido Comunista Brasileiro, provavelmente em virtude da sua própria e então condição de ilegalidade. Comentários não necessariamente sobre o partido, mas a respeito da temática comunista não eram frequentes. Todavia, vale mencionar que um colaborador circunstancial da revista, Gamaliel Bueno Galvão, teceu ponderações que visavam menos criticar ao comunismo, do que propriamente esquivar o PTB das críticas conservadoras feitas ao trabalhismo. Críticas estas que corriqueiramente

109 Revista Trabalhista. "Protejamos o trabalhador rural!". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 37.

Revista Trabalhista. "O Partido Republicano Trabalhista em São Paulo". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 37. Revista Trabalhista. "Partido Social Trabalhista: gênese e desenvolvimento dessa organização partidária". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 16. Revista Trabalhista. "A filosofia trabalhista do P.O.T.". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 17.

<sup>111</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, ano I, n. 3, ago. 1950, p. 22-23.

<sup>112</sup> Revista Trabalhista. "Reunidos em congresso os trabalhistas ingleses". Distrito Federal, set. 1952, p. 44.

associavam o PTB e o trabalhismo à filosofia política comunista. Mobilizando, ao modo de Pasqualini, ideias de um clérigo da Igreja Católica, Galvão teve por objetivo nesta matéria mais questionar ao capitalismo do que atribuir uma ilegitimidade ao comunismo. Em suas palavras: "o comunismo torna-se anticristão quando professa e aplica o ateísmo. O capitalismo não tem apenas um verniz ateu. É ateu em sua estrutura". Ademais, em uma didática descrição das formas de governo e dos tipos de pensamento político, o comunismo foi descrito pela revista destituído de ponderações a que se possa atribuir uma visão claramente negativa. 114

O PTB e os seus quadros militantes consistiram nos atores privilegiados pelo noticiário político da revista. Imagens, discursos e comentários sobre Getúlio Vargas (PTB/RS), João Goulart (PTB/RS), Salgado Filho (PTB/RS), Ernesto Dornelles (PTB/RS), Fernando Ferrari (PTB/RS), Leonel Brizola (PTB/RS), Lúcio Bittencourt (PTB/MG), Roberto Silveira (PTB/RJ) e Menotti del Picchia (PTB/SP), eis alguns ilustres personagens petebistas que folgadamente circulavam em suas páginas. Refletindo a hegemonia gaúcha no diretório nacional do partido, com grande destaque eram noticiadas iniciativas e opiniões dos integrantes da seção petebista do Rio Grande do Sul. Especialmente a partir da segunda edição, o espaço concedido e as relações foram progressivamente sendo estreitadas com a legenda, a ponto de usualmente serem destacadas chamadas como a que se segue: "Partido Trabalhista Brasileiro - símbolo das reivindicações das classes trabalhadoras". 115 Recorrentes eram os pronunciamentos do presidente Getúlio Vargas publicados e louvados como sensacionais e vibrantes. 116 Jango era avaliado como o jovem, enérgico, combativo e sereno presidente do diretório nacional do PTB, em 1952.117 Não obstante, as páginas da publicação, compostas por expressivo número de imagens e de textos laudatórios sobre a persona de Alberto Pasqualini, não deixam dúvidas sobre a referência petebista maior. Sintomática é uma matéria publicada e reeditada em dois números (dezembro de 1949 e janeiro de 1950). Em caráter educativo, a extensa matéria jornalística procurava descrever as diferentes formas de organização política e filosófica das sociedades: o comunismo, o socialismo, a social-democracia, o fascismo, a liberal-democracia

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> Consultar *Revista Trabalhista*. "Antes e acima de tudo, dentro e fora dos parlamentos, a prática da doutrina e da filosofia do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, set. 1952, p. 42.

<sup>&</sup>lt;sup>114</sup> Revista Trabalhista. "Para esclarecimento do trabalhador". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 44.

<sup>&</sup>lt;sup>115</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, set. 1952, p. 43.

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> Revista Trabalhista. "Sensacional discurso de Vargas". Distrito Federal, set. 1952, p. 34.

<sup>117</sup> Revista Trabalhista. "João Goulart (Jango)". Distrito Federal, set. 1952, p. 3.

etc. Pondo em destaque o trabalhismo, já que configurava a expressão doutrinária defendida pela revista, assim era declarado o matiz do trabalhismo a ser veiculado:

"A 'REVISTA TRABALHISTA', conforme o indica o seu próprio nome, defende o trabalhismo definido pelo grande líder trabalhista Alberto Pasqualini, em seu magistral livro 'Bases e sugestões para uma política social'". 118

Isso posto, é sobre a faceta pasqualinista da publicação que me atenho no próximo e último item do capítulo.

## O pasqualinismo da Revista Trabalhista

Contextualizada a linha editorial, situados determinados traços característicos e alguns valores éticos comungados pela *Revista Trabalhista*, vejamos a sua referencialidade doutrinária pasqualinista, assim como a sua exaltação à imagem e às ideias do "teórico do trabalhismo".

Desde a sua primeira edição, o nome e as ideias de Alberto Pasqualini circularam folgadamente na publicação. Não é demasiado argumentar que o personagem projetava-se na *Revista Trabalhista* como uma espécie de modelo político individualizado a ser seguido. Suas ideias e propostas consistiram em referências obrigatórias para o trabalhismo defendido pela revista; fontes de esclarecimento e de orientação política aos leitores. Nesse sentido, o item do capítulo reproduz parcial e fragmentariamente algumas matérias, em conformidade com uma determinada linha cronológica.

Na edição de lançamento da *Revista Trabalhista*, em 1949, foi publicada extensa matéria acerca de algumas limitações do PTB, apresentando também algumas sugestões para a sua superação. Tecia considerações sobre uma contingente necessidade de maior clareza e contorno programático ao petebismo. Alegava a vigência de um razoável personalismo e considerava que a legenda encontrava-se sobremaneira apoiada na figura de Getúlio Vargas, "praticamente vivendo do prestígio do seu chefe". Diga-se, uma avaliação que denotava franca convergência com o que reverberava Pasqualini por esses tempos, tanto na imprensa quanto no interior do partido. Salientado o problema, contudo, a publicação destacava o "remédio" que estava a ser

-

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> *Revista Trabalhista*. "Para esclarecimento do trabalhador". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 44. <sup>119</sup> *Revista Trabalhista*. "As diretrizes programáticas do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, ano I, n. 1, dez. 1949, p. 6.

preparado nas hostes petebistas; "remédio" este "administrado" por Pasqualini. A matéria destacou também o autor do "remédio", tanto quanto a sua "bula", isto é, o conjunto de propostas de inovação programática alinhavadas pelo "teórico do trabalhismo". Logo, conforme a descrição e a interpretação que constituíam a notícia, "já se nota e se esboça com certa firmeza, dentro do partido, um movimento ideológico que procura dar substância ao petebismo". Por conseguinte, segundo a matéria:

"Já se começa a compreender que é necessário que o trabalhismo seja a formulação de certos princípios, de certos postulados e soluções que consubstanciem a 'causa trabalhista' e que deve ser a única razão permanente que pode motivar a filiação ao partido. (...) Entre os que, no seio do PTB, se batem por essa orientação, figura o sr. Alberto Pasqualini. Coube ao ex-candidato ao governo do Rio Grande do Sul traçar os novos delineamentos programáticos do petebismo, condensados em 20 itens, que representam suas diretrizes e de onde deverão fluir as soluções para os problemas nacionais. (...) No seu livro 'Bases e sugestões para uma política social' e em numerosos artigos [na imprensa] o sr. Alberto Pasqualini vem fazendo a justificação de suas ideias à luz dos princípios da própria ciência econômica. Não se trata, portanto, de proposições com objetivos demagógicos, mas de soluções maduramente estudadas''. 120

As sintonias entre as proposições de Pasqualini e as de demais militantes e políticos trabalhistas, não necessariamente colaboradores assíduos da publicação, são demasiadamente nítidas na publicação. Pasqualini, é claro, compartilhou ideias e questionamentos com os seus correligionários e aderentes. Não reverberou sozinho, por exemplo, uma maior estrutura e consistência partidária. Pode-se afirmar que esta interpelação compôs uma gramática política em que se situavam diferentes personagens trabalhistas, simpáticos ou mesmo envolvidos em um trabalho político doutrinário. Consistindo em uma espécie de mecanismo de retroalimentação, a circularidade de determinados temas privilegiados pela ótica pasqualinista manifestava-se folgadamente na *Revista Trabalhista*. Assim como a perspectiva de Pasqualini destacava nos idos dos decênios de 1940 e de 1950, tomar a experiência britânica do *Labour Party* como referência ideológica e organizacional não era raro na publicação. Em editorial da edição de janeiro de 1950, alegava Eurico de Oliveira que "na Inglaterra, o trabalhismo é socialismo, socialismo não revolucionário, mas democrático e progressivo (...). É necessário que, também

<sup>120</sup> Idem.

no Brasil, se crie a verdadeira mentalidade trabalhista". 121 E essa "mentalidade", que demandava maior consistência programática para o PTB, era por João Goulart reiterada como necessária. Nas palavras do jovem petebista: "os partidos perdem, dia a dia, seu conteúdo funcional, (...) para se deixarem transformar em organismos amorfos, vazios de conteúdo e despidos de sentido". Ainda de acordo com a avaliação de Jango, o PTB "deve ser um partido de ideias". 122 O delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), Alexandre Zaiko, integrante do PTB/PR, igualmente destacava o intento de assistir a um comportamento partidário sólido e coerente, alegando que o seu propósito era ver, "a gradual efetivação do seu programa". 123 Esse, também, era o ponto de vista do círculo doutrinário paranaense chamado Clube Trabalhista Brasileiro. Ele requeria uma atividade partidária organizada e sistematicamente voltada ao cumprimento de uma função educativa, para que o partido "não permanecesse alheio ao trabalhador nacional em períodos extra-eleitorais". 124 Por sua vez, Gamaliel Galvão, membro da Vanguarda Trabalhista, também do estado do Paraná, exigia uma orientação socialista ao partido e argumentava que a sua Vanguarda era "uma trincheira de luta doutrinária e idealística". Em termos de base socialmente representativa, reivindicava a prioridade ao PTB "como um partido dos trabalhadores, dos pobres e dos humildes, da classe média sacrificada". Advogando a coerência entre a retórica e a prática dos representantes petebistas, saudava a ala doutrinária do partido nos termos que seguem:

"O Partido Trabalhista Brasileiro mantém cada vez mais sólida e segura em seu seio uma equipe de doutrinadores e idealistas, que na observação da história, no aprofundamento das pesquisas e dos estudos econômicos e sociais dos povos mais civilizados, procuram manter resoluto e sem titubear a essência do trabalhismo, uma orientação segura e insofismável". 125

Como se vê, o desempenho de uma atividade partidária de sabor pedagógico e doutrinário era uma ideia compartilhada por diferentes trabalhistas. Este caráter educativo foi esposado pela equipe da revista, que identificava em Pasqualini o símbolo maior do empreendimento dentro do

121 Revista Trabalhista. "Trabalhismo". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 5.

<sup>122</sup> *Revista Trabalhista*. "Discurso de João Goulart por ocasião de sua posse na presidência do diretório nacional do P.T.B.". Distrito Federal, set. 1952, p. 12.

<sup>123</sup> Revista Trabalhista. "O novo delegado do I.A.P.C. no Paraná". Distrito Federal, set. 1952, p. 24.

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup> Revista Trabalhista. "O Clube Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, set. 1952, p. 44.

<sup>125</sup> *Revista Trabalhista*. "Antes e acima de tudo, dentro e fora dos parlamentos, a prática da doutrina e da filosofia do Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, set. 1952, p. 42.

PTB. Foram, pois, recorrentes as informações enaltecedoras publicadas pela *Revista Trabalhista* em relação ao personagem. Na edição inaugural, é nitidamente possível observar que a revista teve uma recepção extremamente positiva do livro de Pasqualini, *Bases e sugestões para uma política social*, lançado um ano antes. Grande destaque foi concedido ao livro em matéria exclusiva a esse respeito. Avaliações as mais elogiosas foram feitas tanto ao livro quanto ao seu autor. A obra foi considerada "sensacional" e a "única base para o progresso do trabalhismo brasileiro", um livro "profundo e cuidadosamente, é no seu gênero, o único, na literatura nacional, que estuda com seriedade e amplitude, o complexo problema político, moral, econômico e social brasileiro". <sup>126</sup> No tocante aos predicados pessoais do autor, foram tecidas informações igualmente laudatórias e que também mobilizavam um pouco da sua trajetória:

"Alberto Pasqualini, eminente sociólogo e prestigioso chefe trabalhista brasileiro, cujo passado tem sido uma sucessão ininterrupta de altas lições de incorruptível honradez, dignidade, resistência moral, firmeza de ânimo e elevação ante a adversidade, oferece à juventude nacional, um exemplo do quanto pode um homem, quando tem a guiar-lhe a vida um ideal superior de fraternidade humana". 127

Desse modo, não gratuitamente, esta edição de 1949 publicou na contra-capa imagens de diferentes potenciais candidatos à Presidência da República, para as eleições do ano seguinte, colocando em especial destaque a figura de Pasqualini, singularmente reproduzida em duas fotos. Entre outras possíveis candidaturas salientadas pela publicação, encontravam-se Getúlio Vargas; Ademar de Barros (Partido Social Progressista – PSP/SP); Milton Campos (União Democrática Nacional – UDN/MG); o Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN/DF); e o governador do Rio Grande do Sul, Walter Jobim (Partido Social Democrático).

Apropriando-se frequentemente de não poucas ideias defendidas pelo personagem, a edição seguinte, de janeiro de 1950, manteve e desenvolveu a sua veia pasqualinista. As relações da revista, não apenas com o pensamento, mas com o próprio Pasqualini, tenderam a se estreitar, haja vista a publicação de artigo assinado pelo trabalhista gaúcho. A legenda da sua foto publicada na página do texto foi: "Alberto Pasqualini – chefe trabalhista de caráter blindado". Ademais, em uma das páginas iniciais deste número, foram publicadas as imagens de

<sup>126</sup> Revista Trabalhista. "Bases e sugestões para uma política social". Distrito Federal, ano I, n.1, dez. 1949, p. 40.

<sup>&</sup>lt;sup>128</sup> PASQUALINI, Alberto. "As verdadeiras causas do desequilíbrio social". In: *Revista Trabalhista*: Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 17.

três líderes do PTB, diga-se, todos gaúchos. Representando uma espécie de santíssima trindade do partido, as suas legendas eram sintomáticas: "Getúlio Vargas – a mística; Salgado Filho – a palavra". Pasqualini era aclamado como a personificação da "doutrina". 129

Nas edições de agosto de 1950 e de junho de 1951, o mesmo padrão pode ser verificado. O reforço das sintonias entre a revista e Pasqualini foi acentuado. Contando com outro texto assinado pelo personagem, legenda acompanhada de uma foto discorria a seu respeito nos seguintes termos: "Alberto Pasqualini – o grande chefe trabalhista personifica o idealismo, a dignidade, o talento, a fulguração, a cultura e a eminência de uma das maiores forças morais e mentais do Brasil". 130 Já na condição de senador, em seu primeiro ano de mandato, a revista divulgava as suas iniciativas e os seus pronunciamentos no Palácio Monroe e afirmava - em matéria que também abordava as qualidades do novo vice-presidente da República, Café Filho que "as massas trabalhadoras confiam no idealismo e na ação destes dois eminentes líderes populares brasileiros". 131 Como se vê, não foi valorizado e enaltecido somente o pensamento político de Alberto Pasqualini, líder considerado "uma força trabalhista a serviço do País". 132 A Revista Trabalhista procurava também colocar em evidência atributos pessoais e morais do personagem, revelando um processo de construção da sua imagem que chegava às vias de atingir a fronteira do sagrado, isto é, de uma dimensão simbólica distante das vicissitudes e das limitações do homem comum, particularmente do agente político convencional. Como sublinhado no primeiro capítulo, e sem qualquer pretensão de discorrer a respeito dos eventuais predicados éticos do personagem, a imagem política construída por Pasqualini, e substantivamente reforçada pelos seus simpatizantes, e mesmo adversários, tendeu sobremodo a ficar associada à de um político materialmente "desinteressado" e "idealista". Se esta era a sua imagem, já há alguns anos consolidada no estado do Rio Grande do Sul, a Revista Trabalhista, na então capital brasileira (a cidade do Rio de Janeiro), também deu a sua contribuição para a divulgação da "pureza" do personagem. Pasqualini representava, por falta de expressão melhor, um "profeta" envolvido com uma "missão" política, considerada nobre e sagrada pela editoria

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Revista Trabalhista. "Partido Trabalhista Brasileiro". Distrito Federal, ano I, n. 2, jan. 1950, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> PASQUALINI, Alberto. "A essência do trabalhismo". In: *Revista Trabalhista*: Distrito Federal, ano I, n. 3, ago.

<sup>131</sup> Revista Trabalhista. Distrito Federal, ano II, n. 4, jun. 1951, p. 7. 132 Idem, p. 35-36.

da publicação: o proselitismo, a elaboração e a realização dos princípios trabalhistas. Homem e ideias, provavelmente, tenderam a ser fundidos para a constituição de um símbolo eticamente elevado, sob a ótica da revista, porque elevados seriam os ideais trabalhistas e as causas dos trabalhadores. Em outras palavras, parece que um papel havia de cumprir a imagem de Pasqualini explorada pelas páginas da publicação: dignificar e enobrecer os ideais trabalhistas. Se, como vimos, ele foi considerado pela *Revista Trabalhista* "o criador da doutrina do PTB", é forçoso argumentar que a imagem de Pasqualini foi concebida como a de um mito. Para usar os termos empregados por Mircea Eliade, <sup>133</sup> um mito assentado no modelo exemplar da criação da doutrina petebista. Vale assinalar que não entendo esta abordagem mítica feita pela publicação em uma acepção negativa, concernente a uma pretensa falsa interpretação e a uma distorcida imagem. Por oposição, o mito é aqui compreendido como um critério e um símbolo de comportamento ideal para um trabalhista, propagado aos leitores. Por conseguinte, são esclarecedoras as observações de Ferreira:

"Fenômeno humano, cultural por definição, o mito fornece parâmetros para a conduta dos homens, conferindo significação e valor à existência, e conta uma história sagrada, relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial (...). É sempre, portanto, a narrativa de uma 'criação'". 134

Em 1952, há indícios de que a atuação de Pasqualini na própria produção da revista foi saliente: a publicação chegou a veicular um texto da pena pasqualinista, sem assinatura, anônimo, que pode, com certa facilidade, ser identificado como uma seção que integra o livro *Bases e sugestões para uma política social*. Ademais, abordando a criação do Departamento de Estudos e Planificação do PTB, sob a responsabilidade de Pasqualini e de Rômulo de Almeida, artigo redigido por um militante pasqualinista do diretório gaúcho do partido regozijava com o ator político a quem caberia a incumbência de dirigir o Departamento. Em suas palavras: "Colocado sob a direção do senador Alberto Pasqualini, sem dúvida hoje expressão máxima da doutrinação trabalhista no Brasil, igualmente significa rumo novo e

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> ELIADE, Mircea. *Mito y realidad*. Madri: Guadarrama, 1973, p. 23.

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito..., op. cit., p. 29.

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> Revista Trabalhista. "Os objetivos básicos do trabalhismo". Distrito Federal, set. 1952, p. 14. Na edição de Bases e sugestões para uma política social publicada em 1958, o texto pode ser encontrado nas páginas 83-90. <sup>136</sup> Economista, assessor da equipe econômica do presidente Vargas (1951-1954), deputado federal pelo PTB/BA (1955-1959) e professor da Universidade Federal da Bahia entre as décadas de 1960 e 1980. Consultar ALMEIDA, Aristeu Barreto de. (org.). Rômulo de Almeida – o construtor de sonhos. Salvador: Corecon, 1995, p. 140.

fecundo no desenvolvimento cultural do país". <sup>137</sup> Na coluna "Flashes Trabalhistas", fotos de diferentes personagens petebistas – registrados, em geral, envolvidos com as atividades parlamentares –, eram resumidas da seguinte maneira: "Todos, como Pasqualini, estão sempre na estacada. Aqui o grande líder falando em uma das sessões do Senado Federal". <sup>138</sup>

Ao que tudo indica, tendo sofrido um considerável interregno, a *Revista Trabalhista*, ainda editada por Eurico de Oliveira, e acrescida de um subtítulo – *Revista do Povo* –, apenas voltou a ser publicada no ano de 1960. Precisamente quando ocorreu o falecimento do senador Pasqualini. Sem esquecer a sua original referência intelectual e política, a publicação, em nota de destaque, descreveu o personagem como uma "fulgurante figura do trabalhismo brasileiro. Idealista cuja obra revelou o quanto pode um homem quando tem a nortear-lhe a vida um superior sentimento de solidariedade humana. Patrimônio moral da Pátria". <sup>139</sup> Logo, com tamanha reverência a Pasqualini no curso da trajetória da publicação, talvez caiba adotar para o "teórico do trabalhismo", mesmo que parcialmente, interpretação oferecida por Ferreira em relação ao enaltecimento de Luiz Carlos Prestes pelos comunistas: <sup>140</sup> a *Revista Trabalhista* modelou e revelou um saliente culto à imagem e ao pensamento pasqualinista; veiculou a imagem de um mito que encarnou esperanças e crenças políticas em uma comunidade de adeptos do trabalhismo.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> ALMEIDA, Rony Lopes de. "A paz partidária é o segredo da autoridade política". In: *Revista Trabalhista*: Distrito Federal, set. 1952, p. 16.

<sup>&</sup>lt;sup>138</sup> Revista Trabalhista, "Flashes trabalhistas". Distrito Federal, set. 1952, p. 58-60.

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Revista Trabalhista – Revista do Povo. "Alberto Pasqualini". Distrito Federal, out. 1960, p. 44.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> FERREIRA, Jorge. Prisioneiros do mito..., op. cit., p. 249.

## Capítulo 5 – Atividades eleitorais e parlamentares

O capítulo enfoca duas ordens de experiências políticas de Alberto Pasqualini, no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB/RS: as pelejas eleitorais e a atuação no Senado Federal. Inicialmente, ressalto as campanhas eleitorais de Pasqualini, como candidato ao governo estadual do Rio Grande do Sul, em 1947 e em 1954, e ao Senado Federal, em 1950. Tenho em vista, então, destacar as disputas eleitorais em que se envolveu, de sorte a propiciar, em alguma medida, não apenas a identificação de uma parte da trajetória política do personagem, como também a correlação de forças políticas na temporalidade em questão, por meio das controvérsias e dos posicionamentos divergentes em face dos opositores, notadamente os do campo liberal-conservador.

Na sequência, exploro a atuação do personagem no Senado Federal, entre 1951 e 1955, diga-se, uma experiência política basicamente inexplorada pela literatura sobre o personagem e o PTB/RS. Tendo participado decisivamente do processo de criação da *Petrobras*, o capítulo permitirá compreender a defesa de algumas teses nacionalistas por Pasqualini e o adensamento das suas propostas reformistas e distributivistas. Portanto, pretendo sublinhar, mesmo que parcialmente, também as controvérsias partidárias e doutrinárias que marcaram os debates políticos de meados dos anos de 1950, em torno das funções e dos encargos do Estado brasileiro.

## As pelejas eleitorais (1947, 1950 e 1954)

Parte da literatura especializada sobre o PTB gaúcho e o pensamento e a trajetória de Alberto Pasqualini cobriu, com especial atenção, os processos e as competições eleitorais dos anos de 1947, de 1950 e de 1954, com certo destaque concedido à campanha ao governo do Rio Grande do Sul, em 1947. Levando em conta os oportunos estudos realizados por João Batista

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A literatura a que me refiro é formada, sobretudo, por CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.* VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.* BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.* Cumpre observar que o trabalho desenvolvido por Cruz toma como recorte exclusivo e meticuloso, em seu estudo sobre o PTB/RS, a campanha eleitoral de 1947.

da Cruz, Laura Vasconcellos e Miguel Bodea <sup>2</sup> – que mobilizam, entre outros, um vasto arsenal de fontes jornalísticas capazes de mapear as características e as nuanças destas campanhas eleitorais –, o presente item apóia-se, em boa medida, na descrição e nas avaliações tecidas pelos mencionados autores. Por conseguinte, em virtude da existência de análises a respeito do assunto, o item do capítulo revela uma natureza razoavelmente panorâmica.

Grosso modo, pode-se afirmar que a análise e a descrição aqui empreendida coaduna-se com as abordagens assinaladas, por um lado, no preciso sentido em que observa similares disposições políticas dos dois principais jornais sul-rio-grandenses - o Correio do Povo e o Diário de Notícias. O primeiro com um enviesamento mais sintonizado com as ideias trabalhistas e o Diário com uma orientação editorial a elas opositora. Por outro lado, também é identificado um certo perfil de controvérsias que marcaram as três campanhas eleitorais: a oposição empedernida em face do Partido Social Democrático - PSD e as ambiguidades em torno da relação com o Partido Comunista Brasileiro - PCB. Desse modo, importa ressaltar que aqui procuro dar relevo à voz e aos pontos de vista dos adversários das candidaturas de Pasqualini, de sorte a assinalar um pouco das tensões e da correlação de forças políticas em que o personagem e o seu partido encontraram-se enredados. Nesse sentido, o item do capítulo também acentua uma experiência política escassamente abordada pela literatura sobre Pasqualini, qual seja, a sua participação na campanha pela adoção do sistema parlamentarista de governo, na Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul, em 1947.<sup>3</sup> Um evento político que pode ser considerado uma espécie de subproduto imediato das disputas ocorridas na eleição de 1947, concluída poucos meses antes da instalação da Assembleia Estadual Constituinte.

Privilegiando, em essência, a dimensão propriamente eleitoral da inserção política do personagem, o mapeamento desta experiência, e as correspondentes considerações que se seguem, estão baseadas em uma abordagem cronológica. Inicialmente, vejamos a campanha pasqualinista ao governo gaúcho, em eleição realizada em 19 de janeiro de 1947.

Esta competição ao governo estadual teve três candidatos: Alberto Pasqualini, pelo PTB; Walter Jobim,<sup>4</sup> pela coligação entre o PSD e o Partido da Representação Popular – PRP, que

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Os trabalhos dos autores estão relacionados na nota anterior.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Para ser mais preciso, a referida experiência é apenas mencionada rapidamente em BODEA, Miguel. *Trabalhismo..., op. cit.*, p. 55.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Avô de Nelson Jobim, ministro da Defesa do governo Dilma Rousseff, nos primeiros meses do ano de 2011.

contou também com o apoio do PCB; e Décio Martins Costa, lançado pela aliança entre o Partido Libertador – PL e a União Democrática Nacional – UDN. Os candidatos guardavam uma faceta em comum, a saber: todos integraram as fileiras do antigo Partido Libertador, antes da instauração do Estado Novo. Consistindo em candidatos que possuíam uma inserção política local que remontava aos anos de 1930, todavia, a eleição tendeu a ficar polarizada entre Pasqualini e o pessedista Jobim. A recorrente aliança que se estabeleceu entre o PTB e o PSD durante o curso do regime democrático de 1946, na esfera nacional, desde o início do processo de redemocratização não veio a ser exitosa no Rio Grande do Sul, em função das hostilidades entre ambas as siglas. Isto, basicamente, devido a um germinal e crescente antigetulismo nas hostes do PSD e a uma desconfiança dos sindicalistas que formaram a seção gaúcha do PTB com o que entendiam ser o conservadorismo pessedista. Assim, o pólo à direita do espectro político sul-rio-grandense tendeu a ser preenchido pelo PSD, reduzindo o potencial eleitoral dos apelos liberal-conservadores da UDN, já nesta primeira eleição estadual. Concentro-me, com efeito, na disputa ocorrida entre Pasqualini e Jobim.

De acordo com Cruz, já nos primeiros meses de 1945, o PSD "decidiu que Walter Jobim, à época secretário [estadual] de Obras Públicas, seria seu candidato a governador". <sup>7</sup> Participando no intervalo dos anos de 1945-1946 da realização de obras de infra-estrutura e de visitas várias ao interior do Estado, acompanhado do governador (interventor) Cylon Rosa, e, por extensão, na condição de importante agente do governo estadual, Jobim se engajou na campanha eleitoral com o expressivo apoio e a visibilidade que a máquina pública estadual poderia oferecer. <sup>8</sup> Durante a campanha, Walter Jobim teve ainda a seu favor as hesitações de Getúlio Vargas. Eleito, em 1945, tanto a senador pelo PSD/RS, como a deputado federal pelo PTB/RS – tendo optado pelo primeiro posto eletivo –, Vargas também era, então, presidente de honra da agremiação petebista. A dubiedade da legislação eleitoral <sup>9</sup> e, principalmente, do

-

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. Op. cit., p. 95.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A respeito, consultar BODEA, Miguel. *Op. cit.* OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *Op. cit.*, p. 169.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> O decreto-lei n. 7.856, de 28 de maio de 1945, "seria o instrumento fundamental para a (...) regulamentação dos candidatos e para o controle do processo eleitoral", segundo Maria Campello de Souza. Este decreto autorizava a um candidato concorrer por diferentes partidos e cargos eleitvos, pouco afeito, portanto, ao princípio da fidelidade partidária. A respeito, consultar SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil* (1930-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 113-119.

próprio Vargas, implicou no lançamento oficial da candidatura de Pasqualini em um intervalo de tempo bem posterior ao de Jobim. Durante a maior parte do ano de 1946, Vargas procurou encetar uma aliança entre o PSD e o PTB para o governo estadual, não vendo com bons olhos o lançamento de uma candidatura própria pelo PTB. A aliança entre estes partidos fazia parte do cálculo político-eleitoral varguista, no plano nacional, de modo a conter as possibilidades eleitorais da oposição liberal udenista. No entanto, as resistências dos grupos sindicalista e usbiano (doutrinário) do PTB gaúcho conseguiram, senão persuadirem, ao menos se sobreporem às tentativas de Vargas. Do ponto de vista dos sindicalistas, Jobim (PSD/RS) "era visto como um candidato oficialista, conivente com o governo Dutra e as medidas repressivas às greves e ao movimento sindical que vinham sendo tomadas". 10 Como visto nos capítulos 1 e 2, o nome de Pasqualini já era cogitado ao Palácio Piratini, na imprensa, desde o início de 1945. Quando ingressou no PTB, nos estertores do ano de 1945, os próprios líderes sindicais que formavam a cúpula petebista estadual lhe ofereceram a possibilidade da candidatura. Assim, em que pesem as manifestações de contrariedade de Vargas, as alas usbiana e sindicalista do PTB/RS conseguiram impor os seus pontos de vista. Alberto Pasqualini teve o seu nome lançado na segunda convenção estadual do partido, em 11 de novembro de 1946, há cerca de dois meses do pleito eleitoral que se aproximava. <sup>11</sup> Todavia, segundo a interpretação dada por Vasconcellos:

"O nome escolhido (...) acabou contrariando os desejos de Getúlio. A resistência de Vargas em apoiar Pasqualini se explicava não só por seu passado de contestação ao Estado Novo, mas porque o teórico era originário da única das vertentes formadoras do PTB gaúcho que não tinha um passado getulista. A recusa de Pasqualini em apoiar Dutra também contribuiu para essa rejeição varguista. Mesmo assim, a pressão do Partido não convenceu Vargas a apoiar a candidatura de Alberto Pasqualini". 12

Fato consumado, Vargas veio a expressar publicamente o seu apoio à candidatura petebista em 29 de novembro de 1946. Mas, pelo que se pode depreender dos estudos mobilizados e das fontes primárias selecionadas, é difícil afirmar que Getúlio tenha se dedicado a esta campanha. Talvez seja correto argumentar que se tratou, na melhor das hipóteses, de um apoio tímido. É o que o conteúdo de duas correspondências tende a nos sugerir, senão vejamos.

1/

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. Op. cit., p. 114.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.*, cap. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 125.

Loureiro da Silva, um petebista emigrado do PSD e aliado de Vargas, em 26 de dezembro de 1946 enviava telegrama ao presidente de honra do PTB. Solicitava apoio e participação em comícios de Pasqualini, tendo em vista dar maior peso eleitoral à candidatura petebista. Por seu turno, o sindicalista José Vecchio, um dos fundadores do diretório gaúcho do PTB, poucos dias depois fazia apelos a Vargas para um envolvimento maior na campanha, pedindo "apoio claro e decisivo", pois, "está quase assegurada a vitória do dr. Alberto Pasqualini". 15

Dificuldades à parte, Pasqualini contou com a simpatia e o apoio popular, conforme análises de Bodea e de Cruz. 16 Publicações de textos "a pedidos" – tratavam-se de matérias pagas pelo PTB e por seus simpatizantes –, nos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, durante a campanha, apresentando imagens de comícios bastante concorridos, também indicam isso. 17 Dois motivos centrais parecem-me ter sustentado o referido apoio: de um ângulo abrangente, "o trabalhismo e o sindicalismo corporativista (...) permitiram a entrada em cena de um ator político até então ausente na esfera da legitimidade pública: o trabalhador urbano". 18 De um ponto de vista mais específico, as propostas sociais e economicamente reformistas e distributivistas de Pasqualini ganhavam, desde 1945, cada vez mais adeptos. Uma síntese da orientação política e programática da campanha de Pasqualini pode ser ilustrada com a reprodução parcial do seu discurso pronunciado em novembro de 1946:

"As classes mais favorecidas têm (...) deveres para com a coletividade, cabendo ao Estado fixar-lhes a justa medida de acordo com as necessidades sociais. Precisamos, pois, se quisermos que o Estado realize efetivamente obra trabalhista, ampliar as bases de suas possibilidades financeiras (...). Se somos um movimento de caráter social-trabalhista, nossos compromissos deverão ter por objeto, antes de tudo, os interesses das classes trabalhadoras, isto é, do proletariado e dos pequenos agricultores". 19

<sup>14</sup> CPDOC/FGV, telegrama de Loureiro da Silva para Getúlio Vargas, 26/12/1946, arquivo Getúlio Vargas, GVC1946.12.10/4, p. 6.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> CPDOC/FGV, carta de José Vecchio para Getúlio Vargas, 03/01/1947, arquivo Getúlio Vargas, GVC1947.01.03/3.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> BODEA, Miguel. Op. cit. CRUZ, João Batista Carvalho da. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Consultar manifesto assinado por dezenas de trabalhistas, inclusive Sylvio Sanson, liderança sindical fundadora do PTB/RS, em *Diário de Notícias*. "Manifesto – Aos trabalhadores do Rio Grande do Sul". Porto Alegre, 08/01/1947, p. 5. Ver também *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 05/01/1947, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> PASQUALINI, Alberto. "Devemos voltar as nossas vistas para aqueles que não têm terras, não têm morada, não têm sequer um lugar onde morrer", Porto Alegre: Correio do Povo, 12/11/1946, p. 4, 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 118.

Analisando matérias produzidas pela *Revista do Globo* sobre os candidatos ao governo estadual – veiculadas entre dezembro de 1946 e janeiro de 1947 –, Cruz afirma que a imagem construída para Pasqualini foi a de um "filósofo sentimental, um intelectual, um teórico político". Um tipo de imagem, que revelava uma acepção relativamente negativa, também explorada pela oposição liberal-conservadora, notadamente pelo PSD. Em janeiro de 1947, João Ribeiro Tacques, em uma matéria "a pedido", publicada no *Correio do Povo*, afirmava que Pasqualini se tratava de um candidato "generoso", mas que não informava os meios para a realização das suas propostas. <sup>21</sup> No mesmo mês, em texto laudatório e de página inteira sobre Walter Jobim, publicado no *Diário de Notícias*, Adail Moraes tecia também críticas ao "intelectual" Pasqualini. Em suas palavras, não se resolveriam os problemas do povo

"com promessas de bancos sem juros, sem garantias e sem prazos, que nunca se hão de cumprir, pois o próprio candidato petebista declarou que poderá acontecer não seja ainda para esta geração o afamado banco. Ora, o povo está cansado de promessas a longo prazo. Ele prefere, afinal, 'temas comuns de administração', desde que realizáveis para esta geração". <sup>22</sup>

Ao mesmo tempo em que o pessedista Adail Moraes desferia críticas ao "utópico e sentimental" Pasqualini, sublinhava favoravelmente a dois aspectos que deveriam, segundo a sua interpretação, peculiarizar o perfil do futuro governador: a capacidade administrativa e o sentido prático da política. Uma imagem positivada e associada a Walter Jobim, assim como explorada pelo PSD. Também utilizada pelas reportagens a que fiz referência, produzidas pela *Revista do Globo* e analisadas pelo estudo de João Batista da Cruz, que afirma terem sido as temáticas administrativa e infra-estrutural do estado privilegiadas pela retórica do candidato pessedista.<sup>23</sup>

As críticas opositoras a Pasqualini tenderam a ficar mais ácidas no curso da corrida eleitoral. Em texto também publicado "a pedido" na imprensa, um pessedista questionava veementemente uma entusiasmada saudação das sociedades carnavalescas de Porto Alegre ao

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 85 e 93. As aludidas reportagens mobilizadas pelo autor são: *Revista do Globo*. "Pasqualini de corpo inteiro". Porto Alegre, n. 424, 07/12/1946. *Revista do Globo*. "Doutor Décio". Porto Alegre, n. 425, 21/12/1946. *Revista do Globo*. "O gaúcho Jobim". Porto Alegre, n. 426, 11/01/1947. A respeito consultar CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 82-100.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> TACQUES, João Ribeiro. "Repto ao sr. Alberto Pasqualini". Porto Alegre: *Correio do Povo*, 04/01/1947, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> MORAIS, Adail. "As coisas simples que o povo quer". Porto Alegre: *Diário de Notícias*, 01/01/1947, p. 11. O "afamado banco" consistia na proposta de criação de um sistema de crédito social, conforme descrito e analisado anteriormente, bem como no último item deste capítulo.

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 93.

candidato petebista, em janeiro de 1947. No caso, tratou-se de um festivo desfile popular em homenagem a Pasqualini, ocorrido em frente ao prédio do diretório estadual do PTB. O pessedista fazia, paralelamente, uma depreciação mesmo à própria expressão cultural popular. Entendia que se tratava de uma manifestação política

"ao ritmo do samba africano, fantasiados como convinha aos gritos e pulos, numa movimentação impudente de quadris, prenunciando os folguedos e loucuras do carnaval! (...) Era ridículo (...) arrastar a nossa Bandeira [nacional] para o terreno (...) da palhaçada (...). Fora com os mascarados e palhaços da defunta ditadura insepulta! Basta!".<sup>24</sup>

Ao longo do período da campanha, não foram poucos os protestos realizados pelos petebistas em face das acusações feitas pelo PSD à candidatura Pasqualini. Os jornais *Diário de Notícias* e *Correio do Povo* estamparam não poucas matérias pagas pelo PTB, em que sobressaíram denúncias à "linguagem deslavada e ofensiva" da campanha adversária, principalmente no interior do estado.<sup>25</sup> Fundamentalmente, as acusações pessedistas a Pasqualini giravam em torno de um suposto ateísmo e de uma alegada tendência comunista do candidato petebista. Para isso, foram distribuídos boletins em alemão e italiano nas subregiões de famílias de colonos. De acordo com o discurso pronunciado pelo deputado estadual José Diogo Brochado da Rocha (PTB/RS), pouco após o fim do pleito, a campanha pessedista procedeu do seguinte modo:

"Contra nós e contra o nosso eminente candidato, sr. Alberto Pasqualini, procuraram açular as tendências conservadoras, principalmente, na colônia, e a consciência cristã dos rio-grandenses, emprestando um sentido comunista às nossas ideias, quando pregávamos a democracia cristã (...). [Afirmavam] que excedíamos os limites fixados pela democracia (...). Diziam que (...) os comunistas cerrariam fileiras em torno do sr. Alberto Pasqualini, a quem dariam os votos, porque aos comunistas o que convinha era a vitória do candidato petebista". 26

Importa observar que, a despeito da associação feita pelos pessedistas entre Pasqualini, trabalhismo e comunismo, o PCB veio a apoiar a candidatura do próprio PSD. Segundo Cruz, a principal liderança nacional comunista, o senador Luiz Carlos Prestes (PCB/DF), expressou publicamente o seu apoio a Walter Jobim, em comício ocorrido em 12 de janeiro de 1947, na

<sup>25</sup> À título de ilustração, consultar *Diário de Notícias*. "A verdade sobre os comícios do PSD no Alto Taquari". Porto Alegre, 08/01/1947, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> VIANNA, Gonçalves. "Incrível!". Porto Alegre: *Diário de Notícias*, 08/01/1947, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> BROCHADO DA ROCHA, José Diogo. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 31/03/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Alergs, 2003, p. 33.

cidade de Porto Alegre, tendo por propósito "unir as forças democráticas para a liquidação definitiva do 'getulismo' e para o reforçamento da democracia em nosso Estado". Prestes, pouco antes, já havia declarado à imprensa carioca "que o seu partido nada queria com o sr. Alberto Pasqualini, acrescentando que o candidato do PTB fora um fervoroso adepto da Carta de 1937". Po acordo com o então recém-empossado deputado estadual Dionélio Machado (PCB/RS) — amigo pessoal de Pasqualini —, as razões para o apoio ao PSD deram-se em função das alegações feitas por Prestes e pela preocupação do programa de Walter Jobim com o financiamento e a realização de obras no setor de energia. Como se vê, os comunistas vieram a fazer a correlação entre Pasqualini, o PTB e a ditadura estado-novista. Ao que parece, a ventilada preocupação democrática do PCB não sofreu receios com o apoio concedido ao PSD, exatamente a organização partidária que pagava os maiores tributos à máquina política e administrativa herdada do Estado Novo. Em todo caso, sob a ótica petebista de Brochado da Rocha, apresentada em pronunciamento parlamentar, o apoio de Prestes e do PCB a Walter Jobim decorreu do fato de que Alberto Pasqualini

"no governo restabeleceria a confiança das massas na democracia e logicamente S.Excia. o sr. Luiz Carlos Prestes, declarou o apoio de seu partido ao sr. Walter Jobim, porque assim tinha a certeza de manter o ambiente de insatisfação para as massas, que é o manancial e a condição principal para que os comunistas possam fazer o seu proselitismo". 30

Seja por pragmatismo eleitoral, seja por razões de ordem programática, o PCB apoiou o principal adversário de Pasqualini. Com isso, na perspectiva de Bodea, ocorreu determinada fissura no voto operário urbano, contribuindo para a vitória eleitoral de Walter Jobim. Para esta vitória, somou-se, sobretudo, o uso da máquina pública estadual pelo candidato pessedista.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Cf. CRUZ, João Batista Carvalho da. *Op. cit.*, p. 145. Ademais, as querelas entre Prestes e o seu PCB com Alberto Pasqualini já transcorriam desde meados de novembro de 1946. *Correio do Povo*. "Declarações em resposta a Luiz Carlos Prestes", Porto Alegre, 23/11/1946, p. 10. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, v. II. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 38. DUARTE, José Bacchieri (org.). *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Alergs, 2003, p. 41-60.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Correio do Povo. "Declarações em resposta a Luiz Carlos Prestes", Porto Alegre, 23/11/1946, p. 10. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. II, op.cit., p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> MACHADO, Dionélio. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 01/04/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *op. cit.*, p. 55-57.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> BROCHADO DA ROCHA, José Diogo. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 31/03/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *op. cit.*, p. 38.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 55.

Ex-secretário de governo do então interventor Cylon Rosa, Jobim contou com o decisivo apoio dos recursos públicos estaduais, no entendimento de Lisandre Oliveira.<sup>32</sup> Um exemplo desta solidariedade governamental com a candidatura Jobim é oferecido pela autora do modo que se segue: Raul Pilla, líder do PL, "acusou o PSD de imprimir o jornal oficial do seu partido na gráfica do estado". 33 Ademais, o apoio do *Diário de Notícias*, de orientação conservadora e de propriedade de Assis Chateaubriand, não pode ser desprezado. Este apoio pode ser sintetizado com uma informação deveras auto-explicativa: no dia da eleição, ocorrida em 19 de janeiro de 1947, foi estampado um enorme panfleto do pessedista Jobim na primeira página do jornal.<sup>34</sup> Do ponto de vista de Getúlio Vargas, a derrota petebista decorreu do fato de que as "forças reacionárias do P.S.D., nazistas e comunistas uniram-se contra a candidatura Pasqualini". 35

Os números da primeira competição eleitoral de Pasqualini pelo PTB foram estes: 209.164 votos (ou 37,64%), contra 229.129 dados a Johim (41,23%). Se evidenciarmos apenas os votos da região metropolitana de Porto Alegre, vemos que foi nítido o apelo majoritariamente petebista na área mais urbanizada do estado: Pasqualini aí alcançou cerca de 53% dos votos. <sup>36</sup> A margem total de diferença de votos foi tão estreita que, em São Paulo, era noticiada, alguns dias depois do pleito, a vitória de Pasqualini.<sup>37</sup> De Uruguaiana/RS (em 23/01/1947), Íris Valls, por seu turno, enviava animado telegrama informativo a Getúlio Vargas:

"Vibrando de entusiasmo, comunico ao eminente chefe e amigo resultado da apuração de hoje: Pasqualini 366 / Jobim 269 / Décio 198. Com um potrilho como o nosso e com jóquei como V.Excia. não só esta mas todas as demais que surgirem ganharemos sempre de rebenque erguido ou até mesmo sem rebenque. Um forte abraço trabalhista e queremista".38

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *Op. cit.*, p. 174.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Diário de Notícias. Porto Alegre, 19/01/1947, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> CPDOC/FGV, telegrama de Getúlio Vargas para Dinarte Dornelles, janeiro de 1947, arquivo Getúlio Vargas, GVC1947.01.00/1.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Cf. NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio (coords.). *Op. cit.*, p. 32-33.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Folha da Noite. "Milton Campos continua vencendo em Minas Gerais – Resultados parciais dos pleitos nos estados - no Rio Grande do Sul vence o sr. Alberto Pasqualini - na frente em Pernambuco o candidato comunista". São Paulo, 22/01/1947, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup>Como se vê, telegrama que denota tanto a linguagem campeira do interior gaúcho quanto um esquema de percepção hierárquico no PTB, bastante desfavorável a Pasqualini nas relações com Getúlio. CPDOC/FGV, telegrama de Íris Valls para Getúlio Vargas, 23/01/1947, arquivo Getúlio Vargas, GVC1946.12.10/4.

Todavia, a derrota eleitoral de Pasqualini foi confirmada dias depois. Mas, os ânimos acirrados da peleja pelo Palácio Piratini imediatamente incidiram sobre o processo de elaboração da carta constitucional sul-rio-grandense. As disputas pelo exercício do governo estadual, com efeito, não foram encerradas com a eleição.

Empossados os deputados estaduais em 10 de março de 1947, os estudos e as negociações para o desenho da Constituição logo se iniciaram. Candentes debates enredaram a nova Constituição estadual. O motivo principal da querela parlamentar? A tentativa de adoção do sistema parlamentarista de governo, no ensaio de redação do capítulo referente ao Poder Executivo. Se instituído fosse este sistema no marco constitucional do estado, o então governador eleito, Walter Jobim, do Partido Social Democrático, teria o seu raio de ação limitado. O sistema parlamentarista foi proposto pelos deputados estaduais do PL, que possuía 5 cadeiras, e do PTB, que formava uma bancada com 23 assentos. De um total de 55 cadeiras, PTB e PL integravam uma bancada majoritária de 28 deputados. O PSD, partido do novo governador, possuía 16 representantes. De acordo com José Bacchieri Duarte, a primeira intervenção parlamentar favorável à adoção do parlamentarismo foi realizada pelo deputado estadual Mem de Sá (PL/RS). Em eloquente e erudito discurso, o líder da bancada libertadora acentuava as possibilidades jurídicas do parlamentarismo. <sup>39</sup> Tendo alguns dos seus parlamentares manifestado, previamente, uma contrariedade ao sistema de governo proposto, o PTB, no entanto, por meio de reunião entre a bancada legislativa e o diretório partidário estadual, expressou, em fins de abril de 1947, sua concordância com eventual emenda que adotasse o parlamentarismo. O PL, em 9 de maio, lançava nota oficial em apoio, e o PTB, após reuniões capitaneadas por Pasqualini, fechava a questão no dia seguinte. 40 Em 11 de maio, tais eventos eram assim noticiados pelo Correio do Povo:

"O parlamentarismo é o assunto dominante no momento. Pela primeira vez na História do Brasil republicano, os adeptos do sistema de governo de gabinete, tão vigorosamente defendido pelo Deputado [Federal e presidente do PL] Raul Pilla, vêm desenhar-se nitidamente a vitória dos seus princípios, com a resolução tomada pelas bancadas do PTB e do PL de votarem por uma Constituição parlamentarista para o Estado". 41

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> SÁ, Mem de. Discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 08/04/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *op. cit.*, p. 77-98.

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Cf. DUARTE, José Bacchieri (org.), op. cit., p. 215-221.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> *Correio do Povo*. "Entrevista sobre parlamentarismo ou presidencialismo", Porto Alegre, 11/05/1947, p. 5, 24. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 141.

Acompanhando a notícia, figurava longa entrevista com Pasqualini, considerado um ator político "saliente nos entendimentos que se processam para a implantação do parlamentarismo no Rio Grande do Sul". 42 Sob o ângulo pasqualinista, o presidencialismo, em função da composição de forças políticas e partidárias vigentes, tenderia a proporcionar sérios distúrbios institucionais à democracia brasileira. Tecendo uma avaliação, malgrado o anacronismo, que poderíamos chamar de "premonitória", Pasqualini defendia a adoção da fórmula parlamentarista de governo nos seguintes termos:

"No regime parlamentar um conflito entre o governo e o parlamento se resolve por uma queda do ministério (ou gabinete) e substituição por outro: no regime presidencial um conflito entre o Poder Executivo e o Legislativo não tem solução. Termina quase sempre num golpe de Estado. Esses conflitos podem facilmente surgir se o presidente não tem o amparo da maioria do Legislativo e é por ela hostilizado. Esse caso poderá facilmente surgir no Brasil futuramente quando pelo menos três fortes correntes políticas disputarão a Presidência da República. A que vencer não terá maioria no Congresso. Será uma situação bastante difícil para o presidente eleito (...). Eis porque muitos pensam que a instituição do parlamentarismo, no Brasil, mais do que um postulado teórico será uma exigência de ordem prática decorrente da pluralidade de partidos. (...) O PTB [e o PL] (...) não visam com isso apossar-se pura e simplesmente do poder, o que se quer é realizar o ajustamento dos dois poderes (...). Se mais de dois partidos concordarem em cooperar no governo tanto melhor". 43

Por sua vez, o PL – que tinha em sua presidência o deputado federal Raul Pilla, notório defensor do parlamentarismo – apresentava "em seu programa partidário, revisto e aprovado nas convenções de 1945 e 1947", uma "defesa intransigente do regime parlamentarista", concebido como uma expressão da "verdadeira democracia representativa". <sup>44</sup> Um governo colegiado, apoiado e sustentado por uma maioria parlamentar, "um governo coletivo e responsável perante o Legislativo", era o que advogavam os libertadores, de acordo com a nota oficial do partido, publicada no jornal *Diário de Notícias* de 9 de maio de 1947. <sup>45</sup> O PCB, a despeito do apoio eleitoral oferecido à candidatura de Walter Jobim, também aderiu à fórmula parlamentarista pactuada entre o PTB e o PL, <sup>46</sup> o que na prática potencialmente viria a restringir o raio de ação

40

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> Idem, p. 142-146.

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> LEAL, Carlos Eduardo. "Partido Libertador (PL, 1945-1965)". In: ABREU, Alzira A., et. al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. IV. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4332.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> Cf. DUARTE, José Bacchieri (org.). Op. cit., p. 216.

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Idem, p. 234.

administrativa do novo governador. Logo, uma eventual adoção deste sistema de governo poderia vir a constituir um governo de coalizão entre o PTB, o PL e o PCB, totalizando um conjunto de 31 cadeiras no Parlamento estadual, de um total de 55.

As reações da base do governo estadual imediatamente pulularam na Assembleia Constituinte. O deputado estadual Oscar Carneiro de Fontoura (PSD/RS) afirmava que o seu partido entendia "que o sistema parlamentar de governo é de controvertida constitucionalidade, em face da Constituição Federal vigente", uma forma de governo "subversiva do regime democrático e atentatória das liberdades públicas". Por sua vez, o também deputado estadual Nicanor da Luz (PSD/RS), em defesa do governo, argumentava que o substitutivo parlamentarista apresentado na Assembleia não tinha por objetivo "instituir o regime parlamentar no Rio Grande do Sul. É pura e simplesmente arrebatar o poder ao Poder Executivo". No mesmo período, o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (PSD), esteve em Porto Alegre e fez críticas às pretensões petebistas e libertadoras. O deputado federal Batista Luzardo (PSD/RS) reagiu afirmando que "não podemos de forma alguma concordar com o golpe que os libertadores e os trabalhistas querem dar no Governo e no povo gaúcho".

Não obstante, com uma maioria parlamentar alcançada, em 14 de junho de 1947 foi submetida à votação a emenda parlamentarista. Sagrou-se vitoriosa, computando 30 votos a favor e 24 contra. Além dos votos adicionais dos três deputados comunistas, a emenda contou também com a adesão de personagem que viria a se consagrar, anos depois, como expressivo defensor do sistema presidencialista: o então jovem deputado estadual Leonel Brizola (PTB/RS), que acompanhou a orientação partidária. Entretanto, poucos dias depois, em 18 de junho, segundo Duarte, "os próprios vencedores desejosos de conhecer o pensamento do mais alto órgão da Justiça brasileira sobre a arquitetura constitucional que haviam elaborado", enviaram requerimento ao procurador-geral da República, tendo em vista o pronunciamento do

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> FONTOURA, Oscar Carneiro de. "Fontoura retifica posição divulgada – apresentados os substitutivos", 19/05/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *op. cit.*, p. 238-239.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> LUZ, Nicanor da. "Resposta do bloco PTB-PL, pela palavra de Mem de Sá", 26/05/1947. In: DUARTE, José Bacchieri (org.), *op. cit.*, p. 250.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Tais palavras tratam-se de reprodução feita por Leonel Brizola (PTB/RS) na Assembleia Legislativa Estadual, de uma entrevista concedida por Luzardo ao *Diário de Notícias*. Consultar BRIZOLA, Leonel. "Apoio a estudantes e críticas a jornais", Porto Alegre, s/d. In: BRAGA, Kenny, et al. (coords.). *Perfis parlamentares: Leonel Brizola – perfil, discursos e depoimentos* (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p. 326-327.

Supremo Tribunal Federal – STF acerca da constitucionalidade da emenda.<sup>50</sup> O PCB, por seu turno, manifestou-se contrariamente à tal apreciação da Justiça, alegando considerar constitucional a emenda aprovada.<sup>51</sup>

Promulgada em 8 de julho, a Constituição Estadual incorporava o dispositivo parlamentarista. O governador Walter Jobim (PSD/RS) recorreu ao STF dias depois, visando a anulação da forma de governo adotada. A decisão judicial foi lavrada em 18 de julho, determinando a supressão, no novo diploma legal gaúcho, dos artigos que asseguravam o parlamentarismo. <sup>52</sup> Tendo desempenhado decisivo papel nas articulações entre o PTB e o PL, Pasqualini posicionou-se do seguinte modo, após o pronunciamento do STF:

"Com a adoção do parlamentarismo, teve em vista a maioria dos constituintes possibilitar, nas condições da atual divisão de forças políticas, a participação e a cooperação de todos os partidos no governo, ajustando-o constantemente, através de um mecanismo democrático mais sensível aos movimentos e aos reclamos da opinião pública refletidos na Assembleia (...). [Todavia] o seu histórico aresto [do STF] representa a verdade judiciária diante da qual temos todos o dever de nos curvar (...). Restará a crédito dos constituintes rio-grandenses o gesto também histórico de terem ensejado mais um passo no caminho do aperfeiçoamento das instituições". 53

Segundo a avaliação de Kenny Braga, o PTB e o PL empreenderam a campanha parlamentarista em um sentido mais propriamente pedagógico. Não aspiravam necessariamente à vitória, entre outros, em virtude de uma interpretação inicialmente negativa de Pasqualini acerca do tema, que entendia que o parlamentarismo não se coadunava com a Constituição Federal. O apoio do personagem e do PTB teria sido dado, portanto, com a finalidade de angariar a adesão da bancada libertadora para a aprovação de postulado constitucional que prevesse a submissão do uso e dos limites da propriedade privada à "conveniência social". <sup>54</sup> Este postulado, sem

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> DUARTE, José Bacchieri (org.). Op. cit., p. 437.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> DUARTE, José Bacchieri (org.). "PCB também é contra ouvir-se o Supremo Tribunal Federal", 20/06/1947. In: *op. cit.*, p. 443.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> DUARTE, José Bacchieri (org.). Op. cit., p. 545.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> Correio do Povo. "Entrevista sobre a inconstitucionalidade do parlamentarismo rio-grandense". Porto Alegre, 18/07/1947, p. 12. In: PASQUALINI, Alberto, *O pensamento político de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005, p. 128.

<sup>&</sup>lt;sup>54</sup> Cf. BRAGA, Kenny, *et al.* (coords.). *Op. cit.*, p. 32. O referido postulado (artigo no. 174) foi redigido na Constituição estadual do modo que se segue: "O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social". CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 08 de julho de 1947, *apud* DUARTE, José Bacchieri (org.), *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Alergs, 2003, p. 519.

condicionantes de destaque, veio a ser estabelecido no art. 174 do título V – Da Ordem Econômica e Social, da nova Carta gaúcha, distinguindo-se do que fora determinado pela Constituição Federal de 1946. Esta última assentava pressuposto jurídico que concedia confortável raio de liberdade ao uso da propriedade, restringindo as possibilidades, por exemplo, da adoção de uma política nacional de reforma agrária. Em que pesem os reais motivos – adesão doutrinária ao parlamentarismo ou acordo legislativo visando questão programática importante, mas diferente – a campanha pelo parlamentarismo consistiu em um subproduto imediato da peleja eleitoral ao governo do estado, implicando, também, em uma acentuação das animosidades entre o PTB e o PSD, no Rio Grande do Sul. Ademais, representou uma significativa demonstração da habilidade política exercida pelo "teórico do trabalhismo".

Posto isso, no ano de 1950, Pasqualini enfrentou a sua segunda competição eleitoral pelo PTB/RS, agora exitosamente, ao posto de senador da República. Contudo, antes da definição do lançamento desta candidatura, o personagem teve o seu nome cogitado para a postulação a diferentes cargos eletivos, entre os meses de janeiro e agosto de 1950.

Em 18 de janeiro, a *Folha da Manhã* noticiava os arranjos que estavam sendo costurados entre o PTB e o Partido Social Progressista – PSP, liderado por Ademar de Barros, com vistas à corrida eleitoral à Presidência da República. Rui de Almeida, deputado federal pela capital do país (PTB/DF), asseverava, na Câmara dos Deputados, que o acordo apenas interessava ao PTB se lhe fosse assegurada a cabeça de chapa, ventilando, para isso, os nomes dos correligionários Getúlio Vargas, Salgado Filho e Alberto Pasqualini, diga-se, todos membros do diretório gaúcho. <sup>56</sup> No início do mês de julho, o *Correio do Povo* informava que o "teórico do trabalhismo" seria lançado a deputado federal, acompanhado do nome de Salgado Filho ao

<sup>56</sup> Folha da Manhã. "José Américo e Juraci". São Paulo, 18/01/1950, p. 7.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> A Constituição brasileira de 1946 determinava, em seu título V – Da Ordem Econômica e Social, art. 147, que "o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, §16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos". Vejamos, então, o que estabelecia o art. 141, em seu parágrafo 16: "É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior". O condicionante da prévia indenização em dinheiro, na prática, limitava sobremaneira qualquer

intervenção econômica mais saliente do Estado sobre a propriedade privada. Consultar PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao46.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao46.htm</a>. Consulta realizada em 14/01/2012.

governo estadual sul-rio-grandense.<sup>57</sup> Logo após a definição do nome do candidato ao governo do referido estado, Pasqualini era indicado a integrar uma comissão tríplice – formada também por Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha – responsável pelo delineamento das propostas do PTB àquela peleja eleitoral.<sup>58</sup> Com o trágico falecimento de Salgado Filho, em acidente aéreo no interior do Rio Grande do Sul, ocorrido em 30 de julho, Pasqualini veio a ter o seu nome cogitado pelo presidente do diretório nacional petebista, Danton Coelho (PTB/DF), para substituir ao candidato anterior para o governo do estado.<sup>59</sup>

Cogitações sucessivas e à parte, de acordo com Bodea, a executiva estadual do PTB/RS, sob a presidência de João Goulart, reuniu-se em 10 de agosto e homologou a candidatura de Alberto Pasqualini ao Senado Federal. Para o governo estadual, o nome indicado foi o de Ernesto Dornelles. O nome de maior vulto levado à escolha pública do país, no processo eleitoral de 1950, foi o de Getúlio Vargas, líder da sigla petebista e candidato à Presidência da República. As movimentações políticas trabalhistas e adversárias giravam em torno da sua imagem e do seu legado governamental. O apelo popular da candidatura getulista era saliente, conforme se pode observar nas informações registradas pela *Folha da Manhã*. Noticiando a homologação da candidatura Vargas à Presidência, em Convenção Nacional do PTB realizada em 17 de junho de 1950, no Rio de Janeiro, o jornal assim se exprimia:

"Considerável massa popular afluiu, esta noite, ao Palácio Tiradentes e imediações, para assistir à sessão de encerramento da Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (...). O recinto reservado aos convencionais foi totalmente invadido pela multidão, apresentando a sala das sessões da Câmara dos Deputados um aspecto nunca visto". 61

Também participando e intervindo na cerimônia que designou Vargas candidato a presidente, o correligionário Pasqualini participou de diversos comícios e eventos que envolviam a campanha de Getúlio. Comício trabalhista realizado na cidade de Pelotas/RS, no dia 25 de setembro, em que Pasqualini também se encontrava presente, suscitou reações de estupefatamento do repórter

<sup>&</sup>lt;sup>57</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 01/07/1950, p. 16.

<sup>&</sup>lt;sup>58</sup> Correio do Povo. "Movimento político". Porto Alegre, 05/07/1950, p. 14.

<sup>&</sup>lt;sup>59</sup> Folha da Manhã. "Candidato do P.T.B. ao governo gaúcho". São Paulo, 03/08/1950, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>60</sup> BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 71.

<sup>&</sup>lt;sup>61</sup> Folha da Manhã. "Homologada pela Convenção Nacional do P.T.B. a candidatura de Getúlio Vargas – os trabalhos de encerramento do conclave – discursos de Salgado Filho e A. Pasqualini". São Paulo, 18/06/1950, p. 1.

do *Diário de Notícias* – jornal antigetulista e conservador –, diante do expressivo apelo popular daquela candidatura. <sup>62</sup> Nas exaltadas palavras do jornalista:

"Uma consagração sem precedentes no interior do Rio Grande do Sul, receberam, hoje, nesta cidade, os srs. Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles e Alberto Pasqualini, quando uma multidão, calculada com pessimismo, em cinquenta mil pessoas, ovacionou delirantemente os eminentes homens públicos. (...) Jamais Pelotas vibrou com tanta intensidade. Em época alguma na sua história se viu multidão tão compacta, aglomerada no campo de aviação, nas suas avenidas e ruas, indiferente à grossa chuva que caía, enquanto aguardava a chegada do sr. Getúlio Vargas do seu histórico retiro de Itu". 63

Nesse sentido, de acordo com a interpretação de Vasconcellos, durante a campanha para o Senado, Pasqualini frequentemente fez referências a Vargas, o que era bastante raro antes desta peleja eleitoral. <sup>64</sup> Em função das retumbantes manifestações de apoio popular a Vargas, e encontrando-se ao seu lado, Pasqualini, em comício realizado no Rio Grande do Sul, em 9 de agosto de 1950, discorria sobre os significados da campanha getulista e da bandeira trabalhista:

"Sois vós, trabalhadores, sois vós, homens do povo, que mais sofreis as injustiças sociais, os desníveis econômicos, os erros e os desmandos do governo, porque eles constituem o suor de vossos rostos e o pão de vossos filhos. Senador Getúlio Vargas. Esta imensa multidão que aqui está, estes semblantes em número incontável que se voltam para vós, (...) querem apenas significar que o povo confia em vós. Querem vos dizer que o povo muito espera de vós (...). Em nenhum momento da vossa vida política, a vossa responsabilidade foi maior do que agora. Vós bem sabeis (...) mais do que ninguém que não se trata apenas de vencer uma eleição, porque esta já está ganha. Tratase também do destino de uma ideia, da sorte de uma causa, da causa de milhões de brasileiros. (...) Senador Getúlio Vargas. Levantai bem alto o vosso escudo. Obedecei à voz e à vontade do povo. Sede fiel ao ideal que nos une e vos guia, o ideal que merece todos os nossos sacrifícios, este grande ideal trabalhista que deve ser a glória de vossa vida e o vosso destino histórico". 65

Cumpre assinalar que na disputa a uma cadeira do Senado Federal, Pasqualini – assim como Getúlio e Ernesto Dornelles, candidato petebista ao governo estadual – obteve o apoio do Partido Social Progressista – PSP e do Partido Social Democrático Autonomista – PSDA, uma ala getulista do PSD/RS. Teve como adversários o representante do PL, Décio Martins Costa, e

<sup>&</sup>lt;sup>62</sup> Cf. BODEA, Miguel. Op. cit., p. 79.

<sup>&</sup>lt;sup>63</sup> Diário de Notícias. Porto Alegre, 26/09/1950, apud BODEA, Miguel. Op. cit., p. 79.

<sup>&</sup>lt;sup>64</sup> Cf. VASCONCELLOS, Laura Viana. Op. cit., cap. 1.

<sup>65</sup> Diário de Notícias. "Discurso de Alberto Pasqualini", Porto Alegre, 11/08/1950. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. II. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 192-193.

Plínio Salgado, do PRP, que foi apoiado pela UDN e pelo PSD. Faço, portanto, algumas considerações sobre o principal concorrente, o ex-integralista e então presidente nacional do Partido de Representação Popular. Sobre os apoios políticos conquistados, ressalte-se que Plínio Salgado contou com a aliança de duas legendas detentoras de um posicionamento político liberal-conservador e de corte antigetulista no Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, no dia 21 de julho, era divulgada a notícia da aliança do PRP com a UDN, com vistas à sustentação e à solidariedade com a campanha udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Como implicação direta da aliança, obtinha Plínio Salgado também o apoio da UDN à sua candidatura ao Senado Federal, no Rio Grande do Sul. 66 Na ótica de Plínio, tal aliança derivava do idealismo das convições esposadas por ambas as agremiações partidárias, e candidaturas, acentuando que uma indicação maior para isso consistia no fato de ter sido o seu partido assediado para apoiar demais siglas e que a seção da UDN, no Rio Grande do Sul, apesar de "valorosa e combativa", não tinha grande expressão eleitoral.<sup>67</sup> Em 22 de julho, dia da homologação perrepista à candidatura de Eduardo Gomes, este, além de ponderações laudatórias dirigidas ao partido e a Plínio Salgado, revelava em pronunciamento alguns matizes doutrinários que tendiam a orientar a sua campanha e as diretrizes de um eventual governo. Logo, segundo o então candidato presidencial udenista: "O propósito que vos anima é também zelar pelos direitos individuais, pela segurança interna e externa da pátria, pelo respeito de suas tradições, pela garantia da sua ordem moral e material". 68 Ordem, segurança, autoridade e direitos individuais: temáticas prevalecentes na campanha do Brigadeiro, submetidas a críticas por uma ex-aliada, a Esquerda Democrática, agora organizada no Partido Socialista Brasileiro - PSB, que veio a lançar o nome de João Mangabeira como candidato presidencial. <sup>69</sup> Segundo Maria Victoria Benevides, "as críticas do jornal Folha Socialista", ligado ao PSB, "são implacáveis, visando especificamente a figura do Brigadeiro", concebido como "um líder de elite, que olha o proletariado com mal contido desprezo". <sup>70</sup> Por conseguinte, a se levar em conta as afirmações de Plínio Salgado sobre a aludida correspondência de ideais

<sup>66</sup> Folha da Manhã. "Resolve o P.R.P. apoiar o sr. Eduardo Gomes". São Paulo, 21/07/1950, p. 1.

70 Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>67</sup> SALGADO, Plínio. "O Partido de Representação Popular e o Brigadeiro". São Paulo: *Folha da Manhã*, 30/7/1950, p. 12.

<sup>&</sup>lt;sup>68</sup> Folha da Manhã. "Homologada pelo P.R.P. a candidatura Eduardo Gomes". São Paulo, 23/07/1950, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>69</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN..., op. cit., p. 80.

entre a sua candidatura e a da UDN, pode-se argumentar que a sua campanha ao Senado equivalia a uma espécie de pólo representativo da conservação da ordem social e econômica. Ademais, um encarniçado anticomunismo de Plínio Salgado contrastaria, com efeito, com a candidatura de Pasqualini, que viria a ocupar o pólo esquerdista da peleja eleitoral, norteado por princípios trabalhistas e mudancistas, enfatizando a temática dos direitos sociais. Tal polarização eleitoral tende a nos ser sugerida, entre outros, por passagens de artigo publicado pelo próprio Plínio Salgado na *Folha da Manhã*. Nas palavras do ex-líder integralista, o Brigadeiro constituía

"uma garantia da continuação do Brasil digno, honrado, capaz de se defender dos assaltos do imperialismo soviético (...). O Partido de Representação Popular não leva apenas os seus votos a um candidato. O que o Partido de Representação Popular leva (...) é uma enorme corrente de opinião que não pertence aos seus quadros, mas que, temendo acima de tudo o comunismo, o socialismo, o esquerdismo fica sempre à espera da decisão do Partido de Representação Popular, para em seguida pronunciar-se (...), pois sabem que jamais (...) [daríamos o voto] a quem parecesse suspeito de favorecer o pior inimigo da humanidade, que é o comunismo, como são as suas linhas auxiliares". 71

Representando ou não uma "linha auxiliar" do comunismo, os resultados eleitorais emanados das urnas em 3 de outubro de 1950 foram sobremodo satisfatórios para o PTB, no Rio Grande do Sul. O partido conseguiu eleger Ernesto Dornelles ao governo estadual e atingiu quase 50% dos votos com o também eleito Getúlio Vargas. No tocante à eleição para o Senado Federal, Alberto Pasqualini foi eleito com 343.741 votos, ou 47,78%. Plínio Salgado alcançou 244.769 votos (34,02%) e o terceiro colocado, o candidato libertador Décio Martins Costa, obteve 88.614 votos (12,31% do total). Mais uma vez, e de modo acentuadamente crescente, o apelo trabalhista na região metropolitana de Porto Alegre sagrou-se bastante expressivo: Pasqualini conquistou aproximadamente 70% dos votos da região.<sup>72</sup>

A terceira e última peleja eleitoral enfrentada por Alberto Pasqualini, nos quadros do PTB, se deu em 1954, novamente postulando ao governo do estado sul-rio-grandense. Então um respeitado e consagrado senador da República, folgadamente tido como a maior expressão intelectual do PTB e da doutrina trabalhista entre os círculos jornalísticos e políticos, o

<sup>72</sup> NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio (coords.). *Op. cit.*, p. 54-55.

<sup>&</sup>lt;sup>71</sup> SALGADO, Plínio. *Op. cit.*, p. 12.

personagem deparou-se com muitas dificuldades nesta campanha. Embaraços e problemas de diferentes ordens atingiram ao seu percurso eleitoral, a começar pela definição do seu nome.

As hesitações de Vargas, manifestadas na eleição de 1947, parcialmente revelaram-se, mais uma vez, em relação a uma candidatura de Pasqualini ao Palácio Piratini. Guardando expressivo capital simbólico e político e boa margem de independência em sua atuação parlamentar – em face das iniciativas do governo do presidente Getúlio Vargas –, desde o início do ano de 1954 o nome do senador Pasqualini era cogitado na imprensa a uma candidatura ao governo do estado. Cogitação, geralmente, acompanhada de informações sobre a indisposição getulista a esse respeito. Indício significativo consiste em matéria publicada pela *Folha da Manhã*, em 27 de fevereiro de 1954.

"O sr. Getúlio Vargas embarca amanhã (...) para Caxias do Sul [RS], levando em sua companhia apenas um dos três chefes da ala do P.T.B. gaúcho (...). Sabe-se nos meios gaúchos que o sr. Getúlio Vargas desejava, nessa viagem, fazer um teste de popularidade entre os três capitães do P.T.B. [José Diogo Brochado da Rocha, João Goulart e Alberto Pasqualini], teste ao qual o general Brochado da Rocha se submete de boa vontade (...). O senador Pasqualini teme que o sr. Getúlio Vargas procure envolvê-lo com o oferecimento da pasta do Trabalho, contornando assim o problema da sua candidatura ao governo do Estado. O senador tem justificados receios de que o chefe do governo não se disponha, seja qual for a situação, a apoiar-lhe o nome para a sucessão do sr. Ernesto Dornelles, preferindo dar-lhe alguma coisa em troca da sua concordância numa solução getulista para o Estado". 73

Segundo as análises desenvolvidas por Bodea e por Vasconcellos, as tensões internas ao PTB/RS entre as alas pragmática, aliada de Getúlio, e doutrinária, sob a liderança de Pasqualini, reverberaram no noticiário estadual, com as pretendidas candidaturas também apresentadas pelos petebistas pragmáticos Loureiro da Silva e Brochado da Rocha. Tais reverberações foram incrementadas em princípios do mês de junho de 1954. No mesmo período, é possível observar padrão idêntico de reverberação no noticiário paulista. 75

As controvérsias internas à agremiação partidária resultaram, de um lado, em apoio majoritário da seção gaúcha à indicação de Pasqualini ao governo estadual, em convenção

<sup>&</sup>lt;sup>73</sup> Folha da Manhã. "Acompanhado do gen. Brochado da Rocha, segue para Caxias o presidente Vargas". São Paulo, 27/02/1954, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>74</sup> A respeito consultar BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 107. VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Op. cit.*, cap. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>75</sup> À guisa de ilustração, consultar *Folha da Manhã*. "Procurará o sr. João Cleofas dar à candidatura Cordeiro de Farias um caráter de conciliação – Contrária às pretensões do Catete a situação política no Rio Grande". São Paulo, 10/06/1954, p. 4.

trabalhista ocorrida em 19 de junho. No mesmo evento, foi também lançado o nome de João Goulart à corrida para o Senado Federal. <sup>76</sup> Por outro lado, a refrega entre as duas alas – pragmática e doutrinária pasqualinista – implicou em uma certa cisão no partido, com o auto-afastamento de Brochado da Rocha, que resolveu se filiar ao PSP para concorrer ao Piratini.

Superados os problemas iniciais para a definição do seu nome, o personagem experimentou, poucos dias após o lançamento da candidatura, novo e sério obstáculo, no caso relativo à sua saúde. O Diário de Notícias, recorrentemente, durante meados do mês de julho, assinalava preocupações em relação às precárias condições de saúde do candidato petebista.<sup>77</sup> No mesmo intervalo de tempo, em São Paulo, a Folha da Manhã chegou a noticiar "a retirada da candidatura", registrando o que se segue: "O sr. Pasqualini submetera-se há dias a um 'check-up', no Hospital dos Servidores do Estado", localizado no Rio de Janeiro. Ao analisarem os resultados, "os médicos o aconselharam a desistir da campanha eleitoral, que poderia comprometer a sua saúde, já abalada". 78 O personagem alegava que, com as suas oscilações na pressão, por recomendação médica, era plausível que, cedo ou tarde, tivesse que abandonar a candidatura. Porém, com o apoio irrestrito de Jango, presidente nacional do PTB – receoso que estava com a possibilidade de reabertura das tensões internas na seção gaúcha do partido -Pasqualini manteve a sua candidatura.<sup>79</sup> Já restabelecido, todavia, a tônica da argumentação do jornal opositor à sua candidatura, refiro-me ao Diário de Notícias, era de suspeição às suas possibilidades de enfrentamento das vicissitudes de uma campanha eleitoral. Na coluna "Charla de Galpão", o jornalista, em tom irônico, afirmava que "o 'Pasqual" era "um cavalo desanimado". 80 O comprometido estado de saúde afetou todo o curso da sua campanha, incorrendo no não cumprimento parcial da agenda estabelecida, especialmente no interior do estado, segundo Miguel Bodea.81

Por outro lado, no regresso da hospitalização ocorrida no Rio de Janeiro, a saudação levada a cabo em Porto Alegre, em 23 de junho, foi esfuziante, de acordo com o relato feito pelo

<sup>76</sup> Cf. BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 112.

-

<sup>&</sup>lt;sup>77</sup> Diário de Notícias. "Hospitalizado no Rio o senador Alberto Pasqualini". Porto Alegre, 08/07/1954, p. 16. Diário de Notícias. Porto Alegre, 09/07/1954, p. 12. Diário de Notícias "Pasqualini chegará dia 24". Porto Alegre, 14/07/1954, p. 2.

<sup>&</sup>lt;sup>78</sup> Folha da Manhã. "Retirada a candidatura Pasqualini". São Paulo, 15/07/1954, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>79</sup> Folha da Manhã. "Pasqualini manterá a candidatura". São Paulo, 17/07/1954, p. 3.

<sup>80</sup> Diário de Notícias. "Receitando para os cavalos". Charla de Galpão, Porto Alegre, 28/07/1954, p. 2.

<sup>81</sup> BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 124.

deputado federal Barreto Pinto (PTB/DF), em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados. Um indício do prestígio e da recepção positiva da imagem e das ideias do "teórico do trabalhismo". Nas palavras do deputado:

"Quero congratular-me pela recepção estrondosa que teve o sr. Alberto Pasqualini ao chegar ontem (...). Tenho em mãos o 'Correio do Povo' (...) em que figura a notícia da chegada do ilustre Senador e candidato do Partido Trabalhista Brasileiro que desceu em Porto Alegre nos braços do povo (...). [Congratulo-me] com o povo gaúcho, especialmente com a população de Porto Alegre, pela manifestação com que recebeu seu futuro Governador, esse homem de reputação ilibada, de conduta inatacável, uma das figuras mais ilustres do Brasil". 82

O apoio popular à candidatura de Pasqualini foi significativo, conforme demonstram diversas matérias pagas por partidários e simpatizantes – os "a pedidos" – e publicadas tanto no *Diário de Notícias* quanto no *Correio do Povo*. Fotos de comícios, realçadas com grande número de aderentes e simpatizantes, eram recorrentes no curso da campanha, assim como chamadas como a que se segue: "Pasqualini", em Santa Cruz/RS, "recebe a consagração do Povo". <sup>83</sup> Ou, por outra, salientando predicados e virtudes: "Há homens que se projetam além e acima dos partidos". <sup>84</sup> Notícia do próprio *Correio do Povo* também destacava o aludido apelo popular, assinalando a realização de comícios com grande número de eleitores. <sup>85</sup> Ademais, de acordo com o relato pessoal de Pedro Simon, à época aluno do curso de Direito, a candidatura petebista também recebeu expressiva adesão estudantil. Segundo a vivência e a interpretação de Simon:

"O idealismo de Pasqualini sensibilizou a juventude do Rio Grande do Sul. Constituímos, de imediato, um Centro Universitário – do qual fui um dos coordenadores – de apoio à sua candidatura (...). A participação acadêmica na campanha foi muito expressiva porque apelamos para o idealismo, a cultura e o discernimento dos universitários".86

\_

<sup>82</sup> PINTO, Barreto. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 24/07/1954, p. 5066-5067.

 <sup>&</sup>lt;sup>83</sup> Correio do Povo. "Pasqualini recebe a consagração do povo". Porto Alegre, 17/08/1954, p. 7.
 <sup>84</sup> COMITÊ APARTIDÁRIO PRÓ-CANDIDATURA ALBERTO PASQUALINI. "Há homens que se projetam

além e acima dos partidos". Porto Alegre: *Correio do Povo*, 08/08/1954, p. 16.

85 *Correio do Povo*. "Concorrido comício realizou em Caxias o sr. Alberto Pasqualini". Porto Alegre, 08/08/1954, p. 44

p. 44. 86 SIMON, Pedro. *Atualidade..., op. cit.*, p. 88.

Ainda segundo Pedro Simon, os estudantes universitários redigiram um manifesto em apoio, que veio a ser publicado no *Correio do Povo*, em 15 de agosto.<sup>87</sup>

Em que pesem os apelos e as adesões populares e estudantis, a campanha de Alberto Pasqualini seguiu uma trajetória partidária isolada. Não contou com o apoio de qualquer partido político de expressão na cena parlamentar e institucional, a não ser com uma controversa adesão de última hora do então proscrito e clandestino PCB. O PRP lançou o nome de Wolfran Meltzer; o PSP contou com a candidatura do ex-petebista Brochado da Rocha; e o PSB lançou o nome do desembargador José Ferreira Sampaio à peleja. Excluído o PSB, legenda insignificante no estado, partidos que, no curso do regime democrático de 1946, eventualmente aliaram-se ao PTB em diferentes pleitos eleitorais em terras gaúchas. O principal adversário de Pasqualini era representado pela Frente Democrática, uma coligação entre o PSD, a UDN e o PL, que teve como cabeça de chapa o pessedista Ildo Meneghetti.

A respeito da oposição ao trabalhismo, importa observar que, vez e outra, o *Diário de Notícias* deixava explícita a sua simpatia pela candidatura da Frente Democrática, como o indica título de matéria publicada em 27 de julho: "A marcha triunfal de Meneghetti – percorridas 20 cidades e 40 distritos em apenas 20 dias". Se Ou, por outra, na mesma edição, a coluna "Charla de Galpão", a partir de um jogo de palavras, argumentava que o vencedor do pleito seria aquele "que tem nome de pimenta". Se

Obstáculos adicionais para a campanha pasqualinista foram as exasperadas investidas opositoras ao governo de Getúlio Vargas, que se desenrolaram exatamente neste período, na esfera nacional. Pressionado a abdicar da Presidência, Getúlio veio a suicidar-se em 24 de agosto. Nesse sentido, a exaltação da oposição, particularmente a liberal-conservadora, e a consequente necessidade de defesa do presidente, consistiram em variáveis que incidiram sobremaneira na campanha. Nas palavras de Bodea:

"Tanto Pasqualini quanto Jango centravam seus discursos (...) na defesa do governo Vargas, assediado pelo virulento contra-ataque das forças liberal-conservadoras, em

<sup>&</sup>lt;sup>87</sup> Consultar *Correio do Povo*. "A pedido – os universitários e a candidatura Pasqualini", Porto Alegre: 15/08/1954, p. 3. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 61-63.

<sup>&</sup>lt;sup>88</sup> Diário de Notícias. Porto Alegre, 27/07/1954, p. 11.

<sup>&</sup>lt;sup>89</sup> *Diário de Notícias*. "Charla de Galpão". Porto Alegre, 27/07/1954, p. 2.

nível nacional, e pela nova linha agressivamente antinacionalista e anti-estatista da política externa norte-americana". 90

Ainda segundo o autor, o efeito imediato do suicídio de Vargas foi a paralisação do processo político-eleitoral, por dias, em virtude da grande consternação pública ocasionada. 91 Reproduzindo discurso proferido por Pasqualini em comício realizado na cidade de Cruz Alta/RS, dias após a trágica ocorrência política, com a retomada da campanha, o *Correio do Povo*, no entanto, não deixava de registrar o seu alinhamento com a corrente trabalhista, nos seguintes termos: "Na madrugada de 24 de agosto (...) as forças reacionárias e os falsos democratas levaram o Presidente Getúlio Vargas ao supremo sacrifício de sua vida para poupar o Brasil de uma luta fratricida". 92 Assinalando o legado de Vargas e criticando os setores oposicionistas de direita, o candidato petebista ao Piratini, no aludido discurso, demonstrava também a acidez que caracterizou o conflito político travado no país e no seu estado:

"Agora que já não existe, materialmente, o alvo principal das investidas dos nossos adversários; agora que não mais existe aquele que apontavam como fonte e causa de todos os males e inimigos da democracia, porque ainda nos combatem com tanto encarniçamento, tentando até associar outras forças políticas contra nós e nosso partido? A resposta a esta pergunta talvez possamos encontrá-la na derradeira mensagem de Getúlio Vargas, quando disse: 'Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente'. Eis aí a dura e triste realidade desta quadra tormentosa da vida brasileira. As forças da reação se unem para combater as forças da evolução, para isolar e afogar na impotência os sentimentos e as aspirações populares. Mas (...), nada poderá deter a marcha inexorável do progresso social e da libertação do povo brasileiro dos grilhões do capitalismo reacionário e especulador. Um governo de inspiração social, como deve ser um governo trabalhista, tem obrigações a cumprir perante o povo, perante os trabalhadores das cidades, dos campos e das colônias, que esperam dias melhores e mais tranquilos". 93

Em uma ambiência política abertamente conflituosa, em que as disputas programáticas e os conflitos de classe reverberavam com especial expressão no sistema partidário, notadamente no Rio Grande do Sul, a campanha do pessedista Meneghetti radicalizava as suas posições. Os

<sup>&</sup>lt;sup>90</sup> BODEA, Miguel. *Op. cit.*, p. 118.

<sup>&</sup>lt;sup>91</sup> Idem, p. 119.

<sup>&</sup>lt;sup>92</sup> Correio do Povo. "Discurso em Cruz Alta". Porto Alegre, 12/09/1954, p. 6. In: PASQUALINI, Alberto, O pensamento político de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005, p. 261.

<sup>&</sup>lt;sup>93</sup> Idem, p. 263.

tumultos, os atos de violência e a verdadeira convulsão ocorrida nos dias que se seguiram ao desaparecimento de Vargas foi explorada pela Frente Democrática que, conforme Bodea, soube instigar

"habilmente o medo da classe média gaúcha, responsabilizando diretamente o PTB pelos incidentes do 24 de agosto (...). A defesa da 'ordem e tranquilidade', da propriedade privada, da família e da religião dariam o tom básico da campanha da Frente Democrática, no último mês da campanha eleitoral". 94

Nesse sentido, já no dia 26 de agosto, era publicado no Correio do Povo, "a pedido" do PSD, da UDN, do PL (que formavam a Frente Democrática) e do PRP, um manifesto criticando os "distúrbios populares", as manifestações revoltosas com o suicídio de Vargas, em Porto Alegre, e as depredações das sedes dos partidos políticos. Na descrição feita, a sede do PTB ficou ilesa, não constituindo alvo da revolta. Assim, na avaliação dos signatários do manifesto, o governo petebista de Ernesto Dornelles fora complacente com os revoltosos, responsável, portanto, pelos distúrbios, por não ter mobilizado o uso da força policial. 95 A respeito, importa registrar que também o jornal Diário de Notícias, segundo Celito de Grandi, foi incendiado nos protestos. 96 Ademais, a Frente Democrática teceu críticas constantes nas páginas dos jornais. Ao final do mês de setembro, há poucos dias da eleição, que veio a se realizar em 3 de outubro, vê-se o uso de um perfil de acusação que considero renitente nas outras campanhas de Pasqualini: uma suposta tendência comunista do "teórico do trabalhismo". Os aderentes da Frente Democrática apresentavam acusações ao PTB e, em particular, a Pasqualini, em um texto também publicado "a pedido" no Correio do Povo. Alegando que o petebista revelava disposições anticristãs e comunistas, o texto denunciava um eventual apoio do PCB à candidatura pasqualinista. De acordo com os partidários da Frente Democrática, "a 'bomba' estourou antes do tempo: Pasqualini e Jango de mãos dadas com os partidários de Prestes". 97

Segundo informações apresentadas pelo noticiário do *Correio do Povo*, quase um ano depois da eleição, isto é, em agosto de 1955, no Rio de Janeiro, o periódico *O Globo* publicou

<sup>94</sup> BODEA, Miguel. Op. cit., p. 119.

<sup>&</sup>lt;sup>95</sup> Correio do Povo. "O governo e as desordens". Porto Alegre, 26/08/1954, p. 5.

<sup>&</sup>lt;sup>96</sup> GRANDI, Celito de. *Loureiro da Silva – o charrua*. Porto Alegre: Literaris, 2002, p. 146.

<sup>&</sup>lt;sup>97</sup> Correio do Povo. "Desmascarada a trama sinistra dos trabalhistas e comunistas". Porto Alegre, 28/09/1954, p. 2.

matéria em que fez considerações acerca de uma aliança feita na eleição de 1954 entre ambas as siglas de esquerda, nos termos que se seguem:

"Passada a borrasca de 24 de agosto, os trabalhistas e os comunistas (...) [uniram-se] para as eleições estaduais no Rio Grande do Sul no ano passado. Os entendimentos se realizaram por indicação de João Goulart 'diretamente' com o sr. Alberto Pasqualini, candidato ao governo estadual, na residência do sr. Leonel Brizola". 98

Em carta-resposta enviada a Roberto Marinho, diretor de *O Globo*, Pasqualini afirmava que não havia costurado entendimentos com os comunistas, apesar de ter sido procurado para tratar do interesse em apoiá-lo. Pasqualini considerava que este apoio "traria eleitoralmente mais desvantagens do que proveito a qualquer candidato". Explicava ainda que o apoio foi manifestado nas semanas próximas ao pleito e que, "tratando-se de ato unilateral (...) nós não poderíamos obstar e nem adiantaria hipocritamente repelir, desde que nas urnas as cédulas não trazem as marcas do eleitor". Em uma carta remetida por Pasqualini ao seu amigo Antônio Bresolin, logo após a eleição, o senador chegava a aventar a suspeita de que o apoio oferecido pelos comunistas teria sido uma iniciativa arranjada com a oposição conservadora, já que, em suas palavras, "os comunistas sempre foram nossos ferrenhos adversários e jamais poderiam ter interesse em nossa vitória". Assinalava ainda a sua contrariedade com os "setores reacionários" do clero católico, que manifestavam um posicionamento "anticristão" e desconsideravam, ainda, que "o trabalhismo, bem orientado, [é] uma barreira que pode conter o comunismo". 100

Tenha sido ou não estabelecida uma aliança formalizada, favorável ou não a uma adesão comunista, importa ponderar que Pasqualini obteve o apoio do PCB. Um sinal, pois, de certa conformação do alinhamento político da esquerda gaúcha, polarizada em torno do PTB. Uma afirmação feita por Pasqualini ainda na mencionada carta ao diretor de *O Globo*, de que o candidato do PSB pretendia abandonar a disputa em meio à campanha, <sup>101</sup> parece um indício adicional. O inexpressivo número de votos obtidos pelo candidato socialista (apenas 73 cédulas

<sup>&</sup>lt;sup>98</sup> O Globo. Rio de Janeiro, 28/08/1955, apud Correio do Povo, Porto Alegre: 01/09/1955, p. 9, 16. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 67.

<sup>&</sup>lt;sup>99</sup> Correio do Povo. Porto Alegre, 01/09/1955, p. 9, 16. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 67-68.

Alberto Pasqualini, *apud* BRESOLIN, Antônio. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, 06/06/1973, p. 3106. Correio do Povo. Porto Alegre, 01/09/1955, p. 9, 16. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – obra social & política*, vol. IV. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 68.

a ele destinadas) talvez constitua outro indício. 102 Com efeito, um pólo esquerdista que se delineou na eleição de 1954, para confrontar a empedernida oposição conservadora e liberal capitaneada pelo PSD. No entanto, tal esquema político-eleitoral polarizado não foi exitoso para Pasqualini e o PTB, em virtude dos receios de boa parte do eleitorado com a radicalização de simpatizantes e aderentes trabalhistas, derivada do suicídio de Vargas, assim como em função da força da retórica "cristã e anticomunista" da Frente Democrática. O candidato ao governo estadual perdeu para Ildo Meneghetti (PSD) e os dois postulantes trabalhistas ao Senado Federal, Jango e Ruy Ramos, também saíram derrotados. O PTB/RS chegou a conseguir o maior número de cadeiras na Assembleia Legislativa Estadual e na Câmara Federal, mas não conquistou sequer uma cadeira para o Senado, em uma eleição em que a Frente Democrática levou as duas. 103 Os números finais da eleição ao Palácio Piratini foram estes: Pasqualini conquistou 356.183 votos (42,51% do total) e Ildo Meneguetti (PSD), da Frente Democrática, candidato vitorioso, assegurou 386.821 votos (ou 46,17%). Na região metropolitana, como nas eleições anteriores, Pasqualini atingiu a sua votação mais expressiva, preservando a majoritariedade petebista, com 49,8% dos votos. 104 Obteve maioria, mas os números não deixaram de expressar uma significativa redução do potencial de votos em face das duas eleições anteriores. Para termos comparativos mais precisos, uma redução também em relação à candidatura ao governo estadual em 1947, em que alcançou, na região mais urbanizada do Rio Grande do Sul, aproximadamente 53% dos votos. O suicídio de Vargas e as candentes manifestações populares, ao invés de se converterem em ampliação dos votos trabalhistas, acabaram implicando em uma variável importante para a derrota de Pasqualini e do PTB. 105

<sup>102</sup> NOLL, Maria Izabel, & TRINDADE, Hélgio (coords.). Op. cit., p. 70.

<sup>&</sup>lt;sup>103</sup> Idem, p. 73-82.

<sup>&</sup>lt;sup>104</sup> Ibidem, p. 71-72.

<sup>&</sup>lt;sup>105</sup> Cumpre observar que a derrota petebista na disputa para o Senado Federal também foi suscitada pela oposição empreendida pela Igreja Católica ao nome de Ruy Ramos, que seguia religião protestante. De acordo com Jorge Ferreira, "fiel ao partido e aos compromissos assumidos com Ramos", Jango não se desvencilhou do correligionário, potencialmente tendo também a sua imagem sujeita a uma visão negativa por parte do eleitorado católico. Cf. FERREIRA, Jorge. *João Goulart..., op. cit*, p. 135.

#### No Senado Federal

A experiência obtida no desempenho do mandato de senador, entre os anos de 1951 a 1955, consistiu em um importante percurso político para que Alberto Pasqualini alcançasse dois êxitos. Mais amadurecido, por um lado, adensou e refinou propostas social e economicamente reformistas, formuladas e esposadas anos a fio. Nesse sentido, as propostas do monopólio estatal do petróleo e da reforma do sistema financeiro representaram expressivas e marcantes bandeiras da atuação do personagem no Senado Federal. Por outro lado, o Senado assegurou a Pasqualini a posição de ator político de projeção nacional, respeitado não apenas pelas hostes trabalhistas, como por integrantes de diferentes círculos de sociabilidade, especialmente os políticos e jornalísticos. Em ambos os casos, tanto os aderentes quanto os opositores e críticos do PTB.

A nosso ver, algumas variáveis contribuíram para a sua projeção política nacional, sobremaneira reforçada com o assento no Palácio Monroe, então sede do Senado, implicando, pois, em um significativo aumento de capital simbólico e político pelo "teórico do trabalhismo". Vejamos de início algumas delas, já que nos permite, ao mesmo tempo, tecer algumas ponderações e evidenciar alguns fatos favoráveis a um delineamento abrangente do perfil de atuação do personagem no Senado. Posteriormente, ponho em relevo os dois marcantes projetos em que se envolveu: a criação da *Petrobras* e a reforma do sistema financeiro. Busca-se aí assinalar o posicionamento doutrinário de Pasqualini, assim como sublinhar alguns fragmentos dos debates e das polêmicas políticas em que participou, no Senado, a respeito do papel e da intervenção econômica do Estado, durante os primeiros anos da década de 1950.

Uma primeira variável a ser destacada em sua atuação parlamentar foi uma relativa independência em face das iniciativas e da orientação do governo do seu correligionário petebista, o presidente Getúlio Vargas (1951-1954). Um padrão de atividade política não submissa às ações levadas a cabo pelo governo federal que, provavelmente, incidiu em uma imagem positiva e bem aceita, entre atores políticos de diferentes siglas partidárias e pela imprensa. Poucos dias antes de assumir a sua cadeira no Distrito Federal (à época, a cidade do Rio de Janeiro), em 5 de março de 1951 Pasqualini participou de um evento em sua homenagem, promovido no Clube do Comércio, em Porto Alegre, e fez observações consoantes à diretriz que pretendia caracterizar a sua iminente atividade parlamentar:

"Onde não existe idealismo, onde a atividade pública não é (...) uma missão apostolar, o poder político se tornará sempre o monopólio de corrilhos, de grupos econômicos, um jogo do mercantilismo e da aventura (...). Procurarei ter sempre presente o preceito de Marco Aurélio: seguir o que é justo, dizer o que é verdadeiro. Em defender a justica, que deve ser principalmente o escudo dos fracos e dos humildes, e em proclamar a verdade, não poderei admitir interferências ou limitações". 106

Forte indício do propósito em desempenhar uma linha relativamente autônoma de atuação foram as recusas a certas funções institucionalizadas de liderança. Antes mesmo do exercício do mandato, Pasqualini rejeitou os convites feitos pela Executiva Nacional do PTB para assumir tanto a vice-presidência do Senado quanto a liderança do governo - assumindo, no caso, o senador Marcondes Filho (PTB/SP). Empossado em 19 de março de 1951, 107 logo que ocupou a cadeira, também declinou do convite à liderança do PTB na alta casa legislativa. 108 Um partido envolvido com muitas disputas internas, como as constantes crises do diretório paulista, 109 e capitaneado pelo presidente da República, com quem as relações estabelecidas eram marcadas por reiterados e antigos atritos, provavelmente devem ter constituído boas razões para as recusas. Ademais, Pasqualini, em virtude de seu perfil peculiar, parece ter sido pouco afeito ao cotidiano das disputas e transações políticas de varejo. Interessava-se mais pela semeadura e a difusão de ideias. É o que Wilson Vargas da Silveira (PTB/RS) – à época um jovem deputado estadual e correligionário - parece indicar, em suas impressões sobre Pasqualini: ele "era um teórico, professoral, gostava de discutir metas, dizer o que era preciso ser feito no Estado e no país". 110 Uma boa margem de autonomia para se pronunciar a respeito dos negócios públicos, com efeito, era então perseguida pelo personagem. De modo que críticas dirigidas às ações do governo Vargas não deixavam de ser reverberadas, em geral acompanhadas de uma demanda por maior coerência entre as iniciativas do governo federal e o programa partidário. Logo, em

<sup>&</sup>lt;sup>106</sup> PASOUALINI, Alberto. "Discurso no Clube do Comércio", Porto Alegre: Diário de Notícias, 06/03/1951. In: . O pensamento político de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, IHGRS, Alergs, 2005, p. 230 e 232.

107 Folha da Manhã. "Em foco na câmara alta o caso de 'La Prensa'". São Paulo, 20/03/1951, p. 4.

<sup>108</sup> A respeito, consultar as matérias jornalísticas que se seguem: Folha da Manhã. "Iniciada a luta para a composição das mesas dirigentes da Câmara e do Senado". São Paulo, 08/02/1951, p. 1. Folha da Manhã. "Reúnese inesperadamente a C.E. do P.T.B.". São Paulo, 22/03/1951, p. 3. Folha da Manhã. "Alberto Pasqualini recusa a liderança do P.T.B. no Senado". São Paulo, 23/03/1951, p. 3.

<sup>109</sup> Crises estas destacadas pelo noticiário assinalado na nota anterior e submetidas a uma reflexão acadêmica pelo trabalho que se segue: BENEVIDES, Maria Victoria. O PTB..., op. cit. <sup>110</sup> GRANDI, Celito de. *Op. cit.*, p. 145.

setembro de 1952, o senador se expressava em relação à política econômica do governo federal nos seguintes termos: "Reconhecemos como justa determinada política social, mas praticamos uma política financeira, monetária e fiscal que lhe está em absoluta contradição". <sup>111</sup>

Acerca do governo federal, é forçoso salientar que Getúlio Vargas assumiu a Presidência, em 31 de janeiro de 1951, sob condições econômicas restritivas. O processo inflacionário e o desequilíbrio das finanças públicas marcavam os momentos iniciais do seu governo, problemas herdados da administração anterior e da conjuntura econômica nacional e internacional. Foram adotados, portanto, mecanismos de estabilização monetária para conter a inflação, de sorte a estimular, a posteriori, o desenvolvimento econômico e industrial. 112 Ademais, inicialmente o governo possuía uma base parlamentar minoritária, constituída pelo PTB e o PSP, integrando a terceira força da Câmara dos Deputados, 113 atrás da UDN, uma encarniçada opositora, e do PSD. O governo Vargas possuía frágil base de sustentação e, com isso, tendeu a compor o seu ministério com um amplo leque de forças políticas, caracterizando um "esforço de conciliação". 114 O PSD recebeu o maior número de pastas, também preenchidas pelo PSP e mesmo pela UDN. Ao PTB, coube apenas o ministério do Trabalho, de imediato ocupado por Danton Coelho (PTB/DF). 115 Dificilmente se poderia argumentar que se tratava de um governo propriamente petebista. Assim, as críticas desferidas pelo doutrinário Pasqualini eram recorrentes nos primeiros anos do governo Vargas. Mas, em caráter propositivo, como passagem de um discurso seu nos pode demonstrar:

"O sistema econômico em que vivemos (...) não funciona em consonância com as necessidades e o interesse do maior número. Ninguém pode duvidar da honesta intenção do governo de acudir às necessidades do povo. Resta saber se os meios e as medidas

\_

<sup>&</sup>lt;sup>111</sup> PASQUALINI, Alberto. "O problema da moradia". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 02/09/1952, p. 8878-8879. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 297.

A respeito, consultar FERREIRA, Jorge. "Crises da república: 1954, 1955 e 1961". In: FERREIRA, Jorge, & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 305. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira". Porto Alegre: UFRGS, *mimeo*, artigo pessoalmente enviado pelo autor, em out. 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>113</sup> Folha da Manhã. "Iniciada a luta para a composição das mesas dirigentes da Câmara e do Senado". São Paulo, 08/02/1951, p. 1.

 <sup>114</sup> Cf. BRANDI, Paulo. "Vargas, Getúlio". In: ABREU, Alzira A., et. al. (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. V. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 5953-5954.
 115 Idem.

empregadas são as mais adequadas. Realizar essa análise não é 'fazer oposição' ao governo, mas auxiliá-lo a descobrir a verdadeira solução". 116

Todavia, segundo Bodea, um certo "entrosamento com o governo" se desenvolveu entre os anos de 1953 e 1954, 117 entre outros fatores, provavelmente em virtude das aproximações mais estreitas do governo com o movimento sindical, e da crescente e exasperada oposição ao presidente Vargas, sobremodo proveniente das hostes udenistas.

Uma possível segunda variável que contribuiu para o reforço da projeção nacional de Pasqualini, parece ter sido o perfil intelectualizado que tipificava as suas intervenções, propostas e atividades parlamentares. Um perfil saudado por muitos jornalistas e políticos. Múltiplas manifestações que louvavam os seus predicados "cavalheirescos" e "eruditos" podem facilmente ser encontradas nos jornais da época e no *Diário do Congresso Nacional*. A respeito, matéria publicada pela *Folha da Manhã*, em setembro de 1951, é sobremaneira ilustrativa. Abordando uma série de discursos proferidos por Pasqualini no Palácio Monroe, acerca das "reformas de base", o jornal oferecia aos seus leitores fortes impressões positivas. Acentuando a alta receptividade que mereceu alguns discursos pronunciados pelo personagem, a matéria assim discorria sobre um pronunciamento realizado: "O recinto e as tribunas estavam cheios (...). O sr. Pasqualini alongou-se (...) na definição de coisas e problemas como se estivesse numa cátedra, dando uma lição de história, economia e sociologia". 118

Uma terceira variável para a sua projeção – e que consubstanciou, na prática, a orientação política e ideológica do senador – foi a natureza das suas proposições e intervenções parlamentares. Direta ou indiretamente, elas revelavam uma conotação classista, em defesa dos estratos trabalhadores e populares, incidindo nos interesses de poderosos setores estabelecidos na sociedade brasileira, em especial dos banqueiros, do capital estrangeiro e dos latifundiários. Suas propostas, portanto, caracterizaram-se por uma evidente relevância pública, tanto no tocante aos objetivos, quanto aos destinatários eventualmente implicados. Denotando laivos de

<sup>&</sup>lt;sup>116</sup> PASQUALINI, Alberto. "Inflação II". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 23/11/1951. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 279.

<sup>&</sup>lt;sup>117</sup> BODEA, Miguel. Op. cit., 1992, p. 166.

<sup>&</sup>lt;sup>118</sup> Folha da Manhã. "Propugna o sr. Alberto Pasqualini a eliminação de todas as formas de exploração econômica e social". São Paulo, 12/09/1951, p. 3.

uma filosofia da história norteada pelo igualitarismo, a opção pelas classes trabalhadoras não deixava de nortear as propostas e a atividade parlamentar do personagem. Em suas palavras:

"Creio não ser difícil perceber que a história da humanidade em sua significação essencial é um processo de nivelamento: nivelamento jurídico, (...) político, (...) social, (...) econômico. A humanidade tende para a igualdade (...). A sabedoria, portanto, consistirá em facilitar esse processo e será estultice e coisa vã tentar opor-lhe resistência (...). A natureza conduz os que lhe seguem as leis; arrasta os que a elas se opõem". 119

A referida opção classista manifestava-se em diferentes projetos, que visavam alcançar a ampliação de recursos públicos destinados às finalidades sociais e econômicas voltadas à maioria da sociedade brasileira. Votando favoravelmente projeto legislativo que propugnava o aumento de 5% para 8% "do imposto que incide sobre a transferência de valores do Brasil para o exterior", <sup>120</sup> Pasqualini expôs as suas justificativas para o apoio, considerando que a prioridade política deveria ser a de "criar a riqueza nacional, não para um pequeno grupo de privilegiados, mas para todos os brasileiros; (...) realizar o aproveitamento de todas as possibilidades naturais do país, elevar o nível econômico e educacional do povo". 121 Uma espécie de projeto que, em alguma medida, afetava aos interesses e ao raio de liberdade do capital estrangeiro. Este, para Pasqualini, somente interessava ao país na condição de capital "produtivamente investido, cuja amortização de 'retorno ou repatriação' se opere lentamente". 122

Pasqualini foi relator do projeto de criação da Petrobras, na Comissão de Finanças do Senado. Nesta função, o "teórico do trabalhismo" insistentemente preconizou a exclusão da participação do capital privado – nacional ou estrangeiro – na composição da futura empresa, esposando a tese do monopólio estatal do petróleo. A intervenção econômica do Estado, por intermédio do controle estatal de empresas, assim como a interpretação dada ao papel e à pertinência do capital estrangeiro na economia nacional, consistiram em questões submetidas a um refinamento e a certas reelaborações doutrinárias, no pensamento do personagem. Em boa medida, fruto de um contexto marcado por significativa reverberação nacionalista. Adiante

<sup>&</sup>lt;sup>119</sup> PASQUALINI, Alberto. "Discurso no Clube do Comércio", Porto Alegre: Diário de Notícias, 06/03/1951. In: *op. cit.*, 2005, p. 230 e 232. <sup>120</sup> *Folha da Manhã*. "Economia e defesa". São Paulo, 07/06/1951, p. 4.

<sup>&</sup>lt;sup>122</sup> PASOUALINI, Alberto. "Entrevista sobre o retorno dos capitais estrangeiros", Porto Alegre: Correio do Povo, 24/01/1952. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, vol. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 88.

abordo com maior atenção a sua participação na criação da *Petrobras*, assim como o seu ponto de vista em face do capital estrangeiro.

Em diversos debates realizados no Palácio Monroe, Pasqualini envolveu-se em não poucas e candentes controvérsias em torno da defesa dos direitos e dos anseios da classe trabalhadora. Interveio, é claro, em outras que potencialmente também podiam transcender as barreiras de classe social. No caso em particular, refiro-me, à guisa de ilustração, à questão étnico-racial. Temática que assumiu e ganhou indiscutível importância em diferentes círculos sociais – acadêmicos, jornalísticos, culturais e políticos –, nas últimas décadas, o "teórico do trabalhismo", na condição de relator da Comissão de Finanças do Senado, deu parecer favorável a um projeto da Câmara dos Deputados que convertia atos de preconceito racial em contravenção penal, assinalando a necessidade de repressão aos atos desta natureza. Todavia, o matiz de classe era sobremaneira evidenciado em seus projetos e intervenções. As polêmicas não foram escassas, já que as forças liberal-conservadoras lançavam mão de argumentos em favor de uma legislação trabalhista mais flexível e de um menor grau de intervencionismo econômico. Mobilizo, com efeito, fragmentos de dois debates, a título de uma viva ilustração.

Em 5 de junho de 1951, o senador Lima Campos (PSD/MA) tecia ponderações favoráveis à privatização da *Companhia Siderúrgica Nacional* (CSN), uma empresa de economia mista, alegando que o seu rendimento e a sua produtividade encontravam-se em um patamar inferior ao que se poderia esperar sob o domínio exclusivo da iniciativa privada. Os problemas que proporcionariam tais "insucessos" seriam decorrentes de "fatores políticos" que "atuam à margem dos fatores econômicos. E na indústria privada não existem os primeiros". <sup>124</sup> Compreendendo como um dos fatores ventilados, por Campos, o "custo" dos direitos e a capacidade de organização dos funcionários da empresa, Pasqualini, junto com o senador Domingos Velasco (PSB/GO), argumentavam contrariamente, afirmando que não cabia às empresas, especialmente as que possuíam uma participação estatal, perseguir apenas os "lucros", mas sim deveriam zelar pelas condições de trabalho e de vida dos empregados. <sup>125</sup>

Em 21 de junho de 1952, Alfredo Neves (PSD/RJ), contando com o entusiástico apoio do seu correligionário Assis Chateaubriand (PSD/PB), pronunciava algumas observações

<sup>&</sup>lt;sup>123</sup> PASQUALINI, Alberto. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 06/06/1951, p. 3610.

<sup>&</sup>lt;sup>124</sup> CAMPOS, Lima. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 05/06/1951, p. 3559-3560.

<sup>&</sup>lt;sup>125</sup> Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 05/06/1951, p. 3559-3560.

bastante negativas acerca do padrão do regime de trabalho e de produtividade então em vigor no Brasil. Por extensão, apresentava um ponto de vista crítico sobre a classe trabalhadora brasileira.

"O sentimentalismo, que domina o espírito dos homens públicos do nosso país, tem resultado na substituição do estímulo ao trabalho pelo incitamento à preguiça coletiva, que se vai estendendo até os meios rurais (...). O trabalho [já] não é mais tão eficiente como em outros tempos". 126

Por oposição, Pasqualini, que obteve na ocasião uma reverberação favorável da parte de Kerginaldo Cavalcanti (PSP/RN), desferiu duras e irônicas críticas ao posicionamento conservador dos senadores do PSD. Na avaliação do petebista, "se tirarmos todas as consequências do nosso ilustre colega (...) chegaremos à conclusão de que o ideal seria a escravidão". <sup>127</sup> Na ótica do trabalhista gaúcho, a elevação do nível de produtividade da economia nacional deveria ser conquistada de modo antagônico ao ventilado pelos pessedistas:

"É necessário que se limite o número de horas [de trabalho] sem prejudicar a produtividade pela introdução dos métodos racionais de trabalho. Quanto menos se puder trabalhar, tanto melhor, sem porém prejudicar a produtividade. Este é o ponto fundamental. Desejaria que V. Exa. Senador Assis Chateaubriand, lançasse o seu apelo não só aos trabalhadores, mas principalmente aos grupos de maior capacidade econômica no sentido de empregar os excedentes de seus lucros e de rendimentos não em coisas supérfluas, mas em coisas úteis [como equipamentos e tecnologias voltadas ao sistema produtivo]. Só no ano passado importamos cerca de cinquenta mil carros de passeio e que representa aproximadamente quatro ou cinco bilhões de cruzeiros. Não poderia esse dinheiro ter melhor aplicação?". 128

Ademais, temas recorrentes e explorados por Alberto Pasqualini foram a inexistência de crédito para a satisfação das necessidades das classes populares, urbanas e rurais, as questões da moradia popular e da especulação imobiliária, o incentivo ao cooperativismo e à pequena propriedade, assim como o processo inflacionário. Tais temas se repetiam nas matérias jornalísticas do período, em suas entrevistas concedidas à imprensa, como também em seus pronunciamentos parlamentares. No tocante especificamente à restrição do acesso popular à habitação, o senador trabalhista manifestou-se frequentemente, denunciando a situação de miséria e de abandono de amplas camadas da população. Segundo matéria jornalística:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>126</sup> NEVES, Alfredo. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 21/06/1952, p. 5626.

<sup>&</sup>lt;sup>127</sup> PASQUALINI, Alberto. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 21/06/1952, p. 5627.

<sup>128</sup> Idem.

"A hora do expediente prorrogada (...), o senador gaúcho (...) referiu-se principalmente ao problema da moradia das classes pobres, agravado pelo impacto inflacionário destes últimos anos. Para o operariado e a pequena burguesia – frisou o orador – não resta outra solução senão viver nos subúrbios mais afastados e em casas minúsculas, sem o menor conforto. Ou se submetem a esse sacrifício, ou morrerão de fome". 129

Em mais uma polêmica travada com o senador Assis Chateaubriand (PSD/PB), no caso sobre a questão fundiária, reproduzo passagens de debate parlamentar que demonstram os pontos de vista contraditórios e característicos das forças políticas atuantes no Senado. As questões do crédito, do seu destino e das suas finalidades sociais, assim como o importante papel concedido por Pasqualini à pequena propriedade, transparecem com nitidez neste debate. Primeiro, veja-se as ponderações de Chateaubriand, com o apoio de fragmento do discurso proferido pelo senador Kerginaldo Cavalcanti (PSP/RN): "Na última sessão desta Casa, o Sen. Assis Chateaubriand asseverou que os males atuais da nossa agricultura eram decorrentes da pequena propriedade, e que só a grande propriedade nos poderia salvar desta situação". Rebatendo a opinião do senador pessedista, Pasqualini se posicionava com a seguinte afirmação:

"Naturalmente, esse é o ponto de vista do Sen. Chateaubriand. Desviam-se de aplicações mais produtivas, mais necessárias e de maior sentido econômico e social as disponibilidades monetárias que representam, em última análise, o trabalho do povo". <sup>131</sup>

Visando oferecer uma contribuição parlamentar que pudesse viabilizar o equacionamento do problema da moradia urbana, assim como o da assistência ao pequeno proprietário e o da obtenção de terra pelo trabalhador rural desapossado, Pasqualini elaborou e encaminhou um projeto de reforma do sistema financeiro, que tinha por eixo a adoção do que o senador chamava de "crédito social". Na sequência do trabalho abordo o assunto mais pormenorizadamente.

Detentor de "conhecidas ideias de tipo socialista", na interpretação de um jornalista da *Folha da Manhã*, <sup>132</sup> no curso da sua atuação no Senado Federal, não raro o noticiário estampava matérias que ressaltavam o envolvimento de Pasqualini em coalizões partidárias ou mesmo que

\_

<sup>&</sup>lt;sup>129</sup> Folha da Manhã. "Discurso do sr. Pascoalini". São Paulo, 22/08/1952, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>130</sup> CAVALCANTI, Kerginaldo, *apud* PASQUALINI, Alberto. "O problema da moradia". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 02/09/1952, p. 8878-8879. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 291.

<sup>&</sup>lt;sup>131</sup> PASQUALINI, Alberto. "O problema da moradia". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 02/09/1952, p. 8878-8879. In: *op. cit.*, 2001, p. 291.

<sup>&</sup>lt;sup>132</sup> Folha da Manhã. "Discurso do sr. Pascoalini". São Paulo, 22/08/1952, p. 1.

ventilavam o seu nome à sucessão presidencial de 1955. Evidentemente, um subproduto da projeção nacional alcançada e da relevante inserção política do personagem. No tocante às frentes partidárias, uma, em particular, importa acentuar, qual seja: a que teve a sua movimentação liderada por dois integrantes do PSB, o deputado federal Orlando Dantas (PSB/SE) e o senador Domingos Velasco (PSB/GO) – diga-se, parlamentar que revelava grandes convergências com Pasqualini, como o demonstram diversos números do Diário do Congresso Nacional. Tal frente buscava articular uma coalizão partidária em torno de alguns princípios programáticos, na esfera nacional, e pretendia articular o PSB, o PTB e o Partido Democrata Cristão - PDC. Entre os trabalhistas, além de Pasqualini, também o senador Lúcio Bittencourt (PTB/MG), outro membro da ala doutrinária do PTB, integrava a mesa de negociações. Do lado do PDC, figuravam nas discussões o prefeito paulistano Jânio Quadros e o professor Queiroz Filho. A Folha da Noite registrava que as conversações estabelecidas não pretendiam proporcionar uma "alteração das respectivas linhas ideológicas". <sup>133</sup> Acentuava ainda que a Presidência da República apoiava a aproximação com os socialistas e que, estes últimos, tinham em vista "deixar de ser o apenas pequeno, mas honrado partido". 134 Por um lado, tal tentativa parece revelar a combinação de lógicas pragmáticas de fortalecimento organizacional das siglas e do próprio governo Vargas. Por outro, talvez denote um certo alinhamento partidário em torno de ideias convergentes. É possível que as estreitas sintonias entre Pasqualini e Velasco, no Senado Federal, tenham constituído fator importante para tais aproximações.

Entre os estertores do ano de 1954 e princípios de 1955, o nome de Pasqualini foi cogitado com certa desenvoltura na imprensa para a sucessão presidencial. Seu nome foi sugerido por Juscelino Kubitschek (PSD/MG) ao PTB para compor a chapa à Presidência em 1955. Pasqualini recusou a oferta. O noticiário, em novembro de 1954, dava conta do apoio da maioria do partido à candidatura JK – Jango e Brizola à frente da adesão – e assim foi noticiado o diálogo entre Pasqualini e o então governador de Minas Gerais:

"O senador foi muito franco na conversa que teve (...), dando, assim, mais uma prova da coerência dos princípios que sempre defendeu (...). Pasqualini [é da] opinião que, para

<sup>&</sup>lt;sup>133</sup> Folha da Noite. "P.S.B., P.T.B. e P.D.C. fariam um acordo em torno de princípios e objetivos comuns". São Paulo, 01/06/1953, p. 1.

<sup>&</sup>lt;sup>134</sup> Idem, p. 3.

apoiar qualquer candidato, é preciso, primeiro, conhecer-lhe o programa – e nisso está certíssimo". 135

Em março de 1955, Marcondes Filho – ex-senador do PTB/SP (1946/1954) e ministro da Justiça do governo Café Filho - procurava costurar a composição de uma chapa presidencial que conformasse uma ampla frente opositora ao nome de Juscelino. Cogitava o nome de Pasqualini à candidatura presidencial, tendo por base um programa que preconizasse "a reforma administrativa (...) [e] eleitoral, a exigência da maioria absoluta para as eleições da Presidência da República" e dos governos estaduais "e o aprimoramento da legislação trabalhista em vigor e sua extensão ao campo". 136 No mesmo período, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o deputado estadual Franco Montoro (PDC/SP), anunciou, a partir de certas movimentações do diretório nacional do seu partido, que "homens como Juarez Távora", então eventual candidato à presidência pela UDN, "e Alberto Pasqualini", a vice, "eleitos para aqueles cargos, provocariam reforma do panorama político nacional e marcariam uma página nova em nossa vida pública". 137 No mês seguinte, em abril de 1955, ventilava-se na imprensa o nome do senador à vice-presidência, em chapa formada por setores da oposição à candidatura JK. Agora, na eventualidade de composição com o ex-governador de Pernambuco, Etelvino Lins (PSD/PE) e sob os possíveis auspícios da UDN. Talvez traduzindo o ponto de vista do próprio Pasqualini acerca das cogitações em torno do seu nome ao processo sucessório de 1955, a Folha da Manhã, familiarizada com o pensamento do personagem, assinalava o que segue:

"O senador afirmou que 'ninguém o ouviu ou consultou a esse respeito'. Sua resposta aliás seria esta: — 'Homem fiel aos deveres da lealdade partidária, seria incapaz de assumir atitudes pessoais, sobretudo num caso como esse, de tamanha delicadeza e importância'". 138

Prestigiado politicamente, detentor de elevado capital simbólico, com boa receptividade no conjunto da arena política, Alberto Pasqualini participou, mesmo que timidamente, do processo

<sup>&</sup>lt;sup>135</sup> Folha da Manhã. "Praticamente comprometida a maioria do P.T.B. com Juscelino Kubitschek". São Paulo, 13/11/1954, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>136</sup> Folha da Manhã. "Elaboração de programa mínimo para servir de base à união das forças antijuscelinistas". São Paulo, 02/03/1955, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>137</sup> Folha da Noite. "Juarez: presidente. Pasqualini: vice". São Paulo, 24/03/1955, p. 3.

<sup>138</sup> Folha da Manhã. "Cedo ainda para um balanço do apoio político que teria a candidatura do sr. Etelvino Lins". São Paulo, 08/04/1955, p. 4.

sucessório que levou a chapa Juscelino e João Goulart ao governo federal, na condição de alto quadro do PTB. Afastou-se definitivamente da vida política ao final do ano de 1955, acometido por um derrame cerebral. Noticiando a lastimável ocorrência, a *Folha da Manhã* informava que Pasqualini "terminara uma série de dozes discursos, que proferiria no Senado, examinando a situação nacional. O excesso de trabalho teria sido o principal responsável por sua enfermidade". <sup>139</sup> Em 1958, fortes impressões sobre o personagem, a quem todos ainda esperavam remotamente alguma recuperação, foram descritas por R. Magalhães Jr., na coluna "Dia a dia", da *Folha da Noite*. Elas guardam, simultaneamente, boa dose da generalizada imagem associada a Pasqualini, assim como a sua posição no processo sucessório de 1955.

"Tinha grandes qualidades pessoais: simpatia, inteligência, cultura, honestidade, ideias. Sabia tratar cordialmente os seus adversários, desarmando-lhes a agressividade com a cordura e a benevolência que lhe eram características. Estudioso de assuntos econômicos (...), quando se dava balanço aos valores morais e intelectuais do trabalhismo, era para a figura de Alberto Pasqualini que quase todos se inclinavam. (...) Fazia muitas restrições ao modo pelo qual estava sendo conduzido o P.T.B., mas de nenhuma forma queria contribuir para uma cisão do partido pelo qual fora eleito. Estava encantado com a homenagem que recebia, com a lembrança do seu nome [para a sucessão presidencial], mas não podia aceitar. E não houve argumento que o demovesse". 140

Adicionalmente, como era comum entre os adversários e críticos do PTB, nas searas política e jornalística, também Magalhães Jr., no aludido artigo, mobilizava a cordial e prestigiosa figura de Pasqualini para questionar o petebismo e, em particular, o então eleito deputado federal Elói Dutra (PTB/GB), assim como o também recém-eleito governador gaúcho, Brizola (PTB/RS):

"[Pasqualini] parecia fadado a ser o teórico do trabalhismo, a figura oracular do partido, o incorporador de sua doutrina, o mentor de suas atitudes. Mas, faltavam-lhes, para isso, uma pitada de demagogia e um pouco mais de combatividade. Os trabalhistas davam mais ouvidos a quem proferisse frases contundentes contra os seus adversários, do que a quem lhes acenasse com ideias, com programas". 141

Na mesma época, os aderentes e os correligionários manifestavam-se em torno da sua figura de maneira bastante positiva, no Senado Federal. Contudo, por oposição aos críticos, colocavam em evidência a sua influência interna ao PTB e o prestígio generalizado. Nesse sentido, para o

<sup>&</sup>lt;sup>139</sup> Folha da Manhã. "Pasqualini hospitalizado". São Paulo, 04/01/1956, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>140</sup> MAGALHÃES JR., R. "O caso do senador Alberto Pasqualini". São Paulo: *Folha da Noite*, coluna Dia a dia, 31/10/1958, p. 3.

<sup>141</sup> Idem.

senador Vivaldo Lima (PTB/AM), "o Amazonas o tem em alto apreço e consideração. Sabemos que se trata do teórico do Partido, do verdadeiro doutrinador do trabalhismo brasileiro". No estado representado por Lima, "sobretudo nós que militamos no trabalhismo, adotamos os ensinamentos de Pasqualini". <sup>142</sup> Do ponto de vista do companheiro senatorial de contendas em defesa dos interesses dos trabalhadores, Domingos Velasco (PSB/GO), "os socialistas do Brasil" têm por ele "a maior admiração", entre outros, "pela sua inteligência e exata compreensão dos problemas nacionais (...). Vemos em Alberto Pasqualini não um integrante" do PTB, "mas um dos cidadãos mais acatados pela inteligência brasileira". <sup>143</sup>

Levando em conta o prestígio e o capital simbólico assinalados, o perfil político e ideológico que orientou a atuação do personagem, assim como a correlação de forças políticas estabelecidas no Senado Federal, veja-se na sequência a ativa participação de Pasqualini no projeto de criação da *Petrobras*.

#### O monopólio estatal do petróleo e a *Petrobras*

A criação da *Petrobras* resultou de uma longa e polêmica trajetória de debates públicos, simultâneos ao progressivo crescimento da importância do petróleo e dos seus derivados como fonte de energia no Brasil, desde meados da década de 1930.<sup>144</sup> No curso dos decênios de 1930 e de 1940, antagônicas manifestações públicas acerca da importância da pesquisa, da exploração, do refino e do transporte do produto, eram recorrentes. Ainda no regime do Estado Novo, o general Horta Barbosa, então presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), defendia o monopólio estatal, recusando "qualquer interferência de empresas estrangeiras nos assuntos do petróleo".<sup>145</sup> O presidente Getúlio Vargas tendia a acompanhar a linha nacionalista defendida pelo general, mas, de acordo com Angelissa Silva, ficou hesitante "em relação à criação de uma

<sup>142</sup> LIMA, Vivaldo. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 29/11/1958, p. 2541.

<sup>&</sup>lt;sup>143</sup> VELASCO, Domingos. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 29/11/1958, p. 2541.

luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: FGV, 1993. FILHO, Raimundo de Araújo Castro; DIAS, José Luciano. "Petrobras". In: ABREU, Alzira A., *et. al.* (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, 5 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4596-4606. SILVA, Angelissa Azevedo. "A campanha do petróleo: em busca da soberania nacional". In: FERREIRA, Jorge, & REIS, Daniel Aarão (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-333.

<sup>&</sup>lt;sup>145</sup> SILVA, Angelissa Azevedo. *Op. cit.*, p. 321.

legislação nacionalista", deixando congeladas as iniciativas a respeito. Isto, sobretudo a partir de 1942, em virtude das pressões ligadas aos Estados Unidos, nação parceira na frente de batalhas da 2ª Guerra Mundial. Uma destas prováveis fontes de "pressão" internas aos EUA deve ter sido a empresa *Standard Oil* (conhecida no Brasil, há décadas, como *Esso*, e cujo nome internacional, há poucos anos rebatizado, é *Exxon Mobil Corporation*, cuja sede fica nos EUA). Segundo José Luciano Dias e Maria Ana Quaglino, durante e após o curso da década de 1930, a empresa atuava no sentido de "bloquear quaisquer esforços de industriais brasileiros em conseguir financiamentos nos EUA para a construção de refinarias". Pressionava ainda ao governo brasileiro para o abandono da ideia de uma legislação nacionalista, oferecendo, em troca, a construção de refinarias, barganhando com a escassez da atividade de refino no país. 147

Nos primeiros anos do processo de redemocratização, mais precisamente em 4 de fevereiro de 1947, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra (PSD) encaminhou ao Congresso Nacional um anteprojeto que visava estabelecer normas e condições para o desenvolvimento do setor petrolífero no país. Chamado de Estatuto do Petróleo, foi submetido a duras críticas pelo general Horta Barbosa e pelo ex-presidente da República, e então deputado federal pelo Partido Republicano, Arthur Bernardes (PR/MG). <sup>148</sup> Ambos capitanearam o descontentamento de setores favoráveis à nacionalização integral do setor, oferecendo importantes subsídios à organização e ao fortalecimento da campanha civil-militar "O Petróleo é Nosso!", desencadeada entre os anos de 1947 e de 1953. <sup>149</sup> O Estatuto que, de acordo com Dias e Quaglino, possuía um caráter conciliatório entre as posições "nacionalistas" e "entreguistas" – isto é, aquelas que defendiam a participação do capital privado nacional e estrangeiro –, não agradou a nenhum dos lados. <sup>150</sup> O anteprojeto não obteve amplo apoio e foi arquivado pelo governo. Mas acendeu grande controvérsia na seara militar, polarizando os generais Horta Barbosa e Juarez Távora, contrário à perspectiva nacionalista. <sup>151</sup> Conforme avaliação de Wladmir Coelho, Távora, adepto do Estatuto do Petróleo, preconizava uma relação amigável do

\_

<sup>&</sup>lt;sup>146</sup> Idem, p. 322.

<sup>&</sup>lt;sup>147</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana, *op. cit.*, 1993, p. 82.

<sup>148</sup> COELHO, Władmir Tadeu Silveira. "O monopólio estatal do petróleo no Brasil: a criação da Petrobrás". In: História, imagem e narrativas, n.8, abr. 2009. Disponível em: <a href="http://www.historiaimagem.com.br/edicao8abril2009/petrobras.pdf">http://www.historiaimagem.com.br/edicao8abril2009/petrobras.pdf</a>. Consulta realizada em: 06/12/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>149</sup> SILVA, Angelissa Azevedo. *Op. cit.*, p. 312.

<sup>150</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. Op. cit., p. 95.

<sup>&</sup>lt;sup>151</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 298-301.

país com os EUA e para isso contava com a ajuda da tecnologia, do dinheiro e da experiência das empresas norte-americanas para o desenvolvimento do setor petrolífero, alegando escassez de recursos financeiros e de perícia técnica no Brasil para o empreendimento. <sup>152</sup>

Não obstante a rígida polarização sublinhada na caserna, e que se manifestava também na sociedade civil, um posicionamento mais matizado e talvez reticente em relação à integral nacionalização e, portanto, ao exclusivo controle estatal sobre o setor petrolífero pode ser identificado em segmentos do próprio espectro esquerdista do período. Por um lado, os integrantes da bancada comunista na Assembleia Nacional Constituinte, em 25 de junho de 1947, apresentaram uma emenda à Constituição que possibilitava a participação do capital privado na criação de uma empresa exploradora do petróleo. Franqueava ainda o direito aos estrangeiros, com as ressalvas de que se declarassem "nacionais" e que não viessem a "invocar a proteção de seu governo no que se refere às (...) autorizações ou concessões". 153 Por outro, o trabalhista Getúlio Vargas também se mostrava reticente, tanto no período do Estado Novo, aludido antes, quanto na apresentação da sua mensagem presidencial de criação da Petrobras (no. 1.516), enviada ao Congresso Nacional em 1951, já no regime democrático-eleitoral. 154 Propondo a criação de uma sociedade anônima que contaria, e veio a contar, com 51% de participação acionária da União e de demais entes federativos, "o presidente Vargas instruiu" Rômulo de Almeida, assessor econômico da Presidência, "para elaborar 'um projeto nacionalista para funcionar". 155

Por seu turno, especialmente nos anos de 1940, Alberto Pasqualini não possuía uma disposição que ele mesmo designava como "jacobinista" em relação ao capital estrangeiro. Considerava-o, então, um fator que o desenvolvimento econômico brasileiro precisaria contar, em função de uma perspectiva que destacava reduzidos recursos financeiros e precário domínio técnico-científico no país. <sup>156</sup> Todavia, em sua atuação no Senado Federal, Pasqualini incorporou saliente veia nacionalista à sua perspectiva reformista e distributivista. Um fruto do contexto

152 COELHO, Wladmir Tadeu Silveira. Op. cit.

<sup>&</sup>lt;sup>153</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. "Os panfletários da república: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista". In: *Alceu*: PUC-Rio, v.4, n.7, jul./dez. 2003, p. 91. Dentre os parlamentares signatários desta proposta comunista figuravam Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella e Gregório Bezerra (cf. PENNA, idem).

<sup>&</sup>lt;sup>154</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. Op. cit., 1993, p. 101.

<sup>155</sup> ALMEIDA. Aristeu Barreto de (org.). *Op. cit.*, p. 32.

<sup>&</sup>lt;sup>156</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases..., op. cit., p. 94.

marcado por expressiva reverberação nacionalista, mas também da própria natureza das questões com que se deparou no partido e na atividade parlamentar no Palácio Monroe.

No tocante ao assunto, em 1949, antes, pois, de ingressar no Senado, Pasqualini recebeu um "puxão de orelhas" do diretório regional petebista do Distrito Federal. Tendo formulado uma proposta de reforma programática para o PTB, ela foi submetida à apreciação de alguns correligionários cariocas. <sup>157</sup> Entre outras questões abordadas, eles assim se posicionaram a respeito da perspectiva pasqualinista atinente ao capital estrangeiro:

"Não existe uma forma de aplicação sugerida pelo autor que nos possa tranquilizar. A insinuação no sentido de se oferecer ao capital imigrado as mesmas garantias [asseguradas ao capital doméstico], facilitaria o seu domínio absoluto sobre as atividades nacionais, inclusive sobre as concessões previstas para a exploração das riquezas naturais, apesar das restrições que a lei estabelece (...). Se não podemos educar os grupos capitalistas nacionais, integrando-os no espírito da evolução social, mais dificuldades teremos a enfrentar diante da influência estrangeira". <sup>158</sup>

Na mesma época, a campanha civil-militar "O Petróleo é Nosso!" obteve bastante êxito em sua tarefa pedagógica de difusão das ideias nacionalistas, ressaltando a relevância do monopólio estatal do petróleo para o desenvolvimento econômico e social, assim como para o exercício da soberania brasileira, conforme interpretação oferecida por Silva. <sup>159</sup> O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CDPEN, órgão responsável pela campanha, espalhou núcleos de propaganda em diferentes regiões do território nacional, contagiando não apenas as Forças Armadas, como também "os segmentos sociais mais ativos, como os estudantes", por intermédio da União Nacional dos Estudantes – UNE, a Associação Brasileira de Imprensa – ABI e, no curso da campanha, o PCB e "algumas lideranças sindicais e operárias", de acordo com Lincoln Penna. <sup>160</sup> Convertido em importante tema da campanha eleitoral à Presidência da República, em 1950, o então candidato Getúlio Vargas (PTB/RS) se comprometeu com o assunto, afirmando perseguir iniciativas favoráveis se eleito fosse. <sup>161</sup> A relevância do tema não foi gratuita, haja vista a significativa perda de divisas com a importação

<sup>158</sup> Idem, p. 4-5.

<sup>&</sup>lt;sup>157</sup> Os correligionários em questão eram José Junqueira, Anísio Frota Aguiar e Manoel Benício Fonteneles. CPDOC/FGV. PTB/DF, Parecer sôbre o projeto de reforma de programa do P.T.B. configurado na contribuição do companheiro: Dr. Alberto Pasqualine, 27/06/1949, arquivo Getúlio Vargas, GVc1949.06.27/1, p. 1-8.

<sup>&</sup>lt;sup>159</sup> SILVA, Angelissa Azevedo. *Op. cit.*, p. 312.

<sup>&</sup>lt;sup>160</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Op. cit.*, p. 88-91.

<sup>&</sup>lt;sup>161</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. *Op. cit.*, p. 99.

dos derivados do petróleo. Segundo Raimundo Castro Filho e José Luciano Dias, em 1950, o consumo "praticamente triplicara: em 1945, o Brasil consumia 34 mil barris diários de derivados de petróleo; em 1950, estava consumindo cem mil barris diários". <sup>162</sup> O tema era, então, bastante sensível para diferentes círculos sociais e políticos.

Ademais, nos primeiros meses de atividade senatorial, Pasqualini envolveu-se em um relevante debate pertinente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Esta empresa era organizada sob a modalidade jurídica de composição das sociedades anônimas, reservando à União 50% das ações, mais uma, do total acionário. Nesse sentido, debate sobre projeto de lei da Câmara dos Deputados – no. 325 de 1950 –, relativo à CSN, parece também demonstrar um terreno político propício a certas revisões doutrinárias feitas por Pasqualini, no tocante às empresas estatais e à participação do capital estrangeiro na economia nacional. A natureza das questões colocadas por este tipo de debate conformou um vetor favorável à incorporação de uma veia nacionalista e estatizante mais saliente na perspectiva pasqualinista. Ocorrido em 31 de maio de 1951, o debate no Palácio Monroe foi suscitado por requerimento feito por Pasqualini no sentido de rejeitar um artigo (o 5°) do projeto da Câmara. O que estabelecia o artigo? Vejamos: "Art. 5° – A partir de 1° de janeiro de 1951, cada ação" da CSN "de que o Tesouro Nacional for possuidor, vencerá dividendo correspondente a 75% (...) do que vencer cada uma das demais ações ordinárias da (...) Companhia". 163 Oual a justificativa para determinação desta diferença em relação aos dividendos obtidos pelos acionistas privados? Veja-se fragmento do debate entre os senadores Ivo d'Aquino (PSD/SC) e Alfredo Neves (PSD/RJ), dois partidários do projeto. De acordo com d'Aquino, os 25% que restariam dos dividendos da União deveriam ser revertidos "em benefício da sociedade e concorrerão para aumento do seu acervo, para ampliação de suas instalações etc.". Para Alfredo Neves, em concordância, as vantagens oferecidas aos acionistas particulares seriam indiretas, porque "ficando no fundo de reservas, servirá para impedir que os acionistas tenham diminuído ou mesmo não recebam dividendos no caso de prejuízos para a empresa". O senador d'Aquino, em

-

<sup>&</sup>lt;sup>162</sup> FILHO, Raimundo de Araújo Castro; DIAS, José Luciano. *Op. cit.*, p. 4600.

<sup>&</sup>lt;sup>163</sup> *Diário do Congresso Nacional*. "Requerimento no. 163 – de 1951, 30/05/1951, trata do projeto de lei da Câmara, no. 325, de 1950, que autoriza o tesouro nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências". Rio de Janeiro, 31/05/1951, p. 3393.

resposta, afirmava que tinha mesmo que beneficiar. <sup>164</sup> Alberto Pasqualini, por sua vez, questionou aos senadores que defendiam o projeto, assinalando o interesse público como móvel essencial de uma empresa que prestava um serviço daquela espécie. Logo, no entendimento do "teórico do trabalhismo":

"Uma das razões do dispositivo é beneficiar (...) [os acionistas particulares], o que não me parece razoável, porquanto a Companhia está distribuindo dividendos elevados. (...) A intenção do projeto é aumentar os dividendos dos acionistas particulares (...). Volta Redonda [Pasqualini refere-se à CSN] foi construída com objetivos patrióticos, foi organizada para resolver um dos problemas básicos do Brasil, o da siderurgia (...). Volta Redonda existe para produzir aço, e não para produzir dividendos". 165

Refutando o projeto (ao final, aprovado por 32 votos, contra 7 que a ele se opuseram), o personagem pôde identificar problemas relativos às sociedades anônimas, notadamente no tocante à combinação de lógicas e interesses conflitantes que poderiam imperar neste tipo de empresa. Todavia, poucos anos antes, não assinalava maiores problemas nas sociedades anônimas, ou empresas de economia mista, como se pode observar em seu livro publicado em 1948, *Bases e sugestões para uma política social*. Tendia, inclusive, a considerar este tipo de empresa um símbolo natural da intervenção estatal na economia, mobilizando os exemplos dos Estados Unidos e de algumas nações europeias. Contudo, as variáveis e as experiências colocadas em evidência parecem indícios de fatores importantes para o refinamento e a revisão de certas ideias econômicas esposadas, influindo em um posicionamento nacionalista e estatizante mais marcado, sobremodo em relação à criação da *Petrobras*.

Como destacado, o presidente Vargas encaminhou a mensagem de criação da *Petrobras* (no. 1.516) ao Congresso Nacional em 6 de dezembro de 1951. Propôs a formação da empresa sob os moldes de uma sociedade anônima, que viria a contar com 51% de participação acionária da União e de demais entes da Federação. Imediatamente, as críticas pulularam na Câmara dos Deputados. De um lado, em janeiro de 1952, um integrante da própria base governista, o deputado Euzébio Rocha (PTB/SP), encaminhava projeto substitutivo ao do governo federal, preconizando a propriedade integral do Poder Público sobre a nova empresa. <sup>166</sup> De outro, mesmo a UDN, tradicional partidária do liberalismo econômico, foi favorável à nacionalização

<sup>&</sup>lt;sup>164</sup> Idem. p. 3394.

<sup>&</sup>lt;sup>165</sup> Idem, p. 3394-3395.

<sup>&</sup>lt;sup>166</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. *Op. cit.*, p. 101-102.

integral. Contraditoriamente, em 1948, por exemplo, o udenista Raul Fernandes chegou a "declarar que 'o Brasil estava fadado a ser, por tempo indefinido, satélite dos Estados Unidos". <sup>167</sup> Conforme interpretação dada por Benevides, o posicionamento da UDN em face do projeto governamental da *Petrobras* revelou um caráter "prioritariamente político", de oposição a Vargas, incorrendo em sensível contradição com o programa do partido. <sup>168</sup> Assim, em junho de 1952, também na Câmara dos Deputados, Bilac Pinto (UDN/MG), presidente do diretório nacional do partido, apresentava emenda favorável à estatização integral da empresa. <sup>169</sup>

Entretanto, no Senado Federal, os udenistas, assim como os demais adeptos do liberalismo econômico, manifestaram-se ardorosamente favoráveis à criação de dispositivos jurídicos que limitassem o controle estatal e que, por conseguinte, franqueassem a participação aos capitais privados nacionais e estrangeiros, não apenas no interior da empresa, como também na exploração direta do setor petrolífero. Em linhas gerais, não é demasiado argumentar que, no Senado, manter o projeto original do Poder Executivo já seria um ganho, sob a ótica dos parlamentares que advogavam o monopólio estatal do petróleo. <sup>170</sup> Mas, Pasqualini, na condição de relator da Comissão de Finanças do Senado, perseguiu propósitos mais ousados.

O parecer dado pelo senador petebista, em 3 de abril de 1953, ao projeto revisto e emendado pela Câmara, consistiu em um extenso documento que tecia múltiplas considerações acerca da importância do recurso mineral para o país, assim como a respeito das condições internacionais de produção e de consumo. Ele apresentava preocupantes ponderações em face do baixo nível de desenvolvimento econômico do país, sublinhando a condição "semicolonial" atinente ao padrão de consumo energético. Segundo Pasqualini: "O desenvolvimento econômico está, pois, essencialmente, em função do seu sistema energético. Em nosso balanço energético, a lenha, segundo a palavra oficial, ainda contribui com 80% da energia mecânica produzida". <sup>171</sup> Sublinhando a dependência externa que prejudicava o "futuro e a segurança do país", o relator,

<sup>167</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *Op. cit.*, 1981, p. 201.

<sup>&</sup>lt;sup>168</sup> Idem, p. 201-202.

<sup>&</sup>lt;sup>169</sup> DIAS, José Luciano de Matos; QUAGLINO, Maria Ana. *Op. cit.*, p. 103.

<sup>&</sup>lt;sup>170</sup> Sobre o posicionamento majoritariamente liberal e conservador do Senado, à época, consultar FILHO, Euzébio Martins da Rocha. *Euzébio Rocha I (depoimento, 1984)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1991, 89.

<sup>&</sup>lt;sup>171</sup> PASQUALINI, Alberto. "Parecer no. 269/53, da Comissão de Finanças do Senado, sobre o projeto de lei da Câmara no. 265, de 1952, que dispõe sobre a política nacional de petróleo e institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 03/04/1953. In: SIMON, Pedro (org.). Alberto Pasqualini – textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 298.

em sua justificação do parecer, destacava dois potenciais problemas no horizonte, a saber: "um é o das divisas e o outro é o da possibilidade de redução ou interrupção dos suprimentos no caso de conflitos internacionais". 172 Sustentava uma posição bastante receosa em face do capital estrangeiro, alegando que "os trustes internacionais, como o capital privado em geral, são guiados por intuito de lucro. (...) A exploração dos recursos básicos da Nação não pode, porém, estar sujeita a esse condicionamento". 173 Desse modo, apoiando a tese do monopólio estatal do petróleo – que envolvia todas as etapas da cadeia produtiva, apenas excluída a distribuição –, Pasqualini afirmava, inspirado em uma "solução de caráter socialista", que "as jazidas petrolíferas (...) devem ser exploradas com o objetivo exclusivo (...) de beneficiar (...) toda a coletividade", e não para gerar "lucros a grupos econômicos ou ao capital privado". 174 Por fim, aproximando-se dos setores que defendiam a nacionalização integral da empresa, problematizava a forma de exercício do monopólio estatal esposada pelo projeto original. Acentuando não poucas limitações do modelo jurídico das empresas de economia mista, considerava necessária a eliminação da presença do capital privado na empresa a ser criada, para que o fim público e coletivo não fosse "desvirtuado". <sup>175</sup> Por extensão, oferecia a possibilidade de participação voluntária, na qualidade de acionistas, apenas às "sociedades anônimas de economia mista, que estejam sob o controle permanente do Poder Público". 176

Antagônicas e encarniçadas manifestações proliferaram no Senado a partir da apresentação do parecer oferecido por Pasqualini. O enfrentamento de posições entre os adeptos do monopólio estatal e os partidários da liberalização ao capital privado foi sobremaneira acalorado. Do ângulo daqueles que apoiavam o relatório do petebista gaúcho, o senador Domingos Velasco (PSB/GO) traduzia a sua percepção do modo que segue: "o petróleo deixou de ser um problema econômico, para ser (...) um problema político, à espera de uma solução política, desejada pela maioria do povo". Ainda para Velasco, "a solução é o monopólio estatal, preconizado pelo parecer Pasqualini". <sup>177</sup> No curso dos meses de abril e maio de 1953,

\_

<sup>&</sup>lt;sup>172</sup> Idem, p. 299.

<sup>&</sup>lt;sup>173</sup> Idem, p. 313.

<sup>&</sup>lt;sup>174</sup> Idem, p. 312.

<sup>&</sup>lt;sup>175</sup> Idem, p. 329-330.

<sup>&</sup>lt;sup>176</sup> Idem, p. 331.

<sup>&</sup>lt;sup>177</sup> Folha da Manhã. "Ainda em foco no Senado o problema da exploração do petróleo nacional". São Paulo, 11/04/1953, p. 1.

sistemáticos e candentes debates transcorreram no Senado, com o delineamento de posições a favor e contra o parecer de Pasqualini. O senador Othon Mader (UDN/PR) figurou como um dos representantes mais exaltados das teses adversárias ao monopólio estatal do petróleo. Na defesa desta opinião, chegou a ter, há época, o seu nome incluído em um irônico e crítico panfleto veiculado pelo PCB, em que constava uma relação de personagens chamados de "entreguistas". Othon Mader figurava em um dos braços de um imenso polvo, símbolo da "espoliação internacional". <sup>178</sup> Mader considerou o parecer de Pasqualini "uma solução inviável e o sintoma de uma mentalidade atrasada, inimiga da livre empresa". 179 O senador udenista afirmava ainda contar com o apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro para a aprovação da sua emenda legislativa que visava inibir o monopólio. 180 Seguindo a mesma linha de atuação, o senador Francisco Gallotti (PSD/SC) reproduziu na sessão legislativa de 29 de maio o conteúdo de um telegrama a ele enviado por Brasílio Machado Neto – nome também relacionado no panfleto do PCB -, então presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Segundo Gallotti, o telegrama "exortava os senadores a não ferirem a liberdade de comércio e indústria com a introdução do monopólio estatal do petróleo no Brasil". <sup>181</sup> Na defesa das teses de sabor liberal, duas estratégias retóricas foram recorrentes nas intervenções dos senadores: a mobilização de um viés anticomunista e a adoção do caso venezuelano como referência à exploração do petróleo. No que concerne à primeira estratégia retórica, Mader (UDN/PR) alegava o seguinte:

"O fato é que se existem centenas de nações livres que exploram o petróleo sob o regime de economia mista, por que imitarmos a um país que não devemos acompanhar de forma alguma? De um lado estão os países livres e civilizados e do outro a Rússia sozinha. [Dirigindo-se a Pasqualini] Acha V.Exa. que devemos então deixar todos para sermos o único ao lado do nosso inimigo tradicional?". 182

Ou, por outra, o mesmo senador afirmava que "o regime do monopólio (...) só existe na Rússia. Não vamos adotá-lo, deixando de lado os inúmeros países que se lançam à exploração do

<sup>&</sup>lt;sup>178</sup> Ver iconografia no caderno de imagens.

Consultar os discursos que seguem: MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 11/04/1953, p. 2668. MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 21/04/1953, p. 2970. MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3696.

<sup>&</sup>lt;sup>180</sup> Consultar *Folha da Manhã*. "Ainda em foco no Senado o problema da exploração do petróleo nacional". São Paulo, 11/04/1953, p. 1. MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3702.

<sup>&</sup>lt;sup>181</sup> Folha da Manhã. "Contrário o Senado ao regime de concessão ao capital privado para a exploração do petróleo". São Paulo, 30/05/1953, p. 3.

<sup>&</sup>lt;sup>182</sup> MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 21/04/1953, p. 2970.

petróleo com a iniciativa privada, para imitar a União Soviética. Seria insensatez". 183 Contando com o apoio de Plínio Pompeu (UDN/CE) e temendo ainda a eventual fuga de capitais estrangeiros, como ventilou ter ocorrido no México, em função da legislação nacionalista deste país, <sup>184</sup> Mader apresentava a experiência venezuelana como referência internacional para as suas pretensões liberalizantes. O udenista argumentava a respeito de uma dinamização da economia venezuelana, segundo o senador, fruto do investimento e da participação do capital estrangeiro no setor petrolífero. 185 Alberto Pasqualini e Kerginaldo Cavalcanti (PSP/RN), por seu turno, na defesa do monopólio estatal, desfraldaram argumentos opostos, alegando que o setor petrolífero não beneficiava ao conjunto dos trabalhadores daquele país, mas exclusivamente a um segmento ínfimo, o que seria revelador do "estado de miséria" em que se encontrava grossa parte da população. 186 Adicionalmente, Pasqualini problematizava a experiência evocada pelo senador Mader – experiência também reverenciada, entre outros, por Plínio Pompeu (UDN/CE) e por Assis Chateaubriand (PSD/PB) – explorando questão cara à corrente nacionalista: afirmava o trabalhista gaúcho que cerca de 20% da renda nacional da Venezuela era remetida pelas companhias petrolíferas estrangeiras aos seus países-sede, deixando à míngua aquela nação latino-americana. 187 Desse modo, o "teórico do trabalhismo" não almejava

"para o Brasil sorte igual, pois mais vale ser um país de finanças precárias, mas livre, dono do seu próprio destino, do que viver numa prosperidade fictícia ou aparente, tendo dentro de suas fronteiras um poder estranho, mais influente, talvez, do que o do seu próprio governo". 188

No curso do mês de maio de 1953, o parecer elaborado por Pasqualini foi aprovado no Senado. Nesta casa legislativa, saíram derrotadas as emendas encaminhadas por Othon Mader, contrária ao monopólio, e por Kerginaldo Cavalcanti, que propôs também a inclusão da distribuição

 <sup>&</sup>lt;sup>183</sup> MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3696.
 <sup>184</sup> MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 21/04/1953, p. 2971.

<sup>&</sup>lt;sup>185</sup> MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3696-3700. MADER, Othon. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 19/05/1953, p. 4139-4141.

<sup>&</sup>lt;sup>186</sup> PASQUALINI, Alberto; CAVALCANTI, Kerginaldo. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3700-3705.

<sup>&</sup>lt;sup>187</sup> PASOUALINI, Alberto. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 08/05/1953, p. 3704.

<sup>188</sup> *Folha da Manhã*. "Iniciada no Senado a votação de emendas ao projeto da Petrobrás". São Paulo, 29/05/1953, p. 3.

comercial dos derivados de petróleo no rol de atividades sujeitas ao monopólio estatal. A *Petrobras* teve a sua criação jurídica editada pela lei no. 2.004, de 3 de outubro de 1953, encarregada de pôr em execução o monopólio estatal sobre o petróleo, os seus derivados e o gás. A lei, que assegurou a maioria das ações ao Estado, contudo, não contemplou a tese pasqualinista de colaboração acionária concedida apenas às sociedades de economia mista sob o controle estatal. Foi também franqueada a participação acionária aos particulares, excluindo-se os estrangeiros, seja sob a forma de pessoa física, seja na condição de pessoa jurídica. 190

O monopólio estatal do petróleo foi suprimido décadas depois, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), integrante do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB/SP. A lei no. 9.478, de 6 de agosto de 1997, 191 derrogou o monopólio, instituindo novo marco jurídico e regulatório ao setor. Não seria demasiado assinalar que, em boa medida, as ideias e os argumentos mobilizados pelos setores liberais e conservadores, durante os debates parlamentares relativos à criação da *Petrobras*, foram incorporados pela nova e mais recente lei. 192

## A reforma do sistema financeiro e o projeto do crédito social

Como acentuado nos capítulos anteriores, a proposta de uma reforma bancária que viabilizasse a oferta, pelo Estado, de crédito e de recursos financeiros subsidiados para finalidades sociais e econômicas que tivessem em vista, principalmente, o atendimento das necessidades das classes trabalhadoras, representou um dos principais projetos advogados por Alberto Pasqualini, desde meados da década de 1940. Classificada pelo personagem como

 <sup>&</sup>lt;sup>189</sup> Folha da Manhã. "Contrário o Senado ao regime de concessão ao capital privado para a exploração do petróleo". São Paulo, 30/05/1953, p. 3.
 <sup>190</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no. 2004, dispõe sobre a política nacional do petróleo. Rio de Janeiro,

<sup>&</sup>lt;sup>190</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei no. 2004, dispõe sobre a política nacional do petróleo*. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1953. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L2004.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L2004.htm</a> . Consulta realizada em 06/12/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>191</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei no. 9478, dispõe sobre a política energética nacional*. Brasília, 06 de agosto de 1997. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9478.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9478.htm</a> . Consulta realizada em 06/12/2011.

<sup>&</sup>lt;sup>192</sup> Cabe assinalar que, no regime civil-militar, o presidente Ernesto Geisel, em meio à crise do petróleo, chegou a empreender uma iniciativa que, de certo modo, flexibilizava o monopólio estatal da exploração do mineral com os chamados "contratos de risco" com o setor empresarial privado nacional e estrangeiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/10/1975, p.1. Todavia, juridicamente a quebra do monopólio deu-se na década de 1990, no governo Fernando Henrique.

"crédito social", esta proposta foi sistemática e ardentemente defendida no curso da sua atuação no Senado Federal. Nos primeiros anos de atividade senatorial, Pasqualini não perdeu a oportunidade de tecer ponderações a respeito, em geral se aproveitando das lacunas que identificava em projetos encaminhados pelo Executivo. A título de ilustração, seleciono duas intervenções específicas, via imprensa e discursos parlamentares, entre os anos de 1951 e 1952.

Em outubro de 1951, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional um projeto formulado pelo ministro da Fazenda, Horácio Lafer, que visava "obter recursos para a realização de um programa de obras e outras iniciativas indispensáveis ao desenvolvimento do País". 193 Identificando significativas limitações na forma de captação dos recursos financeiros estabelecidos pelo "Plano Lafer", Pasqualini afirmava que eles se baseariam em "um empréstimo compulsório mediante a instituição de um adicional de 15% do Imposto de Renda (...), sendo de 5 anos a vigência da tributação adicional". 194 O problema encontrado dizia respeito ao fato de que "esse imposto seria depois restituído aos contribuintes, acrescido de uma bonificação de 25%". Logo, viria a sobrecarregar "os orçamentos futuros, com o serviço de juro e amortização". 195 Como contra-proposta, Pasqualini sugeriu a adoção de uma tributação adicional e progressiva, perene e sem restituição, que viesse a incidir sobre o consumo suntuoso, os lucros capitalistas e os altos rendimentos. Sublinhou também a necessidade de se alargar o escopo das finalidades do projeto governamental, para o qual preconizava a adoção de medidas mais ousadas e ciosas com os anseios materiais da maioria da população. 196 No ano seguinte, em junho de 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), um projeto concebido na esteira do "Plano Lafer". As observações delineadas por Pasqualini não deixavam de revelar um caráter crítico, novamente acenando para as limitações da concepção social e econômica que estava a nortear a equipe econômica do governo do presidente Vargas:

"Poderia ser ele [o BNDE] o germe, o ponto de partida para a futura organização estatal do crédito. Nos termos em que está projetado, virá atrasar de, pelo menos, cinco anos a

<sup>193</sup> Correio do Povo. "Entrevista sobre o plano Lafer". Porto Alegre, 26/10/1951, p. 4, 12. In: SIMON, Pedro (org.), Alberto Pasqualini – obra social & política, v. III. Brasília: Senado Federal, 1994, p. 61.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>195</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>196</sup> Idem, p. 62.

criação dessa estrutura, com prejuízos incalculáveis para a economia nacional e para os objetivos sociais que o Estado (...) hodiernamente não pode descurar". 197

Apoiado no mesmo perfil de captação de recursos determinados pelo "Plano Lafer", Pasqualini afirmava que o banco iria operar com recursos onerosos, já que os empréstimos concedidos, entre outros, aos governos estaduais e municipais e ao setor privado, teriam que fixar taxas de juros que girassem minimamente em torno de 7% ou 8%. Portanto, em suas palavras:

"É um juro descabido e absurdo para um banco estatal e de investimentos públicos (...). Todo esse ônus será pago pelo povo, ou via impostos destinados a garantir o resgate de empréstimo, ou por meio do elevado custo dos serviços produzidos pelos empreendimentos financeiros". 199

Ainda em junho de 1952, o senador gaúcho formulou e encaminhou um projeto substitutivo ao BNDE, com o intuito de ampliar as finalidades do banco. Previa também a alteração das suas modalidades de financiamento público. Todavia, o substitutivo foi rejeitado pelo parecer apresentado por Ferreira de Souza (UDN/RN), membro das Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça do Senado. O A recusa ao substitutivo baseou-se na alegação de que ele "não oferece vantagem em face do projeto [do BNDE]. E vai de encontro a certas partes do plano, como quando o estende à colonização [rural] e outros investimentos, falhando a exigência da autoliquidação". Assim, teve primazia parlamentar e governamental a ideia da capacidade econômica de retorno dos empréstimos públicos que seriam efetuados pelo BNDE. Ocupado em boa parte da sua atividade parlamentar com a relatoria do candente projeto de lei pertinente à criação da *Petrobras*, não obstante, o personagem desferiu recorrentes críticas à especulação imobiliária, que tornava "proibitiva a aquisição da casa própria pelo trabalhador urbano". 202

<sup>&</sup>lt;sup>197</sup> PASQUALINI, Alberto. "Banco de desenvolvimento econômico I". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 06/06/1952. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 282.

<sup>&</sup>lt;sup>198</sup> Idem, p. 283.

<sup>&</sup>lt;sup>199</sup> Idem.

<sup>&</sup>lt;sup>200</sup> ABREU, Alzira A., et. al. (coords.). "Sousa, Ferreira de". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*, vol. V. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 5566-5567.

<sup>&</sup>lt;sup>201</sup> PASQUALINI, Alberto. "Banco de desenvolvimento econômico II". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 17/06/1952, p. 5357. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 287.

<sup>&</sup>lt;sup>202</sup> Consultar, entre outros discursos parlamentares, PASQUALINI, Alberto. "O problema da moradia". Diário do Congresso Nacional, Rio de Janeiro, 02/09/1952, p. 8878-8879. In: SIMON, Pedro (org.). *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 289-297.

Folgadamente, manifestava-se contrário ao estado de abandono dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários do campo.<sup>203</sup> Tendo a agenda parlamentar favorecida ao tratamento mais atencioso a estas questões, em 8 de abril de 1954, Pasqualini encaminhou o projeto de lei no. 21/54, que visava instituir um sistema federal de bancos de estado, contemplando o mecanismo jurídico e financeiro do "crédito social".<sup>204</sup> O projeto foi justificado da maneira que segue:

"Nossa mentalidade se formou associando e tornando inseparável a ideia de dinheiro e de empréstimo à ideia de juro (...). Os bancos de economia privada são absolutamente inaptos para imprimir aos financiamentos um sentido racionalmente econômico e (...) social. Por outro lado, constitui o maior dos absurdos e das incoerências que as disponibilidades monetárias existentes sejam livremente utilizadas para quaisquer finalidades, inclusive para fins antieconômicos e antisociais". <sup>205</sup>

Considerando que o sistema financeiro privado, e mesmo o *Banco do Brasil*, estavam assentados em depósitos feitos por particulares e tinham como essência a busca por retornos lucrativos e de curto prazo na concessão dos empréstimos – de modo a cobrir os riscos envolvidos com o dinheiro movimentado dos depósitos bancários –, a satisfação de necessidades materiais coletivas que não guardassem estas características estariam excluídas da possibilidade de qualquer estímulo creditício. As iniciativas e as necessidades detentoras de contornos sociais e "não-capitalistas" estariam, com efeito, desassistidas. Por extensão, para Pasqualini, o "sistema bancário estatal" deveria funcionar "como um sistema colateral, guiado, não por intuito de caráter especulativo, mas exclusivamente por objetivos de ordem econômica e social". <sup>206</sup> Por conseguinte, a proposição pasqualinista, que acenava para o adensamento da técnica do planejamento estatal, estabelecia a criação de três bancos, com objetivos delimitados: em primeiro lugar, o "Banco Central", incumbido de "executar a política da moeda e do crédito em função da política econômica e social do Estado". <sup>207</sup> Em segundo, o "Banco Nacional da Produção", cujo sentido seria utilizar o "crédito em geral aos setores [agrícolas e industriais]

-

<sup>&</sup>lt;sup>203</sup> PASQUALINI, Alberto. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 12/12/1951, p. 12862.

PASQUALINI, Alberto. "Projeto de lei do Senado no. 21/54 – institui o sistema federal de bancos de estado e dá outras providências". Rio de Janeiro: Diário do Congresso Nacional, 08/04/1954. In: SIMON, Pedro (org.), *Alberto Pasqualini – textos escolhidos*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 366-415.

<sup>&</sup>lt;sup>205</sup> Idem, p. 387, 393.

<sup>&</sup>lt;sup>206</sup> Idem, p. 396.

<sup>&</sup>lt;sup>207</sup> Idem, p. 366.

onde a produção deva ser estimulada em razão de sua finalidade (...) social". <sup>208</sup> Contaria este banco com a aplicação de uma baixa taxa de juros, variando de acordo com o setor e o empreendimento. Por fim, o "Banco do Crédito Social", que teria em vista "prestar assistência financeira a trabalhadores e pequenos agricultores, brasileiros e estrangeiros radicados no Brasil, mediante financiamentos prediais, agrícolas e assistenciais". <sup>209</sup> Este banco operaria com a dispensa da taxa de juros, utilizando-se, no máximo, de uma taxa de administração, entre 1% e 2% ao ano. Para ser mais preciso, veja-se a ordem de algumas iniciativas "não-capitalistas", para usar a terminologia empregada pelo personagem, que o projeto pretendia satisfazer:

"Art. 60. Os financiamentos prediários terão por finalidade:

- a) a construção e a aquisição da moradia destinada ao trabalhador e a pequeno agricultor;
- b) a construção de moradias, quer isoladas, quer em conjuntos residenciais, para serem vendidas ou locadas a trabalhadores; (...)

Art. 67. Os financiamentos agrícolas terão por finalidade:

- a) a assistência financeira, em suas diferentes modalidades, às cooperativas de pequenos agricultores, horticultores e granjeiros;
- b) proporcionar aos pequenos agricultores, horticultores, granjeiros e trabalhadores rurais a possibilidade de aquisição da terra e meios de produção, preferentemente por intermédio das respectivas cooperativas;
- c) a aquisição de máquinas, instrumentos e material agrário, equipamentos industriais, adubos, veículos, sementes, animais, inseticidas e fungicidas (...).
- Art. 71. Os financiamentos para a aquisição de lotes rurais somente serão concedidos a trabalhadores rurais e agricultores que não possuem outra propriedade rural em condições de exploração, limitado o prazo dos financiamentos a 15 anos.

Art. 72. Os financiamentos assistenciais terão por finalidade:

- a) prestar assistência financeira às cooperativas de consumo e às cooperativas de produção de bens e serviços, constituídas exclusivamente de trabalhadores;
- b) conceder empréstimos a trabalhadores, por intermédio das respectivas organizações de classe, ou cooperativas, para aquisição de meios e instrumentos de trabalho ou para atender necessidades urgentes e financiar obras e serviços de assistência social realizadas por entidades públicas ou privadas de caráter assistencial".<sup>210</sup>

Como se vê, o projeto de reforma do sistema bancário pretendia, sobretudo, proporcionar um ambiente financeiro e creditício propício à elevação das condições de vida e de trabalho dos diferentes estratos da classe trabalhadora, urbana e rural, bem como estimular o cooperativismo.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>208</sup> Idem, p. 371.

<sup>&</sup>lt;sup>209</sup> Idem, p. 375.

<sup>&</sup>lt;sup>210</sup> Idem, p. 375-376.

Quanto às fontes básicas de recursos para a constituição dos bancos federais propostos, que operariam exclusivamente com dinheiro público, salientavam-se as tributações sobre o consumo perdulário e suntuoso, os lucros capitalistas e os "rendimentos além de certos limites". O imposto progressivo, assim, representaria um aporte expressivo de recursos, contribuindo também para um ensaio, latente no projeto, de uma política de reforma agrária e urbana. Ensaio este patenteado pela mobilização adicional do preceito da desapropriação por interesse social. 212

Concebendo-o como o ponto de partida para as "necessárias reformas de base no país", Pasqualini tentou, sem êxito, convencer aos seus pares sobre a pertinência da aprovação do seu projeto. Reverberou o assunto até o seu afastamento do mandato, ao final do ano de 1955. Contudo, o projeto veio a ser arquivado. Opiniões majoritariamente contrárias à perspectiva do senador petebista, em relação ao sistema financeiro e aos fins do crédito bancário, provavelmente representaram sérios obstáculos à aprovação. Nesse sentido, já no dia seguinte ao encaminhamento do projeto no Senado, o jornal *Folha da Noite* posicionou-se desfavoravelmente, entendendo que:

"O projeto de lei (...), que propõe uma verdadeira revolução no sistema bancário brasileiro, deve ser considerado prematuro em relação às condições gerais reinantes no país. (...) [O crédito social] que o sr. Alberto Pasqualini denomina 'destinado à produção não capitalista' ou para os pequenos produtores, nesse ponto o autor do projeto parece estar errado, pois não vemos fundamento para denominar-se 'não capitalista' a produção dos pequenos produtores, uma vez que também visam o lucro. (...) No que diz respeito aos bancos particulares num sistema como o proposto pelo citado projeto, ficariam sujeitos a uma regulamentação e a intervenções mais rigorosas". 214

Poucos meses depois, em novembro de 1954, o senador Flávio Guimarães (PSD/PR) reproduziu, em sessão do Palácio Monroe, memorial que lhe foi enviado pelo Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo. Abordava um projeto do governo federal, que incidia em tributação sobre o lucro das operações imobiliárias. Não se referindo especificamente ao projeto de lei apresentado por Pasqualini, todavia, fragmentos do conteúdo da missiva permitem-nos observar certos indícios das dificuldades enfrentadas pelo projeto:

<sup>&</sup>lt;sup>211</sup> Idem, p. 386.

<sup>&</sup>lt;sup>212</sup> Ibidem, p. 378.

<sup>&</sup>lt;sup>213</sup> À guisa de ilustração, consultar PASQUALINI, Alberto. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 22/09/1955, p. 2832.

<sup>&</sup>lt;sup>214</sup> Folha da Noite. "Revolução prematura". São Paulo, coluna Notas Econômicas, 09/04/1954, p. 6.

"Se é verdade que tem havido especulação no terreno das operações imobiliárias também é verdade que a maior parte dessas operações tem proporcionado um resultado favorável, possibilitando às classes menos favorecidas a aquisição da casa própria". <sup>215</sup>

Bancos e estrutura fundiária, rural e urbana. Temas, segmentos sociais e interesses econômicos envolvidos, por demais cristalizados e poderosos, suficientemente expressivos e articulados para obstarem reformas norteadas por concepções políticas desfavoráveis. É possível que as duas fontes selecionadas, derivadas da imprensa e do setor imobiliário, se prestem como indício da manifestação de ideias compartilhadas entre determinados estratos sociais. Mas, ideias também potencialmente caras à orientação dos setores políticos majoritários do período. O projeto tramitou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, alcançando parecer favorável do relator Ferreira de Souza (UDN/RN), em maio de 1955. Seguiu para a Comissão de Economia, sendo encaminhada pelo relator e senador Tarcísio Miranda (PSD/RJ) para um pronunciamento do Ministério da Fazenda, na mesma época. Ao que tudo indica, o Ministério esquivou-se de fazer um pronunciamento a respeito. O projeto foi arquivado pelo Senado em 1959.<sup>216</sup> Assis Chateaubriand (PSD/PB), debochadamente, veio a classificar o projeto como "lírico".<sup>217</sup>

No entanto, o projeto parlamentar foi recuperado em 1961, pelo senador Paulo Fender, filiado ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR/PA) – partido liderado pelo deputado federal Fernando Ferrari, destacado ex-petebista gaúcho que se auto-intitulava "discípulo de Pasqualini". No entendimento de Fender, "o de que se necessita no campo agrícola é de empréstimos capazes de atender as necessidades do pequeno lavrador". Afirmava ainda que havia conseguido "desarquivar o projeto Alberto Pasqualini, que (...) preconiza as mais eficazes medidas para conter a ganância dos especuladores que, através dos estabelecimentos bancários, fazem a nossa miséria". Poucos dias depois, a *Folha de S. Paulo* noticiava a aprovação do requerimento feito por Fender "para, com base no projeto Alberto Pasqualini, elaborar um

<sup>215</sup> Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 16/11/1954, p. 2732.

<sup>&</sup>lt;sup>216</sup> SENADO FEDERAL. *Projeto de lei do Senado, no. 21 de 1954*. Brasília, Projetos e matérias legislativas, 18/12/1959. Tramitação disponível em:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\_cod\_mate=24585 . Acesso realizado em: 21/02/2012.

<sup>&</sup>lt;sup>217</sup> Assis Chateaubriand, apud BARBOSA, José. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 05/06/1964, p. 45.

<sup>&</sup>lt;sup>218</sup> FERRARI, Fernando. *Minha..., op. cit.*, p. 34.

<sup>&</sup>lt;sup>219</sup> FENDER, Paulo. *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, 17/11/1961, p. 2585.

anteprojeto instituindo no país um sistema federal de bancos do Estado". <sup>220</sup> Contudo, tal anteprojeto não teve andamento, restando à proposta pasqualinista do "crédito social" o arquivamento definitivo no Senado Federal. <sup>221</sup>

A matéria informava ainda a instalação de uma comissão parlamentar responsável pelos estudos e a formulação do anteprojeto, baseado no projeto de Pasqualini, composta pelos seguintes senadores: Gaspar Veloso (PSD/PR), Ari Viana (PSD/ES), Milton Campos (UDN/MG), Irineu Bornhausen (UDN/SC), Nelson Maculan (PTB/PR), Barros de Carvalho (PTB/PE) e Mem de Sá (PL/RS). *Folha de S.Paulo*. "Banco central". São Paulo, 22/11/1961, p.4.

p.4. <sup>221</sup> SENADO FEDERAL. *Solicitando a constituição de uma comissão especial, composta de 5 membros para no prazo de 90 dias, examinar os projetos oferecidos às duas casas do Congresso Nacional, a respeito da criação do Banco Central do Brasil e elaborar novo projeto que vise a instituir no país, sistema federal de bancos de estado.* Brasília, Projetos e matérias legislativas, 14/11/1961. Tramitação disponível em: <a href="http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\_cod\_mate=89300&p\_sort=ASC&p\_sort2=D&p\_a=0&cmd=sort.Acesso realizado em: 21/02/2012.">http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\_cod\_mate=89300&p\_sort=ASC&p\_sort2=D&p\_a=0&cmd=sort.Acesso realizado em: 21/02/2012.</a>

# Considerações finais

Destacar a influência e a importância das ideias de Alberto Pasqualini em seu tempo, assim como a relevância da prática política e da atividade intelectual do personagem na cena pública brasileira, representou o propósito central da tese. Seus contemporâneos, de maneira generalizada, o tinham como um "ideólogo", como a expressão intelectual maior do trabalhismo e do PTB. Considerando a seleção e a análise que fiz de múltiplas fontes primárias, a tese converge com a avaliação dos contemporâneos de Pasqualini, no preciso sentido em que identifica esta peculiaridade como a forma de inserção política do personagem. Uma singular maneira de localização na corrente trabalhista e no cenário público nacional. Alberto Pasqualini expressou, pois, um perfil de exercício da atividade política distante dos padrões convencionais, em sua época e mesmo em nossos tempos, se tomarmos como parâmetro as características da seara política nos dias que correm.

Grosso modo, a abordagem da escassa, mas relevante, literatura existente sobre a trajetória e as ideias pasqualinistas tende a sublinhar em demasia as atividades partidárias do "teórico do trabalhismo" nas hostes sul-rio-grandenses. Levando isso em conta, o empreendimento levado a cabo visou ressaltar a projeção nacional alcançada por Pasqualini em seu tempo. Por meio da seleção e da mobilização de algumas fontes de análise – como a Revista Trabalhista, editada no Rio de Janeiro, dois jornais publicados em São Paulo <sup>1</sup> e o Diário do Congresso Nacional – foi possível observar que o prestígio e a importância política do personagem não se circunscreveram, no período, ao cenário do Rio Grande do Sul. Considerando ainda que a seção gaúcha deteve a hegemonia na cúpula do PTB nacional, no regime democrático de 1946, não é ocioso frisar, uma vez mais, que essa variável contribuiu para a circulação da mensagem reformista de Pasqualini na esfera política nacional. Com efeito, associada a essa relevância política e intelectual, as experiências e as propostas esposadas por

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Refiro-me aos antigos periódicos *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*, publicados na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1920 e o final do decênio de 1950. Em janeiro de 1960, eles foram integrados e formaram o jornal *Folha de S. Paulo*.

Pasqualini me parecem configurar um peculiar ângulo favorável à compreensão da organização partidária e dos ideais preconizados pelo antigo PTB.

Ademais, não é exagerado argumentar que o hoje esquecido Alberto Pasqualini revelou uma significativa originalidade e uma engenhosa capacidade de elaboração intelectual sobre os problemas sociais, políticos e econômicos do país. Sem apresentar uma produção literária ou científica sistemática, caracterizou-se, especialmente, pela opção jornalística como recurso de veiculação das suas ideias. O sentido militante e politicamente pedagógico dessa opção é bastante evidenciado. Não obstante, em seus múltiplos textos esparsos, não é difícil reconhecer a criatividade e a pertinência da produção intelectual do personagem. O pensamento pasqualinista compatibilizou ideias, propostas e valores, oriundos de diferentes filiações teóricas; relacionados também com as experiências históricas e políticas do Rio Grande do Sul, do país e do ambiente internacional. Atento às experiências políticas e às mudanças sociais e econômicas que se desenrolavam entre as décadas de 1940 e de 1950 no ocidente europeu, Pasqualini incorporou, à sua perspectiva política, ideias e iniciativas que considerava correspondentes ao ideal de enraizamento da democracia e de adoção da justiça social no Brasil. Todavia, sem menosprezar o saber e à experiência política produzida fora do país, o "teórico do trabalhismo" pensava o Brasil, seus problemas e suas eventuais soluções, a partir das especificidades que tipificavam a cultura, a política, a economia e a sociedade brasileira. Por conseguinte, é plausível assinalar que, como tantos consagrados intelectuais que deixaram marcas significativas no pensamento social e político brasileiro - como Oliveira Viana, Guerreiro Ramos, Celso Furtado e Darcy Ribeiro -, Pasqualini teve por foco pensar os dilemas e os desafios do país tomando por princípio a reflexão sobre as peculiaridades da vida nacional. Evidentemente, pode-se ou não concordar com a perspectiva do personagem. Mas, para empregar os termos da interpretação desenvolvida há algumas décadas pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, o pensamento político pasqualinista denota uma original incorporação do conhecimento gestado no exterior, sob a forma de "bem de produção". Isto é, a sua atenção e apropriação do saber e da experiência estrangeira – como o keynesianismo, o marxismo e o laborismo britânico – consistiram em um instrumento ativo de pensamento e de ação prática sobre a realidade nacional. Não representaram, pois, meros adornos eruditos, ou ainda em conformidade com a gramática de Vieira Pinto, uma apropriação de teorias e experiências sob a forma de "bens de consumo".

Seguramente uma atitude política e intelectual que não pode ser classificada como trivial, já que, ainda segundo a perspectiva do filósofo, esta reflexão ativa tendia (diria que ainda hoje tende) a ser candidamente obscurecida nos quadros intelectuais do país.<sup>2</sup>

O pensamento político de Alberto Pasqualini guarda uma marca peculiar: consiste em um esforço criativo de formulação teórica correspondente ao delineamento e à publicização de um socialismo democrático. Situado no contexto da guerra fria, em que prevalecia a polarização entre esquemas radicalmente diferentes de percepção do mundo, a atenção dedicada pelo personagem às possibilidades de gestação de uma sociedade orientada rumo a um modo socialista de existência, sob a base do método democrático, seguramente deve ser ressaltado como um empreendimento intelectual engenhoso. De resto, também nada trivial. O pensamento pasqualinista pode também ser entendido como um corpo de ideias representativas de uma produção intelectual "orgânica" da esquerda brasileira, para empregar uma antiga categoria conceitual utilizada por Oliveira Vianna.<sup>3</sup> Desse modo, Pasqualini apresenta um tipo de pensamento sintonizado com as experiências internacionais, mas distante de uma adesão apressada a circunstanciais "modelos" de sociabilidade e de desenvolvimento socioeconômico – pertinentes a casos nacionais diferentes da realidade brasileira. Por conseguinte, as ideias e a trajetória do ex-senador petebista situam-se no enredo de uma tradição política da esquerda nativa: o trabalhismo. De acordo com Daniel Aarão Reis, a esquerda que emergiu após o golpe civil-militar de 1964, entre outros, sob a influência da Revolução Cubana, tendia a considerar o "trabalhismo um lixo", um fenômeno político classificado como "populista". Portanto, uma corrente que nada teria a oferecer para o equacionamento dos desafios da sociedade brasileira.<sup>4</sup> Se distante no tempo, ainda em nossos dias esse ponto de vista depreciativo sobre o trabalhismo revela expressão em distintos círculos políticos e culturais. Na esteira das múltiplas obras e

<sup>2</sup> Sobre o assunto, consultar PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1979.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Sem o propósito de me estender no tema, destaco apenas que a categoria conceitual em tela é representada por Oliveira Viana como uma forma de classificação de um tipo de intelectual que visa a desenvolver a sua reflexão sem desconsiderar as peculiaridades da realidade social, cultural e econômica do país, deixando de lado, pois, a prática do mimetismo. Em outras palavras, em contraposição ao "intelectual orgânico", o mimetismo do "intelectual utópico" seria caracterizado por uma prática intelectual que acolhe apressadamente as eventuais experiências e ideias internacionais, como "modernas", "avançadas" e "superiores", portanto, sujeitas à cópia. Consultar OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O idealismo da constituição*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1939.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Consultar REIS, Daniel Aarão. "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições". In: *História e perspectivas da esquerda*, FORTES, Alexandre (org.). São Paulo: Perseu Abramo; Chapecó/SC: Argos, 2005, p. 175.

reflexões acadêmicas acerca do trabalhismo, produzidas, sobretudo, nas últimas duas décadas, a tese sobre Alberto Pasqualini visou também a pôr em relevo a especificidade dessa tradição esquerdista nacional.

Pensamento político produzido em uma temporalidade específica, sobre a base e o influxo dos valores, das aspirações, dos desafios e dos problemas de uma época, contudo, os escritos e os discursos de Pasqualini podem guardar especial interesse em nossos dias. Fruto do tempo, com as lentes nele miradas e sujeita às suas contingências, ainda assim a perspectiva pasqualinista apresenta não poucas análises estimulantes para a reflexão em torno de alguns dilemas da atualidade. Encerro, pois, colocando em destaque uma questão muito cara às ideias do personagem em relação à democracia: o papel do partido político.

Organismo central para o desempenho das instituições democráticas contemporâneas, o partido político possui o monopólio da representação política – o que implica na obrigatoriedade das candidaturas aos cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo se fazerem por intermédio da filiação a um partido. Apresentando uma história de aproximadamente dois séculos de existência, segundo Giovanni Sartori, os partidos têm, fundamentalmente, sua dinâmica orientada para a conquista do poder do Estado. Eles consistem em um dos pilares da democracia representativa. A cultura política ocidental associa a democracia à competição partidária e eleitoral. Comumente, as esperanças e os anseios das maiorias são depositados nestas organizações políticas coletivas. Portanto, o que os partidos políticos, sobretudo os que se encontram à esquerda, têm feito com o poder há tempos na sociedade brasileira e alhures, vem proporcionando severas e justas críticas à sua atuação, assim como ácidas contestações até mesmo à sua validade nos dias de hoje, enquanto organismos de representação e de organização popular. O habitual distanciamento entre a propaganda e o programa partidário em face das ações encetadas pelos partidos, nas esferas governamental e parlamentar do Estado, tem redundado em elevado descrédito junto à sociedade civil. Vem há anos promovendo uma

<sup>5</sup> SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UnB, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> A título de ilustração, consultar FONSECA, Carlos da. "'O povo unido avança sem partidos': dilemas atuais do sistema político chileno". In: *Política Externa*: São Paulo, Paz e Terra: Unesp: USP, v. 20, n. 3, dez./jan./fev. 2011-2012, p. 159-172. HOLLOWAY, John. "Partidos políticos?". In: *Margem Esquerda*: São Paulo, Boitempo, n. 4, out. 2004, p. 45-49.

paulatina erosão da legitimidade da democracia representativa, é claro, não apenas no Brasil. O renitente abandono, pelas esquerdas, das propostas e das intenções publicamente lançadas na esfera pública, ao assumir postos no governo e no Legislativo, assim como a generalizada percepção de que os partidos não possuem compromissos com as maiorias, têm feito deles uma das instituições mais desacreditadas no Brasil e na América Latina, de modo geral. Por extensão, segundo dados oferecidos por pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Latinobarómetro, em nosso país 77,2% da população revelam pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos. 8

Todavia, malgrado as mazelas e as deficiências dos partidos, nenhum organismo político substituto se apresenta ainda em condições de exercer a mediação entre a sociedade civil e o Estado, de maneira potencial e socialmente abrangente como eles – sem os riscos de redundar no particularismo corporativista, como os sindicatos, as associações e demais entidades representativas de interesses. Os movimentos sociais, por sua vez, por mais abrangentes, impactantes e política e culturalmente profícuos que sejam, sempre têm à sua espreita o risco de esvaziamento, em função do seu natural caráter espontâneo e pouco organizado. Logo, levando em consideração a relevância pública do papel preenchido pelo partido político – que por meio das suas ações, e omissões, interfere decisivamente na vida cotidiana dos cidadãos –, a perspectiva política e a militância de Pasqualini pelo PTB parecem pôr em evidência uma dimensão de relevo na essência organizativa dos partidos, qual seja: a dimensão educativa. Logo, não é demasiado mais uma vez destacar a ótica pasqualinista:

"Todo partido político, digno desse nome, pressupõe uma 'ideologia', isto é, uma concepção social, um conjunto de objetivos definidos, de soluções concretas e de diretrizes tendentes à realização prática desses objetivos e dessas soluções (...). No plano psicológico, devem, portanto, os partidos políticos desenvolver a sua ação de conquista de consciências — mais importante que a conquista de votos — e, no plano pragmático, devem empenhar-se na concepção dos mandatos eletivos que lhes permitam pôr em execução as ideias e soluções que preconizam".

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> ALI, Tariq. "O espírito da época". In: HARVEY, David; *et al.*, *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 65-71. MÉSZAROS, István. *Op. cit.* 

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Cf. Instituto Latinobarómetro, 2006, *apud* O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, agência e estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p.187.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> PASQUALINI, Alberto. *As ideias..., op. cit.*, p. 12.

Convencionalmente sobrepujada pela mera busca do poder a qualquer custo, pela vitória eleitoral ao preço do abandono das ideias e dos projetos apresentados à sociedade civil, a dimensão educativa dos partidos deve ser perseguida e reforçada, é o que nos lembra Alberto Pasqualini. Não reservar os contatos com os diferentes setores da população somente ao período eleitoral é um importante legado da visão partidária e democrática pasqualinista. O trabalho partidário educativo guarda o potencial de expressar e de formar a opinião pública, de associar a estrutura partidária aos segmentos organizados e mesmo desorganizados da sociedade, em particular das classes trabalhadoras. Representa um expressivo recurso para o comprometimento público do partido e para o aperfeiçoamento e a legitimidade do regime democrático.

De um ponto de vista ao mesmo tempo sensível às vicissitudes da existência humana e aos dilemas e desafios da sociedade brasileira, levando, pois, em conta a lastimável e triste experiência relatada na Introdução desta tese, parece-me não ser demasiado acentuar que a memória das experiências e das propostas políticas do personagem merece ser retirada das densas sombras do esquecimento prevalecente.

### **Fontes**

# Obras e coletâneas de textos de Alberto Pasqualini

PASQ	UALINI, A. <i>Trabalhismo e desenvolvimento econômico</i> . Porto Alegre: PTB/RS: Imprensa Oficial de Porto Alegre, 1952.
	. As ideias políticas e sociais de Alberto Pasqualini. Porto Alegre: PTB/RS: Imprensa Oficial, 1954.
	. <i>Bases e sugestões para uma política social</i> . Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958. A primeira edição foi publicada em 1948.
	. O trabalhismo de Pasqualini, Milton Dutra (org.). Porto Alegre: Intermédio, 1986.
	. Alberto Pasqualini — obra social & política, 4 vols., Pedro Simon (org.). Brasília: Senado Federal, 1994.
	. <i>Alberto Pasqualini – textos escolhidos</i> , Pedro Simon (org.). Brasília: Senado Federal, 2001.
	. <i>O pensamento político de Alberto Pasqualini</i> . Porto Alegre: ALERGS, IHGRGS, Museu Júlio de Castilhos, 2005.

# Arquivo privado

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, Arquivo Getúlio Vargas, anos 1930-1950.

#### Periódicos

- ACERVO DO JORNAL FOLHA DE S.PAULO. Jornais *Folha da Manhã* e *Folha da Noite*. São Paulo, edições dos anos de 1930-1950.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro/Brasília, edições dos anos de 1940-1970.
- DIÁRIO DO SENADO FEDERAL. Brasília, edições do ano de 2001.
- JORNAL CORREIO DO POVO. Porto Alegre, edições dos anos de 1946, 1947, 1950, 1954.
- JORNAL DIÁRIO DE NATAL. *DN na história Há 43 anos*. Natal, 29/03/2012. Disponível em: <a href="http://www.diariodenatal.com.br/2012/03/29/historia.php">http://www.diariodenatal.com.br/2012/03/29/historia.php</a> . Acesso em 10/05/2012.
- JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, edições dos anos de 1946, 1947, 1950, 1954.

- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, edições dos anos de 1950, de 1952 e de 1975.
- JORNAL FOLHA DE S.PAULO. *Morre em Porto Alegre um dos fundadores da USB*. São Paulo, 16/01/2002. Disponível em <a href="http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28429.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u28429.shtml</a> . Acesso em 03/06/2012.
- \_\_\_\_\_. "Banco central". São Paulo, 22/11/1961, p. 4.
- \_\_\_\_\_. "Sepultado Pasqualini". São Paulo, 05/06/1960, p. 3.
- JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. *Tennessee, ainda um demolidor*. São Paulo, 20/01/2011. Disponível em: <a href="http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,tennessee-ainda-um-demolidor,668529,0.htm">http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,tennessee-ainda-um-demolidor,668529,0.htm</a> . Acesso em 21/05/2012.
- JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, edições dos anos de 1953-1954.
- REVISTA TRABALHISTA. Rio de Janeiro, edições de dez. 1949; de jan. e ago. 1950; de jun. 1951; de set. 1952; de out. 1960; e fev. 1963.

## Memórias, biografias e depoimentos

- FERRARI, F. Mensagem renovadora. Porto Alegre: Globo, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Minha campanha*. Porto Alegre: Globo, 1961.
- FERREIRA, J. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2011.
- FILHO, E.M.R. Euzébio Rocha I (depoimento, 1984). Rio de Janeiro, CPDOC, 1991.
- GOLLO, L.A. Doutel de Andrade. Brasília: Plenarium (CD), 2006.
- GRANDI, C. Loureiro da Silva o charrua. Porto Alegre: Literaris, 2002.
- KLÖCKNER, L. (org.). O diário político de Sereno Chaise. Porto Alegre: AGE, 2007.
- LIMA, P.A. Diário de um solteirão. Caxias do Sul: Academia Caxiense de Letras, 1980.
- NETO, J.P. Jango um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 3ª ed., 1993.
- ROCHA, J.S. Roberto Silveira a pedra e o fogo. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.
- RUAS, T., e GONZALEZ, S. *Um brasileiro chamado Brizola tempos de luta*. Porto Alegre: Eletrobrás: CEEE: Alers: Fundação Mário Soares, 2009.
- SANTAYANA, M. *Pedro Simon: senador, franciscano e combatente*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 14/06/2010.

### Perfis parlamentares

- BRAGA, K., et al. (coords.). Perfis parlamentares: Leonel Brizola perfil, discursos e depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.
- HEINZ, F.M. (org.). Os 170 anos do parlamento gaúcho, v. III. Porto Alegre: Corag, 2005.
- MOREIRA, M.M. (org.). *Perfis parlamentares 21 San Tiago Dantas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.
- SOUZA, E.R., e GEBRIM, C.R. (orgs.). *Perfis parlamentares 40: Ruy Ramos*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.
- TERLERA, J.C. Perfis parlamentares: Suely de Oliveira perfil biográfico, depoimentos e discursos (1915-1994). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2007.

#### Debates da época

- DUARTE, J.B. (org.). *Os 10 dias em que o Rio Grande do Sul foi parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2003.
- LÔBO, L.G. O verdadeiro trabalhismo. Brasília: Thesaurus, 2005.
- MAGALHÃES, S. Prática da emancipação nacional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
- VARGAS, G. A política trabalhista no Brasil. São Paulo: José Olympio, 1950.
- VIEIRA, R. Bennaton. "Vargas e o trabalhismo cristão". Rio de Janeiro: *Diretriz Trabalhista*, ano I, n. 2, abr. 1952, p. 11.

#### Páginas eletrônicas

- ABDIAS NASCIMENTO, disponível em: <a href="http://www.abdias.com.br/">http://www.abdias.com.br/</a> . Consulta realizada em: 03/06/2012.
- BRASIL FATOS E DADOS, disponível em: <a href="http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/cargatributaria-post-a-ser-publicado-12/">http://brasilfatosedados.wordpress.com/2011/06/30/cargatributaria-post-a-ser-publicado-12/</a>. Consulta realizada em: 20/07/2011.
- CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE, disponível em: <a href="http://www.camarapoa.rs.gov.br/default.htm">http://www.camarapoa.rs.gov.br/default.htm</a> . Consulta realizada em 12/03/2011.
- CHERINI, Giovani. *Alberto Pasqualini*. Porto Alegre, 2006, p.2. Disponível em: <a href="http://www.giovanicherini.com/jornaldocherini/2006-1/jornal2006-1.pdf">http://www.giovanicherini.com/jornaldocherini/2006-1/jornal2006-1.pdf</a> . Acesso em 20/05/2008.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei no. 9478, dispõe sobre a política energética nacional.* Brasília, 06 de agosto de 1997. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9478.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9478.htm</a>. Consulta realizada em 06/12/2011.

- \_\_\_\_\_. *Lei no. 2004, dispõe sobre a política nacional do petróleo*. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1953. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L2004.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/L2004.htm</a> . Consulta realizada em 06/12/2011.
- SENADO FEDERAL. *Projeto de lei do Senado, no. 21 de 1954*. Brasília, Projetos e matérias legislativas, 18/12/1959. Tramitação disponível em: <a href="http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\_cod\_mate=24585">http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\_cod\_mate=24585</a>. Consulta realizada em 21/02/2012.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, disponível em: <a href="http://www.stf.jus.br/">http://www.stf.jus.br/</a> . Consulta realizada em 11/03/2011.

# **Bibliografia**

- ABREU, A.A., et. al. (coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, 5 vols. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001.
- ABREU, L.A. "Estado Novo, realismo e autoritarismo político". In: *Política & Sociedade*, UFSC: Florianópolis, n.12, abr. 2008, p. 49-66.
- ADELMAN, P. The rise of the Labour Party (1880-1945). Londres: Longman, 1972.
- AITA, C. "Perfil biográfico de Joaquim Francisco de Assis Brasil". In: \_\_\_ (org.), Perfis parlamentares gaúchos: Joaquim Francisco de Assis Brasil perfil biográfico e discursos (1857-1938). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2006.
- ALBUQUERQUE JR., D.M. "A dimensão retórica da historiografia". In: PINSKY, C.B., e LUCA, T.R. (orgs.), *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-249.
- ALI, T. "O espírito da época". In: HARVEY, D. et al., Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012, p. 65-71.
- ALTAMIRANO, C. "Ideias para um programa de história intelectual". In: *Tempo Social*, São Paulo: USP, v.19. n.1, jun. 2007, p. 9-17.
- ALVES FILHO, A. "O noticiário da mídia e a 'velhinha da motocicleta". In: *Alceu*, Rio de Janeiro: PUC, v. 3, n.2, jul./dez. 2001, p. 54-77.
- . "A ideologia como ferramenta de trabalho e o discurso da mídia". In: *Comum*, Rio de Janeiro: Facha, v. 5, n. 15, ago./dez. 2000, p. 86-118.
- ARENDT, H. Sobre a revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.
- ARISTÓTELES. Retórica. São Paulo: Rideel, 2007.
- \_\_\_\_\_. A política. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s/d.
- ASSIS BRASIL, J.F. *Dictadura, parlamentarismo, democracia*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Leite Ribeiro Freitas Bastos, Spicer & Cia, 1927.

- ATTLEE, C. Bases e fundamentos do trabalhismo. Rio de Janeiro: A Noite, s/d.
- BACKZO, B. "Imaginação social". In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 309-311.
- BANDEIRA, M. Brizola e o trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1979.
- BARIANI JR., E. Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil. São Paulo: Unesp, 2011.
- BARROS, J.D. "História das idéias em torno de um domínio historiográfico". In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.13, n.1, 2007, p. 199-209.
- BARROS, O. "Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 297-330.
- BAUMAN, Z. Legisladores e intérpretes. Rio de Janeiro: Zahar, 2010
- BENEVIDES, M.V.M. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. O PTB e o trabalhismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERNSTEIN, E. Socialismo evolucionário. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BERSTEIN, S. "A cultura política". In: RIOUX, J.-P., e SIRINELLI, J.-F (orgs.), *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, 1930-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 4ª ed., 2000.
- BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.
- \_\_\_\_\_ . *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 8ª ed., 2002.
- \_\_\_\_\_. Direita e esquerda. São Paulo: Unesp, 2ª ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais e o poder. São Paulo: Unesp, 1997.
- BODEA, M. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- \_\_\_\_\_. A greve geral de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho. Porto Alegre: L&PM, s/d.
- BOURDIEU, P. "A ilusão biográfica". In: *Usos & abusos da história oral*, FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. Os usos sociais da ciência. São Paulo: Unesp, 2004.
- \_\_\_\_\_. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BRANDI, P. "Vargas, Getúlio". In: ABREU, A.A. et. al. (coords.), Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, vol. V. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 5898-5971.
- CADERNOS DA UNB. A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês. Brasília: UnB, 1982.
- CAMPOS, F. *O estado nacional: sua estructura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.

- CARDOSO, F.H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1977.
- CASTILHO, M.S. "A presença da Esso na imprensa brasileira". In: *Rumores Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias*: USP, v.2, n.1, jun./dez. 2008. Disponível em: <a href="http://www3.usp.br/rumores/artigos.asp?cod\_atual=59">http://www3.usp.br/rumores/artigos.asp?cod\_atual=59</a>. Consulta realizada em: 07/12/2012.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 16ª ed., 2009.
- CHACON, V. *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Fortaleza: UFC, 1981.
- CHARAUDEAU, P. "La argumentación persuasiva. El ejemplo del discurso político". In: SHIRO, M., et al. (orgs.), *Haciendo discurso. Homenaje a Adriana Bolívar*. Caracas: Universidad Central de Caracas, 2009.
- CHARTIER, R. "O mundo como representação". In: *Estudos Avançados*, 11(5), 1991, p. 173-191.
- \_\_\_\_\_. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1988, p. 13-27.
- CÍCERO, M.T. Da república. São Paulo: Escala, s/d.
- COELHO, V.P., e NOBRE, M. (orgs.). Participação e deliberação. São Paulo: 34, 2004.
- COELHO, W.T.S. "O monopólio estatal do petróleo no Brasil: a criação da Petrobrás". In: *História, imagem e narrativas*, n.8, abr. 2009. Disponível em: <a href="http://www.historiaimagem.com.br/edicao8abril2009/petrobras.pdf">http://www.historiaimagem.com.br/edicao8abril2009/petrobras.pdf</a> . Consulta realizada em: 06/12/2011.
- COMTE, A. Reorganizar a sociedade. São Paulo: Escala, s/d.
- CORADINI, O.L. "As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960)". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n.32, 2003.
- CROSLAND, A. The future of socialism. Londres: Constable & Robinson, 2006.
- CRUZ, J.B.C. Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2010.
- D'ARAUJO, M.C. Sindicatos, carisma & poder. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DIAS, J.L.M., e QUAGLINO, M.A. A questão do petróleo no Brasil: uma história da *Petrobrás*. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- DUVERGER, M. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ELEY, G. Forjando a democracia a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- ELIADE, M. Mito y realidad. Madri: Guadarrama, 1973.
- FAUSTO, B. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1976.

- FERREIRA, J. "A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas". In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v.3, n.6, 1990, p. 180-195. \_\_\_\_. Trabalhadores do Brasil – o imaginário popular. Rio de Janeiro: FGV, 1997. \_\_\_\_\_ (org.). O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. . Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: UFF: Rio de Janeiro: Mauad, 2002. \_\_\_\_ . "A democratização de 1945 e o movimento queremista". In: FERREIRA, J., & DELGADO, L.A.N. (orgs.), O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 13-46. . "Crises da república: 1954, 1955 e 1961". In: FERREIRA, J., & DELGADO, L.A.N. (orgs.), O Brasil republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404. . *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. . "Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.), As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 543-583. \_\_\_\_\_. "Esquerdas no *Panfleto*. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular". In: Anos 90, Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 29, jul. 2009, p. 81-124. \_\_\_\_. "Apresentação". In: *Tempo*: Niterói, UFF, v. 14, n. 28, jun. 2010.
- FERREIRA, M.M. "Diário Trabalhista". In: ABREU, Alzira A. *et. al.* (coords.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. II. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 1856.
- FONSECA, C. "O povo unido avança sem partidos': dilemas atuais do sistema político chileno". In: *Política Externa*: São Paulo, Paz e Terra: Unesp: USP, v. 20, n. 3, dez./jan./fev. 2011-2012, p. 159-172.
- FONSECA, P.C.D. "Nem ortodoxia nem populismo: o segundo governo Vargas e a economia brasileira". Porto Alegre: UFRGS, *mimeo*, 2009.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? Lisboa: Veja, 4ª ed., s/d, p. 56-63.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 5ª ed., 2009.
- GOLDMANN, L. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- GOMES, A.C., & FERREIRA, J. Jango. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- GOMES, A.C., & D'ARAUJO, M.C. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, A.C. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2ª ed., 1994 (a).

- . "Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas". In: \_\_\_\_ (org.), Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 (b), p.133-160.

  . "Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.). As esquerdas no Brasil, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-81.

  . "Cultura política e cultura histórica no Estado Novo". In: ABREU, M., et al. (orgs.), Cultura política e leituras do passado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

  GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

  . Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª ed., 1995.
- GRIJÓ, L.A. "Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano". In: NEUMANN, E.S., & GRIJÓ, L.A. (orgs.), *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- . "Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 85-99.
- GRIJÓ, L.A., et al. (orgs.). Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GUDIN, E. "Rumos de política econômica", 1945. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p. 51-126.
- GUIMARÃES, C. "Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília". In: *República no Catete*, CARVALHO, M.A.R. (org.). Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 155-175.
- HABERMAS, J. Direito e democracia, vol. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª ed., 2003.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 9ª ed., 2004.
- HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. 1944. Disponível em: <a href="http://institutoliberal.locaweb.com.br/classicos.asp">http://institutoliberal.locaweb.com.br/classicos.asp</a>
- HECKER, A. "Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.). *As esquerdas no Brasil*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.21-52.
- HELENO, A.P. "Trabalhismo e história: um percurso nas memórias de Clodesmith Riani". In: *Perseu – História, Memória e Política*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 6, ano 5, abr. 2011, p. 11-39.
- HERRLEIN JR., R. "A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação". In: *Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp, v.13, n.1, jan./jun. 2004, p. 175-207.
- HIPPOLITO, L. PSD, de raposas e reformistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- HOLLOWAY, J. "Partidos políticos?". In: *Margem Esquerda*: São Paulo, Boitempo, n. 4, out. 2004, p.45-49.
- IANNI, O. *A formação do estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1991.
- \_\_\_\_\_. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.
- INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISAS (org.). *Imigração italiana: estudos.* Caxias do Sul: UCS, 1979.
- JAGUARIBE, H. Brasil: crise e alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- KELSEN, H. A democracia. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2000.
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983(a).
- \_\_\_\_\_. Inflação e deflação. São Paulo: Abril Cultural, 1983(b).
- KORNIS, M. "Ação Católica Brasileira (ACB)". In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*, *pós-1930*, vol. I, ABREU, A.A. *et. al.* (coords.). Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 23-24.
- KRAMNICK, I.; SHEERMAN, B. *Harold Laski a life on the left*. Nova Iorque: Alan Lane The Penguin Press, 1993.
- LASKI, H. Reflexões sobre a revolução de nossa época. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- LAVAREDA, A. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Revan: Iuperj/UCAM, 2ª ed., 1999.
- LAVORATTI, L. "As contradições do Fisco". Rio de Janeiro: *Conjuntura Econômica*, FGV, v.65, n.4, abr. 2011, p. 14.
- LEAL, C.E. "Partido Libertador (PL, 1945-1965)". In: ABREU, Alzira A., et. al. (coords.), Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930, vol. IV. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2001, p. 4332-4334.
- LEÃO XIII. *Carta encíclica "Rerum novarum"*. Vaticano, 1891. Disponível em: http://www.vatican.va
- LEFEBVRE, R. Les primaires socialistes: la fin du parti militant. Paris: Raisons D'Agir, 2011.
- LÊNIN, V.I. La enfermedad infantil del "izquierdismo" en el comunismo. Pequim: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 4ª ed., 1975.
- LEVI, G. "Usos da biografia". In: *Usos & abusos da história oral*, FERREIRA, M.M. & AMADO, J. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LORIGA, S. "A biografia como problema". In: *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*, REVEL, J. (org.). Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LOVE, J. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975.

- MARTINS, L.B., SILVA, L.A.C., e NEVES, G.R. (orgs.). *O pensamento político de Julio de Castilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro 1 o processo de produção do capital, vol. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- MCBRIAR, A.M. Fabian socialism & english politics (1884-1918). Londres: Cambridge University Press, 1966.
- MÉSZAROS, I. Atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MICHELS, R. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: UnB, 1982.
- MILIBAND, R. "Harold Laski's socialism". *Socialist Register: Why not capitalism?*, vol. 31, mar. 1995, p. 239-263.
- MIRANDA, S.P. Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1962). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- MYRDAL, G. O estado do futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MORAES FILHO, E. (org.). O socialismo brasileiro. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- MOTTA, L.G. (org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MOTTIN, A.; CASOLINO, E. *Italianos no Brasil: contribuições na literatura e nas ciências séculos XIX e XX.* Porto Alegre, PUC/RS, 1999.
- NABUCO, J. "Discurso em São José", 05/11/1884. In: MELLO, E.C. (org.), *Joaquim Nabuco essencial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010, p. 113-120.
- NALIN, J.A. "O papel do Estado no discurso trabalhista de Alberto Pasqualini na era Vargas: de 1945 a 1955 à luz da teoria positivista". In: *Opinio*, Canoas: Ulbra, n.13, 2004, p. 55-69.
- NEVES, L.A. "Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)". In: FERREIRA, J. (org.), *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.
- \_\_\_\_\_. PTB do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- NEVES, R.F. Cultura política e elementos de análise da política venezuelana. Brasília: Funag, 2010
- NICOLAU, J. "Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados". In: *Dados*, Rio de Janeiro: Iuperj, v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.
- NOLL, M.I., & TRINDADE, H. Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul 1945-1994. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- O'DONNELL, G. Democracia, agência e estado. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- OLIVEIRA, L.M. O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUC, 2008.
- OLIVEIRA VIANA, F.J. Populações meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2005.
- \_\_\_\_\_. O idealismo da constituição. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 2ª ed., 1939.
- ONOFRE, G.F. "San Tiago Dantas: o ideólogo do trabalhismo democrático". In: *Mosaico*: Cpdoc/FGV: Rio de Janeiro, ano III, n. 5, set. 2011. Disponível em: <a href="http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/san-tiago-dantas-o-ide%C3%B3logo-do-trabalhismo-democr%C3%A1tico">http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/san-tiago-dantas-o-ide%C3%B3logo-do-trabalhismo-democr%C3%A1tico</a>.
- PAIM, A. (org.). Plataforma política do positivismo ilustrado. Brasília: UnB, 1981.
- \_\_\_\_\_. *A querela do estatismo*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- PANEBIANCO, A. Modelos de partido. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARANHOS, A. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PENNA, L.A. "Os panfletários da república: a campanha do petróleo na imprensa nacionalista". In: *Alceu*: PUC-Rio, v.4, n.7, jul./dez. 2003, p. 83-98.
- PESAVENTO, S.J. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto, 9ª ed., 2002.
- PETERSEN, S.R.F., & SCHMIDT, B.B. "O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)". In: GRIJÓ, L.A., et al. (orgs.), *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 209-246.
- PINTO, A.V. Ciência e existência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1979.
- PIO XI. *Carta encíclica "Quadragesimo anno"*. Vaticano, 1931. Disponível em: <a href="http://www.vatican.va">http://www.vatican.va</a>
- POCOCK, J.G.A. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.
- POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v.2, n.3, 1989, p. 3-15.
- PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 36ª ed., 1988.
- PREBISCH, R. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais", 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.), *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 69-136.
- PRZEWORSKI, A. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RANGEL, C.R.R. "Capitalismo solidarista: o interdiscurso na obra de Alberto Pasqualini". In: *Em Tempos de Histórias*, Brasília: PPG-HIS/UnB, n. 14, jan./jun. 2009.

- REIS, D.A. "À procura de modernidades alternativas a aventura política dos intelectocratas russos em meados do século XIX". In: RIDENTI, M., BASTOS, E.R., e ROLLAND, D. (orgs.), *Intelectuais e estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 13-29.
- . "As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições". In: FORTES, A. (org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Perseu Abramo; Chapecó/SC: Argos, 2005, p. 173-181.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1996.
- RICARDO, D. "Princípios de economia política e tributação". In: *Os pensadores: Adam Smith Ricardo*. São Paulo: Abril Cultural, 3ª ed., 1984, p. 251-348.
- RODRÍGUEZ, R.V. Castilhismo: uma filosofia da república. Brasília: Senado Federal, 2000.
- RUAS, M.D. *A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.
- SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SANSEVERINO, J.S. "Apresentação". In: LIMA, R.C., "Rebelião das cousas". Porto Alegre: *Justiça & História*, vol. 3, n. 5, 2009. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n5/01-Rui\_Cirne\_Lima.pdf.
- SANTANA, M.A. "Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 237-277.
- SARTI, I. *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca da utopia*. Rio de Janeiro: Faperj: Relume Dumará, 2006.
- SARTORI, G. Homo videns: televisão e pós-pensamento. Bauru-SP: EDUSC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SCHMIDT, B.B. *Em busca da terra da promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- \_\_\_\_\_ . A relação governo estadual/lideranças socialistas em Porto Alegre na I república: discutindo a "incorporação do proletariado" no pré e pós-1930. Pelotas: UFPel, 2002. Disponível em: http://www.labhstc.ufsc.br/VI%20jornada%20trabalho/Benito%20texto.doc .
- SCHILLING, P. *Crise econômica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961.
- SCHUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SENTO-SÉ, J.T. Brizolismo: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- SHAW, B. "A transição para a social-democracia". In: TEIXEIRA, A. (org.), *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 381-411.
- SHAW, E. The Labour Party since 1945. Massachussetts: Blackwell Publishers, 1999.

- SILVA, A.A. "A campanha do petróleo: em busca da soberania nacional". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A. (orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 309-333.
- SILVA, F.T. & SANTANA, M.A. "O equilibrista e a política: o 'partido da classe operária' (PCB) na democratização (1945-1964)". In: FERREIRA, J., & REIS, D.A.(orgs.). *As esquerdas no Brasil*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 101-140.
- SILVA, F.T. "Direitos, política e trabalho no porto de Santos". In: FORTES, A., et. al. (orgs.), *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, s/d.
- SILVA, R.B. "O partido político como organismo educativo". In: *Democratizar*, Rio de Janeiro: Isezo/Uezo/Faetec, v.II, n.2, mai./ago. 2008. Disponível em: <a href="http://www.faetec.rj.gov.br/isezonaoeste">http://www.faetec.rj.gov.br/isezonaoeste</a>.
- \_\_\_\_\_\_. "Mídia, violência e democracia". In: *Verso e Reverso revista da comunicação*, São Leopoldo/RS: Unisinos, v.20, n.45, 2006. Disponível em: <a href="http://www.unisinos.br/\_diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=9&s=9&a=73">http://www.unisinos.br/\_diversos/revistas/versoereverso/index.php?e=9&s=9&a=73</a>.
- \_\_\_\_\_ . *O populismo como arcaísmo e estatismo, na Folha de S. Paulo e no Jornal do Brasil.* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- SIMON, P. Atualidade de Alberto Pasqualini. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 11-98.
- SIMONSEN, R. "A planificação da economia brasileira", 1945. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Brasília: Ipea, 3ª ed., 2010, p. 35-50.
- SKINNER, Q. Razão e retórica na filosofia de Hobbes. São Paulo: Unesp, 1999.
- \_\_\_\_\_ . *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SOARES, Glaucio A.D. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro,
- SODRÉ, N.W. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, M.C.C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- STEIN, L.M. *Trabalhismo*, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- TRINDADE, H. "Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul". In: *Os partidos e as eleições no Brasil*, CARDSO, F.H. e LAMOUNIER, B. (orgs.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 154-204.
- VALENTE, M.A.L. Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.
- VASCONCELLOS, L.V. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Uerj, 2009.

- VELLOSO, M.P. "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual". In: OLIVEIRA, L.L., VELLOSO, M.P., e GOMES, A.C. (orgs.), *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 71-108.
- WASSERMAN, C. "O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco de poder". In: GRIJÓ, L.A., et al. (orgs.), Capítulos de história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 273-289.
- WEBB, S.; BALL, S.; et al. (orgs.). Socialism and individualism. Nova Iorque: John Lane Company, 1911.
- WEBB, S. "As bases históricas do socialismo". In: TEIXEIRA, Aloísio (org.), *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 343-378.
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 16ª ed., 2006.
- \_\_\_\_\_. Economia e sociedade, vol. 1. Brasília: UnB, 3ª ed., 1994, p. 139-198.
- WEDY, G. "Alberto Pasqualini: o homem, o pensamento e o trabalhismo". In: *Revista da Ajufergs*, Porto Alegre, n. 6, mai. 2009, p. 137-170.
- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª ed., 1989.
- WINOCK, M. "As idéias políticas". In: *Por uma história política*, RÉMOND, R. (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 2003.
- WOLFF, F. "Dilemas dos intelectuais". In: *O silêncio dos intelectuais*, NOVAES, A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 45-68.